Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Carlos Eduardo Macagi

Laguna: entre memória local e discursos patrimoniais

Rio de Janeiro

2019

Carlos Eduardo Macagi

Laguna: entre memória local e discursos patrimoniais

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, como requisito para obtenção do título de Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural.
Orientador: Prof. Me. Luciano dos Santos Teixeira
Supervisora: Profª. Dra. Liliane Monfardini Fernandes de Lucena

Rio de Janeiro

2019

O objeto de estudo dessa pesquisa foi definido a partir de questões identificadas no cotidiano da prática profissional do Escritório Técnico do IPHAN em Laguna (SC).

M113 Macagi, Carlos Eduardo.
Laguna: entre memória local e discursos patrimoniais/Carlos Eduardo Macagi – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2019.

213 f.: il.

Orientador: Prof. Me. Luciano dos Santos Teixeira

Dissertação (Mestrado) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Rio de Janeiro, 2019.
1. Patrimônio Cultural. 2. Centros históricos 3. História oral 4. Memória 5. Discursos 6. Laguna (SC) I. Macagi, Carlos Eduardo. II. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). III. Título.
CDD 363.69

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Carlos Eduardo Macagi

"Laguna: entre memória local e discursos patrimoniais"

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural.

Rio de Janeiro, 21 de agosto de 2019.

Banca examinadora

Professor Me. Luciano dos Santos Teixeira (orientador e presidente da Banca)

Professora Dra. Márcia Regina Romeiro Chuva (PEP-MP/IPHAN)

Professor Dr. Vladimir Fernando Stello (UNISUL)

Gostaria de dedicar este trabalho aos meus avós, Ivo Silva e Clementina Corrêa Silva, os quais não puderam estar presentes para ver a conclusão de mais esta etapa de minha vida.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, eu gostaria de agradecer minha família: minha mãe e meu pai, pelo carinho, suporte e dedicação; minha irmã Audrey pela amizade e longas conversas; a Nice, minhas avós Clementina e Leni, assim como, minha prima Rita, pelas indicações de bibliografia. Do mesmo modo, a Leda, Cleverson, Neto, José, Marcelo e Jéssica, pela amizade, afeição e companhia.

Pela convivência e aprendizado, os técnicos e estagiários (e agregados) do Escritório Técnico do IPHAN em Laguna (SC): Ana Paula, Natália, Vladimir, Matilde, Vanessa, Fabiano, Renilda, Tânia, Hamilton, Jean, Raphael, Célia, Débora, Michelle, Julia; e, destacadamente, a minha supervisora Liliane e as estagiárias Amanda e Nikori, pelo especial carinho e amizade. À Superintendência do IPHAN em Santa Catarina - Regina, Carla Cruz, Marina e Liliane – pela atenção e apontamentos para a pesquisa.

Toda a 8ª turma do PEP-MP, pela amizade, por ouvirem meus desabafos e contribuírem em minha pesquisa, em especial: Hércules, Raquel, Dani, Maria Helena, Fernanda, Pedro Clerot, Edilson, Gabi, Cintia, Iuri, Nicinha e Bárbara. Também, aos meus colegas de quarto, durante as aulas no Rio, os "arrombadinhos": Daniel, Claudio, Jefferson, Charles – pelo companheirismo, por dividirem conversas, risadas e bons momentos na Lapa, em uma culinária rica entre o arroz com colorau e pimentão verde amapaense e o macarrão de rua dos Arcos da Lapa. A todos os meus professores do PEP, em especial Márcia Chuva, Analucia Thompson, Helena e Evandro, pelo apoio e contribuições para pesquisa; Lia Motta e Bia, pelo cuidado; assim como, meu orientador Luciano pela amizade, parceria e aprendizado.

Aos lagunenses que contribuíram ao compartilharem suas histórias, pela paciência, gentileza e colaboração, sem a qual este trabalho não seria possível: Dona Amélia, Seu Lelé, Dona Dilma, Dr. Reis, Deroci, Dalmo Faísca, Maria da Graça, Márcio Rodrigues, Artur Cook, Batista Cruz, Jorge da Rosa, Márcio Spillere, Marleni Preuss, Maurício Espíndola, o falecido Sr. Luiz Nicolazzi, a Dona Maria Salete e, especialmente, o falecido Sr. Munir Soares.

“Era difícil, talvez não surpreendentemente naquele dia, observar as fronteiras, ver e desver apenas o que eu deveria, a caminho de casa. Eu estava cercado de pessoas que não estavam na minha cidade, caminhando lentamente e atravessando áreas lotadas, mas não lotadas em Besźel. Concentrei-me nas pedras que realmente estavam ao meu redor – catedrais, bares, os floreados de tijolos do que havia sido uma escola – e com as quais eu havia crescido. O resto eu ignorei ou tentei”. (China Miéville. A Cidade e a Cidade, 2014).

RESUMO

O trabalho em questão toma por objeto o Centro Histórico de Laguna (SC) enquanto espaço representado a partir de seu processo de "patrimonialização", a fim de problematizar as diferentes práticas discursivas comportadas sobre o mesmo conjunto urbano, seja entre discursos de patrimônio autorizado fomentados por diferentes instâncias protetoras do patrimônio, sob esfera federal, municipal e estadual– os quais se estenderiam desde o tombamento federal da Casa de Câmara e Cadeia de Laguna (1953-1954), e do conjunto urbano do Centro Histórico de Laguna, em (1984-1986), tombamento municipais (1977-1988)– além de pedidos de retirada em tombamento. Por fim, esses discursos serão contrastados com as narrativas de usuários antigos do mesmo local, que presenciaram seu processo de "patrimonialização". Para isso, serão analisadas entrevistas, as quais procuram investigar suas relações de memória, identidade e afetos com a área salvaguardada,o que entendem por patrimônio e que bens apontam como tal, assim como suas impressões sobre o tombamento do Centro Histórico.

Palavras-chave: Laguna (SC); Patrimônio Cultural; Centro Histórico; Tombamento; IPHAN; Memória.

ABSTRACT

The study in question take as an object the Laguna's historic district (state of Santa Catarina, Brazil), as a represented place from the perspective of its heritage process, in order to investigate the different existing discursive practices on the same urban space, between authorized heritage discourses, from different government heritage agencies (federal, state and municipal) – since the identification, studies e safeguard policies of the Laguna's Câmara and Jailhouse (1953-1954), of historical buildings by the city hall (1977-1988) – and request of withdraw legal protection. Lastly, these discourses will be confronted with the narratives from the Historic District's users, who witnessed this heritage process. Therefore, it will be analyzed interviews, investigating their relations of memory, identity and affects with the protected area, that they understand as 'heritage', which cultural belongings they point as such, as well as their impression about the Historic District's safeguard policies.

Keywords: Laguna (SC, Brazil); Cultural Heritage; Safeguard Policies; Brazilian government heritage agencies; Historic District; Memory.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 1 - Praça Matriz 32
Figura 2 - Antiga Casa de Câmara e Cadeia antes da reforma de 1956 35
Figura 3 - Casa de Câmara e Cadeia (Escada) 36
Figura 4 - Casa de Câmara e Cadeia (Escada) 2 36
Figura 5 - Provável foto do museu em 1900 encaminhada no processo 45
Figura 6 - Postal de inauguração do Museu Anita Garibaldi 48
Figura 7 - Museu Anita Garibaldi durante os festejos do centenário da comarca 49
Figura 8- Ruben Ulysséa discursando durante as festividades da comarca 49
Figura 9 - Tesoura pertencente a Anita Garibaldi. Ao lado do mastro da embarcação "Seival" 50
Figura 10 - Palacete da família Tomaz de Souza 53
Figura 11 - Agência do Banco do Brasil em Laguna 54
Figura 12 - Monumento ao bandeirante Domingos de Brito Peixoto (fundador de Laguna) 58
Figura 13 - Prefeito Mário José Remor na inauguração do busto de Garibaldi 58
Figura 14 - Loja maçônica Fraternidade Lagunense na inauguração de monumento em homenagem ao maçom e jornalista Jerônimo Coelho 59
Figura 15 - Casa Pinto D'Ulysséa 60
Figura 16 - Palacete Polidoro Santiago 61
Figura 17 - Casa nº 10 da Rua Rio Branco 61
Figura 18 - Casa de Anita, na Rua Fernando Machado 62
Figura 19 - Casario da Praça Republica Juliana 1 62
Figura 20 - Casario da Praça República Juliana 2 63
Figura 21 - Casario da Praça República Juliana 3 63
Figura 22 - Casario do Largo do Rosário 64
Figura 23 - Casa nº 2 da Travessa Manoel Pinho, esquina com a Rua Fernando Machado 64
Figura 24 - Casa da Rua Rio Branco, onde está localizado o Hotel Rio Branco (Rua Gustavo Richard) 65
Figura 25 - Casa da Rua Rio Branco, onde está localizado o Hotel Rio Branco (Rua Raulino Horn) 65
Figura 26 - Ruínas do Camacho (atual Casa da Nação) 66
Figura 27 - Casa nº 420 da Rua Voluntário Benevides, esquina com a Fernando Machado 66
Figura 28 - Casa de Cid Cecconi Costa, nº 133 Rua Raulino Horn 67
Figura 29 - Casa nº 11 – Alexandre Grandmarq, Rua Raulino Horn e Casa nº 185 – da Rua Raulino Horn 67
Figura 30 - S. R. União Operária – Rua Santo Antônio s/nº 68
Figura 31 - Casa nº 208, localizado na Rua Raulino Horn, esquina com a Rua Barão do Rio Branco 68
Figura 32 - Ruínas do Forte José Garibaldi, localizado em Ponta da Barra. 69
Figura 33 - Casa de Anita (museu) 72
Figura 34 - Monumento à Anita Garibaldi (Tubarão, SC) 74
Figura 35 - A árvore de Anita em 1926 76
Figura 36 – Mapa com sugestão de tombamento pelos alunos da UFSC 91
Figura 37 - Fachadas de sugeridas para tombamento por alunos da UFSC 92
Figura 38 - Casa da Rua Gustavo Richard, 258 1 (sugerida para a retirada de azulejos) 92
Figura 39 - Igreja Matriz de Santo Antônio dos Anjos 94
Figura 40 - Biblioteca Pública Municipal Professor Romeu Ulysséa 95

Figura 41 – Casa da Rua Gustavo Richard, 258 2 95
Figura 42 - Imóvel da Rua Conselheiro Jerônimo Coelho, 148 96
Figura 43 - Imóvel da Rua Duque de Caxias, 46 97
Figura 44 - Antigos imóveis existentes onde atualmente se encontra a agência do Banco Bradesco 100
Figura 45 - Agência do Banco Bradesco 100
Figura 46 - Marco de Tordesilhas 105
Figura 47 - Imóvel da família Candemil 1 123
Figura 48 - Imóvel da família Candemil 2 124
Figura 49 - Ponte de Ferro de Cabeçudas 145
Figura 50 - Praia do Mar Grosso 158
Figura 51 - Praça Matriz 2 160
Figura 52 - Praça Matriz 2 161
Figura 53 - Praça Matriz 3 161
Figura 54 - Tapetes de Corpus Christi 163
Figura 55 - Cartão postal comemorativo da festa de Nossa Senhora dos Navegantes 163
Figura 56 - Rua Gustavo Richard (antiga rua da praia) em dia útil 164
Figura 57 - Ruínas do antigo Mercado Público de Laguna 166
Figura 58- Mercado Público de Laguna 166
Figura 59 - Postal de inauguração do monumento de Nossa Senhora da Glória 168
Figura 60 - Igreja Matriz de Santo Antônio dos Anjos 2 170
Figura 61 - Igreja Bom Jesus do Socorro (Pescaria Brava, SC) 170
Figura 62 - Farol de Santa Marta 171
Figura 63 - Antiga estação de trem no bairro Campo de Fora 171
Figura 64 - Hospital de Caridade Senhor Bom Jesus dos Passos 172
Figura 65 - Biblioteca Pública Municipal Professor Romeu Ulysséa 2 172
Figura 66 - Imóvel da Rua Santo Antônio, 42 173
Figura 67 - Antiga casa da família Figueiró 173
Figura 68 - Molhes da Barra 174
Figura 69 - Lagoa de Santo Antônio (Centro) 175
Figura 70- Procissão de Santo Antônio 176
Figura 71 - Altar em casa do Centro Histórico durante a Procissão de Santo Antônio 177
Figura 72 - Clube Congresso Lagunense 179
Figura 73 - Antiga sede do Clube Blondin 180
Figura 74 - Atual sede do Clube Blondin 181
Figura 75 - Desfile da Escola de Samba Brinca Quem Pode 182
Figura 76 - Sambódromo no bairro Campo de Fora 183
Figura 77 - Bloco da Pracinha (Magalhães - Mar Grosso) 184
Figura 78 - Banda Carlos Gomes na Procissão de Santo Antônio 185
Figura 79 - Porto de Laguna, com a Igreja do Rosário ao fundo 187
Figura 80 - Festa de Iemanjá (Mar Grosso) 188
Figura 81 - Estádios de futebol no bairro Progresso 190
Figura 82 - Antigo Aeroporto de Laguna (bairro Mar Grosso) 191
Figura 83 - Antiga sede da Sociedade Recreativa Anita Garibaldi (Campo de Fora) 191
Figura 84 - Cine Teatro Mussi 193
Figura 85 - Árvore de Anita 2 194
Figura 86 - Fonte da Carioca 195
Figura 87 - Centro Histórico de Laguna 198
Figura 88 - Obra embargada pelo ETEC do IPHAN em Laguna 1 199
Figura 89 - Obra embargada pelo ETEC do IPHAN em Laguna 2 199

Figura 90 - Campus da UDESC em Laguna (bairro Progresso) 201

MAPAS

Mapa 1 - Mapa da ocupação do litoral de Santa Catarina (século XVII).....31
Mapa 2 - Delimitação da área da Vila de Laguna (1720)/Mapa 3 - Evolução urbana de Laguna (1750) 33
Mapa 4 - Área embargada por decreto municipal 09/84 e sugerida para tombamento provisório.....102
Mapa 5 - Poligonal de tombamento definitiva 114
Mapa 6 - Bairros da área central de Laguna.....150

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACIL – Associação Comercial e Industrial de Laguna

CELESC –Centrais Elétricas de Santa Catarina

CNRC – Centro Nacional de Referências Culturais

DPHAN – Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

DPI – Departamento do Patrimônio Imaterial

DTC – Divisão de Tombamento e Conservação

ETEC – Escritório Técnico

FCC – Fundação Cultural Catarinense

IHGB – Instituto Histórico Geográfico Brasileiro

IHGRS –Instituto Histórico Geográfico do Rio Grande do Sul

IHGSC – Instituto Histórico Geográfico de Santa Catarina

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

PEP – Programa de Especialização em Patrimônio

PCH – Programa de Cidades Históricas

PRÓ-MEMÓRIA – Fundação Nacional Pró-Memória

SPHAN – Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 16

1. O PATRIMÔNIO CHEGA A LAGUNA: OS TOMBAMENTOS DA ANTIGA CASA DE CÂMARA E OS MUNICIPAIS 28

1.1 O PATRIMÔNIO AUTORIZADO 28

1.2 O TOMBAMENTO DO PAÇO DO CONSELHO OU DA CADEIA VELHA 30
1.2.1 A cidade até o tombamento 30
1.2.2 A Casa de Câmera e Cadeia 33
1.2.3 O processo de tombamento 35
1.2.3.1 Sobre o valor histórico 35
1.2.3.2 Sobre o valor arquitetônico 41
1.2.3.3 Sobre o valor local 44
1.2.4 A (re)inauguração do museu 47

1.3 POLÍTICAS DE PATRIMÔNIO MUNICIPAIS 52
1.3.1 Uma retórica da perda em Laguna 52
1.3.2 Tombamentos Municipais 57
1.3.3 Relações entre a prefeitura e o IPHAN (1) 77

2. O PATRIMÔNIO SOB UMA NOVA PERSPECTIVA: O TOMBAMENTO DO CENTRO HISTÓRICO DE LAGUNA 82

2.1 ESTUDOS PREGRESSOS 82
2.1.1 A USFC em busca de uma valorização do sítio histórico da Laguna 86

2.2 O PROCESSO DE TOMBAMENTO 98
2.2.1 As justificativas regionais 99
2.2.2A Instrução Técnica nº107/84 106
2.2.3 Avaliação histórica 116
2.2.4 O tombamento provisório e a reunião do Conselho Consultivo 120
2.2.4.1 Sobre o conselho consultivo 121
2.2.4.2 O parecer do Conselho Consultivo 125

2.3 RESSONÂNCIA NO CAMPO DO PATRIMÔNIO 128

3. LAGUNA COMO UM PATRIMÔNIO SENTIDO E RESSENTIDO: LEITURAS SOBRE A CIDADE-DOCUMENTO POR SEUS PRATICANTES 132

3.1 REAÇÕES PÓS-TOMBAMENTO 132
3.1.1 Os pedidos de retirada de tombamento 134
3.1.2 Relações entre a prefeitura e o IPHAN (2) 143
3.1.2.1 O Tombamento Municipal da Ponte de Ferro de Cabeçudas 144

3.2 AS PRÁTICAS DE LEITURA DOS USUÁRIOS DO CENTRO HISTÓRICO 147
3.2.1 Sobre a seleção dos entrevistados 147
3.2.2 Entendimentos sobre o tombamento 151
3.2.3 Sobre a problemática do abandono no centro histórico 158
3.2.3.1 A Praça Vidal Ramos 160
3.2.3.2 O Mercado Público de Laguna 165
3.2.3.3 O Morro da Glória 167
3.3.4 Sobre as atribuições de valor patrimonial locais 168
3.3.4.1 Bens materiais e naturais 169
3.3.4.2 Bens imateriais 175
3.3.4.2.1 A festa de Santo Antônio e açorianidade 175
3.3.4.2.2 O caso do carnaval de Laguna 178
3.3.4.3 Sobre a memória: bens esquecidos e “invisibilizados” 185
3.3.5 A cidade do “já foi” 189

CONSIDERAÇÕES FINAIS 198

REFERÊNCIAS 205

FONTES 208
Entrevistas 208
Fontes de arquivo 209

ANEXO - RELAÇÃO DAS ENTREVISTAS ANALISADAS 212

INTRODUÇÃO

No dia quatro de agosto de 2016, pela manhã, saí de minha quitinete alugada no bairro Progresso, em Laguna (SC) e segui meu caminho contornando o Colégio CEAL entre as ruas Jacinto Tasso e Celso Ramos. Entrei no centro de Laguna, passando o Largo do Rosário, atravessei para a calçada da direita e passei em frente à Praça República Juliana. Continuei descendo pelo comércio da Rua Raulino Horn, ocasionalmente saindo para o meio fio para desviar de postes que bloqueiam as calçadas estreitas da área tombada e os tapumes das obras do antigo hotel Rio Branco, que ainda estariam durante meus dois anos de estadia na cidade. Após algumas quadras, virei à esquerda no calçadão da Rua XV de Novembro, subindo até a Praça Matriz e, por fim, entrando no Escritório Técnico do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) em Laguna (SC), onde, havia apenas alguns dias, iniciei as atividades profissionais de mestrado do programa PEP. (Programa de Especialização em Patrimônio).

Pouco tempo após, a prefeitura ligou para o escritório informando do roubo do sino do Museu Anita Garibaldi (antiga Casa de Câmara e Cadeia), então localizado na Praça República Juliana, durante a madrugada. Lembro que na hora havia me sentido um pouco culpado, pois, durante meu trajeto para o IPHAN havia passado em frente ao museu sem notar a ausência do sino, o qual ficava na escadaria externa na lateral do imóvel.

Após um ano sem conseguirem recuperar o sino, minha supervisora pediu para que eu resgatasse o máximo de informações possíveis sobre o sino desaparecido. Aparentemente havia uma preocupação da prefeitura em saber maiores detalhes do referido objeto e se era uma cópia ou “original”, ou seja, o mesmo que havia sido colocado na antiga Casa de Câmara em sua inauguração em 1747, como se houvesse uma forma de atestar seu valor através de sua antiguidade e singularidade.

Na época, procurei informações em inventários no Arquivo Central do IPHAN/RJ e no processo de tombamento da Casa de Câmara pelo IPHAN em 1953, além de livros disponíveis na biblioteca do escritório, mas não encontrei nenhuma informação referente ao sino. O objeto não era citado pelos pareceristas do IPHAN, entre diversas sugestões de restauro durante o processo de tombamento e não se encontrava catalogado como item do museu pela municipalidade. O sino nem ao menos se encontrava no museu no momento de seu primeiro inventário, tombamento ou restauro feito pelo Instituto para a sua inauguração, nada indicando se o objeto que teria sido ali colocado após sua inauguração em 1956 seria o sino histórico recuperado pela municipalidade ou outro apropriado para efeito estético e simbólico. Os poucos

registros do sino também não permitiriam verificar com detalhes, se o material do roubado corresponderia com o "original". O único indício, encontrado em tempo hábil, de que este poderia se tratar do referido objeto histórico, seria uma declaração feita pelo jornalista, professor e historiador local Ruben Ulysséa (2004) durante a cerimônia de inauguração do Museu Anita Garibaldi. Assim, minhas breves pesquisas foram inconclusivas e, como eu comentaria em um seminário, me parecia que o sino nunca foi tão presente para a cidade como depois do roubo, o peso de sua ausência parecia maior do que sua presença durante sessenta anos na sineira do Museu Anita Garibaldi.

O que ocorria, seria o manifesto de interesse de alguns vereadores em adquirir um novo sino para ocupar o espaço vazio da sineira. Uma réplica do roubado. A minha supervisora emitiria um parecer contrário a tal proposta sob o argumento de que a substituição de um objeto idêntico se constituiria de um "falso histórico" (como talvez já fosse o roubado), contrariaria as recomendações das Cartas Internacionais (Carta de Veneza e Cracóvia e do ICOMOS) e induziria o esquecimento do roubo. Para a técnica, a ausência do sino deveria ser sentida para que servisse como uma forma de reflexão e alerta ao patrimônio local, recomendando assim que a sineira continuasse vazia ou, caso fosse o interesse da maioria dos cidadãos, devido à sua importância simbólica, esse fosse substituído por outro sino de material e design claramente diferentes, juntamente com uma placa comunicando o roubo do original (LUCENA In: SEI nº 0337002).Devido à comoção popular pela ausência do sino, manifestações em redes sociais e para evitar desinformações sobre a decisão do IPHAN, esse parecer foi lido pela técnica a público durante o "Seminário de Segurança e Ressignificação de Acervos: Estudo de Casa 'O Sino do Museu'".

Mas, o que me chamou atenção, foi a grande comoção e o sentimento de tristeza, revolta ou impotência por alguns idosos que se manifestaram no debate. Alguns não queriam uma réplica do sino, mas insistiram no aumento de esforços para recuperar o roubado, outros queriam que a todo custo não deixassem o museu sem um sino e entendiam a recusa o IPHAN como comparável aos embargos de obras que ocorriam na área tombada e que agiriam como um desserviço à cidade. Esses moradores antigos tinham convicção de que o sino roubado era o histórico e sempre esteve lá, com base no que aprenderam durante seu ensino escolar e memórias da infância.

Após o ocorrido, em uma segunda visita ao Arquivo Central do IPHAN/RJ[1], descobri que essa não fora a primeira vez que ocorrera um debate similar acerca do sino. Como já

[1] Ver: IPHAN. Museu Anita Garibaldi**.** Dossiê. Série: Obras. Bem cultural: Museu. 1948-1955;IPHAN. Museu Anita Garibaldi**.** Dossiê. Série: Obras. Bem cultural: Museu. 1955-1956.

mencionado, quando ocorreu seu primeiro restauro pelo IPHAN[2] (entre 1954 e 1956), a edificação do museu não possuía mais o sino e a sineira, que se situavam no topo de sua escadaria lateral do museu e que serviam para a câmara municipal para regular as atividades urbanas. Nesse sentido, na época o engenheiro Claudino Rocha constou em orçamento para a municipalidade (07/04/1954), a compra de um sino e uma sineira no valor de CR$ 1.200,00. Porém, durante o dossiê das obras, o sino seria pouco citado, mostrando uma maior preocupação com o restauro de outros aspectos da edificação.

Até que, em Informação de nº 200 de 04/08/1955, o arquiteto do IPHAN Paulo Thedim Barreto declara: "A nosso ver, é melhor não refazer a sineira por serem insuficientes os dados até agora encontrados. É trabalho que poderá ser executado a qualquer momento, desde que surjam elementos precisos" (BARRETO In: IPHAN, 1955-1956). Um mês após (Informação 243 de 21/09/1955), Barreto informa que: "em tempo: sabemos que foi adquirido um sino, que consta ser o antigo sino da casa da câmara; mas insisto pelo que dissemos acima, o sino deverá ficar exposto como peça integrante do museu, simplesmente". (BARRETO In: IPHAN, 1955-1956).

Curioso notar que, assim como minha supervisora, os técnicos do IPHAN dos anos 1950 também não foram favoráveis a colocação de um sino no topo da sineira, pela falta de informações precisas e, no caso, indicaram seu uso como item de exposição do museu. Mas, da mesma forma, houve uma reação contrária da localidade, em ofício de 10/10/1955, o juiz de direito da comarca João Marcondes de Mattos, que articulava sob interesse da municipalidade durante as referidas obras, recorre para que os técnicos reconsiderem a decisão: "É uma aspiração do povo de Laguna, e se a mesma [a sineira] não for construída, ficarei em má situação. O velho sino de grande espessura é um atestado de que êle já existiu por muitos anos e mesmo um dos livros de Saul Ulysséa[3], faz referência a êle". (MATTOS In: IPHAN, 1955-1956). O apelo seria encaminhado para parecer do Lúcio Costa, que acatara o pedido do juiz, a sineira foi reconstruída e na prestação de contas da obra encontram-se orçados os gastos com o transporte do sino.

[2]Ao longo do trabalho se utilizará do nome atual "IPHAN". Vale lembrar que a instituição teve outros nomes durante sua história: 1937-1946 – SPHAN, Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; 1946-1970 – DPHAN, Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; 1970-1979 – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; 1971-1981 – Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ligada à Fundação Nacional Pró-Memória; 1981-1989 – Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; 1989-1994 – IBPC, Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural; 1994 ao presente – IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

[3] Intelectual local. Cita o sino em seu livro "Laguna de 1880". (ver capítulo 1).

Dessa forma, o roubo representaria, além da perda do objeto, a perda de um vínculo que ancorava suas fundações identitárias. A repercussão do sino de 2016 seria um indício das relações cotidianas entre o IPHAN e a comunidade, permeada por discursos divergentes, marcadas por rancor e mágoa. Situações como essa, fizeram-me suspeitar que essa dissonância tem sua própria historicidade e que isso tomou corpo durante a patrimonialização do conjunto urbano tombado. Nesse sentido, instiguei-me em apurar a problemática das relações entre a construção de um discurso autorizado de patrimônio local, pelas agências reguladoras do patrimônio, e as representações dos moradores, agora idosos, acerca do patrimônio e da área tombada. Assim, essa dissertação visa discorrer sobre a temática dos conjuntos urbanos patrimonializados a partir do Centro Histórico de Laguna enquanto objeto de estudo, com o objetivo de melhor investigar esses pontos de ancoragem e as diferentes atribuições de valor patrimonial de diversos atores sobre o mesmo espaço urbano, entendido como espaço representado, para assim, compreender de que forma a geração de lagunenses que presenciou esse processo de patrimonialização valoram, sentem (ou ressentem) a área tombada.

Por isso, no transcorrer do trabalho procurar-se-á, enquanto objetivos específicos: entender a construção de um discurso de patrimônio autorizado sobre Laguna a partir das instâncias federal, estadual e municipal; analisar o discurso de memória histórica de Laguna e as ações memoriais desenvolvidas a partir disso; investigar por meio de entrevistas como ocorre a atribuição de valores de patrimônio sobre o espaço tombado a partir dos usuários do bem cultural; e, por fim, entender como o discurso institucional de patrimônio autorizado, fomentado pelo IPHAN e a prefeitura, e o discurso de memória de grupos locais coexistem, ignoram, dialogam ou conflitam entre si.

Apesar do tombamento do Centro Histórico de Laguna ter sido concluído em 1986, discussões acadêmicas locais com o tema "patrimônio" em pauta ainda são recentes. A primeira dissertação que traz o patrimônio à discussão data do ano de 2001, "Praças, Edificações e Monumentos de interesse Histórico – Cultural Existentes no Centro Histórico de Laguna", uma dissertação na área de turismo de Maria Helena Martins do Amaral, cujo objetivo era valorizar a importância do tombamento, a fim de despertar interesses dos moradores e turistas sobre o Centro Urbano e servir de base para futuros projetos do IPHAN. (AMARAL, 2001).

Também merece o destaque a dissertação "Patrimônio Edificado de Laguna: Conhecer, Interpretar e Preservar", na área de Ciências da Linguagem, de Gizely Cesconetto de Campos, antiga técnica do escritório técnico do IPHAN em Laguna. Campos parte dos significativos índices de rejeição ao patrimônio pelos moradores da área tombada, para, através de em diálogo

com a semiótica, investigar a educação patrimonial como uma forma de enriquecer o nível de percepção e de significação dos moradores sobre o Centro Histórico. (CAMPOS, 2007).

Em “Laguna, Paisagem e Preservação: o patrimônio cultural e natural do município”, a arquiteta Ana Paula Cittadin (atual chefe do Escritório Técnico do IPHAN em Laguna) atualiza a percepção da ocupação do município de Laguna sob a compreensão de paisagem cultural e de que forma isso implicaria na necessidade em propor uma readequação das diretrizes de política urbana para prefeitura. (CITTADIN, 2010).

Apesar dessas produções, seria com o Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do IPHAN que o tema “patrimônio” seria problematizado e acabaria por ganhar maior enfoque nos estudos sobre a cidade. Até o momento, dois mestrandos do PEP atuaram no Escritório Técnico do IPHAN em Laguna: Alexandro Demathé (área de formação: História), que realizou uma dissertação sobre a arqueologia subaquática na região, um diferencial significativo tendo em vista a grande maioria das teses e dissertações de arqueologia sobre a região se concentrarem nos sambaquis. (DEMATHÉ, 2014). A segunda estudante seria a arquiteta Maria Matilde Villegas Jaramillo, que em sua dissertação propôs uma avaliação, sob uma perspectiva urbanista, das dissonâncias e concordâncias entre os mecanismos de preservação do Centro Histórico de Laguna adotados pelo escritório local do IPHAN desde sua implementação, com o discurso técnico e teórico que fundamentou do processo de tombamento do referido conjunto urbano, destacadamente instrução técnica do arquiteto Luiz Fernando Franco. (JARAMILLO, 2016). Essas dissertações são relevantes na medida em que partem de uma postura crítica sobre os discursos e ações patrimoniais em Laguna para, a partir disso, propor políticas de preservação.

Também não se podem ignorar as produções acadêmicas sobre Laguna que não abordam o “patrimônio” diretamente. Em suas produções acadêmicas, João Batista Bitencourt procura demonstrar a influência que um grupo de intelectuais da primeira metade no século XX teve em moldar um discurso histórico qualificado sobre a história de uma Laguna portadora de “tradição de cidade histórica”. (BITENCOURT, 1997). Sob esse viés, também se encontra “Uma Heroína na História: Representações sobre Anita Garibaldi”, de Antônio Manoel Elíbio Júnior, que analisa a construção do imaginário de Anita Garibaldi como heroína. (ELÍBIO JR., 2000).

Outros estudos preocupam-se com o tema da invisibilidade e territorialidade negra no Centro Histórico. A dissertação de Júlio César da Rosa (ROSA, 2011), na área de História, examina as sociedades recreativas fundadas por afrodescendentes como espaços de sociabilidades negra no sul da Santa Catarina. A dissertação em educação de Maria Augusta

Geremias do Nascimento – em um diálogo entre a pedagogia, sociologia e história – parte do estudo da trajetória de vida da professora afrodescendente Julia Chrispina do Nascimento no início século XX, a fim de investigar o processo de assimilação de populações ex-escravizadas pela cultura dominante (NASCIMENTO, 2006). O antropólogo Aloísio Luiz dos Reis estuda o grupo carnavalesco "Brinca que pode", formada por músicos negros da Sociedade Musical União dos Artistas, apontando a escola de samba como uma conquista do espaço público pela comunidade afrodescendente. (REIS, 1996). Os escritos de Thiago Juliano Sayão também demonstram uma especial preocupação com a antiga Igreja do Rosário. (SAYÃO, 2018).

Há também alguns trabalhos dignos de nota, os quais abordam a questão de identidade em comunidades periféricas, como a dissertação "Memórias e Experiências: Aspectos Culturais Irrenunciáveis de Comunidades de Entorno da Laguna – 2000 a 2011", de Laércio Vitorino de Jesus Oliveira, da área de pedagogia, que desenvolve um projeto de história oral dos idosos como forma de refletir formas de resgate da identidade local dos habitantes do distrito de Ribeirão Pequeno (OLIVEIRA, 2011); "O Transitar de Saberes Populares de Pescadores Artesanais na Escola" da pedagoga Samira Martins Pereira, realizada na comunidade de Santa Marta (PEREIRA, 2014); a dissertação em antropologia de Fátima Satsuki de Araujo Lino (2017), "Pescadores Artesanais na Praia da Tesoura, Laguna/SC: reflexões sobre sociabilidades de apropriações do espaço". Apesar dessas significativas produções, o termo "patrimônio" não parece habitar o vocabulário desses estudiosos, por questão de recorte de pesquisa ou talvez uma forma de resistência a um discurso autorizado de patrimônio.

Dessa forma, *a priori* identificam-se duas correntes acadêmicas que se dedicam ao estudo do Centro Histórico e que não dialogam entre si: por um lado, produções sob perspectiva arquitetônica, que acabam por aceitar e, indiretamente, legitimar a importância do discurso institucional do IPHAN e um discurso histórico constituído sobre Laguna; e, por outro, estudos que procuram brechas, lapsos, contradições e resistências na cultura urbana, mas que, em grande parte, se abstêm de discutir questões referentes às políticas patrimoniais.

Com relação a discussões sobre memória na área tombada, em maior ou menor grau, há uma quantidade significativa de teses e dissertações que se utilizam de entrevistas para análise do centro histórico de Laguna, porém as fontes orais acabam por demonstrar um papel secundário, com função demonstrativa de resultados pressupostos ou meramente ilustrativos, o que resulta no uso da história oral enquanto mera técnica ou ferramenta. (MEIHY, 2015). Esses estudos se utilizam da entrevista como fonte informativa, não como forma de ouvir novos interlocutores sobre o centro; os autores pouco discutem a metodologia utilizada para o registro

desses depoimentos, sendo que em muitos casos só se tem conhecimento que de fato essas coletas ocorreram devido a citações de fontes orais nas referências bibliográficas.

Assim sendo, nessa perspectiva, poucas dissertações merecem destaque, como: "Laguna: de ontem a hoje, espaços públicos e vida urbana", de Liliane Monfardini Fernandes de Lucena (atual técnica do Escritório Técnico de Laguna do IPHAN). Essa dissertação da área de Geografia concebe um diálogo com Arquitetura e Urbanismo e História, a fim de investigar as transformações dos usos de espaços públicos por meio da evolução urbana do Centro Histórico de Laguna desde a criação da cidade, sob a perspectiva da história econômica do município e se utilizando de coleta de entrevistas para compreender a dinâmica social da cidade na primeira metade do século XX.

Com relação às produções acadêmicas locais, o trabalho desenvolvido nesta dissertação encontraria seu lugar por ser a primeira discussão acadêmica dedicada em estudar trajetória dos discursos de patrimônio em Laguna (SC), especialmente procurando dar atenção aos discursos dos moradores, além de defender uma história do tempo presente em uma cidade, cuja produção memorialista local tende a ignorar os últimos 60 anos por não serem "históricos" e por não serem memoráveis, a altura das "glórias do passado". Repensando o contexto das produções acadêmicas em caráter nacional, acredita-se, também, que a análise aqui proposta consiga associar o patrimônio material tombado de Laguna a discussões teóricas correntes do campo de preservação, mais atenta aos usuários do bem-cultural e à revisão crítica das políticas do IPHAN. (TAMASO, 2011 e 2016; LIMA, 2011; MENEZES, 2012; CHUVA, 2011; MOTTA, 2000).

Na introdução de uma publicação do projeto do IPHAN "Memória Oral da Preservação do Patrimônio Cultural", Analucia Thompson enfatiza que o trabalho com a metodologia da História Oral no campo da preservação do patrimônio não deve ficar limitado aos estudos do COPEDOC (atualmente integrado ao Centro Lúcio Costa), devendo ser expandida para fora do IPHAN abarcando "cidadãos que vivenciaram as práticas das políticas de preservacionistas, enfim, aqueles que foram envolvidos, simbolicamente ou na vida prática pela ação ou omissão das políticas culturais". (THOMPSON, 2010, p. 18). Acredita-se que a coleta de depoimentos orais aqui proposta se enquadraria nesses quesitos e teria o objetivo de traçar diálogo e reflexão entre as ações patrimoniais do IPHAN e a comunidade, possibilitando uma melhor compreensão sobre a dimensão simbólica do patrimônio material lagunense.

A metodologia de pesquisa deste trabalho é pautada em um conjunto de direcionamentos de pesquisa: análise crítica do discurso, da história oral e estudos sobre representações coletivas. No transcorrer da dissertação, o patrimônio passa a ser entendido, não como uma coisa ou lugar,

mas como processo cultural no qual se articulam juízos de identidade através de discursos legitimadores. (SMITH, 2006). Assim, todo o patrimônio seria por essência intangível, sendo a cultura material uma importante ferramenta simbólica usada nessas práticas. Nesse sentido, Smith define discurso de patrimônio autorizado enquanto "um processo de construção de patrimônio e de regulação de governo dos significados políticos e culturais do passado, e do papel que tem o passado ao definir os problemas contemporâneos". (SMITH, 2011, p. 46, tradução nossa).[4] Esse discurso seria compartilhado em várias instâncias e comumente

> [...] foca sua atenção em objetos materiais, lugares e/ou paisagens esteticamente agradáveis, que as gerações atuais 'devem' cuidar, proteger e reverenciar para que sejam passados para gerações futuras nebulosas para sua 'educação', e para forjar um juízo de identidade comum baseado no passado (SMITH, 2006, p. 29, tradução nossa).[5]

Para isso, são definidos quais grupos intelectuais teriam a competência de falar sobre o passado, como arqueólogos e historiadores, assim como em nome da cultura material, como arquitetos, historiadores da arte e arqueólogos. Através deles, o discurso de patrimônio autorizado defende um entendimento de identidade, que seria representada por meio de um suporte material como lugares, monumentos, objetos, edificações. Esses bens passariam a ser definidos e reificados enquanto o "patrimônio" em si, de forma a serem aceitos passivamente, impossibilitando o presente de alterar o seu sentido e valor. (SMITH, 2006).

> Porém, não há um único discurso autorizado de patrimônio; certamente, o discurso autorizado de patrimônio [...] será diferente daqueles expressos em outros contextos nacionais, ainda que o discurso internacional tenha entendimentos significativos com aqueles da Europa ocidental e outros países ocidentais. O discurso patrimonial autorizado, seja discurso nacional ou internacional, não é o único discurso patrimonial, e tampouco é imutável ou inalterável. Está sujeito a desafios e lutas. (SMITH, 2011, p. 44, tradução nossa).[6]

Para tanto, os discursos se definem enquanto elementos que regulam, constituem, mantém e desafiam relações sociais, internalizando ideologias, suposições e práticas, mas

---

[4] No original: *"el discurso patrimonial autorizado es em sí um proceso de construcción de patrimonio, y de regulación y gobierno de los significados políticos y culturalesdelpasado, y del papel que el passado tieneentonces al definir los problemas contemporáneos"*.

[5] No *original: "The autorized heritage discourse (AHD) focuses attention on aesthetically pleasing material objects, sites, places and/or landscapes that current generations must care for, protect and reverse so that they may be passed to nebulous future for their 'education', and to forge a sense of common identity based on the past".*

[6] No original: "*Sin embargo, no hayun único discurso patrimonial autorizado; ciertamente, el discurso patrimonial autorizado [...] será diferente de aquellos expressados e notros contextos nacionales, aunqueel discurso internacional tendrá sinergias significativas com aquellos de Europa occidental y otros países occidentales. El discurso patrimonial autorizado, biensea como discurso nacional o internacional, no es el único discurso patrimonial, y tampoco es in mutableniinalterable*".

> Isso não significa que o discurso representa a totalidade da prática social, mas é um dos elementos interligados da prática. Entretanto, se aceitarmos que o discurso é uma parte irredutível da prática da vida social, então caminho para analisar o que ocorre socialmente pode ser alcançado através da análise do exame do que ocorre "interdiscursivamente" [...] O ponto importante, entretanto, trata-se do reconhecimento da existência de discursos que se inter-relacionam e competem entre si, entendidos por ter um impacto na forma na qual as pessoas pensam sobre e interagem com o mundo social e físico (SMITH, 2006, p. 15, tradução nossa).[7]

Por isso, Smith direciona seus estudos através da Análise Crítica do Discurso (*Critical Discourse Analysis*, ou CDA), a qual visa identificar e compreender como as pessoas se mobilizam e atuam através dos discursos e como diferentes discursos se relacionam. (SMITH, 2006). Da mesma forma, essa dissertação, aos modos de uma história dos discursos, gira em torno da análise de como esses se operam na patrimonialização do centro histórico de Laguna, essa entendida como um processo iniciado com o tombamento da Casa de Câmera e Cadeia (1954) até o presente momento.

Por sua vez, a metodologia da história oral pode contribuir ao possibilitar interpretações de atores sociais não contemplados em documentos oficiais, mas de grande valor informativo e simbólico. A história oral passa a ser entendida como metodologia, na medida em que a coleta de entrevistas vai além do simples registro ou seu uso como uma fonte auxiliar, mas em que se procura desenvolver um processo de produção de conhecimento histórico, que envolve desde a escrita de um projeto pesquisa, escolha de entrevistados, definição de tipos de entrevista e de análise, elaboração de roteiros de entrevistas, além de postura autocrítica e ética por parte do entrevistador. (ALBERTI, 2004; MEIHY, 2015).

Além disso, entre as discussões contempladas pela história oral permeiam questões sobre o que é característico da memória. A memória seria aqui entendida enquanto uma construção social, um processo cultural ativo de lembrar (e esquecer) a partir das experiências e necessidades do presente. (MENESES, 1992; SMITH, 2006). Com base em laços de convivências dos indivíduos com instituições, como família, sistema educacional e trabalho (BOSI, 1992), uma memória coletiva seria construída socialmente no presente, fundamentada um passado em comum e legitimada coletivamente, como forma de socialização de um grupo que serviria em manter sua estabilidade e continuidade.

---

[7] No original: "*This is not to say that discourse represents the totality of social practice, but is one of the interlinked elements of the practice. However, if we accept that discourse is an irreducible part of social life, then one route to analyzing of what is going on socially can the achieved through the analysis of what is going on interdiscursively [...] The important point here, however, is the recognition of the existence of competing and inter-relating discourses that are understood to have an impact on the way people think about and interact with the social and physical world*".

Dessa forma, um relato oral trata-se de um exercício ativo do entrevistado no presente e, no qual, “lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com as imagens e ideias de hoje, a experiência do passado” (BOSI, 1994, p. 55) a partir de ideias e juízos de valor sobre o mundo vivido. Ao mesmo modo, entende-se que os próprios relatos orais são discursos construídos em um processo colaborativo entre o entrevistador e o entrevistado, como uma forma de atribuição de sentidos do passado por atores sociais em seu momento histórico. (PORTELLI, 1997).

Acredita-se que os entrevistados possuem uma representatividade qualitativa, não no sentido de oferecer dados objetivos, factuais e quantificáveis, mas a partir de como, por meio de seus olhares pessoais e através de um exercício narrativo consciente com sua memória, evidenciam uma subjetividade que os transcende. Pois, além das experiências em comum vivenciadas e relatadas, desvelam uma possibilidade de expressões, de entendimentos e de interpretações socialmente compartilhadas– suas experiências imagináveis. (PORTELLI, 1996).

A partir desse entendimento, o trabalho também se utiliza de uma história das representações coletivas, conforme trabalhado por Roger Chartier (1991), entendida como uma história das interpretações, da produção e apropriação de sentido, explícito ou implícito. O historiador considera que as segmentações sociais só existem a partir das representações coletivas, entendidas como relações do sujeito com o mundo social em que vive, sua forma de ser e de se situar no mundo, guiada por valores que transcendem ele mesmo. As representações implicam em uma relação entre um símbolo presente utilizado para remeter a um objeto material ausente ou, por vezes, um valor subjetivo. Através delas, um grupo de pessoas define sua identidade social e a legitima através de discursos, em meio a uma luta de representações com o outro e através da qual cada grupo se utiliza de instrumentos simbólicos para fazer crer, ver, legitimar divisões e hierarquias sociais.

Nesse sentido, pretende-se trabalhar o conjunto tombado pelo viés das representações simbólicas que o espaço físico suscita em seus habitantes, acarretando diferentes percepções sobre um mesmo espaço físico, a partir das condições sociais pelas quais são produzidas. (PESAVENTO, 1995). Assim, os discursos devem ser entendidos em sua própria lógica, especificidade e ambiguidades, em seus desvios e suas relações de tensão entre diferentes grupos sociais, entre os produtores do espaço “da cidade sonhada” (arquitetos, engenheiros e gestores públicos) e os consumidores do espaço, os cidadãos que o vivenciam diariamente. (PESAVENTO, 1995).

Os trabalhos de Chartier versam sobre o estudo crítico dos textos, história dos livros, da leitura e de demais práticas simbólicas. Além disso, sua produção historiográfica se concentra nas transformações propiciadas pelos textos impressos nas relações sociais e formação ideológica nos séculos XVII e XVIII. O autor procura realizar um choque entre o mundo do leitor e o mundo do texto, a fim de entender a construção de sentido que ocorre durante a leitura, as quais variam com a época, o lugar e o meio social em que ocorrem.

Desse modo, essa dissertação procura deslocar essa perspectiva para uma "cidade-documento" (conceito atribuído à área tombada por SANT'ANNA, 2014), ao propor investigar as práticas de "leitura" do espaço urbano tombado entre técnicos e moradores, identificando:

> Contrastes, enfim, entre as expectativas e os interesses extremamente diversos que os diferentes grupos de leitores que investem na prática de ler. De tais determinações, que regulam as práticas, dependem as maneiras pelas quais os textos podem ser lidos, e lidos diferentemente pelos leitores que não dispõem, dos mesmos utensílios intelectuais e que não entretêm uma mesma relação com o escrito (CHARTIER, 1991, p. 179).

O desenvolvimento dessa pesquisa está dividido em três capítulos. O primeiro, intitulado "O patrimônio chega a Laguna: os tombamentos da antiga Casa de Câmara e os municipais", visa identificar como foi construída uma compreensão sobre patrimônio na cidade de Laguna (SC) no período que precede o tombamento do Centro Histórico, assim como, sua representatividade na memória social local. Para isso, partirá do primeiro processo de tombamento federal (o tombamento da Casa de Câmara e Cadeia) e os subsequentes tombamentos municipais, a fim de investigar os reflexos de um discurso autorizado de patrimônio a nível local, que embasariam um imaginário sobre a cidade que propiciaria o pedido de tombamento do Centro Histórico a nível federal.

Em seguida, o capítulo "O patrimônio sob uma nova perspectiva: o tombamento do centro histórico de Laguna" dedica-se a uma análise aprofundada sobre a construção teórica utilizada pelo IPHAN para embasar o processo de tombamento do Centro Histórico. Serão estudadas: as justificativas que embasam os primeiros levantamentos arquitetônicos em larga escala da área (pela UFSC, FCC e IPHAN), além de motivações e argumentos utilizados pela prefeitura ao requisitar o tombamento, fundamentos teóricos e historiográficos utilizados nos estudos arquitetônicos e históricos e do parecer do conselho consultivo. O objetivo desse capítulo é entender em que contexto se inicia o tombamento do centro histórico e seu papel em meio às transformações conceituais pelo qual IPHAN passou na década de 1980, assim como, elucidar como se operam as diferentes construções discursivas favoráveis ao tombamento e suas

representações sobre o Centro Histórico de Laguna, para assim relacioná-la à compreensão dos moradores no mesmo espaço, tal como analisada no capítulo seguinte.

Por fim, o capítulo “Laguna como um patrimônio sentido e ressentido: leituras sobre a cidade-documento por seus praticantes” busca compreender a recepção do tombamento do centro histórico de Laguna por diversos setores da sociedade. Inicialmente, procura investigar a mudança de postura da prefeitura, comerciantes, etc., em relação ao tombamento. Para isso, haverá a análise dos abaixo-assinados e ofícios que procuram justificar o cancelamento do mesmo, assim como as contra argumentações do IPHAN. Em seguida, a partir de entrevistas realizadas, procura-se investigar como a área tombada é apropriada pelos idosos locais da geração nascida entre 1930-1960, como uma ferramenta de afirmação e luta identitária e em que medida pode ser entendida, como um lugar de evocação de memória e afetos, de forma que possibilite traçar novos entendimentos sobre a identidade e patrimônio local.

1. O PATRIMÔNIO CHEGA A LAGUNA: OS TOMBAMENTOS DA ANTIGA CASA DE CÂMARA E OS MUNICIPAIS

1.1 O PATRIMÔNIO AUTORIZADO

As primeiras discussões sobre o patrimônio surgiram no contexto de formação de estados-nação no século XIX, quando ocorreu um movimento fomentado pelas elites de países europeus em busca de reafirmação de uma identidade nacional e cultural com base nos conceitos de racionalidade, modernidade, liberalismo e progresso. (ANDERSON, 2008). Dessa forma, viu-se necessária a criação de uma genealogia de nação em busca de sua essência e remontando sua ancestralidade, além da conquista de uma hegemonia no campo das memórias. Essa forma de reflexão se adéqua a uma memória geracional (ou uma memória de fundação) entendida como uma noção de pertencimento simbólico de um grupo como parte de uma série de gerações, das quais se consideram herdeiros. (CANDAU, 2011). A partir disso, criaram-se museus e elegeram-se monumentos enquanto marcos de uma história e testemunhas da arte representativa de uma identidade nacional. Assim, esses grupos passam a se utilizar da cultura material como a principal forma de reafirmação de sua genealogia, cultura e poder sobre os demais. (SMITH, 2006).

Dessa forma, passa a ser delineado um discurso de patrimônio autorizado. Essas autoimagens são fomentadas pelas nações, enquanto representações construídas e reproduzidas através de inúmeros agentes e suportes, a fim de "fazê-las circular, divulgando-as e vulgarizando-as como se pudesse espelhar o próprio real". (CHUVA, 2009, p. 59). No Brasil, um discurso patrimonial em escala nacional toma consistência a partir da criação IPHAN, em 1937, enquanto órgão do governo ao qual foi delegada a autoridade para definir, identificar e se pronunciar sobre o que é o patrimônio histórico e artístico brasileiro e como o preservar. O IPHAN, criado no contexto do Estado Novo, apresenta-se como um instrumento de sua política nacionalista em busca de um projeto de nação unificada. A instituição seguiu os moldes europeus ao se utilizar principalmente do patrimônio arquitetônico a fim de referenciar um imaginário sobre o Brasil. O instrumento de tombamento (instituído com o decreto-lei 25/37) viria a servir para esse propósito, a fim de proteger bens móveis ou imóveis associados a “fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”. (IPHAN, 1937, art. 1º).

Os intelectuais modernistas ligados ao IPHAN (com destaque, o arquiteto Lúcio Costa[8]) e liderados por Rodrigo Melo Franco de Andrade[9] (primeiro diretor do IPHAN), passam a propugnar uma configuração estética nacional "pura" representativa de uma ancestralidade brasileira. Essa ideia de ancestralidade seria em muito influenciada pelo mito das três raças, em que a identidade brasileira seria formada através da comunhão harmônica de três "raças" formadoras (branca, negra e indígena) e, na qual, o colonizador branco português possuiria um papel de destaque com relação à produção material brasileira. (CHUVA, 2011).

Dessa forma, entendiam que a arquitetura do período colonial, especialmente a mineira de estilo luso-brasileiro[10] e barroco, consistiam em adaptações de estilos arquitetônicos portugueses peculiares e expressivos, a ponto de se tornarem as primeiras formas construtivas legitimamente brasileiras. Portanto, fomentariam sua própria versão da história da arquitetura brasileira, na qual enalteceria os estilos já citados, juntamente com a arquitetura modernista, em detrimento de edificações de estilo eclético, as quais não eram então vistas por esses intelectuais como representativas de uma identidade brasileira, por serem consideradas fortemente influenciadas por um conjunto diversificado de tendências europeias do fim de século XIX.

Essa compreensão de patrimônio passa a nortear os tombamentos de igrejas, fortificações militares, casas de câmara e cadeia e residências de classes mais abastadas, além de conjuntos urbanos de arquitetura luso-brasileira (distantes de grandes núcleos urbanos), com uma uniformidade estilística, sempre pautados em critérios estéticos eruditos ou de excepcionalidade. (MOTTA, 2000).

> Os símbolos da mineiridade – a opulência da arte mineira do século XVIII, com a arte barroca de Aleijadinho e seus profetas, religiosidade e urbanidade, cidades cheias de gente e de ideais de liberdade – são monumentos semióforos, que materializam uma

[8] Lúcio Costa (1902-1998). Formado em pintura e arquitetura pela Escola Nacional de Belas Artes (1923), a qual em 1930 tornou-se diretor. Em 1936, atuou como professor na Universidade do Distrito Federal. A essa época já estava em diálogo com o movimento modernista. Em 1937, foi convidado por Rodrigo Melo Franco de Andrade para viagem às missões jesuíticas do Rio Grande do Sul, sendo seu relatório de viagem responsável pelo tombamento das ruínas de São Miguel.A partir disso, passa a servir ao IPHAN como consultor, até que em 1946 tornou-se diretor da Divisão de Estudos e Tombamento, até 1972. Também, trabalhou como arquiteto em diversas edificações modernistas, cujo destaque foi o projetodo Plano Piloto da cidade de Brasília (DF). (IPHAN, 2009).

[9] Rodrigo Melo Franco de Andrade (1898-1969). Formado em Direito, em 1919, trabalhou na inspetoria de obras contra as secas. Na década de 1920, entrou em contato com o movimento modernista e escreveu para jornais e revistas. Em 1930, atuou no Ministério de Educação e Saúde Pública, até que, em 1936, foi indicado por Gustavo Capanema (Ministro da Educação e Saúde) para organizar e dirigir o recém-criado IPHAN. Esteve presente na redação do decreto-lei nº25/37, formação de um corpo de técnicos, estratégia de ação, divulgação (com a criação da Revista do Patrimônio, em 1937) além de formar parcerias com intelectuais e políticos. Atuou como diretor do IPHAN entre 1937 e 1967, período denominado por Luís Saia como a fase heroica da instituição. (IPHAN, 2010).

[10] Com relação ao estilo luso-brasileiro, entende-se por uma estética representativa do período colonial, que, apesar de procurar seguir padrões estilísticos provenientes da Metrópole portuguesa, foi adaptada de acordo com as técnicas construtivas e materiais disponíveis na colônia, adquirindo característica própria. (FERREIRA, 2012).

> grande coleção chamada “brasilidade”. Esses monumentos tornaram-se símbolos de uma nação, devendo identificar todos os brasileiros, que apesar de não se conhecerem, sentem-se parte dessa comunidade imaginada, que tem seu coração em Minas Gerais e Minas Gerais no coração. (CHUVA, 2009, p. 70).

Assim, estabelece-se um consenso sobre o que se define como patrimônio cultural, orientando práticas de preservação que ainda perduram, não somente na atuação do IPHAN, como de outras instituições de preservação de âmbito estadual e municipal, assim como na compreensão popular. Desde sua criação, esses semióforos têm sido ampliados, negociados, disputados e renovados. (CHUVA, 2011). Mesmo assim, o quadro social de memória por eles estabelecido dificulta a assimilação de novas discussões do campo, ignorando outros valores culturais (MOTTA, 2000) em um processo muito semelhante àquele descrito por Laurajane Smith (2006) com relação ao discurso autorizado do patrimônio, o qual elenca quem pode falar sobre o patrimônio, o qual seria associado a objetos materiais.

1.2 O TOMBAMENTO DO PAÇO DO CONSELHO OU DA CADEIA VELHA

1.2.1 A cidade até o tombamento

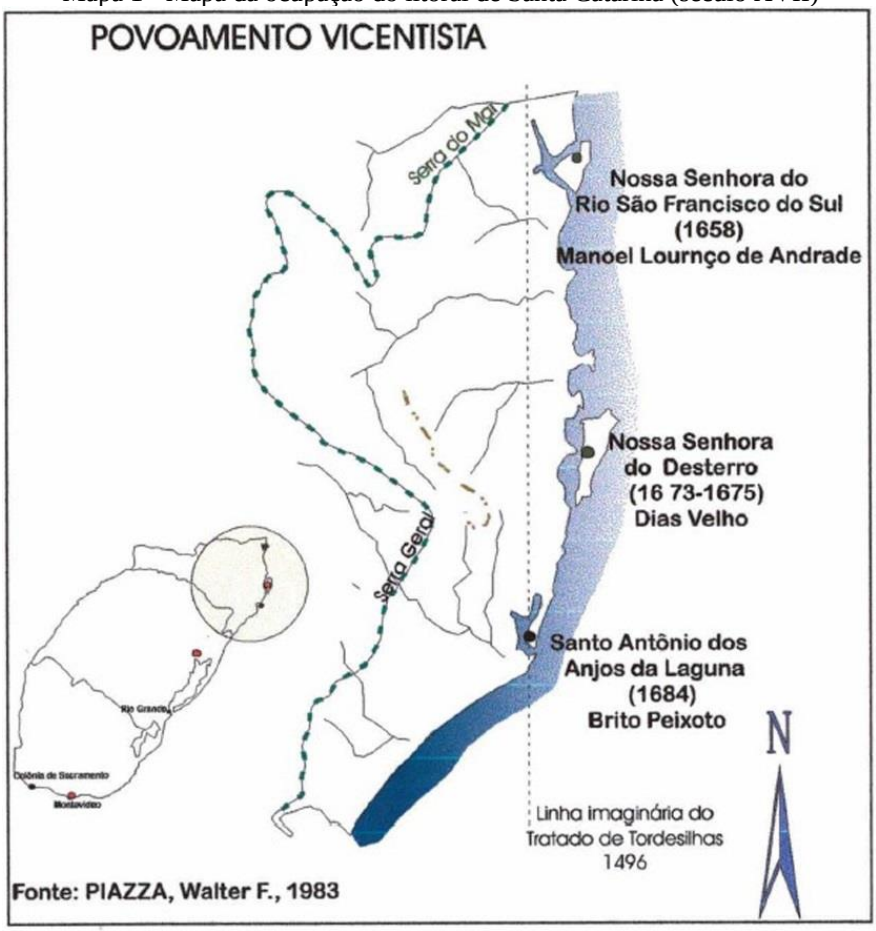
O povoamento do litoral catarinense inicia-se efetivamente com a separação entre os domínios espanhóis e portugueses após o fim da União Ibérica (de 1580 a 1640), o que retomou a preocupação pela coroa portuguesa em assegurar seu território. Portanto, a partir de 1658, partem três bandeiras colonizadoras para a formação dos povoados de São Francisco (1658), Nossa Senhora do Desterro (atual Florianópolis, 1658) e Santo Antônio dos Anjos da Laguna (1684)[11], este último pelo bandeirante Domingos de Brito Peixoto (VER MAPA 1). Laguna se encontrava em um porto estrategicamente localizado, no extremo sul da colônia, além de geograficamente protegido de invasões pelo mar e próximo à fonte de água potável.[12] (LUCENA, 1998).

[11] Apesar da data de fundação instituída como calendário oficial, dia 29 de julho de 1676, referente à primeira empreitada do bandeirante, LUCENA considera o ano de 1684 de acordo com a historiografia vigente. A data 29 de julho foi escolhida em homenagem a proclamação da República Juliana, em 29 jul. 1839.

[12] LUCENA (1998) divide a história urbana de Laguna em quatro períodos, em muito pautado pelos ciclos. Esses períodos são:

- 1684-1748: Fundação e organização política da vila;
- 1748-1850: Expansão colonizadora, incrementação portuária e comercialização da Laguna;
- 1850-1950: Ascensão econômica e sociocultural de Laguna;
- 1950-1997: Laguna em período de declínio econômico.

Mapa 1 - Mapa da ocupação do litoral de Santa Catarina (século XVII)



Fonte: PIAZZA apud LUCENA, 1998, p. 11.

Laguna, então, serviria como local de suporte, a fim de assegurar o território português, servindo para propósitos militares nas lutas pela Colônia de Sacramento e expedições ao interior para exploração dos territórios rio-grandenses. (LUCENA, 1998).

Durante as expedições no Rio Grande foram encontrados gados dispersos oriundos das antigas missões jesuíticas, o que estimulou um breve surto econômico para o povoado. O porto de Laguna então passou a servir como ponto escoadouro de gado para a Capitania de São Paulo, que seguiria para a região central do país, a fim de subsidiar a economia de exploração mineira. Tal situação seguiu até o surgimento dos primeiros caminhos para tropas de gado a partir de 1728, os quais possibilitavam acesso direto sem haver necessidade de uso do porto local. (LUCENA, 1998).

Entre 1748 e 1756, houve a migração de aproximadamente seis mil e quinhentos açorianos para a Ilha de Santa Catarina (onde se localiza a cidade de Florianópolis) e para a região de Laguna (SC), representando uma forte influência na cultura e agricultura regional, além de reativar a economia local. A partir da segunda metade do século XIX e primeiras décadas do século XX, Laguna passa por um novo período de ascensão econômica, como porto

escoador das minas de carvão descobertas no interior na região de Sul de Santa Catarina. O porto começa a receber navios a vapor, passando a ser incluído em um ramal da linha férrea Tereza Cristina e o comércio local se intensifica, se tornando um dos principais portos escoadores do país (LUCENA, 1998). A cidade passa por um processo de expansão urbana para além das cercanias do centro urbano e recebe investimentos em sua infraestrutura (são construídas bibliotecas, tipografias, hospitais, teatros, cinemas, sociedades recreativas, escolas e o primeiro mercado público). Nesse momento, também surgem os primeiros edifícios de arquitetura eclética e ocorre um primeiro projeto de urbanização, com a criação de praças e políticas de higienização na cidade. (LUCENA, 1998).

Figura 1 - Praça Matriz[13]



Fonte: Coleção de Postais - Fabiano Teixeira dos Santos, 1950.

Porém, a estrutura do porto começa a apresentar dificuldades para comportar o trânsito de navios a vapor pela Lagoa de Santo Antônio (onde o porto se situava), por não comportar embarcações de grande calado e exigindo grandes investimentos para sua dragagem. Entre 1901 e 1910, são construídos molhes a fim de facilitar o acesso de embarcações na entrada da lagoa. (LUCENA, 1998). Com a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e o aumento da exportação de carvão, a situação do porto de Laguna se agravou, uma vez que, para suprir a demanda de escoamento de carvão, o "Grupo Lage", um dos mais importantes e influentes extratores da região, consideraram mais vantajoso investir em um ramal ferroviário, construção e

[13]A Praça Vidal Ramos (antes chamada de Jardim Calheiros da Graça), onde se encontra a Igreja Matriz Santo Antônio dos Anjos, foi inaugurada em 1915 como um dos projetos de melhoria urbana.

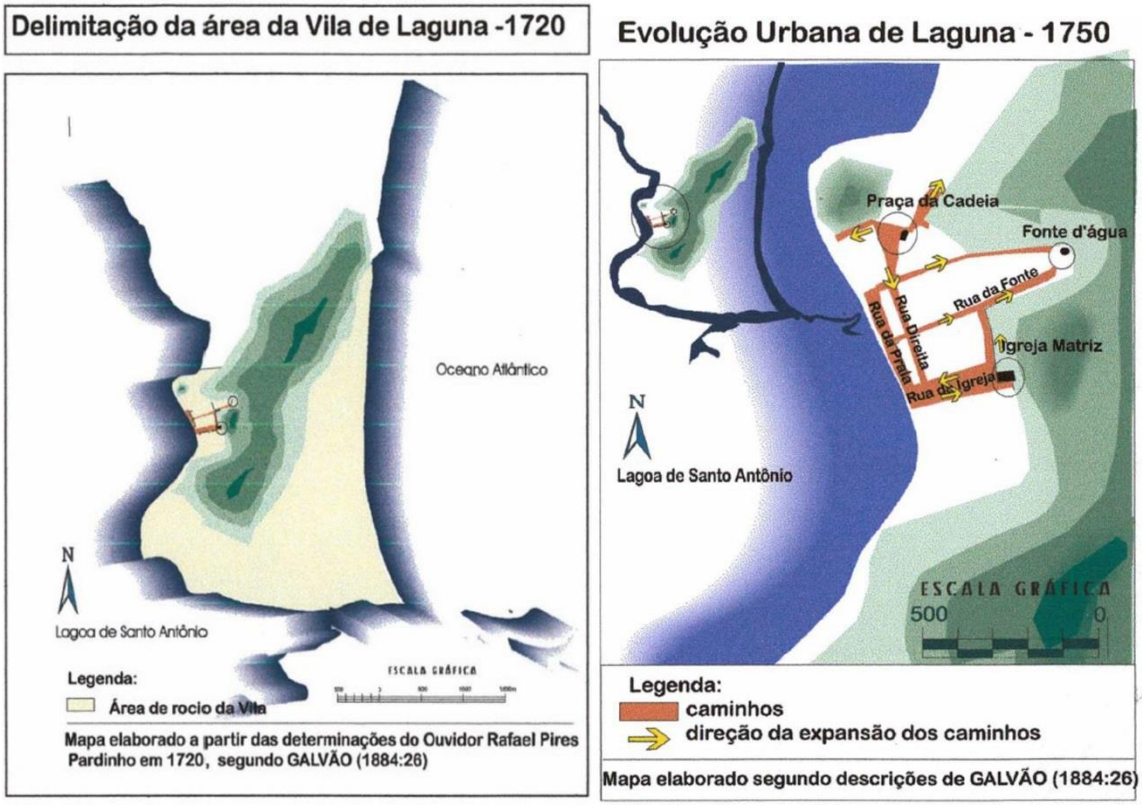
aparelhamento de um novo porto particular na atual região de Imbituba (SC), então pertencente ao município de Laguna (LUCENA, 1998).

1.2.2 A Casa de Câmera e Cadeia

Em 1714, Laguna foi elevada à condição de Vila por determinação do governador do Rio de Janeiro, durante uma viagem de inspeção do Capitão Manoel Gonçalves de Aguiar ao sul da colônia. Por conta disso, em 1720, a Vila recebe o ouvidor-geral da capitania de São Paulo, Raphael Pires Pardinho, com o objetivo de criar provimentos que regularizassem e organizassem o espaço urbano: arruamento, modos de construção, separação de área de rocio e de gado, logradouros públicos, limites de sua jurisdição da cidade, arrecadação de impostos e eleições. Por fim, o ouvidor determinou a construção da Casa da Câmara e Cadeia e sua praça situada com o pelourinho (LUCENA, 1998).

Assim, a Casa de Câmara passa a ser representativa de uma elevação do status de Laguna enquanto órgão político-administrativo local. Ademais, o fato de a construção da câmara ser distanciada da igreja matriz, possibilitou mudanças no traçado urbano de Laguna, uma vez que a edificação se tornou o principal foco da expansão urbana. (LUCENA, 1998, p. 13-15).

Mapa 2 - Delimitação da área da Vila de Laguna (1720)/Mapa 3 - Evolução urbana de Laguna (1750)



Fonte: LUCENA, 1998, p. 15-16.

Apesar de sua construção ser determinada em 1720, as obras do Paço Municipal de Laguna sofreram atrasos devido à escassez de mão de obra da Vila, principalmente nas áreas de lavoura e construção. Essa carência de mão de obra foi ocasionada por um despovoamento ocorrido na região, devido a recrutamentos de lagunenses para servirem nas lutas contra espanhóis, participar no desbravamento do território rio-grandense ou nas construções das rotas de gado. (LUCENA, 1998). Sendo assim, as obras foram concluídas somente em 1747, quando foi encerrada parte mais baixa da construção atual (ver figura 2).

Nessa disposição, o térreo serviria de cadeia, enquanto o andar superior seria usado pelo Conselho Municipal. O ano de construção da edificação anexa (lado esquerdo, ver figura 2) é desconhecido, mas estima-se que tenha ocorrido por volta de 1847, devido à elevação da Vila à condição de cidade. (HISTÓRICO DO PAÇO DO CONSELHO OU CADÊIA VELHA In: IPHAN, 1953). Esse complemento à Casa de Câmera estenderia a cadeia (no andar térreo) e abrigaria o tribunal do júri (no piso superior).

A Casa de Câmara de Cadeia provavelmente deixou de ser usada enquanto cadeia em 1917, com a construção de uma edificação[14] própria para abrigar o fórum, a delegacia e a cadeia da cidade. Em 1943, o intelectual local Saul Ulysséa ainda se referia ao edifício como "câmara municipal" ou "prefeitura", dando a entender que ainda era usado enquanto tal. (ULYSSÉA, 1943). Mas, seu filho Ruben Ulysséa durante o discurso de inauguração do Museu Anita Garibaldi (1956) citou que "este velho edifício, já arruinado e modificado no seu aspecto exterior e nas suas divisões internas, estava [antes do restauro do IPHAN] destinado a um fim melancólico, prestes a ser abandonado, pela insegurança que apresentava". (ULYSSÉA, 2004, p. 74). O mesmo autor, no processo de tombamento do edifício, comenta que o local onde se situava a cadeia havia sido transformado em garagem. Em relatório de viagem do conservador do IPHAN de 1953, Alfredo T. Russins comenta lá funcionar a Câmara Municipal, o Museu Municipal Anita Garibaldi e a Biblioteca Pública.

[14] Edificação eclética localizada na Rua Voluntário Carpes, 155 – Centro Histórico.

Figura 2 - Antiga Casa de Câmara e Cadeia antes da reforma de 1956



Fonte: Arquivo Central do IPHAN (RJ) - Centro Lúcio Costa.

1.2.3 O processo de tombamento

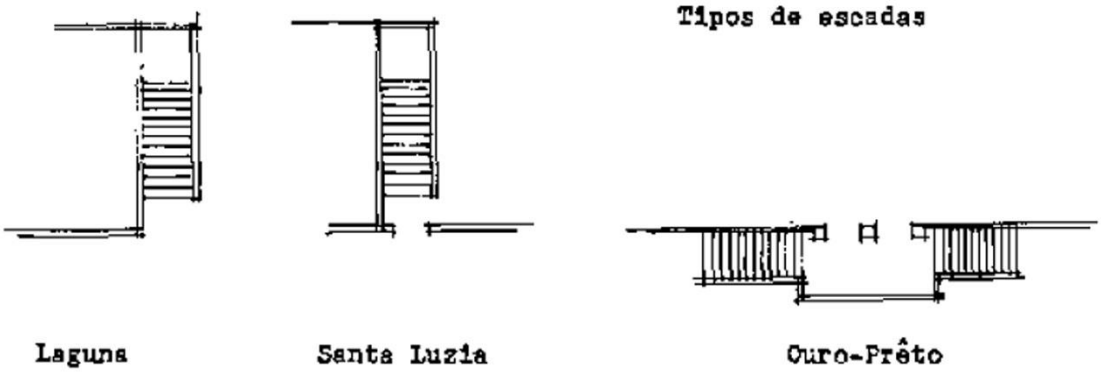
1.2.3.1 Sobre o valor histórico

A Casa de Câmara de Laguna já era citada pelo arquiteto Paulo Thedim Barreto[15]no artigo para a Revista do Patrimônio de 1947. Esse artigo, na verdade, se trata da primeira versão da tese "Casas de Câmaras e Cadeia", que viria a ser defendida pelo autor em 1949 para o concurso de cadeira de Arquitetura no Brasil na Faculdade Nacional de Arquitetura da Universidade do Brasil. Essa tese tinha como objetivo realizar uma análise comparativa de materiais e sistemas construtivos entre as Casas de Câmara brasileiras. Barreto comenta que esse estudo surgiu com base em viagens de estudos e acompanhamentos de conservação e restauro incentivados durante a gestão de Rodrigo Mello Franco de Andrade, com vistas aos estudos de monumentos nacionais e grupos por eles formados.

[15] Paulo Thedim Barreto (1906-1973). Arquiteto atuou como professor na Faculdade Nacional de Arquitetura da Universidade do Brasil e do Colégio São Bento (Rio de Janeiro, RJ), período em que realizou um levantamento arquitetônico do mosteiro de São Bento e igreja que resultou em sua indicação por Rodrigo Melo Franco de Andrade, a fim de compor o primeiro grupo de técnicos do IPHAN, sendo responsável por inúmeros levantamentos para tombamentos. Em 1949 defendeu a tese Casa de Câmara e Cadeia em concurso para cadeira de professor de arquitetura do Brasil na Faculdade Nacional de Arquitetura. Na década de 1950, tornou-se chefe da seção de obras da Diretoria de Conservação e Restauração e, em 1960, chefe da seção de arte da Diretoria de Estudos e Tombamento, encerrando sua carreira como assessor de Renato Soeiro no Departamento de Assuntos Culturais.

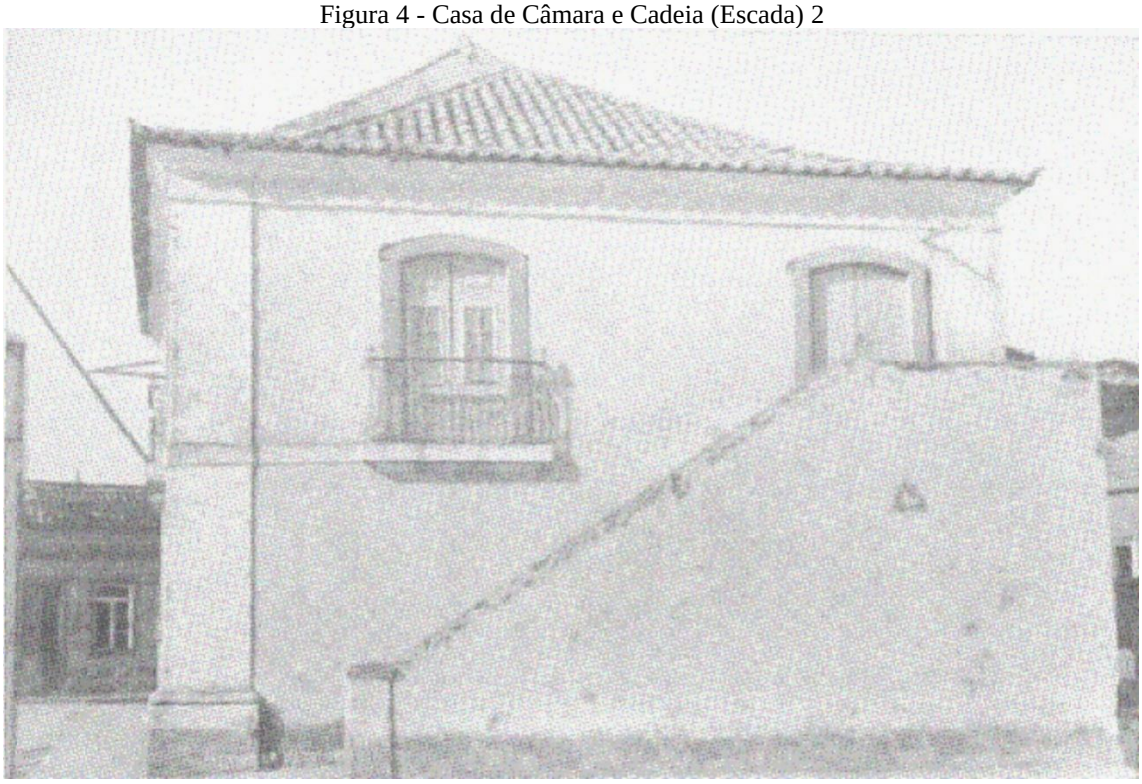
Nesse estudo, a Casa de Câmera e Cadeia de Laguna (SC) já era mencionada brevemente devido às particularidades de seus embasamentos, varandas, escada externa, construção de dois pavimentos e seu posicionamento diagonal com relação à praça. O artigo também apresenta algumas imagens e uma planta destacando a escada externa lateral do edifício.

Figura 3 - Casa de Câmara e Cadeia (Escada)



Fonte: BARRETO, 1947, p. 136.

Figura 4 - Casa de Câmara e Cadeia (Escada) 2



Fonte: BARRETO, 1947, p. 49.

No ano de 1946, iniciam-se os primeiros contatos da prefeitura municipal de Laguna com o IPHAN, quando o prefeito Ataliba Brasil encaminha fotos e plantas para auxílio de

levantamento do Instituto[16]. No ano seguinte, quando o prefeito requisita auxílio com obras de reparação e restauração na edificação da antiga Casa de Câmera e Cadeia. Essa discussão se estenderia até 1948 quando Rodrigo Mello Franco de Andrade informa ao então prefeito Alberto Crippe, que o incentivo não seria possível devido à falta de recursos, propondo ajuda na elaboração do projeto. O diálogo sobre o restauro se reinicia em 1953 quando o juiz Marcondes de Mattos, presidente da Comissão do Centenário da Comarca da Laguna, anuncia suas intenções de transformar a edificação em um museu.

Sob esse contexto, em 1953, iniciou-se o processo de tombamento nº 429-T-53, "Casa: Praça da Bandeira – Paço Municipal de Laguna – Santa Catarina". O primeiro documento presente no processo se trata de uma cópia do relatório de viagem de Alfredo T. Russins ao sul do Brasil em abril e maio de 1953. O autor diz ter se encontrado com o prefeito de Laguna, Paulo Carneiro, e "intelectuais da terra", para quem comunicou o interesse do IPHAN (então DPHAN) "em tombar o prédio que fora sede do governo catarinense de 1839" (RUSSINS IN: IPHAN, 1953, p. 1), dessa forma, já destacando, uma atribuição de valor histórico ao imóvel decorrente de uma associação entre a edificação e um fato histórico lá ocorrido, proclamação da República Catarinense ou Juliana.

Durante a Revolução Farroupilha[17], a República Catarinense (ou Juliana), proclamada no dia 29/07/1839, tratou-se de uma separação da província de Santa Catarina do restante do país enquanto um estado republicano, livre constitucional e independente, tendo Laguna como sede, aos moldes da República Rio-Grandense (ou República de Piratini, entre 1836-1945). Tomada pelas tropas farroupilhas, lideradas por David Canabarro e Giuseppe Garibaldi em busca de uma saída para o mar para o movimento farroupilha, a ocupação contou inicialmente com um grande apoio dos comerciantes locais. Após sua proclamação, o governo definhou rapidamente devido ao cerco imperial ao porto, causando grande descontentamento à população, a ponto de desencadear repressões violentas por parte do governo farroupilha. A República Juliana resistiu por quatro meses, sendo, em 15/11/1939, recuperada pelo governo imperial através de luta armada. Vale mencionar que, em Laguna, Garibaldi também conheceu Ana Maria Jesus Ribeiro (conhecida como Anita Garibaldi), que passa a ser a sua companheira e seguindo o posteriormente até as lutas pela unificação da Itália.

[16] Ver: IPHAN. Museu Anita Garibaldi. Dossiê. Série: Obras. Bem cultural: Museu. 1948-1955;
IPHAN. Museu Anita Garibaldi. Dossiê. Série: Obras. Bem cultural: Museu. 1955-1956.

[17] Revolução Farroupilha (ou Guerra dos Farrapos) (1835-1945) levante da elite rio-grandense de caráter separatista contra a autoridade e centralismo do governo imperial e a cobrança de altos impostos sobre o charque.

Após aberto o processo, a avaliação do imóvel, então conhecido como Cadeia Velha, passa ao técnico José Souza Reis[18], que manifesta, de forma sucinta, interesse sobre a importância arquitetônica da edificação, sendo histórico "fora de qualquer dúvida" (REIS In: IPHAN, 1953, p. 2), para em seguida dedicar-se a preocupações envolvendo seu restauro.

Em despacho, o ofício é encaminhado para a D.E.T. (Divisão de Estudos e Tombamento), cabendo a Carlos Drummond de Andrade[19], chefe da seção de História, redigir o levantamento histórico da câmara municipal. O papel de Andrade enquanto chefe da seção de História corrobora um entendimento de que durante os momentos iniciais do IPHAN a atribuição de valor do ponto de vista histórico não era uma prioridade institucional, se comparado aos aspectos artísticos, sendo assim a História uma disciplina secundária em relação à arquitetura e as artes plásticas. (RIBEIRO, 2011). O próprio Lúcio Costa se posicionava contra o uso de historiadores, os quais não estariam aptos a cumprir a demanda do trabalho institucional com praticidade, focado no levantamento dados históricos simples, diretos e precisos sobre a construção de imóveis estudados para tombamento. (COSTA apud PESSOA, 1999).

De fato, Carlos Drummond de Andrade redige um levantamento de uma página, salientando o caso de lá ter ocorrido a proclamação da República Juliana, um "simples episódio da Guerra dos Farrapos". O autor levanta uma "bibliografia sumária da 'República Juliana'", onde enumera autores como os irmãos Boiteux (Henrique, José Arthur e Lucas Alexandre), participantes do IHGB, sendo José Arthur o criador do IHGSC, precursor da Academia Catarinense de Letras e um dos fundadores da faculdade de Direito de Santa Catarina; Manoel Joaquim d'Almeida Coelho, considerado como o patrono dos historiadores catarinenses; Virgílio Várzea, jornalista e literato. Esses autores possuíam, em sua grande maioria, formação militar e tinham interesse no estudo da história militar e naval de Santa Catarina, com participação no IHGSC e Academia Catarinense de Letras.

Seria através do trabalho desses autores na Revista do IHGSC que o acontecimento da República Juliana passaria a ganhar destaque na historiografia regional no início do século XX.

---

[18] José Carlos de Souza Reis (1909-1986). Graduado na Escola Nacional de Belas Artes como engenheiro-arquiteto, foi contratado por Gustavo Capanema como assessor de Rodrigo Melo Franco de Andrade, entre 1946 e 1966 (durante o tombamento do paço municipal de Laguna) atuou na seção de projetos da divisão de conservação e restauro (como chefe e, mais adiante, diretor), entre 1975-1980, assessor do diretor-geral do IPHAN. Fora o IPHAN, também teve uma atuação significativa na NOVACAP (Companhia de Urbanização da Nova Capital do Brasil) e como professor associado da UNB. (IPHAN, 2009).

[19] Carlos Drummond de Andrade (1902-1987). Além de sua carreira de renome como poeta da segunda geração modernista, atuou no setor público na secretaria de educação de Minas Gerais, secretário do interior de Minas Gerais e, em 1945, foi convidado por Rodrigo Melo Franco de Andrade para trabalhar no IPHAN. Na década de 1950 tornou-se chefe da seção de História, componente da divisão de estudos e tombamento, encerrando sua carreira na instituição em 1962, como chefe do arquivo central (IPHAN, 2009).

Após a Proclamação da República (1889) e a Revolução Federalista (1883-1885), via-se a necessidade de reconstruir uma história de Santa Catarina sob os ideais republicanos e que apaziguasse as duras repressões sofridas na região por parte do governo do presidente Marechal Floriano Peixoto. Assim, esses estudiosos encontram na proclamação da República Catarinense um indício de uma prematura tradição republicana de Santa Catarina, enfatizando a sua importância militar, os grandes combates, relevando derrotas e exaltando os heróis republicanos. (BITENCOURT, 1997).

Andrade cita uma passagem do artigo em que Johanny se refere à proclamação da República Juliana como "um pequenino ensaio do regime democrático no passado" (JOHANNY apud ANDRADE in: IPHAN, 1953, p. 3), que seria "reivindicada pelos estudiosos locais como demonstração de fervorosa conduta cívica de seus habitantes [lagunenses]" (ANDRADE in: IPHAN, 1953, p. 3). Através da Revista Catarinense (fundada em 1911), o lagunense José Johanny (também sócio da revista do IHGSC) se apropria dessa construção de passado para se contrapor a um discurso desqualificador do litoral catarinense como associado à estagnação econômica. Esse discurso apresentava população do litoral, de origem portuguesa, como ociosa, molestada por doenças e atrasada em comparação aos imigrantes alemães e italianos (locados norte e oeste do estado), por sua vez, vistos como trabalhadores assíduos e responsáveis pelo progresso industrial de Santa Catarina. Em oposição, Johanny passa a defender o papel da história lagunense como imprescindível para a formação do estado, como o primeiro núcleo colonizador do Sul e ninho de ideais republicanos conforme demonstrado pelos feitos heroicos da República Catarinense. (BITENCOURT, 1997).

Mas Drummond não ignora autores do período pré-republicano, como o conselheiro Alencar Araripe, que consideram a proclamação da República Catarinense como "uma grande farsa"[20]. Apesar disso, considera:

> Como quer que seja, o fato se destaca na crônica provincial e merece ser lembrado. Em tais condições, o prédio que lhe serviu de cenário, onde se proclamou a 'República' e, se elegeram seu presidente e seu vice-presidente, constituindo-se um ministério e tomando-se muitas outras medidas, tendentes a consolidar a inovação política, que sucumbiu ao peso das armas, apresenta inegável interesse histórico. (DRUMMOND In: IPHAN, 1953, p. 3).

[20] Digno de nota, Bitencourt cita a menção que o catarinense Manoel Joaquim de Almeida Coelho faz em 1856 ao episódio: "esse acontecimento, tendo sido tão funesto aos habitantes da mesma cidade só serviu para provar a adesão dos catarinenses à constituição nacional e ao trono imperial". (COELHO. In: BITENCOURT, 1997, p. 122).

Assim, por ser um "fato memorável da história do Brasil", recomenda sua inscrição no Livro do Tombo Histórico.

Interessante notar que o IPHAN já havia realizado outros tombamentos associados à Guerra dos Farrapos, como nos casos do: Palácio Farroupilha e Casa de Garibaldi (tombado em 1941)[21], Quartel General Farroupilha (tombado em 1952)[22] e a Casa Davi Canabarro (em 1953)[23], sendo os três primeiros imóveis são localizados em Piratini (RS) e o último em Santana do Livramento (RS), que fora sede da República Rio-Grandense.

Vale mencionar que o processo do Quartel General Farroupilha se inicia com um projeto de lei da Câmara dos Deputados em 1951, no qual declara como monumentos nacionais "os principais prédios históricos de Piratini" (RS) remanescentes da "epopeia farroupilha". (IPHAN, 1952, p. 2). A câmara justifica que essas edificações seriam representativas de um movimento cívico pela pátria, "uma revolução em busca da liberdade" contra a opressão. (IPHAN, 1952, p. 2). Assim, a Câmara estipula um prazo para que o IPHAN demarque e tombe as edificações. Em resposta, Lúcio Costa elucida que "o inventário existente no arquivo é completo e permite, portanto, informar com perfeito conhecimento de causa" (IPHAN, 1952, p. 3), recomendando o tombamento do Quartel, o único prédio ainda não tombado da listagem, no livro do tombo histórico.

Nota-se, portanto, um interesse e reconhecimento da instituição pela Revolução Farroupilha como um dos "fatos memoráreis da história do Brasil". Nota-se inclusive, que o processo do Palácio Farroupilha e Casa de Garibaldi inicia-se em 1938, logo nos primeiros anos da instituição. Algo semelhante ocorreria, por fim, com relação à Casa de Câmara de Laguna, sede da República Juliana, assim como, o tombamento da Casa de David Canabarro[24] (em Santana do Livramento-RS), farrapo que, entre outros feitos, exerceu cargo de presidente eleito na mesma república.

Ademais, o projeto de lei federal da Câmara dos Deputados, encaminhado pelo gabinete da presidência da república, comprova que a importância patrimonial de bens imóveis envolvidos na Guerra dos Farrapos ia além do IPHAN. Identifica-se inclusive que todos imóveis aqui citados tiveram seus processos de tombamentos iniciados durante gestões do presidente Getúlio Vargas, rio-grandense e protagonista da revolução de 1930, a qual desencadeou uma nova conjuntura política e repercutiu em um revisionismo historiográfico. Nesse momento,

[21] Ver processo nº 97-T-38.
[22] Ver processo nº450-T-51.
[23] Ver processo nº462-T-52.
[24]David Canabarro: coronel comandante e chefe da divisão auxiliadora e libertadora rio-grandense e, durante o período de ocupação em Laguna, presidente da República Catarinense.

intelectuais do IHGRS procuravam eliminar o caráter separatista e “abrasileirar” os farrapos, cuja luta não defenderia separação do país, mas um Brasil federado, aos moldes de outros movimentos liberais no mesmo período, especialmente os ocorridos na região nordeste. (SHEIDT, 2002).

> A partir desta nova memória da Revolução Farroupilha, procurava-se não mais destacar as diferenças do Rio Grande do Sul em relação ao resto do país, mas justamente o contrário. Agora, tentava-se, através da construção da memória histórica, mostrar que os rio-grandenses sempre foram “bons brasileiros”, ressaltando as similaridades entre o estado sulino e os demais do Brasil. Assim como Getúlio Vargas, os farroupilhas também teriam seguido o lema “o Rio Grande de pé, pelo Brasil”. Mais uma vez, pois, modifica-se a memória de um episódio do passado em função de lutas políticas do presente. (SCHEIDT, 2002, 189-209).

Sob esse contexto, a excepcionalidade da Casa de Câmera e Cadeira se deveria pela "contaminação" de um episódio da Revolução Farroupilha. (GONÇALVES, 2016). Gonçalves se utiliza do termo “contaminação” em referência a Menezes (2012), quando este salienta a importância de se atentar sobre as diferenças na atribuição de valores culturais cognitivos e afetivos aos bens históricos. Enquanto os valores cognitivos estariam atrelados à História, como produção de conhecimento analítico, os afetivos, apesar de entendidos como históricos, corresponderiam ao campo da memória, sendo que estes valores se dariam por meio de vínculos subjetivos e simbólicos, em busca de autoafirmação de identidade. Nesse sentido, o autor afirma que “a própria noção de histórico adotada pelo decreto-lei 25 vai na direção do valor afetivo[25], quando seleciona objetos que são contaminados pelo contato com eventos e personalidades”. (MENEZES, 2012, p. 36).

1.2.3.2 Sobre o valor arquitetônico

Interessante notar que sua significação histórica, a partir da proclamação da República Catarinense, passa a ter influência nas demais ações de restauro. Lucio Costa comenta:

> À vista da escassez, de acordo.
> Quanto a restauração, não há pressa.
> Uma das coisas a restaurar seriam as sacadas (provavelmente de madeira, gênero das de Paratí); mas por infelicidade foi justamente de uma delas que se proclamou a

[25]Através da esfera material que os grupos se mobilizam com base em valores em comum, os quais não são imanentes ao bem-cultural, não são universais, mas sim diversos e conflitantes. Por isso, como proposta de melhor compreender esses valores e atentar as relações de produção de discursos construídos pelos usuários dos bens, Menezes (2012) esboça um roteiro para melhor analisá-los e os categoriza como: valores cognitivos (enquanto fonte de conhecimento intelectual), formais (por sua contribuição para percepção estética), afetivos (como reforço de identidade e pertencimento), pragmático (finalidade prática) e ético (relações e tensões sociais que envolvem o bem). (MENEZES, 2012).

> "República" de 1839 e é possível então que já fossem assim. (COSTA In: IPHAN, 1953, p. 5).

"'[...] à vista da escassez': escassez dos bens protegidos do Estado de Santa Catarina? Escassez do valor arquitetônico que permitisse a inscrição do bem no livro de tombo de belas artes" (GONÇALVES, 2016, p. 96), questiona a autora.

A reflexão da autora remete à sua constatação, na qual os bens catarinenses despertavam pouca atenção nas primeiras décadas do IPHAN, pelo fato de seus imóveis representarem um povoamento português tardio (a partir do século XVIII). Dessa forma, o valor histórico seria o único elemento de interesse:

> [...] justamente aquilo em que o tombamento se escorava (a proclamação da República Juliana). A interpretação do "memorável" histórico surpreende, nesse caso, pelo grau de restrição: não se tratava nem mesmo de pensar um *lócus* de decisões do governo daquela breve República, mas de meramente articulá-lo a um acontecimento-emblema, o momento fundador (a proclamação, feita a partir das sacadas). Sem contar o que fica indicado na perspectiva de restauro, desejosa de retornar a momento mais recuado e próximo ao 'original' da construção (e que permitiria apagar, não fosse o valor histórico emprestado à edificação, as alterações ocorridas nos séculos XIX e XX). Nesse caso, a dimensão histórica, na perspectiva restrita em que aparece no comentário, se revela "infelicidade". (GONÇALVES, 2016, p. 95-96).

Outra questão digna de nota trata-se do fato de Lúcio Costa fazer referência à república entre aspas, inferindo uma ironia ou não reconhecimento da importância do evento histórico. Ao analisar, sob um viés restrito a Casas de Câmara brasileiras, essa "escassez" também pode ser identificada no artigo de Paulo Thedim Barreto já citado, no qual, entre as 38 Casas de Câmara inventariadas em território nacional, somente três se encontram no Sul do país (em Guaratuba-PR; Lapa-PR; e Laguna - SC). Além disso, a Casa de Laguna também seria a mais antiga do Sul, uma vez que fora construída no século XVIII, enquanto as demais seriam do século XIX, época na qual Paulo Thedim Barreto identifica uma perda de "energia construtiva e plástica dos séculos anteriores". (BARRETO, 1947, p. 194). De fato, a Casa de Câmara de Laguna não é citada no capítulo "Casa de Câmara e Cadeia e seus artistas. Princípios renascentistas que influiriam na composição das Casas influíam na composição das Casas de Câmara e Cadeia. Movimento barroco [...]", apesar de o autor considerar que todas as edificações possuiriam valor documental (cognitivo).

> As formas de conveniência, de solidez e de expressão das casas de câmara manifestaram proporções e harmonia, originalidade, caráter e estilo, observados nos limites do tempo e do espaço em que se manifestaram. Comprovam tais casas sua utilidade e, por elas se poderá avaliar da cultura de seus autores, através dos princípios de arte e ciência que encerram [...] As Casas de Câmara e Cadeia foram projetadas por mestres das fortalezas, Sargentos-mores, Ouvidores, Governadores, engenheiros, etc. Na realidade seus autores não manifestaram maiores inspirações nem tão pouco

> gênio criador. Todavia, essas obras são honestas, sinceramente consequentes à programação, resultam com pureza dos sistemas construtivos adotados e encerram o espírito e as tendências da época em que foram realizadas. (BARRETO, 1947, p. 189).

Devido a sua especialidade com casas de câmara, o próprio Paulo Thedim Barreto ficou responsável pelo parecer arquitetônico da edificação. Barreto concedeu um parecer favorável em vista da comodulação[26] estar de acordo "com as regras tradicionais", com destaque a sua escada externa. Após essa breve consideração, seguiam indicações de restauro a fim de reconstituir o edifício.

A arquiteta Maria Matilde Villegas Jaramillo nota uma preocupação pela pureza estilística dos arquitetos do processo em recuperar o "original", ignorando suas alterações como significativas para a história. “Também se deve levar em conta que, nesta época, os únicos períodos importantes a serem lembrados por meio da preservação eram o Barroco e o Colonial". (VILLEGAS J, 2016, p. 71).

A historiadora Márcia Chuva contextualiza essa busca de “pureza” como uma luta contra o contágio do profano. Para a autora, o bem tombado (sacralizado) tende a contagiar outros bens conexos, como uma forma de protegê-lo de um contágio do profano, representado pela perda e destruição. Esse contágio do sagrado levaria a uma ampliação da categoria de coisas patrimonializadas, como núcleos urbanos, entornos, etc., (CHUVA, 2011). Dessa maneira, entende-se, por exemplo, a recomendação de José Sousa Reis em retirar o poste junto à entrada da Cadeia Velha de Laguna. Mas a disputa entre contágio do sagrado e profano também pode ocorrer em obras de restauro de bens tombados, em que se precisa remover da edificação elementos que profanariam sua essência, ao destituí-la de qualidades que a caracterizariam de acordo com seu estilo arquitetônico original, ou, em palavras de uso corrente na instituição, que a “descaracterizariam”.

Em busca do “primitivo”, Barreto (IPHAN, 1953, p.16) cita que “idealmente, seria demolir o acréscimo, isolando de novo o prédio primitivo; mas a tanto não seria prudente se chegar sem um exame direto, local”[27]. A derrubada do acréscimo (Figura 2) nunca foi concretizada e suas razões não são explicitadas no processo. Mas vale notar que, enquanto as sacadas não foram retiradas por conta de lá ter sido proclamada a República Catarinense, a construção em anexo, que foi construída posteriormente ao ocorrido seria mantida. Ou seja, a permanência do anexo não se justificaria nem pelo valor histórico (República Catarinense),

[26] De acordo com Lúcio Costa, comodulação seria o confronto harmônico das partes entre si com relação ao todo. (MOTTA; SCOPEL, 2016).
[27] Barreto se referia ao segundo anexo do edifício, construído um século depois, ver figura 2 à esquerda.

inclusive se preservaria um edifício que celebraria um evento através de uma "estética anacrônica", e que também não atenderia às características primitivas do edifício, já que foi construído um século após de sua inauguração. Aparentemente, o anexo também não possuía apelo estético aos arquitetos do IPHAN, já que em seu conjunto a edificação constituiria de "2 casas completamente diversas e até mesmo sem correspondências de pés-direitos". (BARRETO In: IPHAN, 1953, p. 2).

Possivelmente, a decisão por manter o edifício tenha sido a pedido da administração local. Nesse sentido, há a pertinência de investigar o valor como patrimônio da edificação pela localidade.

1.2.3.3 Sobre o valor local

Em ofício de 25/11/1953, o prefeito Paulo Carneiro aponta a expectativa de restauropor parte do IPHAN que remonte o edifício às suas "condições primitivas", em tempo para os festejos comemorativos do centenário da comarca, que ocorreriam em 1956. (IPHAN, 1953). Mas será que a compreensão de primitivo entre os intelectuais locais remonta à mesma época dos arquitetos do IPHAN?

Juntamente com o oficio, o prefeito diz encaminhar uma foto do museu[28] de 1900 (pela descrição, tirada a distância) e plantas de 1923, juntamente com um documento intitulado "Histórico do Paço do Conselho ou Cadêia [sic] Velha", de autor anônimo. Há uma grande probabilidade que o autor em questão se trate do professor Ruben Ulysséa, intelectual local presente na comissão de festejos que trocam ofícios durante o processo, assim como devido à similaridade da própria escrita. O histórico se inicia da seguinte forma:

> Marco lançado pelo Reino Portuguez [sic], no extremo sul de suas possessões, Laguna era a sentinela e fortaleza contra o expansionismo Castelhano.
> A imponência do Edifício da Câmara ainda existente até nossos dias, é um atestado eloquente da importância da Laguna, no ciclo da colonização portugueza [sic] na américa. (IPHAN, 1953, p.7).

Em seguida, o histórico menciona seu desligamento de Laguna de São Paulo em 1742, juntamente com São Francisco do Sul e, a atual, Florianópolis, para formação da capitania de Santa Catarina juntamente com outras vilas, para somente em seguida comentar sobre a construção do paço municipal e sua forma de funcionamento.

[28]A foto não se encontra no processo, assim como sua ficha que acredito conter o histórico da casa da câmara, ver figura 5.

Figura 5 - Provável foto do museu em 1900 encaminhada no processo[29]



Fonte: Coleção de Postais de Fabiano Teixeira dos Santos. Produtor: Ayres de Ulysséa & Cia, [1900].

O histórico segue com uma descrição de meia lauda de como o paço se apresentava em 1880, retirada do livro "Laguna de 1880" de Saul Ulysséa[30], "[...] o edifício da Câmara Municipal [...] é um edifício histórico. Ali foi proclamada a República Catarinense em 29 de julho de 1839". (HISTÓRICO DO PAÇO DO CONSELHO OU CADÊIA VELHA In: IPHAN, 1953, p. 7). Publicado em 1943 pela Imprensa Oficial de Santa Catarina, o livro "Laguna em 1880", devido a sua riqueza descritiva e escassez de outros escritos sobre a época, ainda é utilizado como a principal referência consulta para estudos locais, sendo citada desde matérias de jornais, publicações oficiais da prefeitura de Laguna (sites, folhetos turísticos, materiais didáticos, etc.) até mesmo na escrita de históricos para obras de restauro, além de inspirar gerações de memorialistas locais.[31] Nesse livro, através de uma narrativa memorialista, poética

[29]Deduz-se que seja a foto mencionada no processo devido à descrição da localização onde foi tirada a foto apontada no Histórico encaminhado pela prefeitura: "1 fotografia apanhada do alto da "Pedreira" situada no início da rua Conselheiro Lamego, em 1900, mais ou menos". (IPHAN, 1953, p. 10).

[30]Descendente de uma rica e prestigiada família de exportadores lagunenses, Saul Ulysséa é referenciado por Bitencourt (1997), juntamente com seu filho Ruben e Oswaldo Rodrigues Cabral, como a "progênie de Johanny", os quais participariam de um "novo combate", representado pelo declínio do porto de Laguna e sua perda de protagonismo econômico para as cidades vizinhas Imbituba e Tubarão. Em suas obras, Saul Ulysséa também preza pela valorização da República Juliana, mas dessa vez, não devido aos seus ideais republicanos, mas sim, devido aos seus "filhos heroicos", como João Henrique Teixeira, lagunense que auxiliou Garibaldi durante a tomada da cidade, e Anita Garibaldi, se preocupando inclusive em comprovar que seu local de nascimento seria Laguna, e não em Tubarão, conforme afirmado pela historiografia corrente. Essa disputa pelo local de nascimento da Anita reflete uma disputa pela predominância histórica de Laguna sobre as cidades vizinhas, como forma de compensar sua estagnação econômica.

[31]Como José Bessa, Norberto Ungaretti, Valmir Guedes, Márcio José Rodrigues, Antônio Carlos Marega, etc.

e saudosista, Saul Ulysséa se propõe a descrever minuciosamente a cidade de Laguna, casa a casa, no ano de 1880 (quando o autor tinha doze anos), assim como, as famílias tradicionais que nelas habitavam. O autor esclarece que o objetivo do livro seria comprovar como a cidade progredira nos últimos sessenta anos, além de se mostrar ainda esperançoso com promessas de avanço da cidade, como a abertura da barra de entrada para o porto e a exportação de carvão. (ULYSSÉA, 1943).

Mas mesmo assim, "incontestavelmente, o feito mais importante, passado debaixo de seus umbrais bicentenários, foi a proclamação da República Juliana. De suas sacadas Canabarro e Garibaldi proclamaram a efêmera república". (HISTÓRICO DO PAÇO DO CONSELHO OU CADÊIA VELHA In: IPHAN, 1953, p. 8). Por isso, o histórico da Casa de Câmara segue comum a transcrição integral da Ata de Declaração de Independência do Estado Catarinense (retirada de outro livro de Saul Ulysséa). Em seguida o autor cita, "a tradição narra que a República Catarinense, proclamada pela câmara em 29 de julho de 1839, foi anunciada à população de uma das sacadas do prédio primitivo" (HISTÓRICO DO PAÇO DO CONSELHO OU CADÊIA VELHA In: IPHAN, 1953, p. 9). Em seguida, o histórico consta com uma breve descrição de Auguste Saint-Hilaire de 1820 sobre a mesma edificação. O histórico conclui com considerações sobre a época da construção do anexo do edifício.

Junto ao processo, também se encontra um ofício do intelectual local Ruben Ulysséa[32], filho de Saul, endereçada a Rodrigo Melo Franco de Andrade, diretor do "Patrimônio Histórico e Artístico Nacional". Trata-se de uma carta de cunho pessoal e intimista em que Ulysséa relembra quando foram colegas de trabalho no periódico "O Jornal" de Assis Chateaubriand, em 1925. Ruben menciona suas atividades como professor e se apresenta como presidente de honra dos festejos do centenário da comarca, salientando a importância do restauro "de um velho prédio cheio de lendas e recordações históricas" (ULYSSÉA In: IPHAN, 1953, p. 17), enfatizando o fato de lá ter ocorrido a assinatura da ata da república catarinense, assim como, o simbolismo das sacadas, de onde Canabarro falou para a população sobre os "propósitos republicanos dos invasores farroupilhas". (ULYSSÉA In: IPHAN, 1953, p. 17). Também menciona que o bem abrigou a câmara municipal por duzentos anos e que esta foi de grande importância para a expansão e colonização dos campos do Rio Grande e proteção da Colônia de Sacramento: "Dr. Rodrigo, se as casas de Ouro Preto, Sêrro e Sabará merecem justo cuidado

[32]As produções escritas de Ruben, apesar de não tão numerosas quanto às de Saul, Oswaldo Cabral e Johanny, agregam-se a fim de reafirmar o discurso de Laguna como marco colonizador do sul do Brasil e como centro cultural do sul do país (devido aos seus clubes, bandas, teatros jornais, festividade religiosas etc.). (BITENCOURT, 1997).

desse Patrimônio, o Velho Edifício, sobre o que eu lhe falo, não é menos digno desse amparo". (ULYSSÉA In: IPHAN, 1953, p. 17).

Essa carta é respondida por Renato Soeiro[33], que substituía Rodrigo, enquanto esse se encontrava em uma missão cultural nos Estados Unidos. Soeiro reitera o interesse do IPHAN em benefício da "tradicional" edificação lagunense. Em seguida, o presidente da comissão de festejos do centenário da comarca, João Marcondes de Mattos, juiz de direto da comarca de Laguna, em ofício também endereçado ao diretor do IPHAN, agradece à Instituição pela restauração da Casa da Câmara e Cadeia Velha e a atenção pela cidade "tão sacrificada na luta entre os castelhanos e portugueses, e que durante séculos foi último marco da América portuguesa". (MATTOS In: IPHAN, 1983, p. 18).

Em sequência, o prefeito Paulo Carneiro comunica sua anuência à notificação de tombamento sendo, por fim, comunicado o tombamento do bem "Prédio do Paço Municipal, na Praça da Bandeira, em Laguna, Estado de Santa Catarina", inscrito sob o n. 301, fls, 40 do livro do Tombo Histórico, em 05/03/1954. O fato de o tombamento ter ocorrido somente pelo Livro Histórico, indica que foi concluído entre os técnicos do IPHAN, que a proclamação da República Juliana no ano de 1839 se tratava de sua característica mais valorizada, em detrimento do valor artístico.

1.2.4 A (re)inauguração do museu

A partir de então, o juiz João Marcondes de Mattos, enquanto zelador do museu, inicia a coleta de doações de objetos artísticos e históricos, a fim de enriquecer seu acervo. Em julho de 1956, encaminha a ficha e inventário do museu, identificando trezentos e vinte e oito objetos e seus doadores e dezenove vitrines. Entre a miscelânea de peças, encontram-se desde moedas, antigas louças, leques, objetos domésticos em geral, documentos antigos, objetos encontrados em sambaquis da região, objetos bélicos antigos da Revolução Farroupilha e da Segunda Guerra Mundial, medalhas, pinturas, móveis, objetos esculturas sacras, etc. No campo "Peças raras ou notáveis", Mattos assinala: "mesa onde foi assinada a "Republica Juliana" e navais peças do Seival.[34]

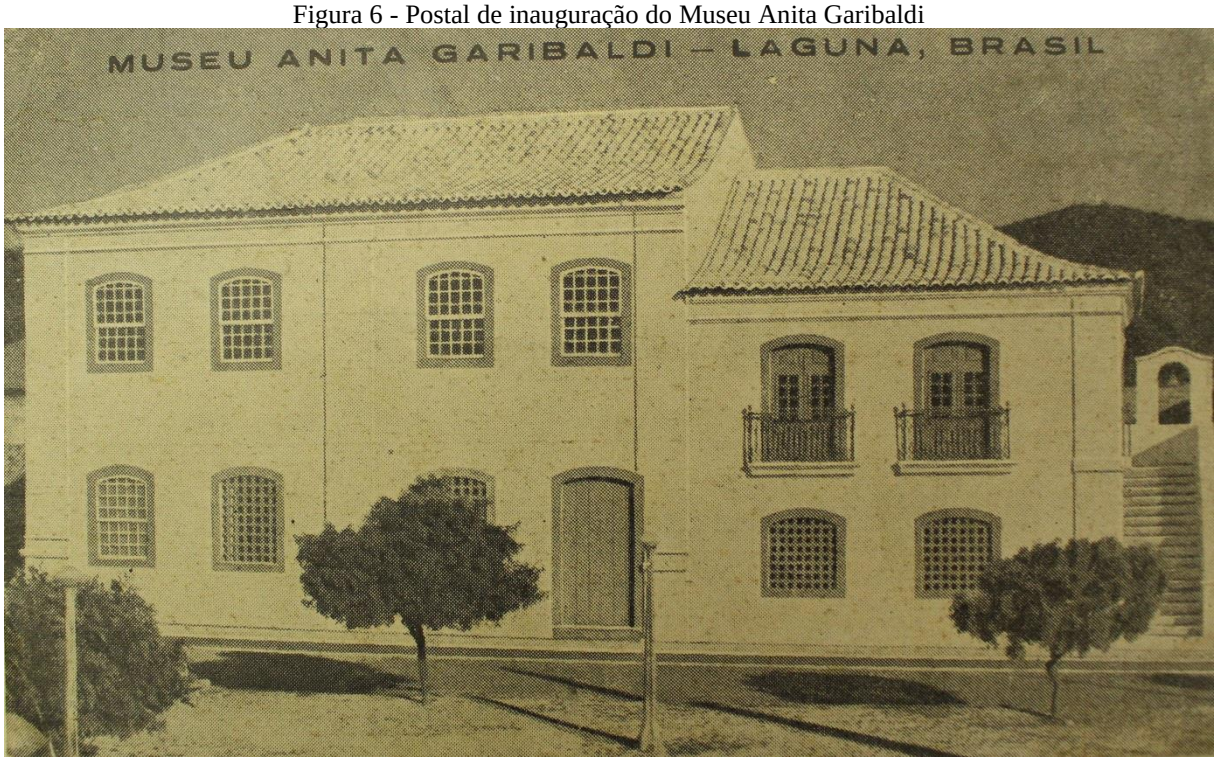
[33] Renato Soeiro (1911-1984); contratado no IPHAN como arquiteto em 1940. No mesmo ano, tornou-se diretor da Divisão de Coordenação e Restauro, entre 1967 e 1979, atuou como diretor do IPHAN, onde se destacou através do Programa de Cidades Históricas e a elevação do órgão a Instituto (antes denominado como diretoria). Após isso, dirigiu o Departamento de Assuntos Culturais do MEC (1970-1974). Além disso, atuou no IHGB, Casa de Rui Barbosa, Fundação Raimundo Castro Maia, Conselho Nacional de Turismo e Conselho Internacional de Museus (ICOM). (IPHAN, 2009).

[34] Embarcação capitaneada por Giuseppe Garibaldi durante a tomada de Laguna.

Em 15/10/1956, é decretada a Lei Municipal de nº 222, que institui a criação do Museu Anita Garibaldi, situado na edificação tombada, de forma oficial, uma vez que já havia sido reinaugurada no dia 17/04/1956, durante os festejos de comemoração da comarca patrocinados pela Sociedade Carbonífera Próspera. (O JORNAL, 26 set. 1962).

Interessante notar que, as discussões presentes nos ofícios trocados entre o IPHAN e municipalidade acerca do edifício, parecem mais preocupadas com a reforma da edificação em tempo hábil para os festejos do que com o tombamento propriamente dito, tanto que as indicações sobre possibilidades de restauro da edificação já eram discutidas antes do processo de tombamento ter início e, mesmo durante, também seria dedicada a maior parte para a discussão do assunto.

Figura 6 - Postal de inauguração do Museu Anita Garibaldi



Fonte: Arquivo Central do IPHAN (RJ)/Centro Lúcio Costa.

Nota-se que o museu já existia antes do restauro, apesar de pouco visibilizado, visto a citação de Alfredo Russins no início do processo, em 1953. Abrigando a coleção em uma sala, o museu havia sido criado em 31 de julho de 1949[35], durante semana organizada para marcar os cem anos da morte de Anita Garibaldi, pelo já extinto Centro Cultural Antônio Guimarães Cabral, esse fundado por jovens do Cordão Carnavalesco Bola Preta.[36] (ULYSSÉA, 2004).

[35] Nenhum dos moradores entrevistados mostrou conhecimento desse fato (ver capítulo 3), enfatizando que o museu passara a existir a partir de 1956. Isso dá a entender que, até 1956, suas atividades enquanto museu não possuía uma expressividade local.
[36] Não confundir com o bloco de carnaval carioca.

Figura 7 - Museu Anita Garibaldi durante os festejos do centenário da comarca



Fonte: FOTO BACHA, 1956.

Figura 8- Ruben Ulysséa discursando durante as festividades da comarca



Fonte: FOTO BACHA, 1956.

A inauguração do museu é bem recebida pela imprensa, recebendo visitas de periódicos nacionais. O jornal lagunense, O Albor, havia se referido como o "monumento histórico mais velho do sul do Brasil" (O ALBOR, 21 ago. 1954); o jornal porto alegrense Correio do Povo anuncia o Museu Anita Garibaldi como a "casa mais velha do sul do Brasil" (CORREIO DO POVO, 22 abr. 1956); na Revista do Sul, de Vale do Itajaí (SC), enaltece-se a República Juliana,

que representa “aos olhos da geração moderna como exemplo vivo de capacidade e de luta” (REVISTA SUL, jun. 1956, p. 17). Entre as peças de destaque que esses jornais enumeram se encontram: a ata de proclamação da república local, o mastro do Seival, armas usadas por bandeirantes e durante revolução farroupilha, obras dos pintores catarinenses Willy Zumblick e Victor Meirelles[37], um tear de cento e cinquenta anos, documentos e objetos de João Magalhães (um dos primeiros desbravadores do território do Rio Grande do Sul e genro do fundador da cidade), a tesoura de Anita Garibaldi, prelo onde foi impresso o primeiro jornal catarinense pelo lagunense Jerônimo Francisco Coelho[38], moedas, máquinas de costuras antigas;enfim, objetos que lembram momentos de um “passado glorioso”. (REVISTA SUL, jun. 1956, p. 17).

Figura 9 - Tesoura pertencente a Anita Garibaldi. Ao lado do mastro da embarcação “Seival”



Fonte: Correio do Povo (22 abr. 1956).

Assim, nota-se que, para o IPHAN, a importância da edificação deve-se por ela possuir uma arquitetura luso-brasileira, de pedra e cal, estilo entendido pelo Instituto como representativo da ocupação portuguesa no território nacional. Tanto os técnicos do IPHAN como a municipalidade concordam que o ato de proclamação da República Catarinense consiste no fato histórico notável ocorrido na edificação. Mas, além disso, para os intelectuais locais

[37] No mesmo ano do tombamento da Casa de Câmara e Cadeia, também foi tombada a casa natal de Victor Meirelles, em Florianópolis, registrado nos livros de tombo histórico e de Belas Artes.

[38]Jerônimo Francisco Coelho (1806-1860) fundador na imprensa catarinense e da primeira loja maçônica em Laguna. Além de jornalista, atuou como político e militar, sendo presidente das províncias do Rio Grande do Sul e do Grão Pará, Ministro da Marinha e da Guerra. Na área tombada, também se encontra uma escola que leva seu nome, criada em 1912. De acordo com Oswaldo R. Cabral, o “catarinense mais notável do século XIX, a cabeça mais culta da província”. (BITENCOURT,1997, p. 150).

também apontam que a importância da Casa de Câmara, deve-se por tratar-se do local onde funcionava a administração pública da cidade, sendo, por isso, um marco representativo da tradição e ancianidade da cidade, a qual teria um papel significativo na expansão e na proteção das fronteiras da colônia portuguesa, além da ocupação do território rio-grandense. Dessa forma, para esses intelectuais, a Casa de Câmara simbolizaria a própria ancianidade de Laguna perante a região sul.

Ruben Ulysséa, que já havia participado da primeira inauguração do museu em 1949, realiza o discurso de reinauguração do Museu durante as cerimônias do centenário da Comarca:

> Eu não saberei dizer da impressão que sentistes ao transpordes, pela primeira vez, os umbrais desta casa cuja construção data, ainda, do segundo quartel do século XVIII. Fostes, alguns de vós, tocados pela emoção; outros talvez aqui penetrados com indiferença. Quanto a nós outros cujos antepassados fixaram morada nas terras de Laguna há 150 anos, estas grossas paredes centenárias, estas velhas peças de museu que aqui foram recolhidas falam, na sua linguagem muda, à nossa sensibilidade e ao nosso coração. (ULYSSÉA, 2004, p. 73).

Durante sua declaração, nota-se a existência de um profundo valor afetivo atrelado a uma memória de fundação, a qual conectaria gerações através de uma herança simbólica. Ulysséa aponta o papel político que o paço assumira não somente para a Vila e a grandiosidade de seu antigo território, mas também, como ponto de partida dos desbravadores do território do rio grande, na luta da cidade a serviço da pátria contra os espanhóis e na Revolução Farroupilha, contando com a Anita, "a heroína de dois mundos". Por fim, Ruben enfatiza que a edificação se encontrava restaurada "nas suas linhas primitivas pelo Patrimônio Histórico Nacional". (ULYSSÉA, 2004).

Referir-se a então Diretoria responsável pela regulação do patrimônio nacional (DPHAN) enquanto "Patrimônio Histórico Nacional", ilustra como o status e a autoridade da instituição em definir "o que é patrimônio", chegava ao ponto dela e o Patrimônio serem entendidos como sinônimos. Além disso, identifica-se a discussão sobre o "retorno ao primitivo", segundo as palavras de um intelectual local, como uma forma da localidade procurar reproduzir e se sintonizar ao vocábulo do órgão governamental.

Nesse ponto, considera-se pertinente retornar a discussão sobre o que é "primitivo". Enquanto, o "primitivo" de acordo com Barreto se referiria ao retorno da constituição original do edifício, no momento de sua construção, Ruben Ulysséa não parece identificar o prédio em anexo enquanto um "contágio do profano", talvez por ser antigo o suficiente para que possa ser relevado. De fato, a Casa de Câmara primitiva de Ruben seria melhor identificada com o edifício de 1880, conforme descrito pelo seu pai Saul Ulysséa, de modo que a própria forma do

imóvel na paisagem já estivesse enraizada na memória social como a imagem do passado testemunha de sua ancianidade.

Além disso, talvez a demolição do edifício anexo, fosse incongruente com os objetivos municipais em reinaugurá-lo durante as comemorações do centenário da comarca, haja vista que esse era o espaço dedicado à instância jurídica. Mais ainda, também não atenderia aos propósitos de revitalizá-lo como museu.

Assim, a administração do Museu Anita Garibaldi passa ao município, que afirma a Cadeia Velha enquanto "lugar de memória"[39]. Nesse sentido, a Casa de Câmara pode ser entendida como um testemunho de um outro tempo, que não mais subsistiria no campo da memória dos vivos e, portanto, caberia à História desapropriá-la de seu contexto para assim, moldar, isolar, materializar, emoldurá-la e, enfim, museificá-la sob uma aura simbólica, como uma tentativa de a eternizar, evocando uma consciência comemorativa e nostálgica, não somente de uma história factual relativa à proclamação da República Juliana, mas de sua história como um todo (NORA, 1993): "Com efeito, esta velha casa ainda não tenha sido construída pelos fundadores da cidade, representa para nós, tal como a velha matriz paroquial, os 280 anos da nossa longa história. (ULYSSÉA, 2004, p. 73)".

Dessa forma, o "primitivo" se caracterizaria como um atestado de sua essência, uma idealização da verdade, como uma causa pela qual um discurso racional tende a se enquadrar em uma continuidade e totalidade, se assemelhando a uma quimera da origem fantasiosa e imaginária, falha e subjetiva.

> Quando sucumbe à "quimera da origem", a história carrega, sem ter clara consciência disso, vários pressupostos: de que cada momento histórico é uma totalidade homogênea, dotada de uma significação ideal e única presente em cada uma das manifestações que a exprime; de que os fatos encadeiam-se e engendram-se em um fluxo ininterrupto, que permite decidir que um é "causa" ou "origem do outro". (CHARTIER, 2002, p. 146).

1.3 POLÍTICAS DE PATRIMÔNIO MUNICIPAIS

1.3.1 Uma retórica da perda em Laguna

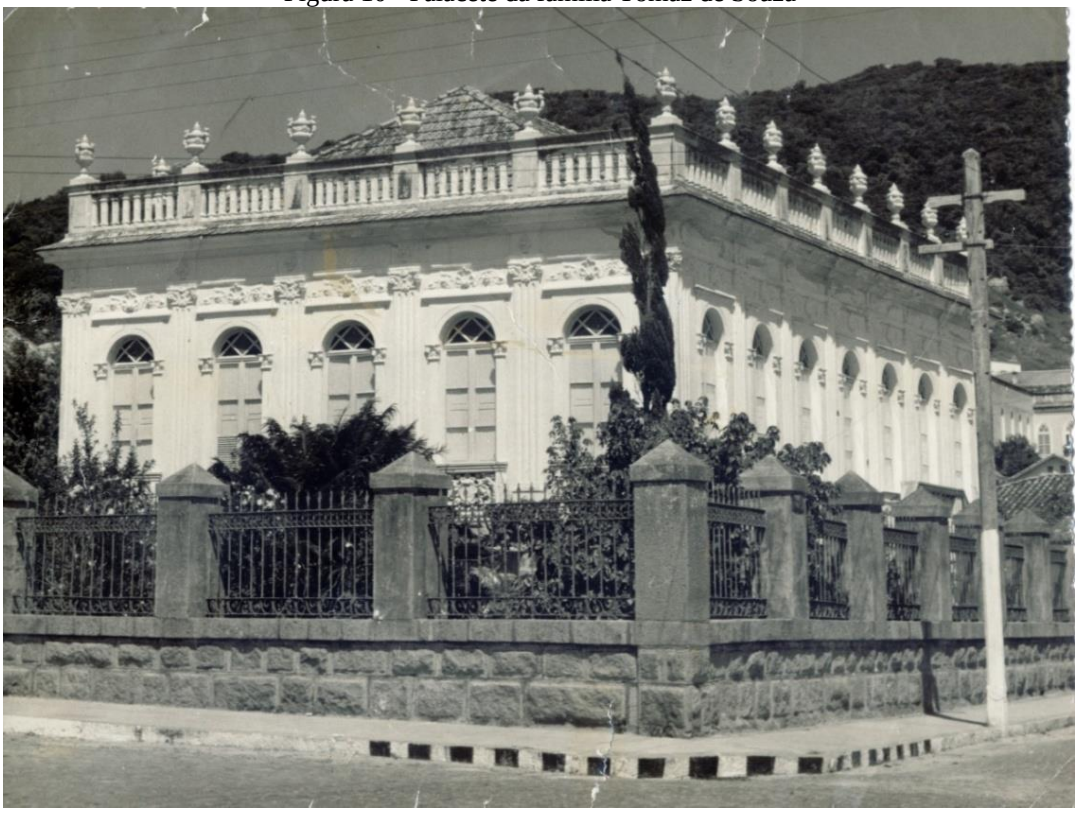
Após o tombamento da Casa de Câmara e Cadeia, não ocorreriam outras políticas de patrimonialização me Laguna pelas próximas duas décadas. Nesse período, a cidade passou por políticas de renovação urbana que incluíam desde a pavimentação de ruas, a conclusão do porto pesqueiro, a melhoria de infraestrutura na praia do Mar grosso (águas, luz, esgoto, etc.), além

[39] "Toda unidade significativa, de ordem material ideal, da qual, a vontade dos homens ou o trabalho do tempo fez um elemento simbólico do patrimônio memorial de uma comunidade qualquer". (CANDAU, 2011, p. 156).

da demolição de casarios do centro para construção de bancos, escritórios, lojas comerciais e prédios residenciais. (LUCENA, 1998).

O jornalista Valmir Guedes aponta a demolição em 1968 do palacete da família Tomaz de Souza, construído por João Monteiro Cabral (localizado na Praça Matriz), como fator culminante para o despertar de discussões na imprensa local e campanhas sobre a importância da preservação arquitetônica dos imóveis da cidade. (GUEDES, 2017). O prédio daria lugar à construção de uma agência do Banco do Brasil.

Figura 10 - Palacete da família Tomaz de Souza



Fonte: ETEC do IPHAN em Laguna, s./d.

Figura 11 - Agência do Banco do Brasil em Laguna



FONTE: COPEDOC/RJ, DÉCADA DE 1980[40].

Quanto à demolição, Ruben Ulysséa comentou em 1977: "com tantas esquinas velhas que existem na cidade, foram derrubar justamente essa casa apalaçada que emprestava uma incontestável beleza à praça da Matriz" (ULYSSÉA apud GUEDES JÚNIOR, 2017). Em matéria de Jornal Sul do Estado de 1985, refere-se à casa como uma "maravilha arquitetônica, residência da família do Sr. João Tomaz de Souza. Destruída diante de nossa cumplicidade, testemunhas impassíveis de um crime. Crime contra o Patrimônio, contra o povo e a cidade" (SUL DO ESTADO, 3 nov. 1985, n.p.).

Na época, Norberto Ulysséa Ungaretti[41] escreve um poema sobre o palacete, intitulado "Réquiem para uma Casa Branca":

> Onde estão as paredes brancas,
> sempre brancas,
> as janelas ogivais?
> não estão mais
>
> Agora,
> os nossos olhos flutuam
> naquele pedaço vazio de paisagem urbana,
> à procura da velha casa,

[40]Disponível em: http://acervodigital.iphan.gov.br. Acesso em: 13 mar. 2018.

[41] Norberto Ulysséa Ungaretti (1936 -2014). Aposentado como desembargador do Tribunal de Justiça de Santa Catarina e professor de direito da UFSC, também foi membro da Academia Catarinense de Letras e do Instituto Histórico Geográfico de Santa Catarina.

> branca,
> como uma visão...
>
> Tão forte, tão de pedra
> e no entanto tão frágil...
> quem diria?
> (A esquina do seu João Thomaz não é mais). (UNGARETTI, 2002, p. 251).

De fato, adianta-se que praticamente todos os entrevistados[42] mencionam, em algum ponto de seus depoimentos, a derrubada da referida casa como uma mancha na história da cidade, em um momento que a administração municipal estaria desprovida de instrumentos legais e aportes financeiros para impedir o ocorrido.

A derrubada desse edifício seria vítima de uma ânsia pelo desenvolvimento do comércio e, consequentemente do crescimento da cidade, os quais seriam fomentados pela presença de agências bancárias na área central. Vale notar que, nesse momento, o porto de Laguna já se encontrava obsoleto e havia perdido seu protagonismo para o da região de Imbituba (SC), a qual emancipou definitivamente da cidade de Laguna definitivamente em 1957. O mesmo também foi prejudicado pelo crescimento do transporte rodoviário, especialmente com a construção da BR-101, uma vez que a rodovia não passava pela região central da cidade. Dessa forma, a cidade deixa de ser um polo comercial e o porto carvoeiro, então situado no bairro Magalhães, passa a se restringir à atividade de carga e descarga e pescados. Tudo isso, associado a uma industrialização inexpressiva, representou um forte baque na economia local.

Nesse sentido, uma agência bancária do Banco do Brasil seria muito bem-vinda, mas em retrospecto, para os entrevistados viria a simbolizar um descaso pelo patrimônio arquitetônico da cidade. Esse acontecimento despertaria aos moradores um sentimento de remorso e culpa por serem omissos e por não reconhecerem o valor simbólico do imóvel até esse ter sido dado por perdido, deixando uma sensação de tristeza, revolta e vazio, não somente físico, mas identitário e sentimental, como um fragmento de memória perdido, que não se encontraria mais grafado no tecido urbano para as gerações futuras compartilharem.

Em 1977, Rogério Ulysséa (filho de Ruben e sob o pseudônimo Rodrigo Juliano Filho) refere-se a uma ameaça contra a Casa histórica de Anita Garibaldi mediante a construção de uma agência da Caixa Econômica:

> Espero que não sejam uma das casas que vão ser demolidas para a construção do edifício da Caixa Econômica [...]. Por que não preservar, também, essa casa? [...]. Por que não fazê-la tombar no Patrimônio Histórico? Estaríamos sendo justos para com Anita. (JULIANO FILHO In: SEMANÁRIO DE NOTÍCIAS, 1977, p. 6).

[42] Serão abordados no capítulo 3.

Essa contestação permite uma associação a uma compreensão de retórica da perda. José Reginaldo Santos Gonçalves cria o conceito a partir de sua identificação da existência de uma retórica recorrente nos discursos nacionais de preservação. Esses discursos se utilizariam de narrativas, nas quais os valores culturais de uma nação correriam perigo constante de desaparecimento sob ameaça de um processo histórico objetivo, para assim, justificar a atuação de órgãos governamentais de preservação. (GONÇALVES, 2002).

Mas, além de uma ameaça externa, a ideia da "perda" seria, antes de tudo, instrumento de uma estratégia discursiva para a apropriação de certo entendimento de cultura nacional. Uma vez que, para haver um medo de perda, haveria a necessidade de "objetificar" um patrimônio cultural classificado como representativo de uma nação ou categoria sociopolítica.

> Nesse sentido, o patrimônio é uma vasta coleção de fragmentos, na medida em que seus componentes são descontextualizados, retirados dos seus contextos originais, no passado ou no presente, e reclassificados nas categorias das ideologias culturais que informam as políticas oficiais de patrimônio. (GONÇALVES, 2002, p. 112).

Esses objetos de desejo seriam uma metonímia de uma totalidade temporal imaginada, contínua e coerente, distante no tempo e no espaço, como o passado ou tradições. Para Gonçalves, essa retórica de perda passaria a instrumentalizar diferentes plataformas políticas. Durante a administração de Rodrigo Melo Franco, ela seria fundamentada com referência à destruição, desaparecimento, dispersão e deformação de monumentos históricos e obras de arte, alusivos a uma tradição original e primordial, os quais seriam vítimas de uma inevitabilidade histórica, frente à urbanização e indiferença da população. (GONÇALVES, 2002).

Através de um discurso em comum, intelectuais da sociedade lagunenses e ressentem da derrubada de casarões do centro histórico de Laguna (SC), manifestando seus sentimentos de "perda" por imóveis, os quais diminuiriam uma distância imaginária com um passado distante – como a casa da família Thomaz de Souza, cuja beleza materializaria um momento de prosperidade econômica da cidade. A partir da derrubada da casa, iniciam-se discussões sobre a preservação do patrimônio da cidade, fundamentando-se a urgência de um contágio do sagrado, em que o museu não seria o suficiente para proteger a essência da identidade lagunense, contra a perda e destruição do profano. Essa perda representaria, portanto, um elemento catalisador para o retorno do diálogo sobre as políticas patrimoniais locais.

1.3.2 Tombamentos Municipais

Apesar da demolição em 1968, somente em 1976 ocorre a primeira iniciativa com relação à patrimonialização de bens locais. No referido ano, o prefeito Venâncio Luiz Vieira (da ARENA) assina um decreto que aponta o Museu Anita Garibaldi (Casa de Câmara e Cadeia, também tombada pelo IPHAN), a Casa de Anita e da Casa Pinto Ulysséa enquanto patrimônio histórico do município, cabendo ao Conselho Municipal de Cultura promover seu tombamento (Decreto nº27/1976)[43]. Sua administração também iniciaria diálogos com o governo estadual que visavam fomentar projetos com a finalidade de captar recursos federais para o restauro dos monumentos locais com vistas ao aproveitamento turístico, como ocorria nas cidades históricas do Nordeste, pelo Programa Integrado da Reconstrução de Cidades Históricas do Nordeste (PCH). (O ESTADO, 1 ago. 1976, p. 9).

Mas, apesar da determinação de Vieira, a cidade ainda não possuía uma lei de tombamento municipal. Somente durante o mandato de Remor houve a redação da mesma (34/1977), a qual se trata de uma adaptação do decreto-lei nº25/1937.

> Art. 1º Constituem Patrimônio Histórico e Artístico de Município de Laguna, os bens móveis e imóveis existentes no seu território, cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos históricos notáveis, quer por seu valor cultural a qualquer título (Lei 34/77).

Além disso, a administração do prefeito Mário José Remor (filiado ao partido ARENA, entre 1977 e 1983) promoveu uma significativa política de memória: participou na inauguração de monumentos públicos no Centro Histórico, como o busto de Jerônimo Coelho[44] e o Monumento à Maçonaria (1981), o busto do Giuseppe Garibaldi, em 1982 (Praça Vidal Ramos) e a estátua do fundador da cidade Domingos de Brito Peixoto, 1983. Além disso, também organizou o transporte da urna contendo a terra do túmulo de Anita Garibaldi, em Ravena (Itália), atualmente exposta no museu "Casa de Anita". Vale notar, a significativa participação maçônica em todos esses eventos, além da participação do arquiteto Wolfgang Ludwig Rau[45] na elaboração desses monumentos (GUEDES JÚNIOR, 2016), que ao escrever seu livro "Anita

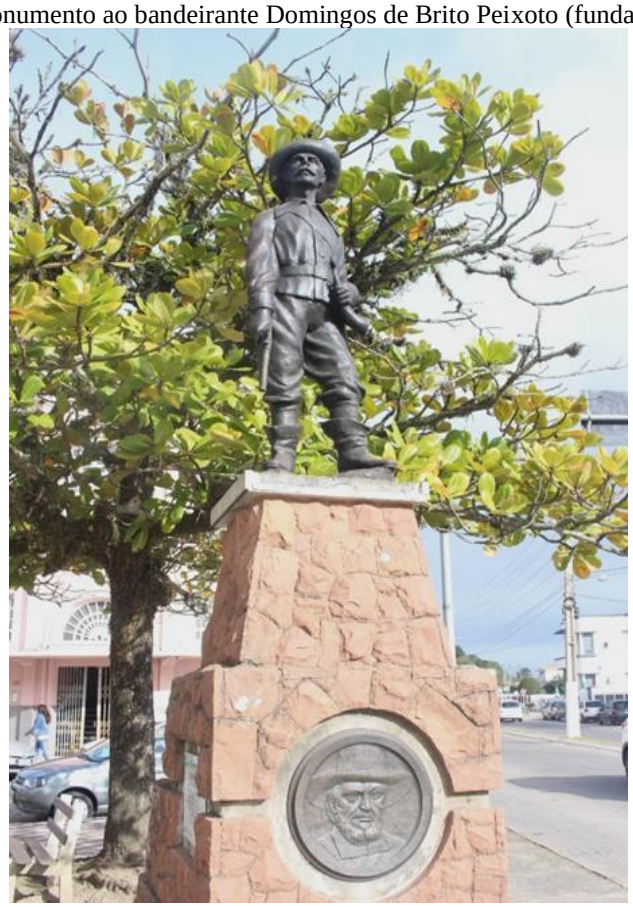
[43]De acordo com a lei municipal 28 de 1974, o Conselho Municipal de Cultura constituiria setores considerados representativos da cultura local, enumeradas como: Rotary Clube de Laguna e Lions Clube de Laguna, clubes de alta sociedade; Imprensa de Laguna; Representante Oficial de Atividades Turísticas de Laguna, da Câmara Municipal de Laguna e Clube Filatélico e Numismático de Laguna (LEI MUNICIPAL 28/1974). A lei foi criada durante a administração do prefeito Francisco de Assis Soares (da ARENA), que após seu afastamento foi continuada por Venâncio (seu vice).

[44] Ver nota 38.

[45]Além de arquiteto, Rau também é considerado um respeitado escritor e colecionador de assuntos relacionados a Anita Garibaldi.

Garibaldi – O Perfil da Heroína Brasileira" (1975), contou com sete anos de pesquisas, incluindo viagens pela Europa e América do Sul para escrever uma biografia que buscava desfazer "maledicências centenárias" sobre a personalidade.

Figura 12 - Monumento ao bandeirante Domingos de Brito Peixoto (fundador de Laguna)



Fonte: MACAGI, 2018.

Figura 13 - Prefeito Mário José Remor na inauguração do busto de Garibaldi



Fonte: Álbum da família Remor In: GUEDES JÚNIOR, 2016, p. 164.

Figura 14 - Loja maçônica Fraternidade Lagunense na inauguração de monumento em homenagem ao maçom e jornalista Jerônimo Coelho



Fonte: GUEDES JÚNIOR, 2016, p. 165.

Por fim, durante essa administração, seria realizada a maioria dos tombamentos de imóveis municipais, um total de quatorze imóveis, duas fachadas de praças e duas ruínas arqueológicas, sendo que após sua gestão somente seria tombada a Ponte de Cabeçudas a nível municipal. A lei de tombamento municipal de Laguna previa a criação de uma Comissão Municipal de Cultura[46], órgão subordinado ao Gabinete do Vice-Prefeito, para o tombamento, cadastramento e fiscalização de bens da cidade.

> Art. 24 Comissão Municipal de Cultura – Compete planejar, orientar e coordenar as atividades culturais do município e efetuar o tombamento, cadastramento e fiscalização dos bens móveis e imóveis existentes no município, cuja conservação seja de interesse público, que por seu valor cultural a qualquer título ou afeição notável com que tenham sido dotados pela natureza (Lei 12/77).

Segue a listagem dos imóveis tombados municipalmente conforme descritos nos referidos decretos:

[46] Diferentemente do caso do Conselho Municipal de Cultura, até então não foi criada nenhuma lei que explicite como essa comissãoera composta.

Decreto 17/78:

1. Casa Pinto D’Ulysséa (Figura 15);
2. Palacete Polidoro Santiago (Figura 16);
3. Casa nº 10 da Rua Rio Branco (Figura 17);
4. Casa de Anita, na Rua Fernando Machado (Figura 18);
5. Casario da Praça da República Juliana (fachadas) (Figuras 19 a 21);
6. Casario do Largo do Rosário (fachadas) (Figura 22);
7. Casa nº 2 da Travessa Manoel Pinho, esquina com a Rua Fernando Machado (Figura 23);
8. Casa da Rua Rio Branco, onde está localizado o Hotel Rio Branco (Figuras 24 a 25).
9. Ruínas do Camacho (Figura 26);
10. Casa nº 420 da Rua Voluntário Benevides, esquina com a Fernando Machado (Figura 27).

Figura 15 - Casa Pinto D’Ulysséa



Fonte: MACAGI, 2017.

Figura 16 - Palacete Polidoro Santiago



Fonte: LUCENA, 2017.

Figura 17 - Casa nº 10 da Rua Rio Branco



Fonte: MACAGI, 2017.

Figura 18 - Casa de Anita, na Rua Fernando Machado



Fonte: MACAGI, 2017.

Figura 19 - Casario da Praça Republica Juliana 1



Fonte: MACAGI, 2017.

Figura 20 - Casario da Praça República Juliana 2



Fonte: MACAGI, 2017.

Figura 21 - Casario da Praça República Juliana 3[47]



Fonte: MACAGI, 2017.

[47] A estátua de Anita localizada em frente ao Museu Anita Garibaldi foi instalada em 1946, em sua homenagem. Anteriormente, no mesmo local, se encontrava um obelisco, desde 1939, em comemoração ao centenário da República Juliana, que atualmente se encontra na Praça Pinto Bandeira.

Figura 22 - Casario do Largo do Rosário



Fonte: MACAGI, 2017.

Figura 23 - Casa nº 2 da Travessa Manoel Pinho, esquina com a Rua Fernando Machado



Fonte: MACAGI, 2017.

Figura 24 - Casa da Rua Rio Branco, onde está localizado o Hotel Rio Branco (Rua Gustavo Richard)



Fonte: MACAGI, 2017.

Figura 25 - Casa da Rua Rio Branco, onde está localizado o Hotel Rio Branco (Rua Raulino Horn).



Fonte: ETEC do IPHAN em Laguna, 2017.

Figura 26 - Ruínas do Camacho (atual Casa da Nação)



Fonte: Luíz Fonte, 2014.[48]

Figura 27 - Casa nº 420 da Rua Voluntário Benevides, esquina com a Fernando Machado



Fonte: MACAGI, 2017.

Decreto 26/81:

1. Casa de Cid Cecconi Costa, nº 133 Rua Raulino Horn (Figura 28);
2. Casa nº 11 – Alexandre Grandmarq Rua Raulino Horn (Figura 29);
3. Casa nº 185 – da Rua Raulino Horn (Figura 29);
4. S. R. União Operária – Rua Santo Antônio s/nº (Figura 30).

[48] Disponível em: http://fonte192.blogspot.com.br/2014/10/casa-da-nacao-um-patrimonio-historico.html. Acesso em: 14 out. 2017.

Figura 28 - Casa de Cid Cecconi Costa, nº 133 Rua Raulino Horn



Fonte: MACAGI, 2017.

Figura 29 - Casa nº 11[49] – Alexandre Grandmarq, Rua Raulino Horn e Casa nº 185 – da Rua Raulino Horn



Fonte: MACAGI, 2017.

[49]Atualmente, número 177.

Figura 30 - S. R. União Operária – Rua Santo Antônio s/nº



Fonte: MACAGI, 2017.

Decreto 28/82:

1. Casa nº 208, localizado na Rua Raulino Horn, esquina com a Rua Barão do Rio Branco (Figura 31);

2. Ruínas do Forte José Garibaldi, localizado em Ponta da Barra (Figura 32).

Figura 31 - Casa nº 208, localizado na Rua Raulino Horn, esquina com a Rua Barão do Rio Branco



Fonte: MACAGI, 2017.

Figura 32 - Ruínas do Forte José Garibaldi, localizado em Ponta da Barra[50].



Fonte: Ruy Machado Imagens, 2015.

Assim, em um espaço curto de tempo, entre 1978 e 1982, foi tombada uma grande quantidade de bens materiais. Vale mencionar que esses tombamentos não possuem processos com pareceres históricos ou arquitetônicos, descrições precisas sobre os imóveis ou qualquer outro elemento que permita discorrer com clareza sobre o porquê dessas edificações serem tombadas. Esses tombamentos se resumem a decretos assinados pelo prefeito contendo listagens, aparentemente em ordem de prioridade, contendo os nomes pelas quais as casas são conhecidas localmente e/ou seu endereço[51].

Inicialmente, identifica-se que o conjunto de bens tombados é caracterizado em sua maioria como composto por casarões luso-brasileiros, situados no Centro Histórico, construídos por grandes comerciantes do porto, compreendendo a necessidade de reforçar uma identidade

[50]Também conhecido como Fortim do Atalaia.

[51] O estudo mais preciso sobre as edificações tombadas municipalmente, é o levantamento realizado em 1985 pela Fundação Catarinense de Cultura (FCC) em parceria com a Fundação Educacional do Sul de Santa Catarina (FESSC, atual UNISUL – Tubarão, SC), FCC e o IPHAN e estudantes da UFSC.Os pesquisadores utilizaram como principal referencial informativo o livro Laguna em 1880, de Saul Ulysséa, e Wolgang Ludwig Raupara considerar sobre valores históricos de cada imóvel. Esse levantamento tinha como objetivo subsidiar o Guia dos Bens Tombados do Estado de Santa Catarina (publicado somente em 1992, ou seja, àquela altura, já desatualizado), elaborado pelo professor Alcídio Mafra de Souza[51], então diretor do Museu de Belas Artes do Rio de Janeiro. Os tombamentos municipais também foram referenciados durante a realização do projeto que visava a elaboração de diretrizes de preservação para o Centro Histórico, em 2007, para o Programa Monumenta.
Todos esses levantamentos apresentam imprecisões e incoerências, ignoram alguns imóveis tombados, discordam sobre a localização, delimitação de outros, etc. Além disso, apesar desses levantamentos conterem históricos e descrição arquitetônica dos imóveis, não há como saber até que ponto esses mesmos valores tenham sido cogitados pelo prefeito Mário Remor durante os tombamentos.

portuguesa, mais especificamente açoriana, que em muito corresponde à busca de uma brasilidade e ao quadro de memória fomentado nas primeiras décadas do IPHAN.

Edificações ecléticas também foram tombadas, mas enquanto exemplares de luxo (como o Palacete Polidoro Santiago e Hotel Rio Branco, nesse último constituído por duas edificações, uma luso-brasileira e outra eclética – Figuras 16, 24 e 25) ou como parte de conjunto de fachadas, como o caso da Praça República Juliana (onde se encontra a Casa e Câmara) e do Largo do Rosário (Figuras 19 a 22).Em uma das pontas da Praça República Juliana foram tombadas três edificações luso-brasileiras da "esquina do abc", apelidada em referências à primeira letra do sobrenome dos proprietários das casas ali situadas ao final do século XIX e onde servia de ponto de encontro de pessoas de destaque social da cidade(Casa nº 10 da Rua Rio Branco, Hotel Rio Branco e Casa nº 208, localizada na Rua Raulino Horn - Figuras 17, 24, 25 e 31).

Ao mesmo modo, foram patrimonializadas duas ruínas referentes à história militar regional. As "Ruínas do Forte José Garibaldi, localizado na Ponta da Barra" (Forte Atalaia ou Fortim da Barra, Figura 26) protegiam a entrada do canal para o porto e foi onde, em 1839, travou-se a batalha naval decisiva entre os farroupilhas e as forças imperiais durante retomada de Laguna pelo governo. O tombamento das Ruínas do Camacho (ou Casa da Nação, Figura26), lugar histórico que servia de abrigo para soldados durante empreendimentos militares, não surtiu efeito devido a um engano, uma vez que o imóvel de fato se situava no município de Jaguaruna (SC). Acredito que o mal-entendido se deve pelo sítio se encontrar em território limítrofe com a cidade de Laguna. Nota-se também que Ruínas do Forte José Garibaldi, Ruínas do Camacho e o Palacete Polidoro Santiago (Figuras 16, 26 e 32), são os únicos bens tombados fora do centro da cidade durante a gestão de Remor.[52]

Curioso notar a patrimonialização da edificação em que se encontra a Sociedade Recreativa União Operária (Figura 30).Vale notar que, o Clube União Operária trata-se de um espaço representativo da identidade negra em Laguna, mas acredito que seja pouco provável que seu tombamento se deu em razão a uma apreciação da memória negra na cidade enquanto patrimônio. Pois, não somente essa seria uma discussão relativamente recente no campo do patrimônio na época do tombamento, seja em contexto nacional como local; como pelo fato da política de memória do prefeito Mário José Remor favorecer uma memória histórica tradicional, a qual incluiria a construção de monumento à maçonaria na Praça do Rosário, assim nomeada

[52] Posteriormente, em 1988, haveria o tombamento municipal da Ponte de Cabeçudas (ver capítulo 3).

por se situar aos pés do morro onde se encontrava a Igreja do Rosário, antigo espaço de territorialidade negra em Laguna. (Figura 14).

Talvez a melhor forma de identificar o porquê do tombamento da sede do Clube União Operária, seria questionarpor que o mesmo não ocorreu com os principais clubes de alta sociedade. (Blondin e Congresso Lagunense – Figuras 73 e 75). O mais provável seria pelo edifício da União Operária ser mais antigo e consistir em uma arquitetura luso-brasileira, enquanto os demais foram construídos durante a primeira metade do século XX. Essa averiguação permite relevar, a certa medida, se esses imóveis seriam tombados apenas como uma exaltação da elite local, ao demonstrar que responsáveis dos tombamentos possuíam conhecimento arquitetônico e estavam cientes das qualidades estéticas consideradas pelo IPHAN no tombamento de bens imóveis.

Também vale notar que, não há o tombamento das fachadas da Praça Matriz, como ocorrem na Praça República Juliana e Largo do Rosário, muito menos da Igreja Matriz, situada na mesma praça. Não se sabe a razão, talvez pelos imóveis mais representativos não se encontrarem sob ameaça iminente e sob zelo de uma instituição pública ou religiosa, ou pela praça não se encaixar em critérios de homogeneidade, tendo perdido seus imóveis icônicos (como o Cineteatro 7 de Setembro, antigo Cine Arajé, casa de João Thomaz de Souza), para dar lugar a edificações contemporâneas.

A Casa de Anita, da Rua Fernando Machado (Figura 18), trata-se do único bem "contaminado" pela personalidade que "alí [sic] vivia e sonhava com seu herói italiano". (SEMANÁRIO DE NOTÍCIAS, 1977, p. 6). O imóvel consiste em um exemplar da arquitetura luso-brasileira do tipo porta e janela, se destacando por ser um dos poucos imóveis tombados cujo interesse histórico se sobressai ao arquitetônico.[53]

Acredito que o tombamento, ocorreu devido à pressão de intelectuais locais, em face ao seu descontentamento pela aquisição de outra residência pela municipalidade para levar o título de "Casa de Anita, a que Anita se vestiu para seu primeiro casamento (com o sapateiro Manuel Duarte de Aguiar)," (Figura 33) para ser restaurada e se tornar um lugar de memória em sua homenagem, com um plano museológico que simula uma residência (com cozinha, quarto, etc.). A aquisição dessa casa pela prefeitura talvez fosse indício de um primeiro movimento de salvaguarda patrimonial, pois, quando ainda não havia a lei municipal de tombamento, o único

[53] Não confundir com o imóvel de esquina ao lado da Igreja Matriz de Santo Antônio dos Anjos, denominado "Casa de Anita", onde se encontra um museu dedicado à personalidade. Esse local seria residência do padrinho de casamento de Anita Garibaldi e onde se vestiu e festejou as núpcias de seu primeiro casamento, aos seus 16 anos com o sapateiro Manuel Duarte Aguiar. Acredita-se que o espaço também tenha servido de cadeia e administração municipal até a construção da Casa de Câmara e Cadeira. (BITENCOURT, 1997).

subterfúgio da prefeitura de proteção seria comprá-la e transformá-la em um espaço de memória, como tentara, sem sucesso, no caso do Palacete construído por João Monteiro Cabral. (Figura 10).

Figura 33 - Casa de Anita (museu)[54]



Fonte: MACAGI, 2017.

Mesmo assim, atribuí-la o título de “Casa de Anita” causou furor em muito intelectuais da localidade preocupados em preservar a memória local. Em 1977, alguns meses antes da promulgação da lei de tombamento municipal (34/77), Rogério Ulysséa (filho de Ruben e sob o pseudônimo Rodrigo Juliano Filho), protestou:

> Não sei se por ser filho de historiador, sempre procurei a verdade histórica. Embora a verdade nem sempre seja mais interessante para o turista, deve ser preservada a bem dos futuros estudiosos [...]. Por isto, eu espero que a restauração da chamada "Casa de Anita" não se vá dizer que a heroína ali morou. Seria uma mentira que não ficaria bem a uma cidade que envaidece de sua velha cultura. Perguntem a Osvaldo Cabral, a Ruben Ulysséa, a Wolfgang Rau, o que acham da "casa de anita". (SEMANÁRIO DE NOTÍCIAS, 1977, p. 5).

Rogério Ulysséa faz referência a um círculo de intelectuais locais que lutavam pela reconstrução de uma memória sobre Anita Garibaldi e que buscavam desfazer “maledicências centenárias” (RAU, 1975) sobre a personalidade, em muito relacionadas a questões de adultério com relação ao primeiro marido. Isso é identificável desde os estudiosos do IHSC (como Boiteux, Virgílio Várzea e José Johanny), que ressaltavam o casal Anita e Giuseppe pelo

[54] Não confundir com o imóvel tombado.

romantismo e heroísmo, além de precursores de ideias democráticas. Em suas obras, Saul Ulysséa também prezava pela valorização da República Juliana, mas não devido aos seus ideais republicanos, mas sim, devido aos seus "filhos heroicos", como João Henrique Teixeira[55]e Anita Garibaldi. Ruben Ulysséa apontava essa última entre os "heróis cotidianos"[56] lagunenses, que ao lutar por seu amor, seguiu Garibaldi, alçando ao heroísmo (BITENCOURT, 1997). O autor a defende como:

> Uma nova concepção de herói, diferente dos protetores das urbes como os cultuados pelas sociedades da antigüidade [sic] clássica. O herói era também, na apreciação dele, todos aqueles que promovem o "aprimoramento da criatura humana" ou influem nos "destinos do mundo". Faz este comentário para dizer que fosse ele enquadrar Anita em uma classificação, a colocaria "entre as heroínas do amor". Para Ruben foi o amor que a levou para a luta e para a glória, sendo ela a "heroína de um belo romance": suportou grandes dificuldades por seu amor e felicidade e é isso que a faz ser admirável e "redimida do pecado que lhe atribuíam os seus contemporâneos", completando que mesmo se não tivesse ela unido-se a Garibaldi seria uma "heroína". (BITENCOURT, 1997, p. 174-175).

Percebe-se, assim, uma clara intenção em romantizar seu relacionamento com Garibaldi. Para isso, muitos estudiosos chegam ao ponto de menosprezar seu primeiro marido e enfatizar a infelicidade dela no casamento.

Também há uma preocupação com o fato de se pretender comprovar que o local de nascimento de Anita tinha sido Laguna, e não Tubarão (SC), conforme afirmado pela historiografia corrente e onde há um monumento erigido em seu suposto local de nascimento. (Figura 34). Essa disputa reflete uma rivalidade pela predominância histórica de Laguna sobre as cidades vizinhas, a ponto de argumentar que quando ela nascera o território de Tubarão faria parte Laguna, reforçando o mito de origem de Laguna como terra mãe. Em suas pesquisas, Wolfgang Ludwig Rau resgatou o registro de casamento Anita com Garibaldi em Montevidéu (Uruguai), onde ela se declarou como lagunense. Em determinado momento, Ulysséa contesta:

> Nunca entendi por que se procura esmiuçar tanto este assunto, buscando descobrir o local exato onde a Heroína deixou seu umbigo. Não me parece que o umbigo seja a parte mais importante do corpo. Sempre pensei que houvesse em nosso corpo partes mais nobres, como o coração e o cérebro; por que segundo o milenar conceito, do primeiro nasce o amor; do segundo, o pensamento que orienta as nossas ações, inclusive, naturalmente, o heroísmo. (ULYSSÉA, 2004, p. 115).

[55]Lagunense que auxiliou Giuseppe Garibaldi durante a tomada da cidade.
[56]Ruben Ulysséa também revisita a ideia de evolução urbana da cidade, traçando períodos de ascensão e declínio econômico, assim como, a própria ideia de "filhos ilustres", os quais não seriam heróis responsáveis pelo engrandecimento de sua cidade, mas sim, Laguna que seria em si constituidora de heróis cotidianos. (BITENCOURT, 1997).

O autor defende que Anita seria lagunense pelas razões do coração, pois foi onde devotou sua paixão a Garibaldi, o que a levaria a feitos heroicos. Assim, considerando esse imaginário, o imóvel tombado municipalmente não seria somente uma casa histórica em que Anita passou a mocidade, como seria o local mais importante em que a personagem vivera, inclusive seu local de nascença, pois, em Laguna seria seu "verdadeiro" lugar de origem "foi aqui que ela iniciou sua fabulosa aventura [...]. Portanto: 'A Heroína é nossa!, muito embora tenha dado brilho a outros sítios do Brasil ou da Itália [...]". (ULYSSÉA, 2004, p. 116).

Figura 34 - Monumento à Anita Garibaldi (Tubarão, SC)



Fonte: LADISLAU In: Secretaria de Turismo de Tubarão, s/d.[57]

Em uma ampliação do conceito de Casas Natais, "Casas Históricas" são categorizadas como imóveis evocativos à memória por meio de fatos históricos[58] que ali ocorreram ou personalidades que ali viveram, as quais "mobilizam pessoas em torno de ideias de interesse comum de expressão nacional ou não". (RIBEIRO, 2011, p. 228). Ao realizar uma análise comparativa entre trinta e três casas históricas tombadas somente no livro de tombo histórico, Marcus Tadeu Ribeiro nota que, diferente do que se entende nas interpretações estritas do decreto de tombamento, o IPHAN não priorizaria o tombamento de casas históricas que

[57] Disponível em: http://tubarao.sc.gov.br/turismo/item/detalhe/1009. Acesso em: 20 mar. 2018.
[58] Apesar de citar "fatos históricos", listando inclusive o Museu Anita Garibaldi (Casa de Câmara e Cadeia de Laguna) no decorrer do artigo Ribeiro passa a dedicar sua atenção às casas em que viveram personalidades históricas.

celebrassem personagens ilustres ou representativos das elites econômicas da história do país, sendo o valor artístico das casas como critério de maior influência para Instituição. Desse modo, essas casas históricas só seriam tombadas pelo valor histórico, quando não identificado um valor artístico para justificar sua inscrição no Livro de Tombo das Belas Artes. Apesar disso, o autor propõe uma nova perspectiva, na qual:

> As casas históricas desempenham um papel fundamental, pela importância simbólica, e também pelo caráter evocativo que elas podem apresentar. Não porque celebrem individualidades, mas por se relacionarem, como formas concretas, a modelos de pensamento que intermitiriam na evolução da sociedade brasileira e que tem em certos indivíduos, a forma mais acabada de verbalização. (RIBEIRO, 2011, p. 246-247).

Seguindo essa conceituação, Anita Garibaldi seria antes de tudo um símbolo presente em uma memória histórica (internalizada, não consciente e possível de ser verbalizada) constituidora de laços sociais, que ampara um sentido de pertencimento entre os lagunenses. Através dessa prosopopeia, os mortos passam a servir enquanto um objeto de memória e identidade de um jogo identitário, são idealizados e transformados em personagens-modelos, ideais dignos de imitação (CANDAU, 2011). Dessa forma, o imóvel seria tombado como uma materialização desse vínculo afetivo e de memória, como forma de reafirmação de identidade.

> Por isso, penso que Anita Garibaldi, também se enquadra na antiga concepção de herói refutada por Ruben, aquela que, segundo ele, era vista desde as populações greco-romanas que homenageavam seus antepassados, reis e guerreiros, por seus grandes feitos, resultando a tendência de encontrar no culto a estes a proteção da cidade e de seus descendentes dos “azares da vida”. Para além das crenças próprias dos povos da antigüidade [sic] clássica, penso que as representações de Anita na produção histórica lagunense, a tornaram uma protetora da cidade. (BITENCOURT, 1997, p. 180).

Figura 35 - A árvore de Anita em 1926[59]



Fonte: ULYSSÉA, 2004, p. 117.

Em outros bens, os nomes de proprietários serviriam apenas como referência de localidade (como Casa de Cid Cecconi Costa e Casa n. 11 – Alexandre Grandmarq, Figura 29). Há também o caso da Casa Pinto D' Ulysséa (Figura 15) e o Palacete Polidoro Santiago (Figura17), que referenciam respectivamente os antigos proprietários: tenente-coronel Joaquim Pinto D' Ulysséa, influente comerciante do porto (pai de Saul Ulysséa), e o engenheiro dos portos Polidoro Santiago, responsável pelas obras da barra de Laguna (a fim de facilitar a entrada das embarcações na lagoa de Santo Antônio em direção ao porto). Mesmo sendo construídas por personalidades de renome na história local, tudo indica que os principais motivos de atribuição de valor aos imóveis deverem-se a suas características arquitetônicas.

A Casa Pinto D'Ulysséa (localizada na Praça Lauro Müller, 24 – Centro Histórico), trata-se de uma luxuosa casa de chácara construída em 1866. Foi a primeira casa de Laguna com platibanda, água encanada e, além de ser revestida por azulejos portugueses. Já o palacete Polidoro Santiago[60], construído em 1906, foi um dos poucos imóveis ecléticos tombados

[59] No início da década de 1920, a prefeitura transfere para a Praça Matriz a árvore de nascera na quilha do Seival, embarcação utilizada por Garibaldi na tomada da Vila. No momento, a árvore era denominada por Saul Ulysséa como o "único monumento, em Laguna, que lembrava a Anita Garibaldi". (ULYSSÉA apud BITENCOURT, 1997, p. 148). Entre os intelectuais citados no capítulo, a fotografia conta com as presenças de José Arthur Boiteux (IV) e Ruben Ulysséa (VI).

[60] O edifício atualmente se encontra com processo de tombamento aberto pelo IPHAN (1620-T-10 - Palacete Polidoro Santiago, Edificação residencial urbana no município de Laguna, estado de Santa Catarina), que se encontra suspenso devido à averiguação da possibilidade que seja anexado ao processo de rerratificação do tombamento do Centro Histórico (TOMBAMENTO (BEM MATERIAL) nº 01510900336/2017-33. (memorando 96).

isoladamente pelo município, além de se tratar do único imóvel tombado municipalmente fora do centro da cidade[61], no Bairro Magalhães, destacando-se na região, por ter sido construída em um local, na época, pouco povoado, servindo de moradia para uma população principalmente composta por pescadores pobres, malvistos pelos habitantes do centro.

Porém, vale comentar que no mesmo governo de Remor, apesar da grande quantidade de imóveis tombados aqui citados, o patrimônio arqueológico indígena acaba sendo negligenciado a nível local. Pois, apesar de possuir uma sala própria do Museu Anita Garibaldi, composta de objetos doados pelas famílias locais, enquanto parte desse lugar de memória, a prefeitura era denunciada pelo desmonte de sambaquis[62]. Em 1978, o padre jesuíta e arqueólogo João Alfredo Rohr (enquanto representante do IPHAN) moveu uma ação judicial contra a prefeitura municipal de Laguna, acusada pela depredação de sambaquis a região para compactação de estradas:

> Se um município é tão miserável que não tem condições ou meio outros para preservar suas estradas se não mediante a depredação criminosa do patrimônio cultural da Nação, então está na hora de extinguir este município, juntando-o a outro mais próspero e mais operoso, para este salvá-lo da bancarrota total. Porque a esta altura dos acontecimentos e com o avanço atual da ciência, já não é mais concebível que governantes queiram construir o progresso com 'tijolos milenares do passado' e servir-se dos meios modernos de progresso, caminhões e tratores para destruir monumentos do passado - declarou o arqueólogo (ROHR apud O ESTADO, 29 ago. 1979, n.p).

1.3.3 Relações entre a prefeitura e o IPHAN (1)

No “Relatório 1977/1982”, produzido pela Prefeitura Municipal de Laguna com o objetivo de comunicar os feitos da administração local, dedica um campo especial (adornado com fotos do busto de Giuseppe Garibaldi e Almirante Lamego[63]) para citar os feitos da comissão municipal de cultura (responsável pelos tombamentos municipais). Durante a gestão, comunica que, além dos tombamentos, a comissão teria parte na restauração da Casa de Anita (museu)[64] e o Museu Anita Garibaldi através de convênios com o Governo do Estado de Santa Catarina.

---

[61] Os outros bens tombados fora da área central seriam duas ruínas e arquitetônicas e uma ponte férra (ver capítulo 3)

[62] Em Laguna, Farias enumera ações de desmonte de sambaquis para a fabricação de cal, adubo e lavra clandestina registradas nos anos 1962 (Sambaqui Carniça), 1966 (Perrichil) e 1972 (Carniça II). (FARIAS, 2000). Só apontados como zonas de preservação permanentes em 1979 (Lei 04/79). Essa luta pela preservação dos sambaquis acaba por se concentrar no âmbito estadual por intermédio do Instituto Histórico Geográfico de Santa Catarina (IHGSC), a partir da década de 1950. (GONÇALVES, 2016).

[63]Jesuíno Lamego da Costa (1881 a 1886), também conhecido como Barão de Laguna (título conferido por decreto imperial), lagunense militar e político, tendo participado da Guerra da Cisplatina.

[64]Não se trata da mesma casa tombada.

Também é mencionado o restauro do Largo Lauro Muller, onde se situam a Casa Pinto Ulysséa e a Fonte da Carioca, por meio de convênio com IPHAN e interveniência da Fundação Catarinense de Cultura (FCC) e recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND). Esse relatório comenta que, por solicitação do IPHAN, "foram levantadas as prioridades de restauração, dos outros bens tombados pelo município" (PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA, 1982), e que esse estudo encontrar-se-ia em Brasília à espera de liberação de verbas.

Em projeto encaminhado para o IPHAN em 1980, a prefeitura menciona o restauro como prioridade do Largo no "Plano de Restauração do Patrimônio Cultural, Histórico e Arquitetônico de Laguna". Menciona o imóvel da Casa Pinto de Ulysséa como um dos imóveis mais significativos do conjunto arquitetônico tombado pelo município:

> [...] sendo que sua linha arquitetônica reflete o estilo colonial de fins do Século XIX [...] O valor histórico deste imóvel, para o contexto cultural de Laguna, é de grande importância, por retratar os costumes, a arte e a beleza da arquitetura pura, vinda diretamente de Portugal, no termo do Brasil-Colônia. (PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA, 1980, n.p.).

Essas colocações demonstram uma valorização de imigração açoriana (portuguesa)[65] em Laguna e da riqueza dos comerciantes do porto em um período de prosperidade econômica da cidade.Ela também permite traçar paralelo como projeto de nação getulista e do quadro social de memória de brasilidade fomentado pela primeira geração do IPHAN.

Por último, o projeto cita que a praça, na qual o imóvel se localiza, constitui um marco cultural da cidade devido à Fonte da Carioca, fonte de água potável, construída em 1863 e ainda utilizada pela população, além de servir de ponto turístico. Esse conjunto a ser restaurado retrataria a "história e cultura dos ancestrais lagunenses" (PREFEITURA MUNICIPAL de LAGUNA, 1980, n.p.).

Em publicação do boletim SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA, faz-se referência à importância histórica do conjunto em restauro – Casa Pinto D'Ulysséa, Fonte da Carioca e Praça Lauro Mueller – a fim de representar o estilo luso-brasileiro do fim do século XIX, em especial da imagem arquitetônica da casa que "revive a arquitetura de uma quinta portuguesa", seguida de uma menção sobre a importância do imóvel, de acordo com relatório escrito por Nayl Ulysséa, filha de Saul Ulysséa e descendente do primeiro proprietário da casa. (ULYSSÉA In: IPHAN,

[65] Os escritos de Saul Ulysséa também refletem a valorização de populações açorianas, reforçando a argumentação de José Johanny contra o discurso desqualificador do litoral. Ulysséa será bem recebido pela política do governador estadonovista Nereu Ramos, sendo suas obras publicadas pela imprensa oficial do estado de Santa Catarina. O autor passa a se utilizar de uma postura conservadora, a fim de afirmar a importância de Laguna como uma cidade das tradições e expoente cultural do sul do Brasil, seja através do mito fundador de cidade como "terra mãe", seja como primeiro núcleo de povoamento do Sul.

1982, p. 15). O boletim do Instituto volta a mencionar a obra em 1984, ainda em execução, comentando o interesse da prefeitura em realizar atividades artesanais e noites de serestas na praça onde se localiza o bem. (ULYSSÉA In: IPHAN, 1984, p. 27).

A publicação comemorativa "Laguna: Três Séculos de Brasilidade, Dados e Informações sobre o Município", de 1982, foi dedicada a apresentar a cidade, a professores e alunos de escolas municipais, sob o slogan "Laguna, berço da Cultura e da história de Santa Catarina". (PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA, 1982). Esse material de complemento didático de 1982, produzido pela prefeitura, aponta a cidade como polo turístico da região sul, devido às suas belezas naturais e ao "seu patrimônio histórico e cultural [...]. Além de sua participação com destaque, nas páginas de Santa Catarina e Brasil" (PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA, 1982, p. 32) enumera uma série de pontos turísticos e principais procissões, bandas centenárias e festas da cidade.

Por tudo isso, salienta um projeto desenvolvido pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em implantar na cidade "o polo cultural do sul do estado", "uma cidade, cuja história e feitos não caberiam, senão em volumosas páginas". (PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA, 1982, p. 32). A publicação refere-se a parcerias entre a Prefeitura Municipal de Laguna e o Departamento de Assuntos Culturais da UFSC (vinculado à Pró-Reitoria dos Assuntos Estudantis) no começo da década de 1980, quando organizaram a primeira e segunda semana cultural da cidade de Laguna. Em um segundo momento, comunicam que a universidade expressara desejo em realizar o primeiro levantamento em larga escala do patrimônio arquitetônico do centro da cidade (a ser trabalhado no capítulo 2), contando com estudantes bolsistas do departamento de arquitetura e urbanismo e resultando no preenchimento de fichas cadastrais, questionários e registro fotográfico do casario do centro da cidade.

Na dissertação "Clio Positivada: a Artesania da Cidade Histórica de Laguna", o historiador João Batista Bitencourt procura desnaturalizar o entendimento de Laguna como cidade histórica. Segundo o autor, intelectuais locais (como José Johanny, Saul Ulysséa, Ruben Ulysséa e Oswaldo Cabral) se apropriaram da história de Laguna, a fim de utilizá-la como arma em um campo de disputas e reafirmá-la enquanto polo cultural e histórico, contra seu processo de marginalização na economia regional. (BITENCOURT, 1997).

Dessa forma, foi consolidada uma historiografia que, por um lado, reverencia a luta dos bandeirantes e o sacrifício da cidade a serviço da coroa portuguesa[66]; por outro, presta

[66] Os bandeirantes Domingos de Brito Peixoto e Francisco de Brito Peixoto.

homenagem aos lagunenses representativos no cenário nacional à serviço do império[67]; ao mesmo tempo que edifica os heróis da República Juliana[68], um movimento revoltoso contrário ao mesmo império. Nota-se a procura de um apanhado de justificativas na história para assegurar a identidade de seus habitantes, justificar a importância da cidade no cenário regional e nacional como forma de lutar por sua territorialidade e visibilidade. Os lagunenses admiráveis e exemplares seriam aqueles que saíram da cidade, provando o valor de seu povo, sendo coadjuvantes de grandes feitos da história, sejamos bandeirantes Domingos Brito Peixoto e seu filho, um dos preceptores de D. Pedro II Manoel José de Souza França, a farroupilha Anita Garibaldi etc. Assim, de certa forma, o Brasil deveria à Laguna a proteção do território nacional, a erudição de Dom Pedro II; o Rio Grande do Sul, sua existência; assim, como a Itália, sua soberania enquanto estado-nação.

De acordo com o periódico Correio do Povo, "uma cidade histórica por excelência em que cada pedra, cada esquina ou ruína tem sua ligação com o passado do sul do Brasil". (CORREIO DO POVO, 22 abr. 1956, n.p). Durante a visita do Almirante Carlos da Silveira Carneiro à "Laguna heróica e cheia de tradições", para a elaboração da Enciclopédia Catarinense, o jornal local O Albor, ainda em 1954, prenunciaria:

> Após essas visitas, sem ter visto tudo, que Laguna possui de belo e histórico, sua excia., teve ocasião de observar, que à Laguna nada faltava, para se transformar em cidade turística, em se transformar na Ouro preto do Sul, devido a sua proximidade com o Rio Grande do Sul" (O ALBOR, 15 mai. 1954, n.p.).

A partir dos entendimentos do processo de patrimonialização como uma construção de sentido de identidade a partir do passado (CANDAU, 2011), intelectuais locais e a administração pública, enquanto "produtores autorizados de memória" (CANDAU, 2011), também dialogam com um quadro social de memória delineado pela primeira geração do IPHAN para lutar pelo destaque da cidade no cenário nacional como baluarte histórico e cultural, consolidando (materializando) sua memória enquanto patrimônio, em "um projeto de afirmação de si mesma". (CANDAU, 2011, p. 164). Dessa forma, o patrimônio é utilizado como um instrumento ideológico dessa memória. (CANDAU, 2011).

Em 1954, o tombamento do museu podia significar o símbolo de um fato notável para o IPHAN, mas para a intelectualidade local representava mais do que isso, os próprios "os 280 anos da nossa longa história". (ULYSSÉA, 2004, p. 73). Para tanto, a sacralização de um bem

[67] Jerônimo Francisco Coelho (jornalista, militar e político), Manoel José de Souza França (advogado e político) e Almirante Jesuíno Lamego da Costa, ou Barão de Laguna (militar e político).
[68] Giuseppe Garibaldi, Anita Garibaldi e João Henrique Teixeira.

não seria o suficiente e haveria a necessidade de contagiar outros bens históricos e arquitetônicos tradicionais, que materializassem uma valoração afetiva em busca de reafirmação de identidade. Esses monumentos serviriam para ilusoriamente reduzir a distância entre um momento de futuro incerto para os lagunenses e um "passado heroico e glorioso" para, assim, trazer um sentimento de acolhimento, pertença e segurança aos seus cidadãos. Em meio a esses processos de lutas e busca reconhecimento entre diversos interlocutores, que fazem parte do discurso autorizado do patrimônio, esse contágio chegaria a tal ponto que agregaria todo o Centro Histórico, tópico a ser analisado no próximo capítulo.

2. O PATRIMÔNIO SOB UMA NOVA PERSPECTIVA: O TOMBAMENTO DO CENTRO HISTÓRICO DE LAGUNA

2.1 ESTUDOS PREGRESSOS

A década de 1980 representou uma significativa mudança para a preservação do patrimônio de Santa Catarina. Com a revogação da primeira lei de tombamento estadual (nº 5.056 de 1974) pela lei nº 5.846 de 1980, ocorre a transferência de atribuições concernentes à preservação do patrimônio para a recém-criada (1979) Fundação Catarinense de Cultura (FCC), além de uma consideração de bens passíveis a serem tombados, mais restrita ao patrimônio edificado.

Até 1984, o IPHAN já havia tombado 14 bens materiais no Estado de Santa Catarina, nove dos quais localizados em Florianópolis e região metropolitana. Esses tombamentos também incluíam seis fortes e fortalezas, uma casa natal (de Vitor Meirelles), uma casa de câmera (Laguna) e uma igreja. Até a década de 1980, as atividades do IPHAN na região se resumiriam à administração do Museu Vitor Meirelles e conservações das fortificações tombadas. Essa relação mudaria em 1983, com a criação de um escritório técnico do IPHAN em Santa Catarina[69] (Florianópolis, SC), com o incentivo do então subsecretário do então SPHAN Irapoan Cavalcanti de Lyra[70], o qual, em continuidade das políticas de Aloísio Magalhães, procurou incentivar a criação de escritórios técnicos, a fim de descentralizar e, assim, democratizar a atuação do Instituto. O então escritório técnico do IPHAN de Santa Catarina ficaria a encargo do arquiteto Dalmo Vieira Filho[71], o qual já possuía experiência prévia em projetos de restauração das fortificações tombadas da Ilha de Santa Catarina (onde se situa a capital do Estado). Quanto às atribuições do escritório, competia auxiliar na realização de inventários, subsidiar pesquisas de tombamentos, difusão e conscientização da população local e instrumentalização de técnicos. A criação do escritório técnico estadual propiciou uma maior proximidade e diálogo do IPHAN com a FCC, contando com grupos de discussões e parcerias a ponto de alguns autores considerarem que regionalmente “podemos afirmar que até

[69] O Escritório Técnico de Santa Catarina era dependente da 10ª Diretoria Regional, no Rio Grande do Sul, até se emancipar em 1989, tornando-se a 12ª Diretoria Regional; em 1990, Coordenação Regional; e em 2009, Superintendência do IPHAN em Santa Catarina.

[70] Irapoan Cavalcanti de Lyra (1941-). Entre 1967 e 1978, foi diretor executivo da Fundação Casa Rui Barbosa. Em 1970, se transferiu para o IPHAN, auxiliando durante a gestão de Aloísio Magalhães, e após o falecimento deste, assumiu o cargo de subsecretário do SPHAN. Entre 1988 e 1990, fundou a Legião Brasileira de Assistência (LBA).

[71] Dalmo Vieira Filho. Arquiteto e Urbanista. Atuou como presidente do Comitê Brasileiro do ICOMOS-UNESCO e como membro do conselho consultivo do IPHAN. Foi professor do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFSC, Superintendente do IPHAN em Santa Catarina e diretor do Departamento do Patrimônio Material e Fiscalização (DEPHAM/IPHAN).

este momento na prática IPHAN e FCC, trabalhavam como uma única instituição". (ALTHOFF, 2008, p. 73).

Nesse sentido, somente a partir de 1983 seriam abertos os primeiros pedidos de tombamentos estaduais de Santa Catarina e, em 1984, quando seria aberto o pedido de tombamento do Centro Histórico de Laguna (SC) pelo IPHAN, a FCC tombava: o Palácio Cruz e Sousa (Florianópolis, SC), Grupo Escolar Vidal Ramos (Lages, SC) e Acervo Museológico do Padre João Alfredo Rohr (Florianópolis, SC), os quais reproduziriam características similares aos tombamentos realizados na esfera federal da região. (SIMON, 2000).

Mas também, no ano de 1983, a FCC coordenaria o "Inventário das Correntes Migratórias" em parceria com o IPHAN e apoio da UFSC, prefeituras municipais e outras universidades regionais. O inventário procurava realizar um levantamento arquitetônico de núcleos urbanos, que estariam relacionados à história da ocupação do território catarinense pelas suas consideradas principais correntes imigratórias: a portuguesa (Laguna e São Francisco do Sul), a alemã (Joinville e São Bento do Sul) e a italiana (Nova Veneza e Urussanga)[72]. De acordo com a arquiteta, Lilian Mendonça Simon, esse inventário traria uma perspectiva inovadora, em uma época, em que:

> [...] a preservação em Santa Catarina limitava-se à proteção dos monumentos consagrados e consensuais. O acervo inventariado caracteriza basicamente pela ausência de monumentalidades e diversidade de técnicas construtivas e de tipologias arquitetônicas. (SIMON, 2000, p. 18).

Ainda assim, percebe-se uma compreensão patrimonial e a construção de uma identidade catarinense predominantemente europeia. Dessa forma, essa parceria IPHAN e FCC fomentou discussões sobre o patrimônio cultural regional, especialmente arquitetônico, em uma investida de "conhecer para proteger", produzindo novas narrativas históricas sobre o Estado em prol a determinadas regiões e grupos. (ALTHOFF, 2008). Em entrevista cedida à arquiteta Maria Matilde Villegas Jaramillo, Dalmo Vieira Filho ilustra:

> Não tinha mapeamento, não se sabia o que realmente tinha valor, tudo praticamente do ponto de vista geral ainda estava por fazer [...] nós propusemos um inventário, que era uma ideia de reconhecer o patrimônio existente no estado e a partir dele tomar algumas medidas. (VIEIRA FILHO apud VILLEGAS J., 2016, p. 271).

Em suas produções acadêmicas, Lilian Mendonça Simon e Fatima Regina Althoff, arquitetas que tiveram direta atuação nos inventários, associam o direcionamento teórico desses

[72]Além disso, no mesmo ano, foi posto em andamento o Inventário de Emergência, a fim de avaliar os danos feitos no acervo arquitetônico durante as enchentes ocorridas no Vale do Itajaí (norte do Estado).

estudos regionais com a ampliação do conceito de patrimônio cultural promovido durante a gestão de Aloísio Magalhães no IPHAN. (ALTHOFF, 2008; SIMON, 2000).

A atuação política do designer pernambucano Aloísio Sérgio Barbosa de Magalhães (1927-1982) no campo cultural brasileiro surge, para muitos estudiosos (GONÇALVES, 1996; FONSECA, 1997; ANASTASSAKIS, 2017), como uma resposta a uma crise de legitimidade do governo militar, que enquanto porta voz da cultura brasileira, se via responsável em ampliar e democratizar o conceito de cultura, dessa forma servindo como instrumento de legitimação do processo de abertura política. Isso também ocorreria a fim de atender novas demandas, sejam sociais (por suporte governamental), como geradas a partir de mudanças no campo disciplinar, o que implicaria em uma politização da cultura.

Para atender essas demandas, seria criado o CNRC (Centro Nacional de Referências Culturais, 1975), o qual era subordinado à Secretaria de Tecnologia Industrial (SIT), partindo de convênio firmado entre o Ministério Indústria e Comércio (MIC) com o governo do Distrito Federal, com o propósito de "traçar um sistema referencial básico para descrição e análise da dinâmica cultural brasileira tal como é caracterizada na prática das diversas artes, ciências e tecnologia" (MAGALHÃES apud ANASTASSAKIS, 2017, p. 73), a partir dos variados contextos culturais formadores da cultura brasileira e que a tornariam peculiar. O centro procuraria uma concepção pluralista de cultura, através da criação de formas de identificação e fomento da diversidade cultural, religiosa e étnica da sociedade brasileira com enfoque a cultura popular, associada ao desenvolvimento econômico.

Sob a mesma medida, o PCH (Programa das Cidades Históricas, 1973) corroboraria com esse direcionamento. Seguindo as diretrizes da UNESCO através da Norma de Quito (1967), a qual propunha uma integração entre o aproveitamento turístico e econômico com a preservação patrimônio cultural, o referido programa seria formado a partir de um grupo de trabalhos interministerial, como intuito de promover o crescimento econômico do Nordeste (posteriormente incluindo o sudeste brasileiro) através do desenvolvimento da atividade turística, o que implicaria em um investimento significativo em infraestrutura urbana e na restauração do patrimônio histórico. Em um segundo momento, o PCH mudaria seu direcionamento, o desenvolvimento econômico passaria a ser menos atrelado ao turismo, mas as comunidades locais e sua atuação seriam mais voltadas ao suporte técnico às administrações estaduais e municipais. (SANT'ANNA, 2014).

Em 1979, com o fim do convênio do CNRC, Aloísio Magalhães, um dos criadores e coordenadores do CNRC, foi nomeado para assumir a direção do IPHAN, trazendo consigo outros profissionais (destacadamente antropólogos), assim como, novos entendimentos teóricos

e conceituais. Ao mesmo modo, o PCH e CNRC seriam integrados ao IPHAN, o que implicou em uma reorganização administrativa do Instituto com o objetivo de manutenção de sua funcionalidade e conferir-lhe eficiência, sendo dividido entre: a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), órgão de administração direta; e a Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM), fundação inicialmente de direito privado encarregado da operacionalização. (SANT'ANNA, 2014). Estudiosos defendem que, com essa fusão, a compreensão de cultura brasileira do CNRC chegaria ao IPHAN e influenciaria em uma ampliação do entendimento sobre o patrimônio cultural mais abrangente, para além de uma acepção de patrimônio reificada pelos fundadores do Instituto – de um patrimônio material arquitetônico e referente a colonização portuguesa. (GONÇALVES, 1996; FONSECA, 1997; ANASTASSAKIS, 2017).

Porém, alguns autores percebem que o projeto de Aloísio Magalhães se concentrou no plano político e dos discursos, havendo pouco rigor científico ou avanços concretos nas práticas de preservação. Isso teria ocorrido devido à resiliência dos sistemas legais de preservação já constituídos e o protecionismo de correntes de pensamento conservadoras dentro da instituição. (SANT'ANNA, 2014). Londres ainda identifica a ocorrência de uma idealização da cultura popular sem discernir quais seriam seus atores e seu lugar na sociedade brasileira, além de apontar certa contradição do governo militar em se portar como porta-voz dessa cultura. (LONDRES, 1997). Essa discussão também remeteria a uma crítica realizada por Smith (2006) de que, quando as agências patrimoniais ampliam suas políticas para assimilar novas demandas sociais, o discurso de patrimônio autorizado passaria por um processo de adaptação meramente acumulativo de forma vertical (de cima para baixo), sendo que essas instituições se desvencilhariam de uma autocrítica, não defrontando relações de controle e poder ou entendimentos previamente consolidados. Apesar disso, Sant'Anna e Londres consideram certas contribuições, como uma perspectiva mais abrangente e democrática sobre o patrimônio, que influenciaria a compreensão expressa na constituição de 1988.

Com relação aos inventários de Santa Catarina, Althoff aponta que a política de valorização da diversidade cultural brasileira trazida o CNRC, permitiu que o Sul, assim como as imigrações do século XIX, torna-se objeto de atenção. (ALTHOFF, 2008). Simon entende que os inventários viriam em diálogo com o PCH com um pensamento recorrente na década de 1970, de que a crescente urbanização, aumento da malha viária e especulação imobiliária representariam uma ameaça direta ao patrimônio urbano, para isso sendo necessário conciliar a preservação com o desenvolvimento econômico regional, em muito atrelado com o turismo. Nesse sentido, o inventário viria em cumprimento com a busca da então Fundação Nacional

Pró-Memória (criada em 1979) em identificar e cadastrar monumentos e sítios históricos como forma de preservação e valorização do patrimônio brasileiro. (SIMON, 2000).

2.1.1 A USFC em busca de uma valorização do sítio histórico da Laguna

O inventário realizado em Laguna (SC) abrangeu um levantamento arquitetônico expedito das plantas dos imóveis selecionados, descrição arquitetônica, estado de conservação e histórico, assim como, um levantamento fotográfico de cada edificação em preto-e-branco. Além disso, contou com o suporte da prefeitura de Laguna e apoio da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (gestão do professor Hamilton Savi), e do Departamento de Assuntos Culturais da UFSC (sob direção da professora e lagunense, Zuleika Mussi Lenzi). Desde 1981, a UFSC já realizava parcerias com a prefeitura local, como na organização da primeira Semana Cultural de Laguna, sendo que o auxílio no inventário seria uma extensão dessas atividades, disponibilizando alunos estagiários de Arquitetura e Urbanismo para o primeiro levantamento arquitetônico do centro histórico.

A participação desses estudantes deu frutos à tese de conclusão do curso de arquitetura "Valorização do Sítio Histórico da Laguna" (TAVARES et al, 1983), contendo duzentas e vinte páginas e escrito a cinco mãos, a qual serviria como referência de estudos para instruir o pedido de tombamento federal. Considera-se importante um olhar mais aprofundado sobre esse material a fim de melhor compreender a maturação de uma atribuição de valor patrimonial sob o conjunto urbano em questão.

A epígrafe, "quando as partes da cidade não têm relação visível entre si, sua incoerência pode contribuir para um estado de alienação" (LYNCH apud TAVARES et al, 1983, p. 5) ilustra o objetivo central dos autores em promover a salvaguarda do acervo arquitetônico do centro histórico de Laguna a partir da valorização das nuances de sua paisagem urbana e natural, contra a "marginalização cultural e despreparo técnico" (idem, p. 13) de seus habitantes. Para os autores, a massificação do consumo, como tecnologia, industrialização e meio de comunicação em massa, fomentaria uma compreensão enganosa sobre o progresso que homogeneizaria a características culturais locais e ameaçariam sua consciência comunitária.

> Esse impacto da aculturação se fará sentir sobre todos os segmentos da sociedade. Os efeitos das propagandas dos meios de comunicação de massa poderão fazer com que o comerciante da rua Raulino Horn ache simplesmente que o seu prédio muito antigo e malcuidado não se adeque a realidade comercial desse século [...] E ao comparar a realidade do seu prédio velho e edifício novo e limpo da televisão obviamente sua opção de progresso já está automaticamente feita e baste que ele tenha algum recurso, na forma de financiamento, por exemplo para que a destruição do velho de lugar ao novo (idem, p. 13-14).

Essa compreensão de progresso poderia ser identificada na administração municipal, exemplificado com a permissão de construções de edifícios de quatro pavimentos no centro histórico pelo plano diretor. Os autores também comentam não identificar a existência de uma consciência comunitária que estabeleça um ambiente propício à preservação do acervo arquitetônico ou de segmentos da população local que considerem possível a coexistência do seu acervo arquitetônico com o desenvolvimento comercial, o que justificaria uma interferência externa.

Identifica-se um discurso de político de retórica da perda que Gonçalves (2002) aponta como característico do Aloísio Magalhães desde sua atuação no Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), 1975, até no IPHAN, entre 1979 e 1982. Esse discurso estava preocupado com a perda de elementos definidores de uma identidade brasileira autêntica e autônoma, os quais seriam responsáveis por manter um processo e uma continuidade próprios da cultura brasileira. Esses elementos seriam identificados como a diversidade cultural da sociedade brasileira, em todas as variações da cultura popular, a qual se encontraria ameaçada por uma homogeneização cultural, ocorrida no mundo globalizado através de grandes complexos industriais, da atuação de multinacionais, meios de comunicação em massa e consumismo padronizado. Para tanto, acreditava-se na necessidade de promover uma política de desenvolvimento nacional harmoniosa, que compatibilizasse a economia e a cultura, ao associar um valor cultural com econômico, tendo em vista a sustentabilidade socioeconômica. (GONÇALVES, 2002).

Os autores se utilizam de Magalhães como referencial teórico principal, a fim de definir conceitos como: bem cultural e monumento. Com relação aos bens culturais, criticam sua restrição apenas a bens móveis e imóveis, considerados representativos de uma ideologia elitista, em detrimento ao fazer artesanal popular em risco de desaparecimento pelo processo de aculturação, no caso de Laguna: as rendas de bilros e pesca (características da cultura açoriana), engenhos e medicina caseira. Os autores criticam que os monumentos também seriam limitados a conjuntos luso-brasileiros, ignorando habitações populares e a arquitetura do século XIX.

> Infelizmente Laguna é um exemplo marcante desta última consideração, pois seu acervo mais importante são construções do século XIX e início deste [século XX], que estão se descaracterizando ou se destruindo mais rapidamente. O acervo colonial parece receber um pouco mais de respeito pela opinião púbica e a administração municipal, tem se preocupado muito mais em conservar parte deste acervo, entretanto um acervo é tão importante quanto outro, pois no conjunto, o sítio histórico se caracteriza como eclético. Ao mesmo tempo, historicamente, através desse conjunto,

> pode se observar a sobreposição de dois momentos históricos importantes: a fase colonial propriamente dita e a fase do carvão. (TAVARES et al., 1983, p.16).

Também apontam a marginalização dos conjuntos urbanos do sul brasileiro das políticas patrimoniais federais, mesmo acordando que a riqueza do acervo arquitetônico de Laguna não seria comparável aos conjuntos urbanos a nível nacional, como nordeste e sudeste. Para eles,

> O que tem de enfatizar é que do ponto de vista histórico ele é importante na trajetória de ocupação do extremo meridional do Brasil e, portanto, merece consideração urgente, pois do contrário estará fadado a desaparecer rapidamente com o processo crescente de industrialização do estado. (idem, p. 15).

A deterioração física da cidade, em muito, seria reflexo de uma "deterioração social", ocasionada pela invasão de zonas comerciais em áreas residenciais, que se seguiria com a saída de "moradores de melhor nível econômico", que seriam substituídos por uma "população flutuante", desmantelando "antigos laços de vizinhança"; mudanças de valores culturais, pelos quais seriam incompatíveis com as antigas edificações. Além disso, o abandono do sítio arquitetônico se daria pela perda de sua função original e pelo desaparecimento de instituições e funções sociais que mantinham as edificações. Para isso, apontam a necessidade de auxiliar as famílias locais com recursos e financiamentos para conservações dos imóveis e manutenção dos usos originais.

Para tanto, os autores sugerem o tombamento como a medida mais eficaz para a preservação do conjunto delineado, o qual teria o objetivo de reanimá-lo social e economicamente, através de benefícios fiscais, financiamentos e incentivo ao turismo. Assim, o tombamento não se limitaria a um registro e preservação física do imóvel, mas sim, abarcaria seu uso social, enquanto um projeto de conscientização e mobilização crítica da comunidade.

Isso reforça uma compreensão difundida por Magalhães, na qual o patrimônio não seria algo relegado a um passado longínquo e ao campo da memória (como forma de criticar a geração de Rodrigo Mello Franco de Andrade e Lúcio Costa), mas se encontraria no presente, vivo e em constante transformação, concentrado nas dinâmicas os saberes e fazeres populares. Dessa forma, haveria a necessidade das políticas públicas se comprometerem com as questões culturais do presente, sendo que os imóveis tombados deveriam atender as especificidades culturais dos grupos a eles associados, a fim de serem utilizados como projeto de desenvolvimento para futuro, em busca da sustentabilidade econômica de seus habitantes. (ANASTASSAKIS, 2017).

A partir dessa reflexão, o restante do TCC consistiria em uma série de levantamentos, desde aspectos físicos e demográficos, culturais e paisagísticos, como eventos tradicionais e patrimônios arquitetônicos. Também segue um levantamento de "precedentes históricos" da cidade em ordem cronológica revisando principais momentos de sua formação política, demográfica e econômica[73], a partir de uma historiografia regional de Manoel do Nascimento da Fonseca Galvão (advogado e político, 1837-1916), Saul Ulysséa e Oswaldo Cabral. Com relação à "evolução urbana" do município, essa partiria da formação do traçado do centro urbano (trançando comparações com vilas medievais portuguesas), para construção de casas de pau-a-pique e arquitetura luso-brasileira, seguida de uma sobreposição do colonial por uma arquitetura pautada no ecletismo, como reflexo da ascensão econômica do período carbonífero a partir do final do século XIX, encerrando com o estilo *art-decó* na década de 1940,

> [...] o último estilo da arquitetura da Laguna, que marca a fase de transição entre o auge do progresso como porto carbonífero e decadência futura, consequência da mudança gradativa do transporte de carvão para o porto de Imbituba, cuja construção iniciava em 1920. (TAVARES et al., 1983, p. 53).

Os autores concluem que "o patrimônio arquitetônico da Laguna se caracteriza como um conjunto heterogêneo. Seu núcleo histórico revela, através de componentes arquitetônicos, as várias fases de sua história". (TAVARES et al., 1983, p. 64). Esse conjunto representaria uma característica heterogênea, sob processo de descaracterização. Citam que, na década de 1970, o centro histórico passaria por poucas alterações após o declínio do porto e sua saída do bairro. Em contraste, identificam um crescimento demográfico, grande especulação imobiliária e do solo urbano na praia do Mar Grosso e do Gi, que refletiu no crescimento da malha urbana, loteamentos, aterros e vias de tráfego rápido. Esse crescimento seria

> Visível já no próprio centro histórico da Laguna, onde cresce o número de construções de valor histórico derrubadas para dar lugar a edifícios bancários, comerciais e residenciais de 4 pavimentos, uma vez que o próprio plano diretor da cidade reforça esta especulação em nome dos pequenos investidores. (TAVARES et al, 1983, p. 42).

Essa ameaça seria representada por agentes financeiros e especuladores imobiliários, os quais trariam desequilíbrio de uma "escala harmoniosa" que a área central antes apresentava com a inserção de um "luxo imaginário", a despeito do contexto urbano local. Juntamente com

[73] Em que dividem a história da cidade nos seguintes períodos: empreendimentos portugueses em ocupar a bacia do Rio da Prata, incluindo a defesa da Colônia de Sacramento; o desligamento da cidade da província de São Paulo para compor do Rio de Janeiro (1742); e a imigração açoriana (entre 1748-1756), promovida a fim de suprir a falta de efetivos para as tropas e de mão de obra para o plantio de alimentos destinados às mesmas, baseadas na pequena propriedade e mão de obra livre.

o turismo sazonal, essa especulação também ocasionaria desequilíbrios de infraestrutura urbana, com destaque para a poluição da lagoa de Santo Antônio e problemas com o saneamento básico no centro histórico.

A seguir, os autores realizam um levantamento expedito do conjunto urbano e uma leitura geral das fachadas das edificações, o qual inicialmente abrangeria o centro histórico, os bairros Magalhães e Campo de Fora. Devido à delimitação do projeto, o bairro do campo de fora foi excluído e o Magalhães teve selecionado apenas os seus edifícios mais representativos, sendo o estudo concentrado principalmente no centro da cidade. Esse levantamento ocorreu entre 1981 e 1983 com o objetivo de "propor um plano urbano para a cidade de Laguna com vistas a preservação do acervo arquitetônico" (TAVARES et al., 1983, p. 68), através do registro fotográfico de todas as fachadas, preenchimento de fichas cadastrais de identificação, caracterização e infraestrutura dos imóveis. Nesse ponto, levando em consideração que alguns desses alunos da UFSC também participavam nas pesquisas de campo para o inventário da FCC, os limites entre o levantamento apresentado pelo TCC com os inventários estaduais parecem assumir contornos difusos.

O levantamento dos alunos da UFSC contou com a realização de questionários, visando à caracterização socioeconômica e do cotidiano de seus moradores. Os questionários foram aplicados para cento e vinte e cinco moradores de quinhentos previstos, contando com apoio de alunos da rede escolar, cedidos pela prefeitura. Entre os dados levantados, identificaram entre os moradores entrevistados: uma renda acima de dois salários mínimos[74] (60%), com a faixa etária de maior ocorrência sendo acima de cinquenta anos (28%), um sentimento de importância em tornar a cidade um polo cultural (76%) e turístico regional (86%), mesmo que 55% não consideravam que suas casas possuíam um valor histórico. O levantamento expedito segue com uma série de mapas realizados em conjunto da FCC sobre a volumetria urbana, estado de conservação, uso, gabaritos e preservação das edificações, uso do solo, sistema viário e bens tombados, além de edificações de interesse coletivo. (TAVARES et al., 1983).

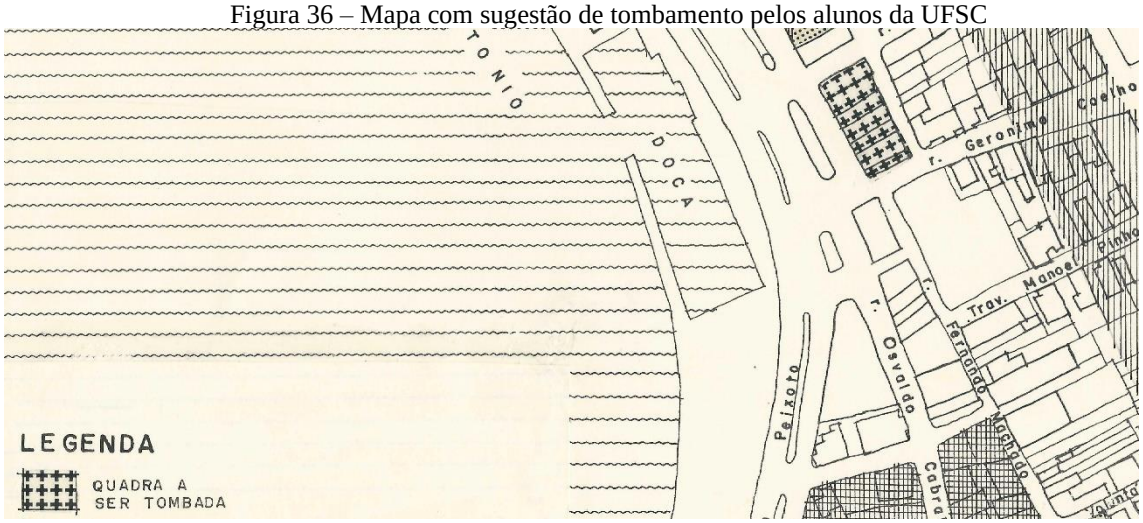
Por fim, estabelecem "Proposições básicas para a valorização do patrimônio histórico e ambiental de Laguna", as quais incluem: revisão do plano diretor, criação de um circuito turístico integrado no sul do Estado, o uso de moradias do centro como pousadas, revitalização de espaços públicos (praças e largos), transformação de terrenos baldios em áreas verdes de lazer, tratamento de miolos de quadras, readequação do prédio da antiga usina de carvão, estabelecimento de critérios de entorno do mercado público municipal e da estátua do Morro

[74]Cr$ 16.608,00 (aproximadamente R$ 686,00).

da Glória, adequação do sistema viário, saneamento, controle de poluição da lagoa e organização do acervo do Museu Anita Garibaldi, transformando-o em um centro cultural local (Idem., 1983).

Com relação ao centro histórico, também delineiam uma área de preservação cultural, que seria fomentada através de cursos de extensão de arquitetura e oceanografia, e uma área de exploração turística, com a criação de um circuito turístico. Além disso, há uma indicação para a classificação de unidades arquitetônicas e para o tombamento de uma quadra de edificações de estilo eclético da Rua Gustavo Richard, localizada em frente às docas (Figura 37). Esse conjunto seria escolhido devido a sua homogeneidade, recomendando apenas a retirada de azulejos de um dos edifícios, o qual "agride e descaracteriza" (Idem., 1983, p. 200) a composição (Figura 38). Interessante notar que, apesar dos autores utilizarem-se de compreensões de Aloísio Magalhães como fundamentação teórica e criticarem as políticas de preservação tradicionais adotadas pelo IPHAN, nesse caso, acabam se apoiando nesses mesmos critérios estéticos da mesma para definir uma área de preservação e suas formas de acautelamento.

Figura 36 – Mapa com sugestão de tombamento pelos alunos da UFSC



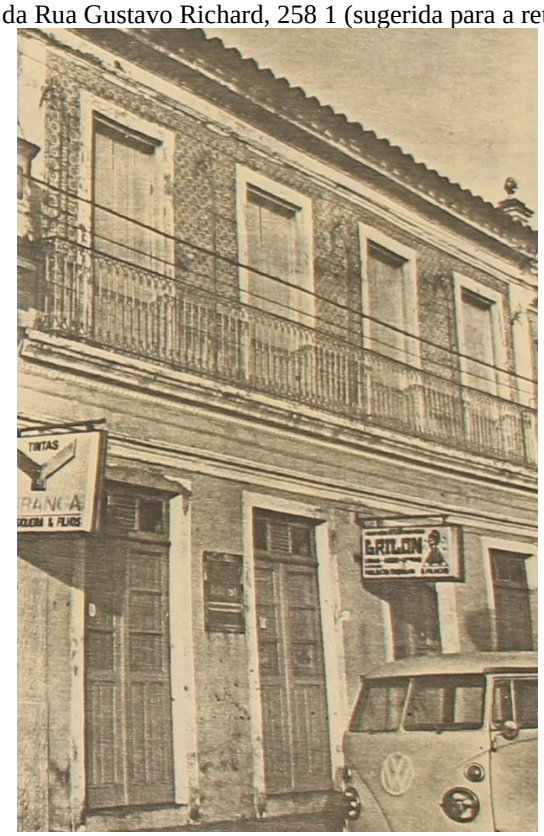
FONTE: TAVARES, ET AL, 1983, p. 199.

Figura 37 - Fachadas de sugeridas para tombamento por alunos da UFSC



Fonte: TAVARES et al., 1983, p. 90.

Figura 38 - Casa da Rua Gustavo Richard, 258 1 (sugerida para a retirada de azulejos)



FONTE: TAVARES, et al., 1983, p. 90.

Esse TCC de alunos de arquitetura da UFSC apresentou uma significativa repercussão entre as instituições regionais de preservação do patrimônio: o então chefe do Escritório Técnico do SPHAN em Santa Catarina menciona que a partir dele surgiu uma preocupação com a heterogeneidade do conjunto edificado do centro da cidade, o que seria visto como um aspecto que dificultaria a aprovação do tombamento, tendo em conta a tendência do Instituto em tombar conjuntos homogêneos. “Bom, então usando aquele trabalho, complementando com a visão que nós tínhamos, a gente estudou, aprofundou a ideia e aí entrou”. (VIEIRA FILHO apud VILLEGAS J., 2016, p. 272).

O estudo então realizado pelo SPHAN de Santa Catarina consiste no resultado dos levantamentos realizados em conjunto entre o então Escritório Técnico de Santa Catarina e a Fundação Cultural Catarinense. No ofício que abre o processo, o diretor regional Curtis[75] comenta que em breve encaminharia a “avaliação da qualidade arquitetônica contida nos limites do centro histórico” (CURTIS In: IPHAN, 1984, p. 2), juntamente com as definições sobre o entorno da Casa de Câmara. Acredito que esse material esteja presente nos anexos ao processo de tombamento, apesar de não constarem com o mesmo título mencionado por Dora Alcântara (descrição do polígono de definição do Centro Histórico de Laguna). Esse material não consta com qualquer forma de parecer ou avaliação escrita, para que se possa averiguar com maiores detalhes das atribuições de valor pelo então Escritório Técnico de Santa Catarina, resumindo-se a documentação do gênero iconográfico, como mapas e fotografias.

Esses anexos são divididos em duas partes. A primeira, Laguna Estudo do Centro Histórico de autoria do IPHAN e FCC, consiste em uma série de quinze mapas analisando as edificações contidas na área avaliada por diferentes perspectivas: por seus gabaritos, recuos, tipologia arquitetônica, terrenos baldios (em que se incluem as praças). Interessante notar a existência de um mapa dedicado a imóveis excepcionais no contexto regional, “por esmero construtivo, dimensão e características tipológicas excepcionais” (IPHAN, 1984, n.p.), em que apontam: o Museu Anita Garibaldi (Casa de Câmera e Cadeia), Casa Pinto d’Ulysséa (juntamente com a Fonte da Carioca - Figuras 15 e 87), a Sociedade Recreativa União Operária, Hotel Rio Branco, Casa 208 (Rua Raulino Horn), Casa 10 (Rua Rio Branco) – todos imóveis de arquitetura luso-brasileiros já tombados federal ou municipalmente. Ademais, são selecionados outros imóveis como a Igreja Matriz Santo Antônio dos Anjos (Figura 39), o

[75] Julio Nicolau Barros de Curtis (1929-2015), arquiteto gaúcho, foi o primeiro diretor da 10ª Diretoria Regional do IPHAN, responsáveis pela salvaguarda do patrimônio nos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina e professor titular de Arquitetura Brasileira na UFRGS. (IPHAN, 2015). Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/rs/noticias/detalhes/1988/iphan-registra-morte-do-primeiro-superintendente-no-rio-grande-do-sul. Acesso em: 17 jul. 2018.

museu “Casa de Anita” (Figura 33) e antigos casarões, como a atual Biblioteca Municipal (Figura 40), edificação localizada na Rua Conselheiro Jerônimo Coelho, 148 (Figura 42)[76], Rua Gustavo Richard, 258 (Figura 41); Rua Duque de Caxias, 46 (Figura 43), dessa vez contemplando edificações luso-brasileiras e ecléticas.

Figura 39 - Igreja Matriz de Santo Antônio dos Anjos[77]

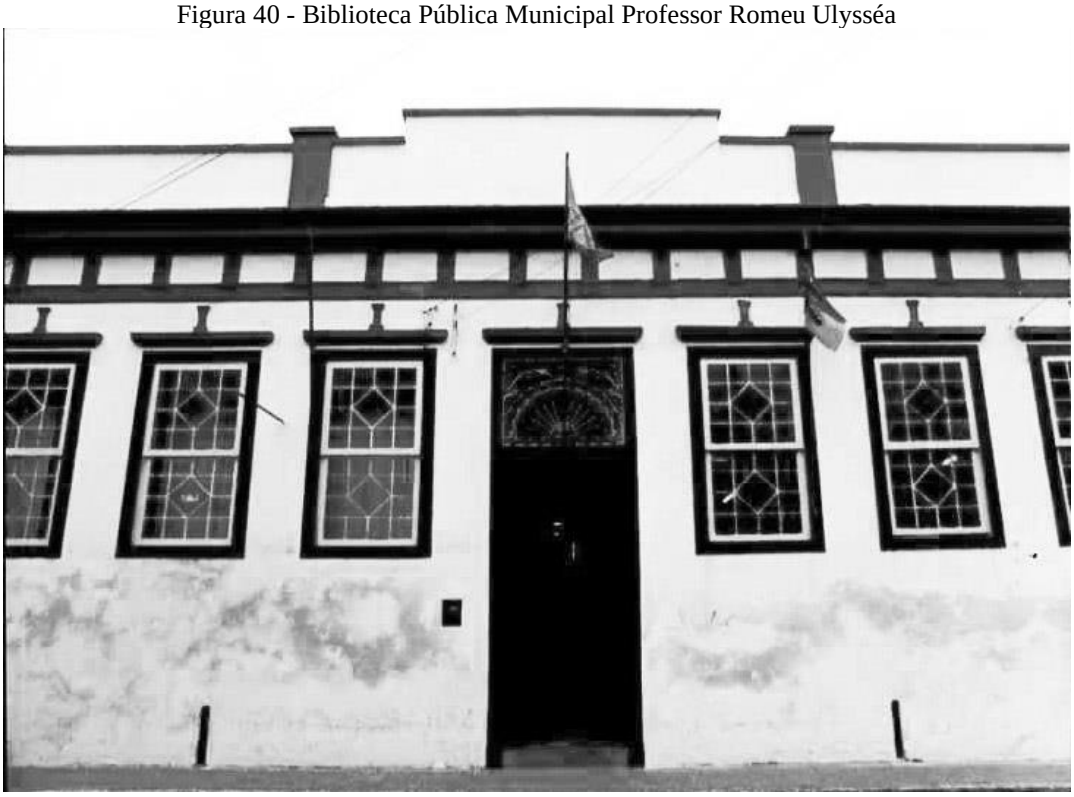


Fonte: IPHAN, 1984, n.p.

[76]Rua Conselheiro Jerônimo Coelho, 148 – Centro, Laguna, SC.

[77] As fotos que seguem são originalmente coloridas, porém devido à má qualidade, foram deixadas em preto e branco para melhor visualização.

Figura 40 - Biblioteca Pública Municipal Professor Romeu Ulysséa



Fonte: IPHAN, 1984, n.p.

Figura 41 – Casa da Rua Gustavo Richard, 258 2



FONTE: IPHAN, 1984, n.p.

Figura 42 - Imóvel da Rua Conselheiro Jerônimo Coelho, 148[78]



Fonte: IPHAN, 1984, n.p.

[78] Antigo Banco Nacional do Comércio. Descrito no estudo do IPHAN como residência de grande porte do início do século XX.

Figura 43 - Imóvel da Rua Duque de Caxias, 46[79]



FONTE: IPHAN, 1984, n.p.

Em seguida, há um mapa dedicado em apontar unidades excepcionais pelo estilo arquitetônico, esses imóveis não serão enumerados devido a sua grande quantidade, mas nota-se que além do estilo luso-brasileiro, contemplam uma quantidade significativa de imóveis ecléticos, mostrando uma ampliação do escopo de tipologias arquitetônicas valorizadas dentro da instituição. Por último, apresentam-se mapas ilustrando unidades arquitetônicas, que, apesar de não serem consideradas excepcionais, seriam de interesse de preservação por serem tipologicamente ligadas às características urbanas de Laguna, assim como outros demonstrando quais edificações seriam conflitantes com o contexto, incompatíveis ou com interesse de substituição, como edifícios de estilos contemporâneos e de gabarito acima de dois pavimentos

[79] Atual CELESC (Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.).

(sendo que as edificações de estilo *art-decó*, apesar de não serem consideradas conflitantes, seriam entendidas como substituíveis).

O segundo anexo, intitulado "Centro Histórico de Laguna", compreende cinquenta e cinco fotografias das fachadas das ruas (Ruas Raulino Horn, Voluntário Fermiano, Rua Santo Antônio, Duque de Caxias, Barão do Rio Branco e Gustavo Richard) e largos e praças (Praça República Juliana, Vidal Ramos, Largo do Rosário). Algumas edificações ganham destaque de forma que são registradas isoladamente em uma ou mais fotografias, com destaque para a Casa de Câmara e Cadeia, a Igreja Matriz (Figura 39), a Casa Pinto d'Ulysséa (Figura 15) e a Casa nº10 da Rua Rio Branco (Figura 17).

Também algumas fotografias possuem legendas explicativas destacando características arquitetônicas e construtivas dignas de nota, salientando quando as casas, ruas ou quadras possuiriam relevante interesse arquitetônico – no caso da Casa nº 420 da Rua Voluntário Benevides (Figura 27), Rua Santo Antônio, quadra de esquina da Gustavo Richard com Jerônimo Coelho– ou histórico – Casa de Câmara e Cadeia, Casa nº10 da Rua Rio Branco, esquina do ABC, Casa Pinto d'Ulysséa, atual Biblioteca Municipal (Figura 40), Igreja Matriz, edifício nº148 da Rua Jerônimo Coelho (Figura 42), Sociedade União Operária (Figura 30) – essas notas por vezes também complementariam informações sobre localização, tombamentos, projetos de restauros, etc.

2.2 O PROCESSO DE TOMBAMENTO

Em conclusão a esse extenso levantamento que envolveu múltiplos órgãos (FCC, IPHAN e UFSC e Prefeitura de Laguna), Dalmo Vieira Filho conclui que

> [...] ficou evidente que os dois núcleos, assim, bem mais, estavam em um rápido processo de descaracterização, principalmente ruim, eram os dois centros de São Francisco e Laguna [...] Mas apresentamos os resultados do trabalho. E, no litoral nós tínhamos uma indicação, nós achávamos que Laguna e São Francisco do Sul deveriam ser tombadas [...]. (VIEIRA apud VILLEGAS J., 2016, p. 271).

De acordo com o arquiteto, devido a uma determinação de instâncias superiores, esses dois pedidos de tombamentos deveriam partir de prefeitos das respectivas cidades. O então Secretário de Cultura, Turismo e Esporte, Munir Soares de Souza menciona que, no início de 1984, haveriam reuniões do prefeito João Gualberto Pereira com a professora da UFSC Zuleika Mussi Lenzi juntamente com os estudantes de arquitetura da UFSC, a fim de apresentar o levantamento realizado, assim como reuniões com o representante do IPHAN em Santa Catarina, Dalmo Vieira Filho. (SOUZA, 2018). A partir desses diálogos, o prefeito encaminhou

um pedido formal de tombamento à 10ª diretoria regional do Rio Grande do Sul, que, por sua vez, seria encaminhado aos cuidados de Augusto Carlos da Silva Teles[80] para a Diretoria de Tombamento e Conservação (DTC), iniciando o processo nº 1.122-T-84, intitulado "Conjunto: Centro Histórico de Laguna – Santa Catarina".[81]

2.2.1 As justificativas regionais

Em ofício que encaminhava o pedido de tombamento do prefeito, Júlio Nicolau Barros de Curtis procurava embasar as argumentações justificando que a cidade teria sido o polo irradiador do povoamento do sul, que as dificuldades econômicas enfrentadas pela cidade no último século propiciaram a permanência de um tecido urbano "bastante homogêneo" tornando-se um exemplar da arquitetura regional. Dessa forma, identifica-se que se procurava passar uma compreensão de homogeneidade do sítio urbano, como se entendido como um pré-requisito para o seu tombamento.

Para o diretor, esse conjunto se encontraria ameaçado pelo crescimento do turismo associado a um "falso conhecimento de progresso", refletindo em pressões sofridas pelo prefeito. Como exemplo desses efeitos, Curtis cita o caso de demolição de um casarão de estilo arquitetônico luso-brasileiro "um dos exemplares mais significativos da arquitetura lagunense" (CURTIS In: IPHAN, 1984, p. 1) para dar lugar à uma edificação do Banco Bradesco. (Figuras 44 e 45).

---

[80] Augusto Carlos da Silva Telles (1923-2012). Professor de Arquitetura do Brasil na Faculdade Nacional de Arquitetura integrou a equipe do IPHAN em 1957, enquanto consultor técnico, tornando-se em 1978 titular da Diretoria de Tombamento e Conservação. Entre 1988-1989, atuou como secretário do SPHAN e presidente da Fundação Nacional Pró-Memória e, entre 1994-2003 e 2004, participou do conselho consultivo do IPHAN. Além disso, foi fundador e primeiro presidente do Comitê Brasileiro da ICOMOS (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios). (THOMPSON, 2010).

[81] O processo de tombamento traz em seu título a expressão "Centro Histórico". Apesar de identificar desde o século XIX reformas urbanas e discussões teóricas que implicariam em um entendimento espacial de "Centro histórico", a arquiteta Márcia Sant'anna acredita que seria na Itália, devido à característica de centralidade dos conjuntos urbanos estudados, que seria forjado e promovido o conceito de centro histórico (sendo inclusive mencionado na lei italiana de 1967), o qual adquire o protagonismo nas discussões nacionais das próximas décadas. (SANT'ANNA, 2014). A autora realiza uma série de questionamentos sobre o conceito, o qual aponta como uma "enorme carência conceitual e metodológica". (SANT'ANNA, 2014, p. 73-74). Assinala que o conceito seria um termo impreciso e vago, na medida em que não deixa claro a referência ao núcleo original ou à área central da cidade, seja em sua totalidade ou parcialmente; reforçaria a dualidade centro e periferia, evitando pensar na cidade como um todo e encerrando os atributos estéticos e históricos entre edificações existentes em determinado espaço, excluindo as demais, assim como, seus fenômenos urbanos. Também a ideia decentralidade não seria necessariamente correlata ao centro, uma vez que este seria um mero espaço sujeito as intervenções urbanas, enquanto a centralidade seria definida pelas dinâmicas sociais próprias de seus usuários, a partir de suas experiências vividas no espaço.
No que diz respeito ao centro histórico de Laguna (SC), nota-se que a área estudada trata do núcleo urbano originário, mantendo aspectos de centralidade, tanto em denominação de bairro como ainda correspondendo no centro comercial e administrativo da cidade.

Figura 44 - Antigos imóveis existentes onde atualmente se encontra a agência do Banco Bradesco



Fonte: Acervo Jairo Viana, s/d.

Figura 45 - Agência do Banco Bradesco



Fonte: MACAGI, 2018.

Em face à resolução do banco pela demolição das casas, os técnicos da FCC, apoiados pela representação regional do IPHAN, iniciaram os trâmites para o tombamento estadual da referida edificação, encontrando forte oposição por parte de setores da sociedade lagunense. Conforme argumenta a historiadora da FCC, Maria das Graças Prudêncio, em entrevista cedida a Karla Franciele Fonseca: “[...] a população da cidade, digamos assim, representantes da população se manifestaram contra porque nós estaríamos querendo impedir o progresso da cidade quando ia sair um banco novo [...]”. (PRUDÊNCIO apud FONSECA, 2014, p. 58).

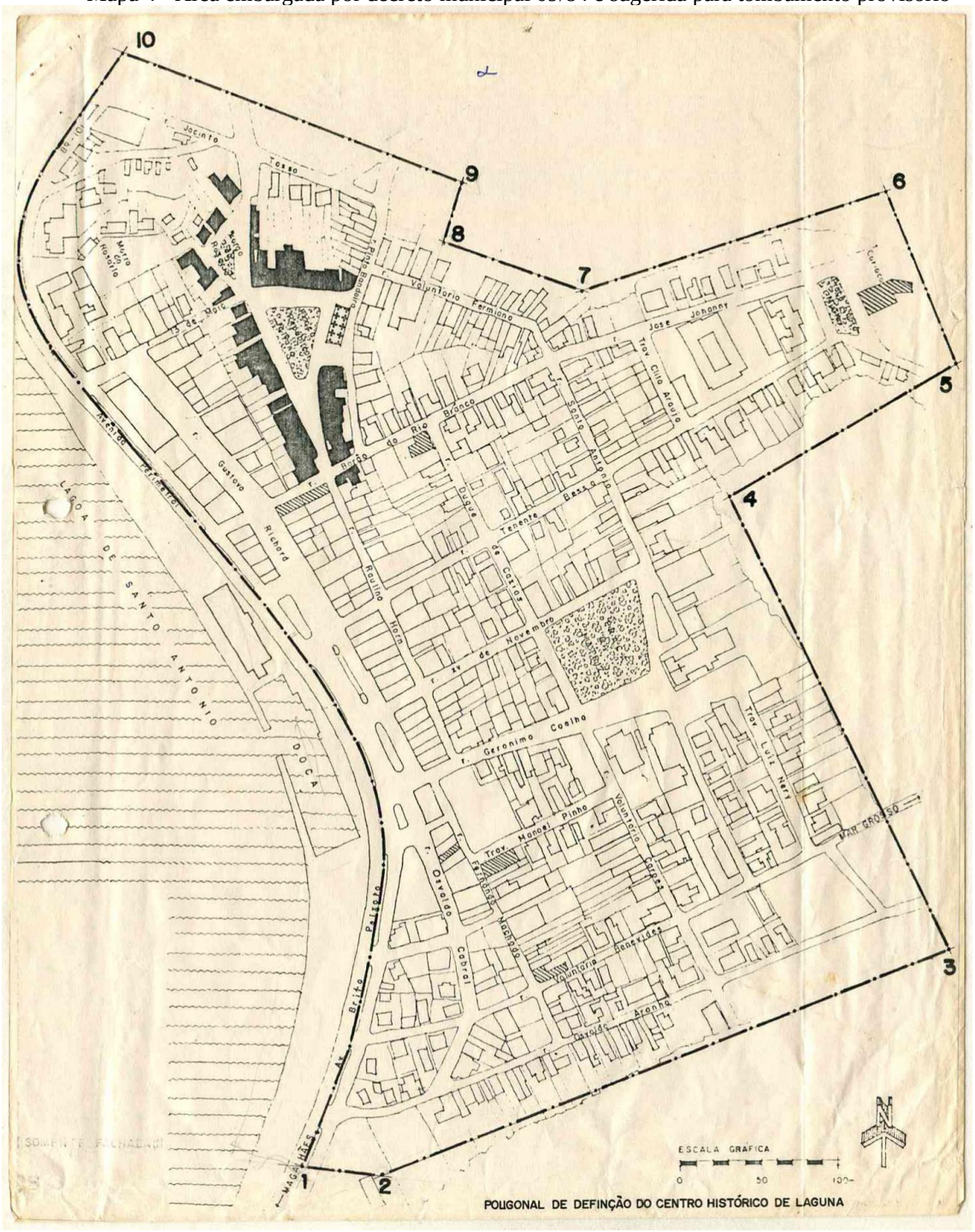
A entrevista menciona que essa reivindicação conquistou o apoio do então governador do Estado que não somente influenciou para que a edificação não fosse tombada, como determinou de que não houvesse outros tombamentos durante o governo. Isso refletiria em certa timidez nas ações de tombamentos estaduais e uma desaceleração no processo de consolidação das políticas estaduais de patrimônio durante a década de 1980, que então se restringiriam à realização de inventários do patrimônio material relativo à imigração. (FONSECA, 2014). Por fim, como espécie de medida compensatória, os escombros da casa foram adquiridos pelo órgão estadual de turismo (SANTUR, Santa Catarina Turismo), os quais foram utilizados na construção de uma edificação alusiva à cultura açoriana no Complexo Ambiental Cyro Gevaerd (Balneário Camboriú, SC), fazendo parte de um conjunto de imóveis representativos das principais etnias formadoras de Santa Catarina. (FONSECA, 2014).

Por essas razões, Curtis refere-se ao ocorrido como uma "frustrante experiência por nós vivida". (CURTIS In: IPHAN, 1984, p. 1). Acredito que essa experiência moveria o caráter emergencial do pedido de tombamento, a fim de se adiantar frente a uma possível reação adversa de certos setores de influência da sociedade lagunense, o que de fato veio a ocorrer.

Em seguida, o ofício de Curtis menciona a realização de estudos recentes sobre o conjunto arquitetônico em parceria com a UFSC, FCC e IPHAN, os quais fomentaram a formação de uma consciência preservacionista juntamente com o prefeito. Tudo isso, juntamente com estudos de entorno da Casa de Câmera e Cadeia e avaliações da arquitetura local pela FCC e escritório do IPHAN de Santa Catarina, compreenderiam um significativo aporte documental para subsidiar o tombamento.

Por fim, em face à urgência de ação do IPHAN, Curtis propõe um tombamento provisório do centro histórico, dentro dos mesmos contornos estabelecidos pelo decreto municipal 09/84 (Mapa 4), que suspendeu temporariamente as obras e demolições até o final de julho de 1984.

Mapa 4 - Área embargada por decreto municipal 09/84 e sugerida para tombamento provisório



Fonte: IPHAN, 1983, p. 6.[82]

A seguir, Curtis encaminha o ofício, assinado no dia 30/04/1984, do prefeito João Gualberto Pereira[83] oficializando o pedido de tombamento, que seria protocolado no dia

[82] A título de curiosidade, nota-se que a poligonal de tombamento foi desenhada sobre mapa do TCC de arquitetura da UFSC citado anteriormente no capítulo. (ver TAVARES, 1983, p. 181).

[83] João Gualberto Pereira (conhecido localmente Joãozinho atuou como prefeito da cidade de Laguna (SC) entre os anos de 1983 e 1989 e, novamente, entre 1996-2000. Digno de nota, João Gualberto também foi vice-prefeito

12/06/1984. Na carta, o prefeito comenta a dificuldade da administração municipal, com a falta de recursos e amparo estadual e federal, em manter o patrimônio edificado na cidade contra seu processo de degradação e desaparecimento, sendo que a nomeação do Centro histórico de Laguna enquanto "monumento nacional" seria uma solução viável para sua proteção. O prefeito justifica o tombamento, salientando o passado do conjunto de edificações perante a história do sul do Brasil e que sua preservação representaria "a continuação da existência legado de nossos antecessores". (PEREIRA In: IPHAN, 1984, p. 7).

Por fim, Pereira menciona a realização de um decreto municipal emergencial (09/1984), que impediria por noventa dias (contados a partir de 30/04/1984) novas construções e demolições na área contestada, para que o SPHAN e a FCC, desenvolvessem regras que:

> compatibilizem o crescimento de Laguna com a preservação [no decreto 09/1984, esta palavra seria trocada por "valorização"] do patrimônio edificado do município, permitindo um verdadeiro desenvolvimento possa elevar a laguna e os Lagunenses [sic] a merecido destaque no cenário de Santa Catarina (PEREIRA In: IPHAN, 1984, p. 7).

A ideia de utilização do tombamento como uma forma de mediação entre o crescimento urbano com a preservação, demonstra que na prefeitura compartilhava um entendimento sobre preservação do patrimônio atento às novas discussões no campo do patrimônio.

Com a proximidade de encerramento do prazo apontado no decreto municipal 09/1984, o Prefeito, juntamente com Munir Soares de Souza (então Secretário de Cultura, Turismo e Esporte) e o diretor Curtis voltariam a encaminhar ofícios e telegramas para a Divisão de Tombamento e Conservação, UFSC e Secretaria da Cultura, em que enfatizariam a importância e a urgência do tombamento. Em 02/07/1984, em cartas endereçadas a Marcos Vinícius Rodrigues Vilaça (secretário da cultura) e Esther de Figueiredo Ferraz (secretária da educação), a administração municipal reitera o tombamento enquanto

> [...] a última medida possível para impedir o desaparecimento do mais rico conjunto urbano, existente no Sul do Brasil, com implicações históricas profundas no contexto nacional tais como passagem sul [sic] meridiano de Tordesilhas, núcleo de expansão rumo ao atual território Rio Grande do Sul, sede da República Juliana, berço Anita Garibaldi, testemunho vivo da passagem pelo Brasil de José Garibaldi. (PEREIRA In: IPHAN, 1953, p. 11).

Nota-se que essas argumentações em muito se assemelham às produzidas por intelectuais locais para manifestarem apoio ao tombamento da Casa de Câmara (capítulo 1).

---

durante a gestão de Mário José Remor (1978-1982), cujo gabinete era responsável por coordenar a Comissão Municipal de Cultura, pela lei responsável pelos estudos de tombamentos municipais (ver capítulo 1).

Para fundamentar o pedido de tombamento das edificações do centro da cidade, a prefeitura de Laguna se apoia em um discurso de patrimônio enquanto uma herança dos antepassados. O valor desse conjunto urbano seria relegado a um passado longínquo, uma vez que seria um "testemunho vivo" de eventos históricos, como a formação do território rio-grandense, revolução farroupilha e seus heróis, os quais teriam "contaminado" a área urbana (mesmo que a maioria das edificações tenham sido construídas em períodos posteriores aos referidos acontecimentos). Dessa forma, para além de seu aspecto material, o referido conjunto urbano seria adotado enquanto uma representação coletiva, um símbolo que remeteria a valores subjetivos que serviriam como referencial a identidade lagunense, sendo que sua importância seria defendida através do discurso, em meio a uma luta simbólica, em busca de legitimação e reafirmação.

Outro aspecto do discurso da municipalidade trata-se da identificação da cidade da Laguna (SC) como marco final da colônia portuguesa de acordo com o Tratado de Tordesilhas. Vale notar que, até então, os intelectuais locais priorizavam a importância da cidade no povoamento do Rio Grande do Sul: as argumentações centravam nas lutas pela Colônia de Sacramento e na proteção da colônia portuguesa. Em seus estudos, Ruben Ulysséa raramente mencionava o fato da cidade se localizar no meridiano e quando o fazia tratava como uma coincidência ou curiosidade, não como algo planejado, como pretendiam arguir as políticas de memória da municipalidade. (Figura 46). (ULYSSÉA, 2007).

Figura 46 - Marco de Tordesilhas[84]



Fonte: MACAGI, 2018.

Vale notar que as limitações vagas estipuladas pelo referido tratado causaram inúmeras disputas entre as cortes espanhola e portuguesa, a ponto de se ver necessária a realização de um novo acordo (com o Tratado de Madrid, em 1750). Dessa forma, as coroas justificariam a ocupação de acordo com seus interesses, quando o reino português defendia a Colônia de Sacramento como marco final de seu território. Também as partes interessadas não se acordavam com formas de mensuração das léguas ou sobre qual ponto do arquipélago do Cabo Verde se iniciaria a contagem das estipuladas trezentas e setenta léguas. (AZEREDO, 2011). Mesmo assim, a municipalidade se apropria do tratado como forma de justificar a fundação da cidade para assinalar a linha divisória de Tordesilhas. De todo modo, esse discurso acaba por procurar reforçar a importância de Laguna (SC) devido à sua ancianidade perante a atual região sul do país e papel matricial na ocupação do território rio-grandense, além de sua atuação como guardiã da colônia.

Em resposta aos diversos apelos do prefeito, Augusto Carlos da Silva Telles (entre julho e agosto de 1984) procura tranquilizá-lo e requisitar a prorrogação do decreto 09/84, enquanto o IPHAN finalizaria os estudos sobre a área em questão, para delimitação mais precisa da área a ser preservada e níveis de proteção. Em ofício de 19/09/1984, assinado por Cyro Illídio Correa de Oliveira Lyra[85] e endereçado ao subsecretário do patrimônio Irapoan Cavalcanti de Lyra, é

[84] Monumento construído em referência a passagem na linha imaginária do Tratado de Tordesilhas pela cidade, inaugurado no ano de 1975 pela prefeitura local, contando com o apoio da Lions Clubs, Maçonaria e Rotary Club.
[85] Cyro Illídio Correa de Oliveira Lyra (1938-). Arquiteto e urbanista, atuante nos órgãos paranaenses de preservação, professor pela UFPR e UFF. Trabalhou desde 1962 junto ao IPHAN na área de conservação de restauro, tendo destaque no Programa de Preservação de Fortes em 1987. Dentre outras atribuições, foi diretor

mencionada a viagem de Luiz Fernando Franco para estudar a região com o auxílio do representante de FNPM de Santa Catarina, Dalmo Vieira Filho.

2.2.2A Instrução Técnica nº107/84

Datado de 19/09/1984, a instrução técnica nº 107/84, redigida pelo arquiteto da Divisão de Tombamento e Conservação (DTC) Luiz Fernando Pereira Neves Franco[86], inicia com a seguinte altercação:

> Em sua dimensão estritamente arquitetônica, o patrimônio construído do centro histórico de Laguna não aparenta as características de excepcionalidade normalmente adotadas como critério para decidir sobre a oportunidade de tombamento. Não saberíamos eleger, sob esse ponto de vista, outra edificação que atenda individualmente aquele critério além da Casa de Câmera e Cadeia, tombada em 1953 pelo então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Cremos, não obstante, tratar-se de documento precioso da história urbana do país, menos como uma sede de acontecimentos notáveis – embora estes também tenham sido ali assinalados -, do que pela escolha criteriosa do sítio, pelo papel que o povoado pode desempenhar, em virtude de sua localização, no processo de expansão das fronteiras meridionais e sobretudo pela forma urbana assumida afinal como precipitação espacial dos dois processos precedentes. (FRANCO In: IPHAN, 1984, p. 19).

Percebe-se, dessa vez, uma ênfase ao processo de formação da cidade, apoiando-se nos discursos de intelectuais regionais, ao salientar a importância de Laguna na expansão do território da colônia portuguesa. Vale notar que a municipalidade já apresentava essa justificativa durante o processo de tombamento da Casa de Câmara e Cadeia, enquanto a municipalidade anunciava como um monumento que simbolizava sacrifícios de seus antepassados, quando Drummond, em seu parecer histórico sustentava sua importância exclusivamente na proclamação da República Juliana.

Essa inversão de valores iria referenciar um fator essencial durante a instrução de Franco: as diferenças entre as temporalidades do fato histórico e do processo histórico. Apesar de reconhecer a ocorrência de acontecimentos memoráveis no conjunto analisado, o autor assinala suas preocupações com a "história entendida na antiga versão factual" (FRANCO in: IPHAN, 1984, p. 19), a exemplo da considerada por Drummond em seu parecer de 1953. Em outros de seus escritos, Franco se atêm a refletir sobre a interpretação de "fatos memoráveis"

---

regional do Rio de Janeiro, coordenador do Programa Monumenta e diretor do atual Departamento do Patrimônio Material e Fiscalização. Participou do ICCROM-Roma (Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauro de Bens Culturais) e do ICOMOS (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios). (THOMPSON, 2000).

[86]Luiz Fernando Pereira das Neves Franco. Graduado em Arquitetura na Universidade de Florença e pós-graduado Universidade de Aix-Marseille, França. A partir da década de 1980, retornou ao Brasil atuando na Diretoria de Estudos e Tombamento (DET) do IPHAN. (NASCIMENTO, 2016, p. 131).

como algo digno de ser lembrado, presente no decreto-lei 25/1937, criticando que esses critérios de avaliação se embasariam na importância de um acontecimento histórico para legitimar o presente. Dessa forma, o fato histórico seria entendido como um objeto de celebração e não de produção de conhecimento, como uma forma do Estado uniformizar experiências e homogeneizar contradições e diferenças culturais no presente. (FRANCO In: IPHAN, 1986).

A partir disso, o documento poderia ser entendido através de duas nuances: pelas suas características visíveis e evocativas, conforme seria abordado no anteprojeto de Mário de Andrade; ou a partir de sua produção, usos e mudanças, em sua esfera processual. (FRANCO In: IPHAN, 1984). Nesse sentido, quanto à menção de "fatos memoráveis" presente no decreto-lei 25/1937, Franco procura reinterpretá-la sob a esfera do "memorável", em uma compreensão etnográfica (em menção a Mário de Andrade) no sentido de estudar a manifestação material de um povo.

Ao se referir à história factual, Franco remete a escola metódica ou positivista difundida pelo historiador alemão Leopold Von Ranke durante o século XIX. Essa corrente historiográfica procurou alçar a história ao caráter de ciência, procurando institucionalizá-la através de métodos criteriosos em que o historiador adotaria uma postura imparcial focada no levantamento e categorização de eventos políticos, "fatos históricos", sendo que para a análise seriam utilizadas de fontes entendidas como confiáveis, as escritas e oficiais (acautelada por arquivos públicos).

A Escola dos *Annales* delineava um círculo de intelectuais responsáveis pela revista inicialmente intitulada "*Annales d'Histoire, Économique et Sociale*", com a primeira publicação datada do ano de 1929. A revista era organizada pelos historiadores Lucien Febvre e Marc Bloch, com uma nova abordagem da história com enfoque na história econômica e social e que possibilitasse diálogos interdisciplinares com as ciências sociais, econômicas, geográficas e políticas. A revista fora nomeada em referência a "*Annales de Géographie*" do geógrafo francês Paul Vidal de La Blache, considerado fundador da geografia humana, que viria a ser colaborador da revista e seria correntemente mencionado tanto por Bloch, Febvre e Braudel, como o próprio Luís Fernando Franco em outras publicações. (FRANCO In: IPHAN, 1986).

À procura de rebater uma percepção naturalista do geógrafo alemão Frederich Ratzel, os trabalhos de La Blache enfocam o papel da ação humana na paisagem, que se adapta a ela, criando seus hábitos e costumes e a transforma, ocorrendo uma equilibrada troca construída historicamente, em que a natureza se apresenta como uma possibilidade da ação humana ("possibilismo", como denominado por Febvre). (MORAES, s/d). Lucien Febvre e Marc Bloch

já haviam discutido os limites entre a liberdade do homem e o determinismo do meio sobre o homem, ressaltando a capacidade de preponderância do comportamento coletivo sobre o ambiente físico. (BURKE, 1997). Franco cita Vidal de La Blache, a fim de apontar que os eventos históricos teriam importância à medida que deixariam latentes certas potencialidades, a fim de comunicar ao interlocutor. (FRANCO, 1986).

No que concerne à instrução técnica, Franco se utiliza de citações a Marc Bloch para salientar as críticas da chamada "primeira geração dos *Annales*" (composta pelos fundadores da revista) à história política, cronológica e factual, a favor do estudo do passado sob uma perspectiva de "história problema", em que se investigariam os vestígios do passado para responder problemas do presente. Dessa forma, de acordo com essa primeira geração, ao tentar compreender o passado, o historiador seria capaz de, muito além de realizar um mero registro de acontecimentos, de trazer novas elucidações sobre o passado, para além do que está meramente exposto nos documentos.

Mas seriam as reflexões de Fernand Braudel (enquadrado na segunda geração da Escola dos *Annales*) que parecem exercer maior influência sobre a forma pela qual Franco molda sua argumentação. Nas primeiras páginas da instrução, Franco cita o icônico artigo "A Longa Duração", a fim de problematizar a validade dos "fatos memoráveis". No artigo, publicado em 1958, Braudel aponta a existência de uma crise das ciências humanas, havendo a necessidade de uma aproximação de suas disciplinas. Nesse sentido, Braudel dedica essa publicação às demais áreas de conhecimento humano, a fim de comunicar sobre as possíveis contribuições da História a partir de entendimentos sobre tempo histórico, como forma de despertar uma consciência de pluralidade do tempo social, especialmente ao que se refere como tempo da duração longa.

Para Braudel, a história tradicional era a responsável pela propagação de um tempo de duração curta, do fato histórico, dos acontecimentos individuais e "explosivos", sendo a temporalidade criticada pelo historiador por ser correntemente adotada pelas ciências sociais. Essas simplificações e achatamentos agiriam como uma tentativa de isolar o passado, a fim de transformá-lo em imagens estáticas ao "bel-prazer" do pesquisador.

Mas essa história dos "acidentes medíocres cotidianos" seria apenas testemunho de movimentos de estruturais de longa duração, as quais a nova história econômica e social estava comprometida através do estudo de suas regularidades, permanências e oscilações.

> Um dia, um ano podiam parecer boas medidas a um historiador político, antigamente. O tempo era uma soma de dias. Mas uma curva de preços, aumento demográfico, o movimento de salários, as variações da taxa de juros, o estudo (mais sonhado do que

> realizado) da produção, uma análise severa da circulação reclama medidas muito mais largas. (BRAUDEL, 1965, p. 266).

Nesse sentido, o autor propunha uma história total que buscaria as transformações "quase-imóveis", que escapariam um observador comum, com uma profundidade que abarcaria todos os fragmentos do passado. Esses movimentos persistiam devido a quadros mentais, econômicos ou geográficos resilientes.

> O exemplo mais acessível parece ainda o da sujeição geográfica. O homem é prisioneiro, há séculos, de climas, vegetações, populações animais, culturas, de um equilíbrio lentamente construído, do qual não pode se afastar sem correr risco de tudo reformular. Veja-se o papel de transumância na vida montanheses, a permanência de certos setores de vida marítima, enraizados em certos pontos privilegiados das articulações litorâneas, a durável implantação das cidades, a persistências das rotas e tráficos, a fixidez surpreendente dos quadros geográficos das civilizações. (BRAUDEL, 1965, p. 266).

Essa compreensão da relação do homem com o meio como parte da História é o que o autor denominaria de "geo-história" ao procurar trazer destaque a importância do espaço na história, a ponto de até mesmo uma divisão geográfica se interpor a fronteiras políticas.

O arquiteto Luiz Fernando Franco trabalha com um entendimento semelhante da relação do homem com a natureza, apontando a criação do livro de tombo paisagístico como uma "premonição" de uma história dos territórios, da influência dos meios geográficos sobre as sociedades humanas, onde

> A estrutura urbana passa a ser vista, em modo bem mais concreto, como um fenômeno de precipitação pontual e concentrada de trabalho objetivado, [...] de teores de ordem com que o trabalho humano adaptou o ambiente natural a seu próprio por outro, novo e mais adequado, é o processo com que a história do homem, interagindo com a dos processos naturais, modifica o ambiente ao mesmo tempo que deixa inscritos no território, como se este fosse um suporte documental vivo, vestígios do próprio decurso. (FRANCO In: IPHAN, 1986, p. 12).

Além da cartografia, da escrita e da iconografia, a própria cidade serviria de fonte informativa, sendo os centros históricos vestígios dos eixos dos sistemas de interação entre o homem e a natureza. Para o parecerista, o monumento, assim como o fato histórico, procuraria reduzir esse processo histórico a um pretenso espelho de um momento passado. Esse monumento, enquanto objeto ímpar e deslocado de seu contexto histórico e priorizando o excepcional em detrimento de outros tipos documentais, acabaria por renegar a atividade humana no processo histórico e produziria uma versão de passado que não seria condizente com um cenário mais amplo, seja econômico, social ou geográfico. Essa crítica pode ser

entendida como uma resposta a uma ampliação do entendimento sobre os monumentos, estabelecida na Carta de Veneza de 1964, em que esses seriam apontados como testemunhos históricos de uma civilização, sua evolução ou de um acontecimento histórico. (NASCIMENTO, 2014). Por isso, o autor defende a necessidade de adoção de uma perspectiva estrutural, havendo a urgência em abolir o entendimento de que o acontecimento seria a única medida do tempo, para assim situá-lo como parte de vários ritmos conjugados que atuam na formação da vida material, em suas continuidades e rupturas, seja em aspectos de territorialidade como nas relações entre o homem e a natureza.

Nesse sentido, a preservação viria a favor não somente da conservação do bem, mas da atribuição de um uso de acordo com suas particularidades, de modo a enriquecer sua interação com o presente. Ele possuiria ao mesmo tempo um uso científico, quando usado como documento informativo, e estético, "aqui em sentido amplo de percepção sensível imediata". (FRANCO In: IPHAN, 1984, p. 23).

Essa valorização da "percepção sensível", em outros pontos do texto identificável como "experiência sensível", é melhor desenvolvida em informativo do autor de 1986, dedicado ao assunto da transcrição de centros históricos inscritos nos livros de tombo históricos e belas artes para o arqueológico, etnográfico e paisagístico. Nesse texto, Franco parte de uma reflexão crítica sobre a compreensão de documento no anteprojeto de Mário de Andrade e o decreto-lei 25/1937. Quando aborda a acepção de "arte" no anteprojeto, entende que a amplitude de sua conceituação implicaria em entender o "estético" não enquanto beleza, mas "no sentido genérico de dado imediato de experiência sensível, momento detonante de todo processo de percepção que origina representações, artísticas ou não" (FRANCO In: IPHAN, 1986, p. 2); em nota de rodapé cita uma definição de estética transcendental do livro Crítica a Razão Pura, de Immanuel Kant, como uma ciência cujos princípios decorrem das sensibilidades para então auferir juízos.

> Se os homens se compreendem [...] é porque levam suas representações sensíveis e suas conceituações internas ao ponto de poderem entrar em contato e afeiçoar-se mutuamente, é porque apertam o mesmo botão de seus instrumentos espirituais, o que aciona em cada interlocutor os conceitos que se correspondem sem serem exatamente os mesmos. (HUMBOLDT apud FRANCO In: IPHAN, 1986, p. 14).

Essas duas formas de apropriação do bem (científica e estética) seriam complementares, na medida em que, enquanto o conhecimento científico ampliaria a percepção subjetiva do objeto, sua assimilação estética instigaria novas investigações científicas. Esses valores também poderiam ser modificados através do resgate inusitado de movimentos históricos do espaço.

Dessa forma, a preservação do conjunto urbano de Laguna, em pauta, seria essencial para que esse pudesse ser estudado, enquanto um documento exemplar do "processo de ocupação dos territórios meridionais". (FRANCO In: IPHAN, 1984, p. 24). Sua proteção não significaria um mero retorno ao passado, mas a apropriação de seus resquícios materiais para uma aplicação crítica sobre o presente, a fim de priorizar as "modificações naturais", as quais, desvinculadas da "vontade política" da população, estariam presentes no "código genético" da cidade.

Nota-se o uso de metáforas e conceitos relacionados às ciências biológicas, como "natural" e "código genético", como se a cidade de Laguna fosse equiparável a um ser vivo ou, como mencionado pelo autor, um "organismo" ou um "fenômeno da natureza", provido de uma trajetória, uma forma única, correta, óbvia e predestinada. Mas o que é entendida como uma "modificação natural" para o arquiteto?

Para Franco, essa modificação "natural", seria verificável desde a escolha do sítio entre morros em que a cidade seria fundada, um espaço caracterizado pelo arquiteto como um "anfiteatro natural e silencioso" (FRANCO, 1984, p. 25), cujas peculiaridades geográficas propiciariam "um abrigo acolhedor e derradeiro de uma costa inóspita". (FRANCO, 1984, p. 26). A partir disso, a cidade passaria por uma expansão paulatina, traçada em um processo evolutivo a partir do mesmo "material genético" do núcleo original, sempre se adaptando às características geográficas do sítio. Desse processo, surgiriam dois organismos morfologicamente diferentes: o primeiro, representado pela formação dos bairros Campo de Fora, Portinho e Progresso, definida por serviços terciários, pequenas indústrias e "habitação degradada"; o segundo, entendido pelo processo de expansão dos bairros Ponta das Pedras, Magalhães e Navegantes, decorrente da economia carvoeira no século XX; e concluiria com o crescimento do bairro Mar Grosso na região beira-mar, voltada ao turismo sazonal como "forma final do processo evolutivo". (FRANCO In: IPHAN, 1984, p. 25).

Mas esse "processo natural" constituído pelo "código genético" sofreria uma ruptura proporcionada por pressões seletivas, uma "espécie" nova, que seria incompatível e hostil à estrutura antiga. Essa nova estrutura não representaria uma continuidade orgânica, mas sim, uma ruptura do processo experienciado pela cidade até então, na medida em que ameaçaria a estrutura antiga ao desaparecimento, criando um conjunto desarmônico em que suas "células" não mais dialogariam. Franco identifica como representativos dessa nova estrutura: os projetos de habitações multifamiliares (alguns de quatro a cinco andares) e reformas em edifícios antigos, as quais seriam "vulgares", não duráveis, imediatistas e substituíveis. Esses empreendimentos seriam realizados por interesse imobiliário e mercadológico ditado por pressões produtivas. Para o parecerista, esses seriam meros objetos de consumo voltados para

o mercado e desprovidos de significado, sendo, por isso, incapazes de despertar uma "experiência sensível" ao usuário ou servir para estudo científico.

Essas construções empobreceriam o espaço expressivo do centro histórico de Laguna como um documento capaz de transmitir informação a partir de sua configuração além das vontades individuais de seus construtores. Apesar disso, o conjunto urbano continuaria a "dar testemunho de si" como resistência frente a pressões produtivas. "Dela temos uma série significativa que passa a ocupar a partir do séc. XIX, em modo quase vegetativo (à margem da forma dominante de produção), o tecido rarefeito da parte interior do centro histórico". (FRANCO in: IPHAN, 1984, p. 27). Em notas de rodapé, Franco se apoia nos trabalhos do historiador da arte Erwin Panofsky, criador do método iconológico, como forma de defender a cidade como documento de importância histórica, além das vontades individuais de seus construtores, pontuando sua apropriação do conceito de *Kunstwollen*, de Alois Riegl, segundo o qual

> No método de Panofsky, o Kunstwollen riegliano ou a vontade de forma não se refere a uma realidade psicológica individual ou da época, mas explica as características formais e o conteúdo da obra de arte na ordem da história do sentido do fenômeno artístico, considerando sempre seus nexos históricos. (PIFANO, 2010, p. 10).

A partir dessa perspectiva, Franco dedica-se a analisar a tipologia do conjunto urbano, apontando como as dimensões das quadras se moldaram aos morros e demais nuances geográficas do sítio baseado em configuração estrutural em formato de "T", sendo o eixo horizontal delineado pelo eixo portuário, junto à lagoa, e o vertical traçado pelo caminho do porto até a fonte de água, onde se situa a Fonte da Carioca, sendo que a Igreja Matriz e a Casa de Câmara, divididas por esse eixo, influenciariam no preenchimento das quadras. Sendo que as intervenções deveriam preservar uma relação equilibrada entre a tipologia e a morfologia.

Conclui que:

> É esse o documento de natureza tanto histórica como etnográfica e paisagística cuja integridade deve ser preservada. A proteção natural dos morros já não garante. Para que seja reapropriado por seus habitantes e se torne objeto de experiência sensível – entendida também como qualidade de vida –, é preciso partir do documento em seu estado atual, não permitindo, mediante o tombamento, senão intervenções capazes de enriquecer leituras. (FRANCO In: IPHAN, 1984, p. 30).

As discussões sobre "qualidade de vida" surgem na década de 1970 e início de 1980, a partir de uma demanda de associações ambientalistas e sociedade civil, como uma resposta aos impactos negativos do crescimento urbano dos anos 1950, com a especulação imobiliária, verticalização das cidades, construção de rodovias. Nesse sentido, a menção de Franco de que

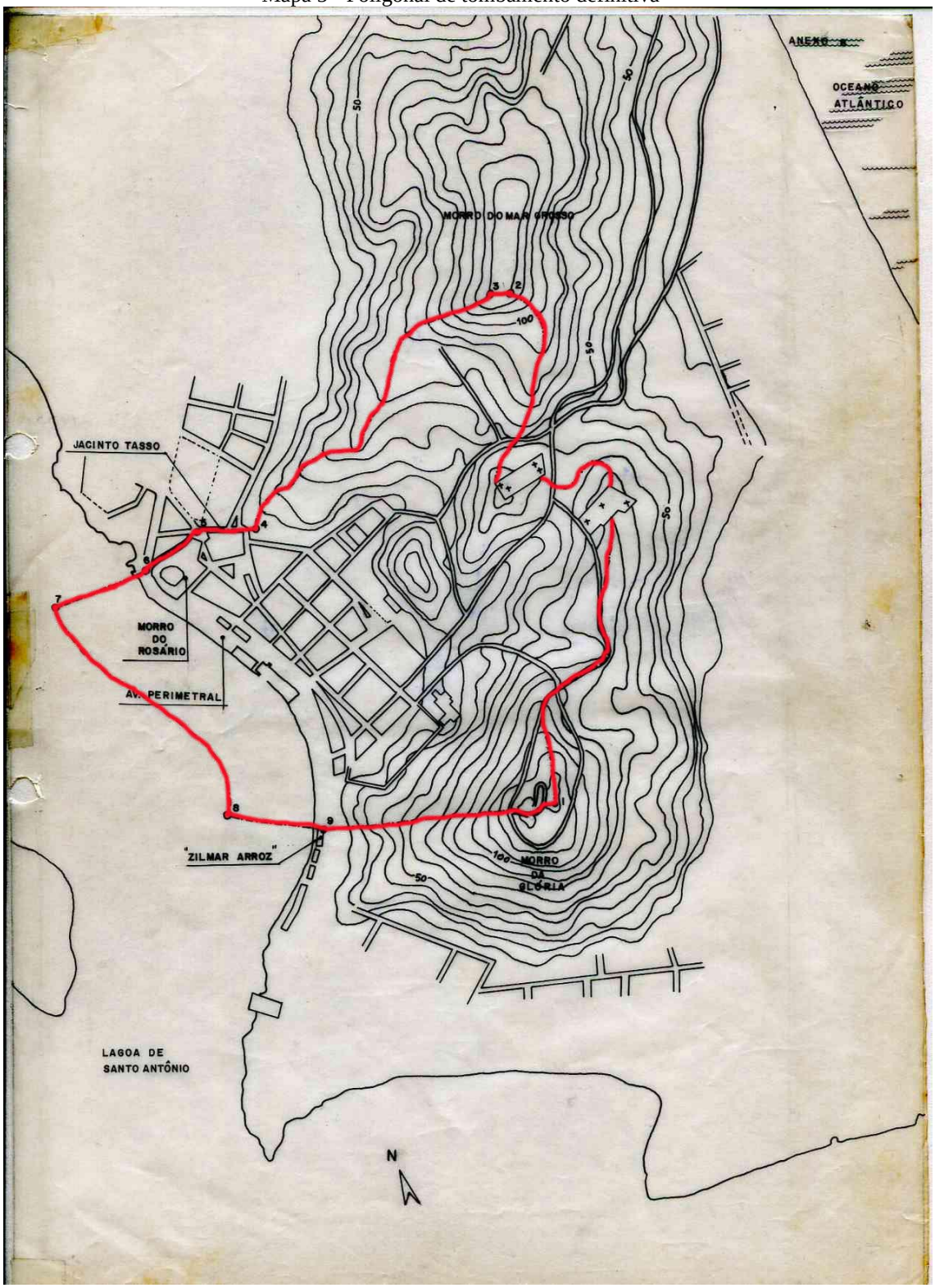
"a proteção natural dos morros já não garante" (FRANCO, 1984, p. 30), trata-se de uma expressão muito representativa, uma vez que os mesmos morros que protegeram a vila das invasões militares dos espanhóis, não seriam mais capazes de conter os avanços da modernidade. Devido à escassez de instrumentos legais para regularização desse processo, o tombamento foi apropriado como um instrumento de política urbana, no qual a "qualidade de vida" seria adotada como discurso legitimador da preservação. (SANT'ANNA, 2014).

A arquiteta Marcia Sant'Anna entende que a experiência sensível, ao ser atribuída à "qualidade de vida", deixaria de se restringir a apreciação estética. Essas discussões sobre "qualidade de vida" demonstram uma mudança de abordagem sobre a gestão de áreas tombadas com relação à década de 1970, dessa vez, menos atenta ao desenvolvimento econômico e à apropriação da cidade como mercadoria turística, e cada vez mais focada na resolução de problemas urbanos, habitacionais e sociais, de forma que melhor atendesse a comunidade. Porém, essa discussão não tomaria forma além do campo das ideias, uma vez que "[...] a experiência sensível do patrimônio urbano ainda permanece visceralmente ligada à percepção estética da obra de arte". (SANT'ANNA, 2014, p. 349).

Em conclusão ao parecer arquitetônico, Luiz Fernando Franco traça uma poligonal de tombamento que estenderia a sugerida pela prefeitura, dessa vez delineada entre os morros que circundam a área analisada e a Lagoa de Santo Antônio[87], devido a sua valorização patrimonial enquanto paisagem, chamando atenção para uma perspectiva atenta à ocupação humana adaptada ao espaço geográfico.

[87] A poligonal de Luiz Fernando Franco seria delineada através dos seguintes pontos: "do topo do morro da Glória (ponto nº 1), representado pela parte do perímetro base do monumento Nossa Senhora da Glória que o inclui, pela linha que divide as águas entre as vertentes oceânicas e as vertentes que concluem a lagoa, incluindo os dois cemitérios assinalados na carta [...], até (nº 2) atingir a curva de nível 130 metros que envolve o topo do Morro do Mar Grosso; do topo do Mar Grosso (nº 3), representado pela curva de nível de 130 metros que o envolve e o inclui, ao longo que divide as águas entre as vertentes norte e sul e que o uniria com o topo do Morro do Rosário, chamado de Nossa Senhora ou Potreiro, até encontrar (nº 4) o eixo da Rua Jacinto Tasso ou seu prolongamento; deste ponto, pelo eixo da Rua Jacinto Tasso, até o ponto (nº 5) de encontro com o eixo da rua que comunica esta última com a Avenida Perimetral, junto ao pé do Morro do Rosário; pelo eixo desta rua, até o encontro (nº 6) com o eixo da Avenida Perimetral; deste ponto, pela linha reta em direção oeste, até o ponto (nº 7) cuja mínima distância de qualquer ponto da linha da orla, nível da baixa-mar média de sizígia, é de duzentos metros; deste ponto, em direção à saída do porto de Laguna, ao longo da linha que é lugar geométrico dos pontos cuja distância mínima de qualquer ponto da orla como definida acima, é de 200 metros, até encontrar (nº 8) a linha reta que é prolongamento, em direção à lagoa, da projeção horizontal da fachada do nordeste do armazém mais setentrional ao longo da orla que consta da carta [...] sob o nome "Zilmar Arroz"; deste ponto, ao longo da reta acima determinada; até o ponto (nº 9) em que esta aresta formada pelas fachadas nordeste e sudeste do mesmo armazém; deste ponto, ao longo da linha que é projeção sobre o terreno da reta que o une ao centro geométrico da base do monumento a Nossa Senhora da Glória, até encontrar (nº 1) seu perímetro". (IPHAN, 1984, p. 13-14).

Mapa 5 - Poligonal de tombamento definitiva[88]



Fonte: IPHAN, 1984, p. 38.

[88] O tracejado em vermelho sinalizando a poligonal, foi feito pelo autor da dissertação para melhor visualização.

O parecer de Franco não possui referências bibliográficas, mas a fim de subsidiar suas argumentações, utiliza-se de citações em notas de rodapé ou menções diretas a alguns estudiosos no corpo do texto. Além dos já aqui comentado, o autor refere-se aos filósofos de orientação marxista e/ou relacionados à Teoria Crítica como György Lukács, Walter Benjamin, Theodor Adorno e Max Horkheimer, a fim de tecer uma crítica às ideias de "monumentalidade", "história dos acontecimentos" e ao historicismo; o arquiteto italiano Leonardo Benevolo e o sociólogo e historiador urbano estadunidense Lewis Mumford, como forma de criticar e exemplificar processos de descontinuidades da estrutura urbana; além das descrições de viagem de Auguste de Saint-Hilaire, para levantamento de informações sobre a cidade de Laguna no início do século XIX (ao comentar a fonte de água natural no sítio urbano). Assim, percebe-se uma grande erudição e interdisciplinaridade por parte do autor e a necessidade de fundamentar suas argumentações em trabalhos acadêmicos consolidados, em busca de critérios de científicos de seleção de sítios urbanos para tombamento.

Mas, apesar de defender o estudo das longas durações sobre uma história factual, suas análises históricas ainda se concentram nas origens da cidade, sua fundação e escolha do sítio (alguns se estendendo até a República Juliana em 1839), não demonstrando como um processo histórico de três séculos da cidade poderiam ser averiguados no conjunto urbano a ponto de justificar seu tombamento. No início de seu parecer, Franco situa como valor patrimonial a forma urbana assumida dos processos de escolha do sítio e papel na expansão das fronteiras meridionais (o primeiro século de história de Laguna), mas não indica como se poderia estudar a ocupação do território rio-grandense utilizando a cidade como documento de uso científico. Outro exemplo, pode ser averiguado na pouca atenção dada ao papel do ciclo do carvão (mencionado apenas por Márcia Chuva no documento "Avaliação Histórica"[89]), época responsável por uma reestruturação urbana e na construção da maior parte imóveis da poligonal de tombamento.

O parecerista ainda parece muito apegado à necessidade de um "ídolo das origens" para valorização histórica do sítio, algo que procurava ser combatido pelos próprios historiadores da Escola dos *Annales*, os quais Franco usa como referência:

> Mas entre os dois sentidos [de origem como "começo" e como "causa"] frequentemente se constitui uma contaminação tão temível que não é em geral muito sentida. Para o vocabulário corrente, as origens são um começo que explica. Pior ainda: que basta para explicar. Aí mora a ambiguidade; aí mora o perigo. (BLOCH, 2001, p. 56-57).

[89] A ser posteriormente analisado.

Encerrado o parecer de Franco, a arquiteta Dora Monteiro e Silva de Alcântara[90], coordenadora do setor de tombamento da DTC, encaminha ao diretor da mesma divisão (Augusto da Silva Telles) um conjunto de documentos a fim de serem incorporados ao processo: os já referidos ofícios da prefeitura, o TCC de Arquitetura da UFSC, o parecer arquitetônico, além do trabalho de levantamento coordenado pela representação estadual do IPHAN intitulado "Descrição do polígono de Definição do Centro Histórico de Laguna".

Em seu ofício, Alcântara resume as intenções da prefeitura de Laguna no reconhecimento da cidade como monumento nacional para proteção de seu patrimônio edificado, para isso enfatizando a importância do passado da cidade para a história do sul do Brasil. Mas grande parte do escrito se dedica em manifestar concordância com o parecer arquitetônico, de Laguna como um documento histórico e paisagístico expressivo de importante preservação, reforçando as argumentações de Luiz Fernando Franco e salientando seus pontos principais, sendo necessária sua preservação.

> [Franco] procurando, basicamente, avaliar em que medida o conjunto arquitetônico de Laguna refletia os valores históricos que lhe eram atribuídos, conclui que não só esse conjunto edificado como também a paisagem natural que lhe está profundamente vinculada são de fato testemunhos históricos. Não apenas da história factual, mas também a de um 'processo de produção, uso e transformação' de centro urbano em uma de nossas 'áreas não contempladas pelos grandes ciclos econômicos', parcelas no entanto indispensáveis, no estudo da história como um todo. (ALCÂNTARA In: IPHAN, 1984, p. 41-42).

2.2.3 Avaliação histórica

Anexado ao processo de tombamento, encontra-se um documento intitulado "Avaliação histórica" (27/09/1984), escrito por Márcia Regina Romeiro Chuva[91], então estagiária de História do Setor de Tombamento da DTC. A autora propõe estudar o processo histórico de

[90] Dora Monteiro e Silva de Alcântara (1931-), arquiteta graduada na Faculdade Nacional de Arquitetura da Universidade do Brasil (atual UFRJ). No início de sua carreira dedicou-se a academia lecionando história da arte e arquitetura brasileira. A partir de 1958, realizou trabalhos esporádicos para o IPHAN na área de restauração de monumentos e viações, com destaque no Estado do Maranhão, ingressando definitivamente no Instituto no ano de 1975. Em 1987 foi responsável pela coordenadoria de proteção e, entre 1987-1991, foi coordenadora geral de Preservação de Bens Culturais. Entre 1991-1995, atuou como técnica do Museu Castro Maya e, em 1997, representou a cidade de São Luís (MA) na UNESCO em sua candidatura a patrimônio mundial. Além disso, durante sua carreira, foi engajada perante a representatividade de classe e recebeu prêmios significativos nas áreas de conservação de restauro (THOMPSON, 2010).

[91] Márcia Regina Romeiro Chuva, doutora em História pela Universidade Federal Fluminense, pós- doutora pela Universidade de Coimbra. Atualmente, leciona no Departamento de História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Trabalhou no IPHAN entre 1985 e 2009, atuando na Divisão de Tombamento e Conservação (DTC), na Coordenação de Pesquisa do Departamento de Promoção, no Departamento de identificação e Documentação (DID) e, finalmente, Coordenação-Geral de Pesquisa Documentação e Referência (COPEDOC) e no Programa de Especialização e Patrimônio (PEP), onde atualmente exerce o papel de colaboradora e professora do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural.

constituição da região sul sob uma perspectiva socioeconômica, o que a torna distinta com relação ao resto do Brasil.

A fim de fundamentar sua análise história da região sulina, a autora enumera, nas referências bibliográficas, livros de história do Brasil sob um escopo global, como Pequena História da Formação Social do Brasil (1981), do historiador Manoel Maurício de Albuquerque; o capítulo dedicado ao Rio Grande do Sul e a Santa Catarina, escrito pelo sociólogo Fernando Henrique Cardoso, por sua vez, presente no tomo de Brasil Monárquico de 1962 da coleção História Geral da Civilização Brasileira, organizada por Sérgio Buarque de Holanda; e o livro Raízes Socio-econômicas da Guerra dos Farrapos, do historiador estadunidense Spencer Leitman. Além disso, cita o verbete de "Laguna" da Enciclopédia dos Municípios Brasileiros – Santa Catarina (1959), organizada por Jurandyr Pires Ferreira, que fora engenheiro, economista, jornalista e, durante o período de publicação, presidente do IBGE; por último, cita os relatos de viagem da Auguste de Saint-Hilaire no livro Viagem à Província de Santa Catarina, também mencionado na instrução técnica de Franco. Márcia Chuva não cita esses autores diretamente no corpo do texto, mas durante a exposição dos argumentos da autora que segue, esses escritos serão entrecruzados, almejando uma compreensão mais aprofundada de sua construção discursiva.

Inicialmente, a autora aponta que o processo de formação da região sul se dividiria, de acordo com mudanças desencadeadas na esfera econômica, em dois momentos: antes das charqueadas, em que a região possuiria para a colônia uma função militar-defensiva e, o posterior, quando, com o crescimento do comércio de gado, forma-se uma sociedade local escravista e latifundiária sob os moldes do restante da economia colonial.

Esse mesmo apontamento também foi realizado por Fernando Henrique Cardoso (1964) que em seu capítulo "Rio Grande do Sul e Santa Catarina" (de obra acima mencionada), no qual procura investigar como uma ocupação precária influenciou na formação de uma economia organizada e de uma sociedade particular. Esse capítulo seria dividido entretópicos com a vida econômica, social e política da região,onde Laguna seria citada em alguns momentos pontuais, devido ao seu papel na ocupação do sul (causando seu esvaziamento e empobrecimento) e que, em sua fundação, a cidade refletia a organização social dos primeiros empreendedores vicentinos.[92] (CARDOSO, op. cit.).

A transição entre essas duas fases não ocorreria através de uma ruptura, mas sim, de uma passagem, parte de um longo processo, "imperceptível se analisado num espaço de tempo

[92] Em seu texto, Cardoso utiliza como fontes ofícios, estatísticas demográficas e de preços, notícias de jornais e diários, citando o intelectual lagunense Oswaldo Rodrigues Cabral, comentado no capítulo anterior.

curto" (CHUVA 1984, p. 44). A historiadora estaria propondo, assim como Franco, um recorte temporal de longa duração e pouco focada em fatos históricos. "O que nos interessa compreender no momento são formas de ocupação e desenvolvimento da região e o relacionamento da mesma como poder central". (CHUVA 1984, p. 44).

Dessa forma, Chuva destaca a fundação de Laguna (1676) como posto militar estratégico para ocupação e controle do território[93]. Além disso, a partir da cidade de Laguna sairiam os primeiros povoadores do território rio-grandense, que iniciariam a atividade predatória do gado remanescente das antigas missões jesuíticas, o que fundamentaria uma atividade pecuária, que por sua vez, serviria ao abastecimento das regiões monocultoras e exportadoras de Minas Gerais e São Paulo, cuja grande demanda, induziria na região a formação de uma sociedade tradicional patriarcal, com o uso de latifúndios e mão de obra escrava.

O autor Manoel Maurício de Albuquerque, citado na bibliografia de Chuva, aponta a pecuária sulina como uma "relação de produção feudal" subordinada à etapa escravista, reflexo da política mercantilista, cujo objetivo principal seria atender o mercado consumidor de Minas Gerais[94]. Pode-se notar uma percepção de modelo colonial fomentada pelo historiador marxista Caio Prado Júnior, na qual o sentido de colonização seria ditado pela exploração colônia a fim de atender o sistema mercantil, o que justificaria inclusive o sistema escravista. Também se identifica a necessidade de caracterizar a sociedade sulina como "feudal", no entendimento que ainda seriam precárias e não teriam passado por uma "revolução burguesa"[95].

No segmento dedicado à Guerra dos Farrapos, Chuva se utiliza dos escritos de Spencer Leitman, dedicado a compreender as origens socioeconômicas da Guerra dos Farrapos, a qual seria fundamentada a partir do isolamento da região pelo poder central. O autor considerava o assunto pouco contemplado na historiografia local, então mais concentrada em discutir o caráter separatista do movimento[96]. Leitman acreditava que a Revolução Farroupilha seria o ponto de tensão máxima de uma região de fronteira marcada por conflitos. (LEITMAN, 1979).

---

[93]Como bibliografia para elucidar a história de Laguna, a autora cita diretamente a tese de conclusão da UFSC do curso "Valorização do Sítio Histórico da Laguna".

[94]Em seu livro, Albuquerque (1981) se propõe estudar a formação da sociedade brasileira como uma estrutura viva e em transformação. O autor dividiria esse processo em três estruturas: na econômica, por sua vez, separada nas etapas: escravista subordinada ao mercantilismo, escravista subordinada ao capitalismo mundial (1808-1870) e capitalista (1870 a atual); na estrutura jurídico-política (centrada no cenário político e tratados) e na ideológica (de católico a liberalista). (ALBUQUERQUE, 1981).

[95]Para historiadores como Ronaldo Vainfas (VAINFAS, 2009), essas produções historiográficas marxistas em busca das raízes socioeconômicas de uma ideia de atraso brasileiro, iniciariam nos anos 1950 e entrariam vigor na década 1970, como uma resposta militante do meio universitário ao regime militar (sendo o próprio Albuquerque um professor universitário afastado por motivos políticos).

[96]Apesar disso, não deixa de estar de acordo com a intenção separatista, ao menos final, como defendida pela produção de Alfredo Varela.

Chuva explica que, no início do século XIX, a região estaria dividida em três setores da classe dominante: os estancieiros, industriais do charque e comerciantes, armadores e exportadores de Laguna, contexto no qual o porto de Laguna seria escoadouro da produção regional. De acordo com Leitman, em Laguna haveria uma elite de "empresários" e "industriais", exportadores de produtos bovinos e importadores de artigos para a população da província rio-grandense e seus estabelecimentos militares. Esses comerciantes exerciam um papel duplo, pois, enquanto realizavam parcerias comerciais com os estancieiros, por outro lado, atuavam como agentes políticos do governo central, exigindo cada vez mais impostos e maior produção. (LEITMAN, 1979).

Assim, Chuva constata que o isolamento da região sul se deveu ao descaso da coroa pelo seu papel subsidiário da economia nacional tradicional (monocultora, escravista e exportadora). Essa situação promoveu a formação de uma sociedade sulina semelhante a colonial, mas com autonomia própria para desafiar uma "política de alijamento" e centralizadora da administração central.

Chuva explicita que, a partir das aberturas dos portos em 1808, um crescente descontentamento da elite local seria justificado pela alta tributação, que comprometeria a concorrência com exportadores platinos, que desencadearia a Guerra dos Farrapos (ou Revolução Farroupilha)[97]. A elite local reivindicava maior autonomia e participação política da região sul e, inicialmente, não possuía um caráter separatista, uma vez que os estancieiros eram conscientes de sua dependência dos mercados consumidores de outras províncias. Porém, a disputa se tornaria separatista e republicana, desencadeando a proclamação da República de Piratini (1838) e República Juliana (1839), em Laguna. Apesar de reprimida, a revolução acabaria por consolidar essa elite de estancieiros a nível regional.

A partir de então, a autora passa a se dedicar ao início da exploração do carvão na região sul de Santa Catarina, na cidade de Lauro Mueller e Criciúma, que atingiria seu auge com a Segunda Guerra, época que seria criada a Companhia Siderúrgica Nacional. Porém, na mesma época, o porto de Laguna entraria em declínio, devido à sua dificuldade em comportar embarcações de grande calado e perdendo espaço ao Porto de Imbituba (a partir de 1922). Após isso, a economia se basearia na pesca, com o porto se adequando a essa atividade. Somente a partir da década de 1970, com o crescimento do turismo e com os investimentos dele

[97]A autora critica a justificativa dos abusos tributários por parte da coroa, já que o principal motivo da falta de competitividade da produção de carne regional seria ao próprio encarecimento do produto pela adoção da mão de obra escrava, enquanto os países platinos se utilizavam da mão de obra livre.

decorrentes, surgiriam modificações na paisagem urbana, as quais não eram identificadas anteriormente.

Todos os estudos se mostram interligados sob um mesmo discurso sobre o valor patrimonial da cidade de Laguna. A avaliação histórica realizada pela autora possui importância em complementar e embasar o parecer arquitetônico sob uma perspectiva histórica, corroborando a importância da cidade como testemunho de um processo histórico de formação da região sul. Também reitera um ponto em comum relativo a um olhar do Instituto para conjuntos urbanos antes não contemplados por não serem alusivos aos grandes ciclos econômicos (como a cana-de-açúcar, ouro e café) ou aos antigos centros administrativos das colônias. Pelo contrário, essas regiões seriam valorizadas justamente devido ao isolamento, pelo qual desenvolveram características próprias. Nesse sentido, esse estudo possui relevância na medida em que procura trazer o Sul em evidência perante as políticas patrimoniais sob escopo nacional.

Porém, a análise histórica, dedicada a compreender a formação socioeconômica da sociedade sulina, o desenvolvimento do comércio de charque, a consolidação da elite estancieira rio-grandense e suas reivindicações contra a coroa, acaba por deixar a cidade de Laguna em segundo plano, contemplando apenas pontualmente como se deu a organização social e econômica de Laguna, não detalhando como isso se refletiria na disposição do sítio proposto a ser tombado. A avaliação se concentra nos estancieiros do charque, dando pouca atenção a elite lagunense, de comerciantes e armadores, e seu papel na transformação do cenário urbano (principalmente durante a exploração de carvão) e pouco esclarecendo sua relação com a Guerra dos Farrapos, muito menos de outras camadas sociais presentes na vila (a qual incluiria também a mão de obra escrava).

Ainda assim, deve-se relevar que essa abordagem seria um reflexo da própria bibliografia então disponível, obras de escopo nacional, que apesar de se proporem a estudar a região sulina, concentram-se na produção pecuária da província rio-grandense, que seria subsidiária à economia exportadora e mercantilista. Dessa forma, Laguna seria pouco mencionada nos livros citados e de forma superficial, por sua importância histórica ser atribuída ao seu papel na ocupação de fronteira.

2.2.4 O tombamento provisório e a reunião do Conselho Consultivo

Com o recebimento da instrução técnica de Franco, o diretor da DTC, Augusto da Silva Telles manifesta sua concordância e conclui:

> Este centro histórico de Laguna será transcrito em seu acervo paisagístico constituído pelo sistema natural que o envolve, pelo conjunto de logradouros e pelo conjunto de edificações em sua volumetria, em sua ocupação do solo e em suas características arquitetônicas que expressam a continuidade na evolução histórica do núcleo urbano original. (TELLES In: IPHAN, 1984, p. 54).

Sob esses termos, encaminha-se o processo através do tombamento provisório do sítio designado por Franco, notifica a prefeitura de Laguna (12/11/1984) e encaminha para a publicação do edital de notificação de tombamento provisório. O referido edital seria publicado no Diário Oficial da União em 13/11/1984 e, em seguida, nos jornais regionais Jornal de Santa Catarina, A Notícia e O Estado. O comunicado informa sobre a decisão, o prazo de quinze dias para entrada de pedidos de impugnação, período no qual a representação estadual do SPHAN se encontraria na Secretaria da Cultura do município para o esclarecimento de dúvidas dos moradores.

2.2.4.1 Sobre o conselho consultivo

A decisão final sobre o tombamento do centro histórico de Laguna foi apreciada durante a 111ª reunião ordinária do Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (27/11/1984). A reunião ocorreu no Museu Paranaense em Curitiba, PR, cujo acervo havia sido pelo tombado pelo Instituto em 1941 (ver processo 140-T-38), e contou com a presidência de Marcos Vinícius Vilaça, Secretário da Cultura; atuação de secretário de Irapoan Cavalcanti de Lyra, Subsecretário do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; entre os conselheiros, contou com representantes do Museu Histórico Nacional, Museu Imperial de Petrópolis, Museu Nacional de Belas Artes e a Fundação Casa Rio Barbosa; no plenário, encontravam-se o governador do Estado do Paraná (que chega posteriormente), o reitor e pró-reitor da UFSC (este último, Hamilton Savi, que apoiou o inventário arquitetônico realizado pelos estudantes de arquitetura) e, por fim, David Carneiro, intelectual paranaense, colaborador de longa data do IPHAN e cuja coleção arqueológica, etnográfica, histórica e artística havia sido tombada em 1941 (ver processo 40-T-38).

Durante a reunião, foram apresentados e aprovados com unanimidade o tombamento do Museu do Mate (Campo Largo, PR) – devido à importância histórica de sua coleção no que concerne à exploração da erva-mate –, do Teatro São João (Lapa, PR), da Coleção Arqueológica de João Alfredo Rohr (Florianópolis, SC) – em face à importância de Rohr na pesquisa arqueológica e o valor cultural de suas coleções –, o Centro Histórico de Laguna (SC) e o tombamento do Observatório Nacional de São Cristóvão (RJ) –, em razão de sua importância na memória do desenvolvimento científico no Brasil.

Os conselheiros votaram sobre a rerratificação do tombamento e definição de poligonal das Igrejas de São Pedro dos Clérigos e Nossa Senhora da Conceição em Recife (PE) e traslados de obras tombadas para exposições no exterior. Também discutem sobre uma possível de retificação da autoria do projeto do edifício da Biblioteca Nacional (RJ) e o pedido de tombamento, feito pelo IBGE, da Praça Mahatma Gandhi (RJ). Além disso, foram comunicados os andamentos das candidaturas para patrimônio mundial do Centro Histórico de Salvador (BA), a de Congonha (MG) e do Parque Nacional do Iguaçu (PR).

Uma característica marcante da reunião foi a presença de um discurso defensor de uma visão democrática sobre o patrimônio cultural brasileiro. Logo no início, salienta-se ser o quarto encontro do conselho consultivo realizado fora do Rio de Janeiro de um total de cento e onze (acredito que a escolha de Curitiba (PR) possivelmente seja pela maioria dos pedidos de tombamento ali apreciados encontrarem-se no sul). Também, em determinado momento, Vilaça menciona a meta da criação de escritórios técnicos em todos os estados brasileiros. Mas seria o antropólogo Gilberto Velho que se destacaria nesse sentido, por meio de suas demonstrações de estima pelo "espírito democrático" do conselho e respeito pela vontade da comunidade, ao considerar sobre manifestação contrária da população de Igarassu (PE) acerca da retirada de quatro ex-votos para uma exposição em São Paulo. O antropólogo também demonstrou apreço pelo lançamento do Programa Nacional de Preservação de Documentação Histórica (PRÓ-DOCUMENTO), voltado a preservar acervos documentais privados permanentes de importância nacional:

> [...] mais uma vez, uma iniciativa que promove o trabalho com a comunidade, com a sociedade civil, compatível com o momento e espírito da nação. Destacou que qualquer esforço de centralização, ainda que não seja deliberado, implica em reforçar o espírito autoritário do qual o País está querendo se liberar. (VELHO In: IPHAN, 1984, p. 84).

Assim, identifica-se um anseio sobre o processo de redemocratização em que o país se encontrava, sendo que esse estaria representado pela descentralização da política do patrimônio, seja através da proximidade à sociedade civil ou contemplando regiões do Brasil até então deixadas em segundo plano, tanto em termos de tombamentos como no estabelecimento de representatividades regionais.

Talvez por isso, o relator do processo de tombamento de Laguna (SC) tenha sido um florianopolitano, Alcídio Mafra de Souza, diretor do Museu Nacional de Belas Artes. Durante a reunião, Souza lê a requisição de tombamento da prefeitura municipal de Laguna (SC) e se dispõe a comunicar sobre o único pedido de impugnação ao tombamento.

Durante o prazo para impugnações, Mauro Vargas Candemil entra com pedido para a retirada de propriedade de sua família do conjunto tombado (situada na Travessa Manoel Pinho, nº 2, esquina com a Rua Fernando Machado). O proprietário argumenta que o imóvel se encontrava em estado de arruinamento (com a parte interna "destruída" e fachada "descaracterizada"), a ponto de pôr em risco a segurança dos transeuntes, sendo que sua restauração seria muito custosa. Menciona que, ao longo dos anos, recorreu sem sucesso ao auxílio da prefeitura, a ponto de se demonstrar descrente quanto às medidas emergenciais tomadas pela administração municipal para o resgate do imóvel, principalmente levando em conta a situação econômica da cidade e por haverem imóveis menos comprometidos que acreditava merecerem prioridade. Por fim, advertia que caso não ocorressem medidas urgentes, planejava proceder com a demolição da edificação (CANDEMIL In: IPHAN, 1984).

Sua carta é encaminhada por ofício do responsável pelo escritório técnico de Santa Catarina, Dalmo Vieira Filho, o qual encaminha fotos do imóvel (Figuras 47 e 48) e emite suas próprias considerações. O arquiteto contra-argumenta ressaltando que a edificação já era tombada municipalmente (ver capítulo 2), sendo que na ocasião a residência era habitada, culpabilizando a falta de zelo dos proprietários pelo seu atual estado. Apesar disso, Vieira considera que seu restauro não seria de difícil execução e que a prefeitura já havia iniciado a colocação de tapumes, a fim de prevenir possíveis riscos aos pedestres até sua restauração. Por fim, Dalmo Vieira atenta que o imóvel em questão "constitui-se em um dos bons exemplares arquitetônicos de Laguna". (VIEIRA In: IPHAN, 1984, p. 67).

Figura 47 - Imóvel da família Candemil 1[98]



[98] As figuras 53 e 54 tratam-se das fotos enviadas no citado ofício de Dalmo Vieira Filho.

Fonte: IPHAN, 1984, p. 68.

Figura 48 - Imóvel da família Candemil 2



Fonte: IPHAN, 1984, p.68

Essas considerações são levadas em conta pelo conselheiro Alcídio Mafra Souza, que decide perante o conselho a improcedência do pedido de impugnação, com base na constatação de Vieira, na qual a casa de estilo arquitetônico luso-brasileiro já era tombada em instância municipal. Além disso, o autor ainda acreditava prevalecer o desejo da municipalidade em proteger a integridade do sítio urbano.

Nota-se que a requisição de Mauro Candemil procurava subestimar o valor patrimonial do imóvel e apontar seu arruinamento como um risco à segurança dos pedestres e um mau investimento do orçamento público como forma de justificar sua demolição, mas, por fim, seu pedido de impugnação servira como um instrumento de barganha para que a prefeitura se prontificasse ao auxílio financeiro necessário para o restauro da casa, como de fato ocorreu. Nas palavras do próprio proprietário, em jornal regional: “entrei na justiça pedindo a demolição da casa da minha família, porque não podia restaurar. E se alguma parede caísse e atingisse alguém, eu seria o responsável. Só quis me precaver”. (CANDEMIL, Mauro apud O ESTADO, 6 jul. 1995, n.p).[99]

[99] Durante o processo de negociação para doação do imóvel para o IPHAN, também afirma: “eles têm que fazer a restauração para tornar a casa como ela era antes. Devem adotar todos os procedimentos que exigiram de mim e que não executei por falta de recursos”. (CANDEMIL, Mauro apud O ESTADO, 6 jul. 1995, n.p.), identificando assim um sentimento de revanchismo pelo tombamento (a ser melhor discutido no capítulo seguinte).

O imóvel continuaria em estado de deterioração até 1997, quando a família Candemil o doou ao IPHAN. Essa edificação seria então restaurada e inaugurada em 1998 sob o nome de Casa Candemil, abrigando o arquivo público municipal, sob administração da Prefeitura de Laguna[100].

2.2.4.2 O parecer do Conselho Consultivo

A defesa do tombamento do centro de Laguna pelo conselheiro Alcídio Mafra de Souza[101], diretor do Museu Nacional de Belas Artes, durante a 111ª reunião do conselho, caracteriza-se pela sua relação afetiva com a cidade.

> Laguna é, para mim, parafraseando Drummond, mais que a fotografia numa parede de minha casa e que me encantou a infância. Berço de antepassados, por linhagem materna, sua imagem acabou por tornar-se intima; confundir-se, mesmo com o que fui e, até certo ponto, sou. Guardo até hoje – marca que ficou em carinhosa lembrança – a primeira visão que dela tive [...]. (SOUZA In: IPHAN, 1984, p. 69).

Em sua manifestação visual (“visão”, “fotografia”), a paisagem de Laguna seria significada pelo autor por um valor afetivo envolvido de sentimentos de nostalgia, intimidade, ternura materna, herança dos antepassados, identidade e pertencimento. Essa paisagem seria “esculpida” a cada acréscimo, formando um “todo integrado”, onde edifícios de diferentes séculos coexistem de forma harmônica, em uma relação equilibrada com a natureza.

Em determinado momento, Souza confere uma compreensão de valor artístico ao conjunto urbano não apreciado por outros técnicos: “Laguna, além de um fato da natureza é, também uma obra de arte consciente dos que lá habitaram e habitam e encerra, em sua tessitura urbana, outras obras de arte mais simples, mais pessoais. (SOUZA In: IPHAN, 1984, p.70-71)”.

Essa compreensão será desenvolvida quando Souza retorna aos primórdios da localidade, desde a exploração da região por navegantes como Binot Paulmier de Gonneville (1505), catequistas como Fernão Cardim (1605), Antônio de Araújo e João de Almeida (1622) até a fundação da cidade pelo bandeirante Domingo de Brito Peixoto, quando “se instala a póvoa mais importante do litoral sul do Brasil, Santo Antônio dos Anjos da Laguna” (SOUZA In: IPHAN, 1984, p.70), que se transformaria em uma cidade, graças à necessidade social e à capacidade de criação de seus habitantes.

---

[100] Durante o período de escrita dessA dissertação, a Casa Candemil passava por um novo restauro pelo IPHAN.

[101] Alcídio Mafra de Souza (1925-?), formado na Escola Nacional de Belas Artes pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, com pós-graduações em Educação Artística na Universidade de Havard (Estados Unidos). Atuou profissionalmente na imprensa e como professor universitário dirigindo uma série de instituições como o Museu Nacional de Belas Artes e a Sociedade Brasileira de Educação e Arte.

Alcídio Mafra de Souza retomaria a discussão sobre o tombamento de Laguna em 1992. No livro "Guia dos Bens Tombados: Santa Catarina" (SOUZA, 1992), Souza dedica seis páginas sobre o referido tombamento, entre as quais, quatro são dedicadas[102] ao histórico do município, que abarcam: desde sua elevação à condição de vila, efeitos da colonização do sul e lutas pela colônia de Sacramento na cidade, início do comércio de gado, a construção da Casa de Câmara e Cadeia, a proclamação da República Juliana.

Vale destacar o heroísmo que o autor confere ao bandeirante fundador da cidade Domingos de Brito Peixoto e ao seu filho Francisco de Brito Peixoto, um Capitão-Mor fortemente atuante na colonização do território rio-grandense, que falecera "pobre, amargurado e desamparado pela Coroa, à qual tudo dera a fortuna e também a vida". (SOUZA, 1992, p. 102). Nesse ponto, podem-se compreender quais seriam os valores dos primeiros habitantes citados no parecer, que se encontrariam expressos no conjunto urbano.

> Tricentenária já, da Laguna daqueles tempos heroicos, ficou, imensa, a glória de ter sido a póvoa pioneira que no extremo do sul do País amparava e assistia, com bravura e sacrifício de sua gente, a afirmação da política uti possidetis perseguida pela Coroa Lusitana. (SOUZA, 1992, p. 99).

Na publicação de 1992, Souza procurava reafirmar a índole fiel, heroica e sofredora do povo lagunense, cuja cidade era despovoada para atender empreitadas militares no sul do Brasil. Esses feitos heroicos se sucederiam com a República Juliana, "epopeia" da qual "restaram a glória e José e Anita Garibaldi" (SOUZA, 1992, p. 102), em que Anita Garibaldi atuaria como "mãe extremosa e indômita guerreira". (SOUZA, 1992, p. 99). Souza também menciona o edifício da Casa de Câmara e Cadeia, onde lá ocorrera a proclamação da república, além de tratar-se de "um atestado eloquente da importância de Laguna no ciclo da colonização portuguesa da América". (SOUZA, 1992, p. 102). Nota-se que o autor se utiliza de um discurso memorialístico similar ao manifestado pela municipalidade no tombamento da Casa de Câmara e Cadeia em 1953. Excepcionalmente, o autor dedica uma parte significativa na descrição e histórico detalhados da Igreja Matriz de Santo Antônio dos Anjos, edificação que não fora citada durante todo o processo de tombamento, assim como o Sambaqui da Carniça como o "grande elefante branco" que atestava a importância do sítio desde tempos imemoriais.

[102]As últimas páginas do texto são dedicadas às peculiaridades urbanísticas e arquitetônicas da cidade em comparação ao modelo "partido geral" adaptado ao século XVIII e às características em comum com as primeiras cidades brasileiras, como a localização da igreja matriz e do paço em pontos diferentes, junto as praças e lagos irregulares. A partir disso, reproduz a análise da tipológica em formato de "T" de Franco e, por fim, reitera as compreensões do arquiteto: em que Laguna seria um documento que retrataria uma continuidade da evolução histórica local, contando com poucos elementos conflitantes.

Tais argumentações feitas por Souza na década de 1990 permitem melhor compreender seu parecer perante o conselho consultivo, quando afirma que em Laguna os hábitos e valores desses primeiros povoadores seriam apropriados através do caráter de cada geração subsequente e também seriam refletidos na forma urbana da cidade, a qual, por sua vez, influenciaria a mentalidade dos habitantes no percurso da história. O parecer do conselheiro não possui referências bibliográficas ou notas de rodapé, como os de Franco e Chuva. Souza somente menciona um livro durante o seu texto, o livro Cultura das Cidades, do historiador urbano Lewis Mumford, a fim de justificar que a mente humana daria forma a cidade e, ao mesmo tempo, moldaria as formas de pensar de seus habitantes. Dessa maneira, haveria uma relação dialógica entre o homem e o espaço, sendo que a cidade seria o registro da uma cultura e de um tempo.

> [...] Assim, uma cidade tanto pode ser uma comodidade física para a existência comunitária como também, símbolo dos propósitos individuais e coletivos que surgem em determinadas condições e em determinado tempo, e realizados através do domínio do concreto e visível sobre o espaço. (SOUZA In: IPHAN, 1984, p.71).

Dessa forma, o valor artístico deve-se ao que o autor aponta como a capacidade de criação dos habitantes ao expressar sua cultura sobre o espaço. Até então essas transformações ocorreram sem que a cidade perdesse sua forma original, mantendo uma identidade arquitetônica própria, que se verificaria através do levantamento dos alunos de arquitetura da UFSC. (SOUZA, op. cit.). Apesar de reconhecer que o referido conjunto arquitetônico não condizia com um exemplar característico de sua época sob escopo nacional, Souza defende que seria justamente pelo que lhe é particular que a cidade poderia ser considerada uma amostra significativa de uma cultura, uma vez que suas diferenças do contexto deixariam transparecer suas tipicidades e limitações de sua criação, na qual épocas distintas convivem como uma herança ativa do passado.

O autor destaca que Laguna estaria ameaçada de perder o valor simbólico “dessa arte e dessa ordem”: quando ameaçada pela “ambição do lucro e poder” passa a ter maior importância que os “valores humanos”. (SOUZA In: IPHAN, 1984, p.71).

> [...] quando esse futuro – a própria vida – se sente ameaçado de sufocação é que neste ponto, em gesto claro de defesa, o homem, que, camada após camada conservou sua cidade eras pretéritas, não vê outra saída senão [sic] transformá-la em museu, para que, como organismo vivo, fruto do dinamismo das expressões culturais daquelas mesmas épocas passadas, possa continuar a viver e exprimir cultura. (SOUZA In: IPHAN, 1984, p.73).

Por fim, conclui o texto com um parecer favorável ao tombamento.

Vale notar a escolha de palavras do autor, quando considera o tombamento como uma forma de transformar o centro de Laguna em um "museu". Apesar de Souza não desenvolver tal arguição, acredita-se que, em razão de seu papel como diretor do Museu Nacional de Belas Artes e por sua formação no exterior, o autor estaria se embasando em discussões propostas pela Nova Museologia (ou museologia social), a partir da década de 1970. Essa corrente propunha uma revisão do papel do museu "tradicional" para um escopo mais abrangente, no qual o museu não seria uma estrutura fixa, mas sim, um processo vivo construído através da participação população local; não restrito ao seu espaço edificado, mas abarcando todo o território da comunidade, tendo em vista o desenvolvimento local, dando origem aos chamados "ecomuseus" ou "museus comunitários". (CHAGAS, 1996; VARINE, 2014). Portanto, percebe-se que, a partir de Alcides Mafra de Souza, pode-se compreender outro tipo de apropriação e gestão do espaço através do tombamento, que se aproxima de um viés próximo à antropologia cultural e aos estudos de cultura material.

2.3 RESSONÂNCIA NO CAMPO DO PATRIMÔNIO

Concluído o processo, o conjunto urbano referente ao centro de Laguna seria inscrito no Livro do Tombo Arqueológico Etnográfico e Paisagístico (nº20, fls 39), em 25/04/1985; e no Livro Histórico (nº500, fls 89), em 25/12/1985.

A historiadora Márcia Chuva percebe a existência de dois principais paradigmas norteadores das pesquisas e estudos no campo do patrimônio cultural. (CHUVA, 2015). O primeiro acompanharia as primeiras décadas do Instituto e partiria do princípio que os bens possuíam valores imanentes, de caráter artístico, a-históricos, os quais cabiam aos técnicos desvelá-los. O segundo paradigma, que se destacaria a partir dos anos 1980, compreenderia o valor do bem como algo atribuído e transitório, dessa forma, os estudos de tombamento ampliariam a busca por excepcionalidade sob um viés histórico, a fim de

> [...] a investigar os processos de produção, uso e transformação desses bens no tempo e propôs sua proteção como fontes para a investigação, isto é, como documentos históricos a serem preservados para a fruição, mas, principalmente, para a produção de conhecimento sobre a história do Brasil. (CHUVA, 2015, p. 14).

A partir disso, aos modos de uma "historiografia da arquitetura brasileira"[103], seriam identificados e reabilitados exemplares representativos de tipologias arquitetônicas de diferentes momentos da história nacional. Os bens seriam entendidos enquanto peças

[103] Márcia Chuva resgata a expressão da arquiteta Dora Alcântara, diretora do DTC. (CHUVA, s/d).

significativas da história do Brasil e as cidades patrimonializadas tomariam lugar enquanto documentos sobre ocupação do território nacional (CHUVA, 2015).

A arquiteta Marcia Sant'Anna também elucida essa mudança na compreensão da cidade como patrimônio pautada por dois discursos estéticos e historiográficos, que sumarizariam dois surtos de tombamentos da história do IPHAN. O primeiro surto giraria em torno de uma ideia de "cidade-monumento", baseada em um entendimento característico dos primeiros tombamentos de conjuntos urbanos entre 1937-1950, realizados durante a gestão de Rodrigo Mello Franco de Andrade, em que seriam procurados conjuntos urbanos dotados de valor artístico (de acordo com os ideais modernistas), íntegros e estilisticamente homogêneos de arquitetura representativa da colonização portuguesa dos séculos XVII e XVIII. (SANT'ANNA, 2014).[104]

O segundo surto, concentrado nos anos 1980, seria demarcado por novos tombamentos distribuídos pelo território nacional, especialmente no Sul e Centro-oeste. Isso ocorre em face de uma revisão crítica nos procedimentos e critérios de instrução e seleção de conjuntos urbanos, nos quais se sobressaem os valores históricos sobre os estéticos, em que a busca da homogeneidade estilística e tipológica e antigos critérios de excepcionalidade são deixados em segundo plano e referenciais arquitetônicos consagrados dão uma abertura para um leque de outros estilos.

> De cidade-monumento, relíquia e paradigma da civilização material que a nação brasileira foi capaz de construir, a área urbana-patrimônio passou a cidade documento, objeto rico em informações sobre a vida e organização social do povo brasileiro nas várias fases de sua história, como já definia Rodrigo de Melo Franco de Andrade[105] no final de sua vida. (SANT'ANNA, 2014, p. 301).

Nesse sentido, o tombamento do Centro Histórico de Laguna pode ser incluído no que Marcia Sant'Anna denomina de "ações exemplos", em que técnicos favoráveis dessa nova forma de pensar o patrimônio procuravam defender tombamentos representativos desse entendimento, como forma de

> [...] abrir caminho e construir um precedente capaz de pôr em xeque e em crise os critérios usuais de seleção e valoração de bens culturais, chamando a atenção para a necessidade de outros saberes e conteúdos disciplinares nessa questão. (SANT'ANNA, 2014, p. 269).

---

[104] Apesar do livro da autora ser publicado em 2014, vale mencionar que ele é produto de sua dissertação de mestrado, defendida em 1995, com base em pesquisas realizadas no período.

[105] Sant'anna identifica no último artigo de Andrade uma compreensão do sítio histórico como representativo para a compreensão de um povo em um determinado momento de sua "evolução". A instrução técnica de Franco procurará estender essa fase para o processo de formação histórica da localidade como um todo.

Sob esse intuito, ocorreriam os tombamentos do Terreiro da Casa Branca, Presépio do Piripau (MG) e Fábrica de Vinhos de Cajú Tito e Silva (PB). Ao mesmo modo, o tombamento do Centro Histórico de Laguna (SC), enquanto um exemplar de cidade documento abriria precedentes para tombamentos dos conjuntos urbanos enquanto documentos informativos sobre a história urbana e ocupação do território nacional. Seriam com casos de: Natividade (TO), São Francisco do Sul (SC), Cuiabá (MT), Pirenópolis (GO), Corumbá (MS), Paranaguá (PR), do Morro da Conceição e a Praça XV de Novembro (Rio de Janeiro, RJ), etc. Todavia, critica-se que o revisionismo conceitual ocorrido a partir desses tombamentos de conjuntos urbanos não conseguiu constituir uma metodologia de análise ou consolidar critérios de intervenção condizentes com a quebra de paradigmas proposta pela cidade-documento. (SANT'ANNA, 2014).

Nascimento (2016) compara a compreensão de documento de Franco ao conceito de "documento/monumento" do historiador Jacques Le Goff (pertencente à terceira geração dos *Annales*). De acordo com o autor, o documento deveria ser entendido como um monumento, a fim de desmistificar seu *status* de verdade e entendê-lo como "montagem" voluntária (ou não) de uma época, podendo ser enganoso ou mesmo manipulado. Por isso, seria necessário "desmontá-lo", para investigar as formas como esses documentos são produzidos e atuariam como um instrumento de poder (LE GOFF, 1996), assim como, seu "papel de rememoração no presente". (NASCIMENTO, 2016, p. 140). A corrente historiográfica a qual se filia Le Goff seria defensora de uma ampliação do conceito de documento, que não se restringiria ao texto escrito, mas abarcaria tudo o que serviria, expressaria e dependeria do homem. O próprio historiador seria contemporâneo de uma "revolução documental", que se utilizaria de fontes seriais, quantitativas e qualitativas, com o aporte de inovações tecnológicas. Do mesmo modo, Nascimento considera que Franco, ao entender a cidade de Laguna como um documento, se integraria a essas novas compreensões (NASCIMENTO, 2016). Nas palavras de Franco:

> Tradicionalmente orientado no sentido de considerar a documentação escrita, iconográfica ou cartográfica como matéria prima o suficiente para construir representações, o historiador vê agora, irromper em seu campo disciplinar documentos trazidos à luz por estudos urbanos, geográficos, arqueológicos ou antropológicos cujos signos ele se prepara para decifrar [...] Como deveria agora se chamar a fonte de informação que está ainda inscrita sobre o solo? A forma modificada da paisagem é só o testemunho e não o próprio processo e, ao mesmo tempo, não foi filtrado pela subjetividade individual do cronista, do desenhista, ou do cartógrafo. (IPHAN, 1986, p. 12).

Flávia Brito Nascimento, arquiteta, enfatiza que para Franco, o tombamento de Laguna preservaria "o documento para ouso como fonte às gerações futuras" (NASCIMENTO, 2016, p. 140). Seu estudo possuiria o potencial de enriquecer a discussão teórica na arquitetura, assim como fomentar novas práticas preservacionistas.

> Tais conceitos foram uma novidade significativa na história do patrimônio brasileiro. Mas, para além disso, foram uma ampliação da compreensão do documento, conforme pensada pelos *Annales*, no campo alargado da escrita da história. Uma potencialidade de compreensão da cultura material que ainda está à espera de mais desdobramentos e utilizações. A importância do trabalho de Laguna transcende, portanto, os limites do pensamento social e das políticas de preservação no Brasil. (NASCIMENTO, 2016, p. 140).

Nesse sentido, a autora defende a necessidade de estudar a cidade e a arquitetura sob a perspectiva da apropriação social do homem, sendo que para isso seria imprescindível aos arquitetos evitarem estudos encerrados no imediatismo dos imóveis estudados no presente momento e apreenderem sua passagem temporal entre concepção, construção e transformações sob uma perspectiva de história guiada a partir de problemas, e aos historiadores dedicarem maior atenção em desenvolver o uso da cultura material e visual como fonte histórica.

Dessa forma, essas estudiosas acordariam que o tombamento do Centro Histórico de Laguna (SC) seria um marco institucional representativo de um novo entendimento sobre o patrimônio urbano. Para além de um monumento evocativo de outra época, esse conjunto urbano seria compreendido enquanto um documento, ao qual poderia ser analisado, a partir de critérios científicos, como uma fonte para estudo da história de ocupação do território nacional. Durante o processo de tombamento isso pode ser identificado, seja sob a perspectiva: da história urbana do país, através do processo de ocupação do espaço geográfico e de seu papel de expansão das fronteiras meridionais (Franco); do processo histórico da formação da sociedade sulina (por Chuva); da cultura de seus antigos habitantes (Souza). A partir disso, o próximo capítulo procurará refletir sobre as repercussões desse valor patrimonial, apreendido por um discurso técnico e intelectual, com relação aos usuários desse mesmo espaço urbano.

3. LAGUNA COMO UM PATRIMÔNIO SENTIDO E RESSENTIDO: LEITURAS SOBRE A CIDADE-DOCUMENTO POR SEUS PRATICANTES

3.1 REAÇÕES PÓS-TOMBAMENTO

Após a deliberação favorável do conselho consultivo (27/11/1984) em relação ao tombamento do conjunto urbano, o Boletim do SPHAN/Pró-memória cita a importância em conjunto com sua paisagem enquanto testemunho histórico, do povoamento e desenvolvimento do sul do Brasil e exploração do carvão, que preservou suas características primitivas em um "tecido urbano homogêneo" pontuado de "arquiteturas exemplares". (IPHAN, 1984, p. 16-17). Também são remetidos ao IPHAN ofícios do Instituto Histórico Geográfico de Santa Catarina e do Governo do Estado de Santa Catarina congratulando a decisão do conselho, assim como favorável ao tombamento da coleção arqueológica de Alfredo Rohr. O então governador Esperidião Amin (PDS, 1983-1987) salienta que o tombamento do centro histórico de Laguna viria

> respaldar a velha aspiração das elites intelectuais daquele município e do Conselho de Cultura deste estado, que, em várias oportunidades, haviam manifestado tal desejo aos organismos do governo da União responsáveis pela defesa do patrimônio histórico e artístico nacional. (AMIN In: IPHAN, 1984, p. 90).

Durante a pesquisa não foi encontrado em tempo hábil documentação que melhor elucidasse quais foram essas várias tentativas as quais o governador se refere, além das explicitadas nos capítulos anteriores. Vale notar que o tombamento do centro histórico de Laguna, assim como ocorrera no da antiga Casa de Câmara e Cadeia, viria a ser associada uma condecoração auferida em um campo erudito e que ilustraria o status conquistado pelo IPHAN enquanto referência superior no campo do patrimônio, construída desde a fase heroica. Isso se nota na insistência de uma compreensão de patrimônio instituído na referida fase, anunciando que o conjunto urbano seria tombado como monumento nacional pelo conjunto homogêneo colonial "açoriano" ou barroco, ou seja, pouco cientes das atribuições de valor compreendidas no próprio processo de tombamento.

Apesar disso, a cidade seria louvada na imprensa como a primeira cidade do sul do Brasil a ser tombada, o maior acervo histórico e cultural do Sul do Estado ou como referencial turístico, assim como a importância do tombamento na luta contra a especulação imobiliária. O representante do IPHAN em Santa Catarina, o arquiteto Dalmo Vieira Filho, assumiria um papel de destaque enquanto porta-voz do Instituto, que mencionaria o mérito do tombamento

para o reconhecimento do patrimônio cultural de Santa Catarina, a relevância da cidade para a história do sul do Brasil e sua vocação turística e cultural: “mais do que a importância puramente arquitetônica da maioria das casas, foi esta conjunção de aspectos paisagísticos, urbanísticos e históricos, que reflete uma cultura específica, que prevalece para o tombamento”. (VIEIRA apud O ESTADO DE SÃO PAULO, 20 mar. 1985). Para o arquiteto, o tombamento permitiria à cidade um crescimento ordenado, com enfoque no turismo, através da implementação de espaços culturais (como na edificação da Sociedade Recreativa União Operária) e de um Centro Regional de Artesanato na cidade (casa nº 10 da Rua Barão do Rio Branco). (JORNAL DE SANTA CATARINA, 28 nov. 1984), uma compreensão de gestão do patrimônio semelhante com a defendida no TCC arquitetura da UFSC citado no capítulo anterior.

Um dia após a reunião do conselho consultivo, o Conselho Municipal de Cultura da Laguna coordenou uma reunião extraordinária contando com a participação da UFSC, FCC, SPHAN e a Secretaria Municipal do Esporte, Cultura e Turismo. Seu objetivo seria discutir os próximos passos do tombamento e sobre o envio de aporte financeiro por parte da União. Como seria anunciado pelos jornais, “agora será fácil obter recursos” (O ESTADO, 15 nov. 1984, n.p.) ou “agora só falta a chegada de recursos para garantir a preservação”. (JORNAL DE SANTA CATARINA, 29 nov. 1984, n.p.).

Identifica-se um desejo antigo do Estado e Município, verificável desde a administração de Venâncio Luiz Vieira (ver capítulo 1), em Laguna ser incluída entre as cidades históricas que receberiam grandes recursos federais para a preservação, por programas como o PCH. Porém, o Programa das Cidades Históricas passaria por um momento de declínio no final dos anos 1980, devido à dificuldade econômica em que o país se encontrava e a sua falta de compatibilidade com o novo enfoque do Instituto em focar-senos problemas urbanos e sociais, ao invés de investimento turístico. Alguns jornais da época do tombamento também noticiavam erroneamente que o governo federal concederia aos moradores do centro histórico a renúncia fiscal do imposto de renda. (O ESTADO, 15 nov. 1984).

Acredito que essas desinformações precipitadas, causariam uma série de mal-entendidos que seguiriam e uma compreensão local de que uma vez tombada o IPHAN se tornaria responsável, ou mesmo obrigado, em oferecer recursos e restauros à comunidade. Visto que em poucos meses do tombamento, os jornais locais já mencionavam que os moradores se encontravam em estado de abandono, sem incentivos fiscais ou recursos governamentais, o que viria a ser repercutido em uma sequência de pedidos de retirada de tombamento que se seguiriam.

3.1.1 Os pedidos de retirada de tombamento

O primeiro indício documental encontrado de um movimento organizado de setores da sociedade lagunense contra o tombamento do Centro Histórico trata-se de um ofício[106] assinado em 03/10/1984 pelos representantes da Associação Comercial e Industrial da Laguna (ACIL), da loja maçônica Fraternidade Lagunense[107] e do Rotary Club da Laguna encaminhado à presidência da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. O apelo seria encaminhado no momento em que os estudos da DTC ainda estavam sendo concluídos.

A carta argumenta que, caso aprovado, o tombamento seria um elemento dificultador na construção de novos edifícios comerciais ou residenciais, o que teria como efeito "estrangular" o progresso da cidade. Também, critica a amplitude da área a ser acautelada, uma vez que seu aspecto arquitetônico já se encontraria "desfigurado", e, por isso, recomendam o tombamento de imóveis pontuais com características históricas e arquitetônicas aproveitáveis para exploração turística. Além disso, aponta que o tombamento seria o desejo de apenas alguns órgãos e grupos (não identificados no documento), os quais não contavam com o apoio da maioria população, que nem ao menos teria sido consultada sobre a decisão. Ademais, não reconhecem a eficácia do instrumento legal do tombamento, citando como exemplo a existência de imóveis tombados municipalmente em estado de arruinamento.

Sem sucesso, a Associação Comercial e Industrial da Laguna (ACL) insistiria com a prefeitura municipal, encaminhando um abaixo-assinado contendo aproximadamente cem assinaturas de comerciantes. Esse ofíciode17/11/1984 poderia ser entendido como um pedido de impugnação, uma vez que foi escrito em prazo hábil para tal, porém, o pedido só chegaria ao IPHAN dois meses após 23/01/1985.

A administração municipal também não acatara a requisição e, poucos dias após, encaminha ao IPHAN uma nota oficial assinada pelo prefeito de Laguna e dez vereadores, juntamente com a Câmara de vereadores, declarando que os poderes executivo e legislativo municipais não iriam entrar com pedidos de impugnação do processo de tombamento, manifestando solidariedade ao trabalho do IPHAN e manifestando concordância com uma

[106] O ofício mencionado não se encontra anexado no processo de tombamento, mas uma cópia foi encontrada no arquivo pessoal do morador Munir Soares de Souza, na época secretário municipal do esporte, cultura e turismo. Em entrevista, Souza também menciona a atuação contrária ao tombamento por lideranças do centro espírita local. (SOUZA, 2018). De todo modo, acredito que a Assembleia Legislativa de Santa Catarina não acatara esse pedido e repassara ao IPHAN, uma vez que não é mencionado no transcorrer do processo de tombamento.

[107]Integrante da maçonaria entrevistado não mostrou conhecimento do referido documento, dizendo que os membros eram divididos quanto ao tombamento, sendo que a loja maçônica em questão nunca teria se manifestado oficialmente contra ou a favor. Também lembra a atuação de maçons a favor do tombamento, como o caso do então presidente da Fundação Lagunense de Cultura, Salum Jorge Nacif. (SPILLERE, 2018).

proposta do Instituto em estabelecer uma parceria para a formação de uma comissão[108] de representantes locais para estudos de regulamentação do conjunto urbano, além de comentar a proposta da prefeitura para utilização de casas e prédios históricos por órgãos públicos do Governo do Estado.

Finalmente, a Associação encaminharia o abaixo-assinado ao IPHAN por intermédio do deputado federal (e lagunense) Adhemar Guisi (PDS), que manifesta seu apoio à moção. A contestação dos comerciantes possui pontos em comum com a encaminhada para a Assembleia Legislativa Estadual. A queixa não seria sobre o valor do tombamento em si,mas contra a abrangência da área delimitada: "[...] não somos e nunca fomos contra a preservação de nosso patrimônio histórico, pois todos temos orgulho do nosso passado, mas há de considerar o que, de fato, deva ser tombado e não generalizar sua abrangência". (ACIL apud IPHAN, 1984, p. 94).

Dizendo representar a opinião da maioria dos lagunenses, os lojistas argumentavam que a área tombada deveria ser escolhida de maneira mais criteriosa a fim de contemplar somente os imóveis "que, pela sua natureza não deixem dúvida quanto à sua preservação e restauração" (ACIL in IPHAN, 1984, p. 94), o que se entende por edificações que se pautassem por um caráter de excepcionalidade ou de monumentalidade. De acordo com os comerciantes, um tombamento que contemplasse a totalidade do centro, representaria um grande empecilho ao desenvolvimento de Laguna e um ato de omissão às gerações futuras, pois a tornaria uma cidade "estacionária", a exemplo de Olinda (RE) e Alcântara (MA).

Vale notar que, apesar da saída do porto do centro (na década de 1950), essa antiga área portuária ainda contava com a significativa presença de estabelecimentos comerciais, sendo que a Associação Comercial seria uma entidade tradicional fundada em 1923, momento em que a economia do porto encontraria seu auge através do escoamento do carvão produzido em Lauro Mueller (SC) e Criciúma (SC). Com a crescente perda da hegemonia do porto de Laguna (SC) no escoamento do carvão para o construído na região da atual cidade de Imbituba (SC) (1920), a cidade entraria em uma fase de paulatino declínio econômico. Acredito que, a partir de então, os comerciantes da antiga área portuária da cidade se veriam em uma luta de sobrevivência contra a estagnação econômica da cidade, algo que, de acordo com eles, só seria recuperado através da "modernização" da Laguna.

[108]A comissão a qual se referiam seria criada através do decreto municipal 06/1985 intitulada, Comissão do Patrimônio Histórico e Artístico do Município de Laguna, contando com representantes regionais do SPHAN, Fundação Catarinense de Cultura, além de dezoito cidadãos, incluindo o ex-prefeito Mário José Remor. (citado no capítulo 1).

Nesse sentido, o tombamento do Centro Histórico representaria uma ameaça para esse projeto e, por isso, esses comerciantes, ainda muito influentes, se mobilizariam contrariamente e defenderiam uma valorização de um patrimônio "monumental", em que selecionariam somente as edificações mais icônicas. Essa proposição seria mais conveniente aos empreendedores, por sua vez, teriam uma maior liberdade de ação para a execução e investimento de seus projetos para o centro histórico.

O requerimento da classe comerciante seria recebido pelo subsecretário do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Irapoan Cavalcanti de Lyra que, por sua vez, remeteu ao diretor da regional competente, Júlio Nicolau Barros de Curtis para os devidos apontamentos. Curtis se colocaria contra a petição, apontando os seguintes fatores: que o processo de tombamento teria partido de pedido do prefeito da cidade, o qual se declarara incapacitado em conter a "descaracterização" de "um dos mais importantes centros históricos do sul do país" (CURTIS apud IPHAN, 1984, p. 99), além disso, salienta que a decisão partiu da concordância de quantidade significativa de intelectuais do Instituto (os quais lista no ofício). Como forma de se contrapor às críticas de que o tombamento não seria pautado por critérios de excepcionalidade, manifesta que, apesar da ausência de "monumentos", a escolha do sítio tombado não teria sido feita a esmo, uma vez que se optou em conferir valor ao conjunto urbano que retrataria a identidade de cidade. Em conclusão, cita o artigo dezoito do decreto-lei 25/1937, para ressaltar que os imóveis com "arquitetura de acompanhamento" ou "residual" ainda seriam passíveis de ser reformados, desde que com autorização do IPHAN, algo que o autor considera necessário, visto que interfeririam na preservação das edificações "qualificadas", tendo em vista a preservação paisagística.

Com base nessa instrução, o subsecretário encaminha o ofício de Curtis ao deputado Adhemar Guisi, juntamente com o parecer do conselheiro Alcídio Mafra de Souza (ver capítulo 2), a carta de congratulação do governador Esperidião Amin e a nota oficial da prefeitura, como forma de prestar esclarecimentos e demonstrar que o tombamento contava com o apoio das instâncias da administração estadual e municipal.

Dessa forma seguiria a homologação do tombamento pelo secretário da cultura Marcos Vilaça e da Ministra da Educação e Cultura Esther de Figueiredo Ferraz (em 08/03/1985), sendo assim encaminhado ao DTC, a fim de inscrevê-lo no livro do tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico (realizado em 25/04/1985) e, posteriormente, à assessoria jurídica para a devida publicização. Além disso, a assessoria consulta sobre a possibilidade de inscrição do sítio no livro Histórico, uma vez que identificara no processo o cumprimento de quesitos para tais, mas

esse trâmite se prolongaria juntamente com a comunicação do tombamento definitivo, abrindo oportunidades para novos pedidos de retirada de tombamento.

No final de 1985, a assessora jurídica Tereza Beatriz da Rosa Miguel encaminhou comunicado interno à DTC pedindo urgência na inscrição do conjunto urbano no livro de tombo histórico, necessária para a publicação do edital de tombamento definitivo e acudir "a uma série de manifestações populares contrárias à iniciativa de preservar o conjunto". (MIGUEL apud IPHAN,1984, n.p). A funcionária se referia a outros dois pedidos de retirada de tombamento encaminhados no transcorrer do ano, a serem abordados a seguir.

O primeiro dessa segunda leva (de 06/08/1985) seria redigido e assinado por um grupo de pessoas que se identificariam como "a Sociedade Lagunense", ou em alguns pontos o "povo lagunense", reunindo um total de vinte e quatro assinaturas entre as quais estariam identificados; membros do poder judiciário (como juiz de direito da comarca, promotor de justiça, secretário do foro municipal, assessor jurídico da Prefeitura Municipal), vereadores; representantes regionais da OAB (SC), do Rotary Club, do PMDB, da delegacia regional de polícia, e, novamente, da Associação Comercial Lagunense. Uma comissão foi destacada para viajar para Brasília (DF) (a qual incluiria o prefeito de Laguna), com a finalidade de entregar a petição em mãos ao então presidente da república José Sarney, além disso, outra cópia seria remetida ao Ministro da Cultura Aloísio Pimenta.

Esse novo abaixo assinado iniciaria com críticas a uma "unilateralidade" da decisão do IPHAN e o fato do edital de tombamento provisório não ter sido publicado em jornais da cidade. O próprio Decreto-Lei nº 25/1937 seria alvo de críticas, ao ser considerado "violento" e elaborado no auge de uma ditadura, não admitindo a consulta da população, contrariando o direito de propriedade e impondo desvalorização de imóveis, estagnação e empobrecimento.

Em seguida, anunciaria que "os abaixo assinados não defendem o tombamento do centro da cidade, área descrita pelo edital, por não mais estar ligada ao passado de glórias da cidade". (IPHAN, 1984, n.p.). Os reivindicantes manifestam um reconhecimento sobre a importância histórica de Laguna, apontando o fato de ser uma cidade tricentenária, que participara da Guerra dos Farrapos, além de ser cidade natal de "figuras ilustres" que prestaram serviço a nação, com destaque a Anita Garibaldi.

Apesar disso, identificam apenas dois monumentos da época da Revolução Farroupilha (a Igreja Matriz e a Casa de Câmara e Cadeia, atual Museu Anita Garibaldi), sendo que, apesar de algumas das edificações terem sido construídas no fim do século XVIII, a grande maioria das construções do centro seriam prédios da década de 1930 e do fim do século XX. Além disso, a paisagem natural do centro já teria sido transformada por aterros, os quais já seriam

ocupados por centenas de edificações. Para os requerentes, as edificações do centro de Laguna, em nada difeririam das demais cidades "açorianas"[109].

> [...] no que tange à arquitetura, há centenas de cidade brasileiras iguais, como já dissemos, sendo que Laguna sempre foi pobre e nunca teve um apogeu que justificasse a edificação de solares, e que as casas e conjuntos que efetivamente merecem ser preservadas, são minorias e já fazem parte do acervo histórico municipal. (IPHAN, 1984, n.p.).

Em seguida apontam o declínio econômico que a cidade de Laguna tinha passado desde a paralisação do porto carvoeiro e o pouco rendimento do pesqueiro, dificuldade para a industrialização e incentivo à indústria privada, por isso dependendo cada vez mais de "favores" do poder público. Para os autores, essa situação:

> [...] levou certos setores locais, sem aval da população, a solicitar a vinda do SPHAN na esperança de que para cá fossem canalizadas verbas na restauração de algumas casas no centro da cidade, dando emprego a dezenas de operários. Ocorre que o dinheiro não veio, nem deve vir [...]. (IPHAN, 1984, n.p.).

Para os autores isso ocorreria porque, em face aos problemas econômicos nos quais o país se encontrava, o governo não veria sentido em desperdiçar "investindo milhões de cruzeiros naquilo que não tiver significado histórico, nem estético". (IPHAN, 1984, n.p.), como seria o caso do conjunto urbano tombado.

Eles acusavam que tombamento viria a desejo de alguns cidadãos aproveitadores e improdutivos, almejando enriquecimento pessoal. Mencionavam que essas pessoas promoveram um abaixo assinado[110] requisitando o tombamento, contanto com assinaturas de crianças e turistas, além de pessoas "esclarecidas" e bem-intencionadas, porém desinformadas sobre o real impacto do tombamento, mas que agora estariam cientes do erro. Também o tombamento já traria uma série de prejuízos, como o impedimento de projetos construtivos e a demora para aprovação de obras, utilizando critérios que considerariam arbitrários e que as demoras para aprovação de obras trariam prejuízos aos investidores devido a crescente inflação. Nesse sentido, pediam que tornassem o edital de tombamento provisório sem efeito para que o município mantivesse sua autonomia e para que o governo evitasse desperdício "naquilo que

[109] Ao usarem essa expressão, acredito que estivessem se referindo aos demais municípios do litoral catarinense povoados por açorianos entre o começo de 1748 e 1756, ou mesmo de forma genérica à colonização portuguesa durante o Brasil colônia.

[110] O referido abaixo-assinado não foi encontrado nos arquivos municipais disponíveis, nos arquivos do IPHAN ou anexos ao processo de tombamento. Os moradores entrevistados também parecem desconhecer a existência do mesmo.

em nada virá contribuir para a grandeza nacional, sepultando além disso as esperanças de um município que há anos vive ávido de progresso". (IPHAN, 1984, n.p.).

Por intermédio do presidente da OAB/SC, o pedido foi encaminhado para averiguação do IPHAN, o qual seria avaliado pelo assessor jurídico Sérgio Esteves Pfaltzgraff, o qual responderia sobre os pedidos de retirada sob um ponto de vista jurídico, em detrimento ao técnico. O jurista argumentou que o pedido de indeferimento do tombamento provisório não foi apresentado em prazo hábil para impugnação, também defendendo que o edital fora amplamente divulgado em jornais de grande divulgação de Santa Catarina e diários oficiais do Estado e da União e, por fim, que o requerimento não poderia ser enquadrado como um pedido de retirada de tombamento por não se enquadrar nos quesitos do decreto-lei nº 3.866/1941, o qual requisitava que o pedido fosse feito de ofício ou por recurso pelo Presidente da República por motivos de interesse público.

Além dos breves comentários, Pfaltzgraff encaminhou uma cópia do abaixo-assinado contendo suas anotações e comentários informais, os quais ajudam a esclarecer o entendimento do setor jurídico do Instituto. Assinalou que um ato administrativo como um tombamento não seria por essência bilateral, que o decreto-lei 25/1937 não teria sido elaborado no auge de uma ditadura, uma vez que a lei já teria sido aprovada alguns dias antes da instauração do regime do Estado Novo (1937-1946) por Getúlio Vargas. Esclarecia que a União não estaria obrigada a repassar recursos, sendo que o dever de conservação recairia aos proprietários dos imóveis, motivo pelo qual seria infundada a acusação de que o tombamento serviria para enriquecimento de grupos interessados da cidade e esse não representaria um "desperdício" à administração federal. Questionou se as pessoas "desinformadas", que antes eram a favor, mas se voltaram contra o tombamento, o fizeram guiados por melhores esclarecimentos ou por interesses pessoais. Ressaltou que o centro de Laguna não seria tombado devido ao seu caráter artístico, pela existência de "solares" ou monumentos, mas, devido à sua relevância paisagística que a diferenciava das demais cidades, conferida pelos órgãos competentes. Por fim, não considerou o desenvolvimento da cidade como algo incompatível com a preservação ou o desejo de "prosperidade" dos requerentes como equivalente à "depredação" do bem cultural.

A segunda manifestação contrária ao tombamento (01/11/1985) analisada pela assessoria jurídica seria redigida pela Câmara de vereadores da Laguna (SC) e encaminhada à diretoria regional do IPHAN, situada em Porto Alegre (RS). Esse requerimento continha a assinaturas de doze vereadores, muitos dos quais, um ano antes, haviam assinado a nota oficial da prefeitura, declarando que a referida câmara não entraria com pedidos de impugnação ao tombamento do centro histórico.

Os autores declararam que a petição estaria de acordo com a "definitiva e irreversível discordância e inaceitação [sic] quanto ao projeto de tombamento" (IPHAN, 1984, n.p.) opinião que diziam ser compartilhada pelo poder executivo municipal e grande parcela da opinião pública em Laguna. Como os pedidos anteriores, acusavam a delimitação da área tombada como muito abrangente, uma vez que o conjunto e grande parte de suas as edificações não possuíam valor histórico, arquitetônico e paisagístico. Também consideravam a ação do IPHAN unilateral e autoritária, não havendo consulta aos órgãos locais e setores da sociedade lagunense, satisfazendo a vontade de uma minoria dos cidadãos interessada para proveito pessoal, assim como dos técnicos do Instituto.

Interpretavam o tombamento como um impedimento ao progresso da cidade, através da proibição de obras, demora para aprovação das obras, dificuldade para o aproveitamento de terrenos baldios e aparente falta de critérios dos técnicos do Instituto, correndo o risco de tornar Laguna uma "cidade fantasma". Declaravam que sempre souberam preservar com asseio sua história e seus vultos históricos, como haviam começado com os tombamentos municipais, de forma que a intervenção federal seria uma afronta, que teria partido de uma minoria contra a própria autonomia do município e sua capacidade em administrar seu patrimônio. Acreditavam que o apoio do Ministério da Cultura e do Governo Federal seria melhor aproveitado com a instalação de cursos universitários "reconhecendo assim a cultura dos lagunenses que há 3 séculos vem escrevendo a história do Brasil, através de seus ilustres, filhos, mas jamais servirem-se do SPHAN para nos tutelar, imbecis despreparados" (IPHAN, 1984, n.p.).

Nota-se uma crescente insatisfação de certos setores da localidade, o que se via refletido no tom cada vez mais agressivo das petições, em que os técnicos do IPHAN são chamados de incompetentes, "alienígenas", "aves de arribação" e "imbecis despreparados" que aprovariam "ridículos monstrengos" ou "verdadeiros monumentos à burrice", trazendo prejuízos à tranquilidade e progresso da cidade. Assim, chegavam ao ponto de declarar o tombamento sem efeito, cujo edital provisório já teria esgotado "sua finalidade e prazo de vida". (IPHAN, 1984, n.p.).

O assessor jurídico Sérgio Esteves Pfaltzgraff novamente teceria breves apontamentos rascunhados sobre a cópia do abaixo assinado. Ainda entendia as intenções de "progresso" de seus autores como atos de depredação voltados a interesses particulares. Quanto às críticas referentes à unilateralidade, utilizava-se da doutrina para salientar que o processo de tombamento se tratava de um ato administrativo do órgão competente, conforme estabelecido por lei de forma discricionária. Também corrigia os autores, apontando que a implementação de cursos universitários na localidade cabia ao Ministério da Educação, e não ao da Cultura.

Esse acúmulo de petições provocaria a assessoria jurídica do IPHAN a pressionar a Divisão de Tombamento e Conservação sobre a inscrição no livro do tombo histórico, para assim proceder com o tombamento definitivo. Assim, em um prazo de poucas semanas, o Secretário do IPHAN, Angelo Oswaldo de Araújo Santos, autorizaria sua inscrição no livro do tombo histórico, sendo esta realizada no fim de dezembro de 1985 (25/12/1985), para no início de janeiro se notificar a prefeitura de Laguna sobre seu tombamento definitivo, divulgado no Diário Oficial da União (17/02/1986), em jornais estaduais (como O Estado, 8 jan. 1986, e Jornal de Santa Catarina, 18/02/1986) e municipais (O Renovador, 18 jan. 1986).

Não houve outras ocorrências de pedidos de retirada de tombamentos registrados no IPHAN desde então. A arquiteta, Márcia Sant'Anna, identifica nos anos 1980 um aumento no número de protestos contrários aos tombamentos de conjuntos urbanos, o que atribui à adoção de notificações de moradores por editais, conferindo maior publicidade e ao mesmo tempo maior comoção entre os habitantes. (SANT'ANNA, 2014). No que diz respeito à Laguna, com a profusão de petições e abaixo-assinados, que ocuparam o período de um ano, podemos identificar um discurso contrário ao de valorização da área tombada construído durante o processo de tombamento.

As petições retratavam setores da sociedade lagunense – entre juristas, representantes do poder executivo, legislativo, corretores de imóveis associações de comerciantes ou clubes de "alta sociedade" –, que seriam extremamente influentes e iriam angariar cada vez mais partidários. Acredito que seriam esses grupos que o prefeito João Gualberto Pereira alertara no início do processo que ameaçavam a preservação do conjunto histórico, ou que Althoff disse que usaram a influência para barrar o tombamento da Casa onde atualmente se situa o Banco Bradesco (ver capítulo 2). Também suponho que a tão criticada ausência de diálogo com a população, seria adiada no início do processo pelo escritório estadual do IPHAN, FCC e alguns funcionários da prefeitura, uma vez que previam uma forte resistência.[111]

Essas reações se intensificariam com a demora do tombamento definitivo e a ausência de um escritório técnico local, o que atrasaria a aprovação das obras e causaria transtorno aos moradores. Além disso, o ineditismo que o tombamento do centro histórico de Laguna significou para IPHAN trouxe novos desafios à política de gestão de áreas tombadas, exigindo critérios de intervenção mais complexos, o que para a comunidade parecia arbitrário e confuso. De fato, o prefeito João Gualberto Pereira, o mesmo prefeito que requisitara o tombamento ao

[111] O pedido oficial de tombamento pelo prefeito seria realizado em meados de abril de 1984, quando, de acordo com os entrevistados, a prefeitura só organizaria mesas redondas para discussão do tema em julho. (SOUZA, 2018).

IPHAN, escreveria o decreto municipal trinta e quatro de 19/09/1985, em que declarava cancelada a autoridade do IPHAN para aprovação de licença para demolição, reforma e construção na área tombada, o que justificava devido ao não fornecimento de relações de bens tombados, de critérios para obras em terrenos baldios, além de técnicos especializados para assistir a prefeitura de forma contínua, agilizando a aprovação de obras e assim evitando transtornos e prejuízos.

Esses grupos ver-se-iam intimidados com a interferência de órgãos externos na gestão do espaço urbano e se utilizariam de um discurso que se apoiaria nas dificuldades econômicas da cidade, para incitar medo sobre as repercussões que um tombamento traria para o progresso da cidade, que seria associado a investimentos na construção civil. Apesar de orgulhosos de sua história, calcada em figuras ilustres, não acreditavam que o conjunto urbano em questão teria um valor arquitetônico ou histórico, por suas construções serem muito recentes e ser escasso de monumentos ou grandes casarões. Para os autores dos requerimentos, somente o caráter monumental justificaria o tombamento, mostrando uma compreensão de patrimônio relacionada à fase heroica do IPHAN, assim como, não pareciam estar a par das discussões técnicas do IPHAN que fundamentavam o processo de tombamento.

Conforme analisa Márcia Sant'Anna:

> As reações contrárias e as impugnações interpostas derivavam da maioria das vezes, da perplexidade dos habitantes ao verem tombadas área normalmente consideradas sem nenhuma monumentalidade ou valor arquitetônico. Percebe-se. Naquele momento, que a preservação de áreas urbanas pela sua forma e beleza paisagística foi tão bem implementada pelos fundadores do SPHAN e tão bem divulgada como esquema visual do patrimônio urbano que tornou difícil a aceitação do novo discurso de seleção. (SANT'ANNA, 2014, p. 308).

Esses protestantes não pareciam identificar um valor sob o escopo paisagístico sobre o conjunto urbano e muito menos teriam conhecimento da discussão erudita que instrumentava o processo, em que:

> Então, para a cidade catarinense, julgou-se oportuno, primeiro, ir além da concepção de centro histórico como soma aritmética de valores arquitetônicos singulares, por mais relevantes que os mesmos possam parecer e, por outro lado, voltar a atenção para a relação entre o aparente anonimato de edifícios singulares e a faculdade, de que os mesmos são amiúde dotados, de se articularem para gerar espaços mais que vagamente pitorescos. São verdadeiras estruturas espaciais de ordem distintas e de complexidade superior à de seus limites físicos e que viriam depois torná-la

> reconhecível como peculiaridade única, marca, impressão digital de um lugar. (FRANCO In: IPHAN, 1983).[112]

Vale notar que o diretor regional Curtis lhes remeteu em determinado momento o parecer do Conselho Consultivo e, em razão do texto de Alcídio Mafra Souza possuir muitos pontos alheios a instrução de Luiz Fernando Franco (ver capítulo 2), entende-se que os reivindicantes desconheciam as principais arguições que fundamentaram tombamento do conjunto. Portanto, os peticionários não estariam devidamente embasados ou aptos para tecer argumentos contrários, pois, até onde entendiam, Laguna estava sendo tombada enquanto uma "cidade-monumento", alheios às discussões modernas e atualizadas sobre patrimônio urbano. Mas, a assessoria jurídica não se preocuparia em esclarecer os reivindicantes, descartando as refutações e apoiando-se na legalidade.

3.1.2 Relações entre a prefeitura e o IPHAN (2)

Esses tipos de embates ainda continuariam, como no caso que o prefeito, o mesmo que apoiara o tombamento, contestaria um projeto da prefeitura barrado pelo IPHAN em 1987. A discussão seria em torno do desejo da administração pública em tirar o calçamento de paralelepípedo da Rua Gustavo Richard (antiga Rua da Praia) e substituí-lo por asfalto, a fim de comportar os desfiles das escolas de samba no centro da cidade. O secretário do patrimônio histórico e artístico nacional e chefe do gabinete do Ministério da Cultura, Ângelo Oswaldo de Araújo Santos, manifestar-se-ia de forma contrária à municipalidade, uma vez que os calçamentos manteriam a "ambiência necessária" do centro histórico, comparando-as com o centro histórico de Curitiba (PR) e manifestando o potencial da cidade em ser um centro de cultura e turismo de projeção nacional. O prefeito, por sua vez, respondeu que o calçamento de paralelepípedo não era antigo, mas foi colocado há pouco tempo, e exemplificaria com casos da Europa, em que monumentos conviveriam de forma harmônica com grandes avenidas. Nesse ofício se pronunciaria abertamente contra o IPHAN:

> Jamais fomos contra o tombamento do centro histórico de Laguna; somos sim, contra a maneira como foi tombado o centro histórico de Laguna, com o que jamais concordaremos, tendo em vista que o órgão do qual vossa senhoria é secretário, não cumpriu com a palavra empenhada à Administração Municipal de Laguna, na pessoa do arquiteto Dalmo Vieira, por ocasião da proposta de tombamento. É muito incomodo ao Prefeito de Laguna ter empenhado sua palavra à população que lhe confiou o mandato de que o tombamento do centro histórico de Laguna seria racional e não radical como foi. (PEREIRA, 1987, n.p.).

[112] Durante o parecer de tombamento da cidade de Paranaguá-PR (escrito em 2008), o arquiteto Luiz Fernando Franco compara a cidade paranaense com Laguna, em que sua importância se fundamentaria sobre os mesmos aspectos. (ver processo 1097-T-83).

O prefeito menciona que a maioria da população se encontraria revoltada com o descumprimento do IPHAN e a atuação de seu "escritório policiador [sic]" na região, o qual possuiriam interesses políticos em desestabilizar a cidade, "quem tem opinião formada contra as decisões do SPHAN leva a pecha de ignorante e sem cultura". (PEREIRA, 1987, n.p).

Apesar de seus protestos, o calçamento de paralelepípedo seria mantido e as discussões perdurariam. O tombamento já não seria o problema, mas sim o próprio IPHAN. Isso se demonstra no fato dos ofícios da Prefeitura Municipal de Laguna, assim como do jornal local O Renovador, trazer em seus cabeçalhos o emblema "Laguna: Patrimônio Histórico Nacional", mesmo quando ambos faziam inúmeras críticas ao Instituto. Desde o tombamento da Casa de Câmara e Cadeia, notava-se a transição de entendimento sobre o Instituto, de referencial de cultura erudita para uma entidade traidora e autoritária. Os intelectuais locais dos anos 1950 acreditavam que seu perfilhamento pelo IPHAN alçaria a cidade a um merecido reconhecimento regional e nacional de seu passado, tradição e cultura; ao fim da década de 1980, esse reconhecimento se transformaria em uma barreira ao progresso econômico e um futuro desejado, sendo que a "grandeza" da cidade ficaria somente no passado.

No ofício do prefeito, identifica-se um discurso de "lagunense traído", que se verá presente nas entrevistas a serem analisadas. Esse seria um lagunense que defendeu o tombamento acreditando nas promessas de melhorias que o apoio e a valorização do governo federal ocasionariam, mas por fim essas benfeitorias não vieram e ele se sentiria traído e abandonado. Esse discurso não seria restrito ao tombamento, como pode ser identificado em outras narrativas memorialistas da cidade como: do sacrifício dos fundadores da cidade para proteção da colônia e povoamento do sul, que acabariam marginalizados e esquecidos pela coroa; ou a suposta traição do empresário carvoeiro Henrique Lage em construir um porto particular na atual cidade de Imbituba (SC) e a instalação pelo Governo Federal de unidade regional da Companhia Siderúrgica Nacional em Tubarão (SC), desviando investimentos e recursos e, dessa forma, inviabilizando a atividade portuária e econômica da cidade.

3.1.2.1 O Tombamento Municipal da Ponte de Ferro de Cabeçudas

Decorrido um ano, pode-se notar uma mudança de tratamento entre as duas instituições, quando o IPHAN e a prefeitura Municipal de Laguna se empenham em um trabalho em conjunto, visando o tombamento municipal da Ponte de Ferro de Cabeçudas (Figura 49). No ano de 1988, esse seria o último tombamento municipal, o único realizado fora da gestão de Márcio José Remor. Da mesma forma que os demais tombamentos municipais, esse também

seria feito através do Decreto Municipal 34/1988, sem haver um processo administrativo, contando com estudos e pareceres técnicos. O tombamento partiria de um edital da Rede Ferroviária Federal (RFFSA), em que explicitava sua intenção em demoli-la para vendê-la como sucata. A fim de prevenir o desmantelamento da ponte, o prefeito João Gualberto Pereira, o mesmo que requisitara o tombamento do Centro Histórico, faria uso do instrumento como ação emergencial. Isso iniciaria um embate com a RFFSA que entrara com pedido de impugnação, uma vez que entendiam que um órgão municipal não poderia tombar um bem federal.

Figura 49 - Ponte de Ferro de Cabeçudas



Fonte: Coleção Fotográfica de Dalmo Mendes Faísca, 1953.

Nesse ponto, o IPHAN assumiria o papel de intermediar a disputa em favor da prefeitura[113], salientando a importância histórica da referida ponte. A diretoria regional enfatizaria que a ponte de ferro possibilitou a edificação da arquitetura eclética do centro histórico e seria um marco da história da engenharia dos transportes brasileiros. O então secretário do patrimônio histórico e artístico cultural federal Dalmo Vieira Filho a apontaria como um marco histórico e cultural da economia do carvão no sul de Santa Catarina. O prefeito encaminharia um breve histórico informando o ano de sua construção e inauguração em 1884,

[113] Ver: ARQUIVO CENTRAL DO IPHAN. Ponte de Cabeçudas (Inventário). (Laguna/SC). 1987-1988.

com sua extensão de 1.460m (considerada a mais extensa ponte de ferro do Brasil), com a finalidade de escoar carvão para os portos de Laguna e Imbituba. (PEREIRA In: IPHAN, 1987-1988). Por fim, apesar de protestar sobre a incapacidade para conservar a ponte, o chefe da divisão local da RFFSA retiraria o edital de venda, seguindo a discussão sobre possíveis parcerias para sua preservação.

Em uma publicação com o objetivo de complementar o material didático das escolas municipais, produzida pela SPHAN, FCC, Prefeitura de Laguna, Associação Cultural Lagunense e pela Secretaria do Estado da Cultura e do Esporte, era reiterado:

> Os lagunenses são hoje herdeiros de um documento histórico vivo, retratado nas páginas do tempo, frutos das lutas e conquistas deste povo. Preservar-se como um Monumento Nacional constitui uma responsabilidade histórica de Laguna para com o Brasil [...]. (PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA, 1994, p. 18).

Nota-se a alusão de Laguna a um "documento" em um primeiro momento para em seguida apontá-lo enquanto monumento, mostrando ainda uma dificuldade de entendimento sobre diferentes compreensões no campo do patrimônio. Além disso, procuram reabilitar o tombamento como um dever cívico de seus habitantes para com a pátria.

Em publicações oficiais da prefeitura, também haveria uma reabilitação da visão sobre o tombamento, ainda sobre a visão de aproveitamento turístico. Em 1997, a Secretaria Municipal da Indústria, Comércio e Turismo publicaria a edição de Tópicos sobre Laguna em que manifesta:

> Tombar não é retroceder, é garantir a sobrevivência de nossa história, utilizando entre grande potencial turístico, dado à cidade uma oportunidade e opção de futuro.
> Representa a preservação da Identidade Nacional, e a conservação de raízes, o testemunho vivo dos caminhos percorridos por nossos antepassados, que espelham toda carga de emoção, história, costumes e cultura de um povo. (PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA, 1997, n.p.).

Nos discursos da administração pública, o tombamento não seria mais retratado como congelamento, buscando desassociar o progresso com a especulação imobiliária, mas sim ao investimento na infraestrutura, como saneamento, que comprometeria o uso do patrimônio para aproveitamento turístico, dessa maneira trançando pontos em comum com compreensões promovidas pelo IPHAN nas décadas de 1970.

Dessa forma, no transcorrer das três décadas desde o tombamento do centro histórico, as relações entre o IPHAN com a prefeitura de Laguna passaram a um nível de tolerância, parceria ou mesmo resignação, conforme as mudanças de gestões. A prefeitura contaria com o

auxílio do recém-criado[114] Escritório Técnico do IPHAN em Laguna (SC) para discussão de assuntos de infraestrutura urbana, o financiamento de obras e políticas de renúncia fiscal para os moradores do Centro Histórico, assim como ocorreriam projetos e parcerias com outros setores anteriormente contrários ao tombamento, como as irmandades maçônicas e a Associação Comercial da Laguna. O tombamento do centro de Laguna também atraiu a instalação de outras entidades na localidade, como uma unidade do SESC de Santa Catarina, do CELESC (Centrais Elétricas de Santa Catarina) e, já no início do século XX, um campus da Universidade Estadual de Santa Catarina (UDESC), contando com cursos de Arquitetura e Urbanismo, Engenharia da Pesca e Ciências Biológicas (com especializações em Biodiversidade e Biologia Marinha).[115]

3.2 AS PRÁTICAS DE LEITURA DOS USUÁRIOS DO CENTRO HISTÓRICO

3.2.1 Sobre a seleção dos entrevistados

As entrevistas foram coletadas durante a realização de um produto decorrente de atividades práticas desenvolvidas no âmbito do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural entre 2016 e 2018, a fim de atender as demandas do Escritório Técnico do IPHAN em Laguna (SC). Esse produto foi guiado por um projeto específico, cujo objetivo central visava à realização de entrevistas com moradores antigos do Centro Histórico de Laguna (SC), registrando suas vivências na região e organizá-las, com a finalidade de criar um acervo documental, em formato digital, para pesquisa disponível a consulta pública, além de possibilitar futuras produções audiovisuais e publicações escritas.

A metodologia desse projeto prezou pela condução de entrevistas do gênero temático (com assunto principal "Centro Histórico de Laguna") e de caráter puro (focada apenas no uso de fontes orais). Foram realizadas um total de dez entrevistas, sendo duas com casais. Em paralelo, foram realizadas outras sete entrevistas em áudio com o objetivo de complementar esta dissertação, a fim de contemplar entrevistados de outras religiões, do comércio e outros espaços públicos e grupos culturais da área tombada não contemplados nas atividades práticas. Além disso, também houve a procura de entrevistados que tivessem direta relação com o

[114] A ficha cadastral do escritório técnico de Laguna (SC) encontrado no Arquivo Central do IPHAN/RJ data sua fundação no ano de 1989. Apesar disso, o arquiteto Dagoberto da Silva Martins já responderia ofícios se identificando como responsável técnico do escritório, de acordo com informações disponibilizadas ele mesmo na internet, ele ocupou o referido cargo entre 1986 e 1992. Disponível em: http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4482148E6. Acesso em: 11 out. 2018.

[115] Pela brevidade desta dissertação, esses casos não serão analisados em detalhes, mas serão retomados conforme elencados nas entrevistas.

tombamento, seja de forma favorável ou contrária. No total, esse processo estendeu-se por treze meses (fevereiro de 2017 a maio de 2018) e abarcou dezenove entrevistados.

Além disso, há outros fatores dignos de menção, como sete casos de recusas de entrevista, entre as quais dois entrevistados se mostraram abertamente constrangidos em serem filmados (apesar de sempre deixar explícito que a entrevista poderia ser gravada somente em áudio). Mas a principal justificativa pelos lagunenses abordados eram que esses não se consideravam grandes conhecedores da história antiga da cidade de Laguna ou como pessoas importantes para serem entrevistadas, geralmente indicando que se entrevistassem memorialistas locais, entendidos como guardiões ou "produtores autorizados" de memória local.

Isso demonstra uma compreensão da História como um conhecimento memorialístico referente aos séculos passados e, por mais que se tentasse melhor explicitar os objetivos de pesquisa, essas pessoas não entendiam que suas vidas no espaço urbano como sendo relevantes para a história da cidade ou dentro de uma narrativa histórica tradicional construída por intelectuais locais. O historiador Alessandro Portelli já comentaria a respeito desse entendimento comum entre os entrevistados:

> [...] os narradores podem nem sempre estar cientes da relevância histórica de sua experiência pessoal. Eles podem querer resguardá-las como algo íntimo demais para ser revelado, ou podem relutar em discutir questões que lhes são importantes para que não sejam consideradas irrelevantes pelo historiador. É por isso que o "Eu não tenho nada para falar" ou o "O que você quer que eu diga?" são inícios tão comuns de entrevistas. Até mesmo as pessoas que têm muito a dizer, e que talvez estejam ansiosas para dizê-lo, podem ficar preocupadas com a possibilidade de sua preciosa narrativa não ser reconhecida, não ser considerada "História" dentro da definição que lhes foi ensinada. (PORTELLI, 2016, p. 15-16).

Nesse sentido, Portelli aponta que as fontes orais serviriam justamente para problematizar a linha tênue entre as categorias preconcebidas sobre o que seria ou não história. O autor defende que a história oral promove a intersecção entre a história e a vida privada, em que as experiências pessoais são percebidas em sua historicidade, assim como, a repercussão de fatores históricos sobre sua vida privada.

Além das recusas, houve dois casos em que os entrevistados se recusaram a assinar termos de compromisso de cessão de direitos em imagem e voz do depoimento (mesmo após as entrevistas serem gravadas em comum acordo e os termos serem presentados previamente), por se mostrarem receosos em deixá-los disponíveis para acesso público, com medo de exposição ou perseguições, ou mesmo desconfiança e declarada antipatia com relação ao escritório local do IPHAN. Também houve um esforço para contatar comerciantes e políticos

que foram manifestamente contrários ao tombamento e que assinaram pedidos de retirada de tombamento, a fim de procurar elucidar suas compreensões de patrimônio. Porém, tal tentativa não obteve sucesso, por motivos de recusa, abstenção, enfermidade dos abordados ou mesmo dificuldades de contato. Neste sentido, pode-se identificar um cenário de desconfiança e hostilidade com relação ao Instituto, fruto talvez de um ressentimento ao tombamento e suas políticas preservacionistas.

A partir do total de entrevistas, foram selecionadas dezesseis para análise[116]. A seleção teve como intenção contemplar os habitantes da cidade de Laguna que, como uma teia, agregassem o maior número possível de associações, instituições e entidades sociais, culturais, religiosas, educacionais, filantrópicas, comerciais e políticas, que atuam (ou atuavam) como elementos aglutinadores de memórias coletivas[117].

Apesar das diferentes agremiações em que atuavam (ou ainda atuam), os entrevistados compreendem em sua grande maioria uma geração[118] nascida em um período que a cidade se encontrava no auge da economia e passava por diversas transformações urbanas, assim como presenciaram uma crise econômica decorrente do declínio do porto carvoeiro e sua saída do centro e, por fim, testemunharam o tombamento do centro histórico, participaram de suas discussões e conviveram nos últimos trinta anos com as políticas patrimoniais do IPHAN.

Essas pessoas participaram de festas, celebrações e compartilharam espaços em comum no centro histórico, como praças, cinemas, igrejas e escolas. Alguns dos entrevistados são nascidos em Laguna (9), outros em cidades vizinhas (7); ora descendentes de famílias consideradas tradicionais e grandes comerciantes do porto (4), de pequenos comerciantes (2), roceiros (2), pescadores (1) e funcionários do porto (7); metade são moradores da área tombada (Centro) e outra metade é moradora de bairros vizinhos (como Magalhães, Campo de Fora e Mar Grosso). (Mapa 6).

[116] Devido à grande quantidade de material captado, as entrevistas não se encontram transcritas na integra para apresentação nessa dissertação. Porém, todas se encontram disponíveis para acesso a pesquisa no Escritório Técnico do IPHAN em Laguna (SC).
[117] Para mais informações, ver Anexo – Relação das Entrevistas Realizadas.
[118] Por geração, entende-se um grupo de pessoas que, diante de uma mesma conjuntura histórica, compartilharam uma mesma cultura política (valores, normas e crenças), tomando escolhas em comum e apresentando comportamentos solidários (BERSTEIN, 1998).

Mapa 6 - Bairros da área central de Laguna



Fonte: MACAGI, 2018.

Também se procurou, na medida do possível, contemplar moradores de diferentes classes sociais, gêneros, etnias e profissões. Apesar disso, vale notar que ao final do processo identificou-se uma quantidade maior de entrevistados do gênero masculino (dez de dezesseis); também houve poucos moradores de baixa renda, embora a maioria fosse oriunda de famílias de pouco poder aquisitivo, na atual faixa etária já haviam conquistado certa estabilidade financeira. Outrossim, a política, funcionalismo público, rádio e, principalmente, a carreira pedagógica foram profissões preponderantes entre os entrevistados, mesmo entre os descendentes de grandes comerciantes do antigo porto. Também, nota-se que muitos entrevistados precisaram mudar-se para outras cidades em algum ponto de suas vidas à procura de emprego.

O objetivo principal da análise aqui presente foi procurar identificar as compreensões sobre o patrimônio cultural e como essas se relacionam com a identidade local e experiências de vida em comum. Por isso, através do caráter semiestruturado e qualitativo das entrevistas,

procurou-se abrir espaço para os entrevistados se exporem livremente, para possibilitar uma melhor análise de seus discursos. Devido a isso, a pesquisa não tem caráter quantitativo, baseado em formulários, a fim de expor dados estatísticos, tabelas e gráficos de forma que busquem contemplar, de forma precisa e global, informações sobre a população lagunense. Também, vale ressaltar que, os entrevistados da geração estudada não necessariamente manifestam impressões e experiências de lagunenses de outras faixas etárias. Mesmo assim, foi possível identificar um esgotamento e repetição de assuntos e opiniões, o que, juntamente ao que se pode averiguar nos dois anos de acompanhamento no cotidiano do Escritório Técnico do IPHAN em Laguna, permitem-me crer que as informações levantadas condizem com discursos comuns e recorrentes no dia a dia do Centro Histórico.

3.2.2 Entendimentos sobre o tombamento

As entrevistas foram direcionadas no propósito de investigar até que ponto o entendimento de patrimônio dos lagunenses correspondia ao discurso defendido no processo de tombamento do Centro Histórico sobre o conjunto salvaguardado. Primeiramente, nota-se o desconhecimento dos moradores entrevistados em relação aos tombamentos municipais, assim como o tombamento federal da Casa de Câmara e Cadeia (atual Museu Anita Garibaldi), em 1954. Quanto ao último, alguns memorialistas remontam vagamente a uma menção feita ao museu por Carlos Drummond de Andrade, provavelmente se referindo ao parecer histórico do processo (ver capítulo 1), mas ignoram o conteúdo dessa menção e desconhecem deste se tratar de uma instrução de tombamento. De todo modo, há uma compreensão local de que o tombamento federal do centro histórico de Laguna, onde estão encerrados a Casa de Câmara e a maioria dos tombamentos municipais, sobrepõe-se aos demais, tornando os demais sem efeito e inclusive isentando a prefeitura municipal de suas responsabilidades pelos bens acautelados pela lei municipal.

Em um primeiro momento, houve uma inquirição sobre o posicionamento dos moradores durante o tombamento do centro histórico[119], momento em que foi marcado por uma acirrada disputa local, envolvendo reuniões e demolições de casas às pressas antes que o tombamento fosse aprovado.

[119] Digno de nota –Houve o caso de um entrevistado que declarou ter feito parte de um abaixo assinado no governo do prefeito Mario José Remor (CRUZ, 2018) tombando o Centro Histórico e outro que dizia que, em 1965, a prefeitura já enviara uma lei de tombamento do conjunto urbano para aprovação pelo IPHAN. (COOK, 2018). Não foram encontradas as referidas documentações durante a pesquisa dessa dissertação, inclusive não seria da competência da prefeitura tombar a área a nível federal, notando uma série de confusões em mal-entendidos no que diz respeito ao tombamento.

> Tivemos assembleias acirradas de pegar fogo! O Clube Blondin lotadíssimo lá, com as pessoas se debatendo lá dentro. Gente dizendo que Laguna ia ser sepultada, ia se transformar num cadáver, no cadáver da Universidade Federal de Santa Catarina, pra que os estudantes de arquitetura viessem dissecar o cadáver pra saber como que era o negócio e tal. Todos os pejorativos possíveis para o tombamento. (RODRIGUES, M. J. In: RODRIGUES; RODRIGUES, 2018, 01:29:44).

> [...] Então, já era aquela polêmica que isso ia deixar a cidade parada, né? Que a cidade, nós, não ia crescer. Que a cidade quase não ia ter nada e que ninguém ia mais poder mexer nada. Primeiro porque ninguém sabe direto o que ia acontecer depois, né? Mas me lembro que foi assim. Tinha bastante. Embora mais novas, mas a gente via bastante as conversas entre os adultos. Até porque tinha bastante gente envolvida em política, prefeitura, os prefeitos, que na época era tudo assim chegado. E a gente via assim bastantes discussões, já diziam que a cidade ia ficar velha, ia cair tudo e ninguém podia mexer em nada, né? (CARDOSO, 2018, 00:11:25).

Um dos moradores defensores do tombamento comenta ter seu nome pichado nas ruas do centro histórico, um secretário municipal explica se sentir coagido a ponto de abandonar cargo que ocupava, outros entrevistados também mencionam sofrerem críticas em jornais e serem alvos de segregação na sociedade lagunense. Apesar disso, a maioria dos entrevistados disse que na época se posicionaram neutros ou não acompanharam as discussões e debates, não tendo compreensão clara do que estava sendo proposto. Um entrevistado comenta haver na cidade uma confusão entre a palavra "tombar" e "derrubar". (SOUZA, 2018). A secretária do Hospital de Caridade Senhor Bom Jesus dos Passos alega, que na época, a direção do estabelecimento não se preocupava com o tombamento porque acreditava que o hospital estaria fora da área tombada, o que não era o caso. Segundo a entrevistada, a administração do hospital só teria ciência do ocorrido quando pretenderam derrubar a ala antiga para expansão do hospital. (CARDOSO, 2018).

Alguns manifestaram que o tombamento deveria ter ocorrido antes, a fim de evitar a perda dos casarões onde atualmente se encontram o Banco do Brasil e o Banco Bradesco. Essas casas são lembradas praticamente em todas as entrevistas, quando os colaboradores manifestam um sentimento de culpa, arrependimento ou mesmo revolta. Com relação à derrubada da casa da família Thomaz de Souza em 1968, (ver capítulo 1), um casal de moradores entrevistados se manifesta:

> SOUZA, M. S. R. - Nós deixamos derrubar aquela casa. A gente não tinha consciência! Como é que nós deixamos quebrar aquela casa? Eu penso hoje eles martelando aquilo. Era a coisa mais linda era belíssima!
> SOUZA, M. S. - Aquelas bolas de guindaste aqui ó! [simula movimento da bola com os braços]
> SOUZA, M. S. R. - É! A grade vinha não sei de onde, do exterior. Meu deus como é que nós deixamos acabar aquilo! (SOUZA; SOUZA, 2017, 00:14:01).

Uma entrevistada comenta que na época a prefeitura manifestou interesse em comprar a referida casa, mas que não conseguiu atender o preço pedido pelos seus proprietários. (BAIÃO, 2017). Alguns depoimentos apontam que nessa época já havia a influência dos comerciantes locais sobre a derrubada da casa:

> O Banco Brasil queria uma agência nova. Escolheu aquele lugar por conveniência. O ponto mais imponente da cidade. O Banco do Brasil queria ali. Eu não sei se houve ameaça ou qualquer coisa, os comerciantes de Laguna entraram em pânico, com a possibilidade de o Banco do Brasil sair da cidade. Como se o Banco do Brasil fosse a mãe adotiva de todos os comerciantes, que eles só conseguissem sobreviver através dos socorros do Banco do Brasil, quando havia outros bancos na cidade e havia possibilidade de novos bancos interferirem. O que aconteceu? O Banco do Brasil conseguiu, com apoio da maioria, demolir o palacete. (RODRIGUES, 2018, 00:16:07).

Assim, nota-se que o discurso contrário ao tombamento seria calcado em uma preocupação com a crise econômica que se alastrava. Em duas entrevistas, os moradores tomam a liberdade de tentar elucidar a trajetória tomada pela cidade desde a perda de sua hegemonia econômica para as cidades vizinhas. Um dos entrevistados remonta a questão para 1964, quando o governo federal institui na cidade uma política de criação de um porto pesqueiro no bairro do Magalhães e incentivo ao turismo. Outro remete ao fim de Segunda Guerra, período em que seria construído o trecho da BR-101, o qual prejudicaria a função do porto de Laguna, que era o principal meio de transporte e escoador de mercadorias do sul de Santa Catarina, associada à passagem gradual do porto carvoeiro para as cidades vizinhas.

Com a perda da principal fonte de sustento da cidade, os entrevistados narram um aumento da pobreza, desemprego e a fuga de investimentos, a qual ocorreria com a saída de famílias de armadores do porto que transferiram seus negócios para outras cidades ou passaram a investir no mercado imobiliário, mais especificamente a região litorânea, Praia do Mar Grosso. Entrevistados comentam a construção de imóveis modernos e trocas de móveis coloniais por de fórmica. Esses investimentos também se refletiriam na tentativa de atrair bancos, a fim de manter o comércio do centro, onde se localizava o porto, o que ocasionaria a derrubada de casarões para a construção de uma agência do Banco do Brasil e outra do Bradesco.

Isso tudo seria agravado pelo que poderíamos chamar de “crise geracional”, a qual muito moradores identificam. Devido às dificuldades econômicas, muitos jovens precisavam sair da cidade em busca de continuidade de estudos e melhores condições de emprego, sendo que a maioria não regressava para Laguna. Assim, a cidade perderia a sua juventude, quebrando uma continuidade de transmissão de valores de memória por meio de gerações necessária para

manter uma continuidade da manutenção de uma ordem social. Com a ruptura desse vínculo, ocorreria uma perda de elementos que caracterizam a identidade lagunense, tão caras a esses moradores antigos. Dessa forma, o centro da cidade seria esvaziado de jovens e envelheceria, moradores abastados sairiam da cidade e o bairro se tornaria cada vez mais um centro comercial, perdendo-se as relações de vizinhança.

Para os moradores, isso seria associado à entrada de pessoas de outras cidades, as quais não possuíam um vínculo identitário com o local ou que não compreendiam a "importância da antiguidade da cidade". Isso também ocorreria com o retorno de alguns jovens lagunenses com ideais cosmopolitas, sem "respeito" ou "amor" à cidade, propiciando o que os entrevistados apontam como um desprezo pelo antigo. Esses grupos estariam preocupados com o lucro e comércio, refletindo no abandono, arruinamento e demolição, que não condiziam com a "vocação histórica" da cidade.

Mas, em contrapartida, surgiria um movimento contrário e conservador, no que diz respeito à manutenção das tradições e da memória histórica da cidade, e que seria formado por um grupo que se identificava como de "intelectuais" ou de "elite", "que começou então a contestar as casas bonitas. Começaram a contestar aquilo que tinha valor histórico". (CRUZ, 2018, 01:40:35). Esse grupo atuaria a partir de 1977, durante a gestão do prefeito Mário José Remor, motivando a redação da lei de tombamento municipal e dos tombamentos locais, com especial destaque ao presidente da Fundação Lagunense de Cultura Salum Jorge Nacif, maçom, que prestou assistência no levantamento arquitetônico feito pela UFSC e promoveu, juntamente com o arquiteto Wolfgang Ludwig Rau, as inaugurações de monumentos a Anita e Giuseppe Garibaldi.

Quando perguntado o que esse movimento pretendia conquistar com o tombamento do centro de Laguna, alguns entrevistados mencionam que seria pelo interesse da prefeitura em receber recursos do governo federal; que seria uma forma de preservar o patrimônio arquitetônico e evitar o esvaziamento do centro; ou fortalecer o turismo cultural e religioso da cidade e torná-la um centro turístico da região sul.

Em retrospecto, ainda há alguns moradores que se sentem contemplados pelo tombamento, acreditam que manter as casas antigas é uma forma de se preservar a história da cidade: "O que distingue Laguna, no Estado, é a sua história. É o que nós temos de preservação e nós temos que manter esse sítio histórico presente, né?" (REIS, 2017b, 00:46:08); "Eu senti que a minha cidade foi muito mais valorizada por causa disso. Laguna é uma joia! Pra mim é uma joia, né? E com isso eu acho que ela se elevou, muito mais. Apesar dos problemas que ela tem hoje". (BAIÃO, 2017, 00:38:27). Para esta entrevistada, o tombamento representou uma

valorização do sítio e uma mudança na mentalidade dos lagunenses a favor da preservação. Um morador também considera que o tombamento permitiu a melhor organização do espaço urbano, proteção da área verde dos morros e o provimento de técnicos especializados em restauros de edificações antigas (REIS, 2017). Outro declara: “Se alguma coisa foi salva, foi muito graças a permanência aqui do Patrimônio Histórico, depois a fixação”. (CRUZ, 2018, 01:40:35).

Apesar disso, alguns moradores criticam que o tombamento foi feito entre quatro paredes, de cima para baixo. Outros ainda defendem que deveriam ter sido tombados somente os edifícios mais icônicos (como a Igreja Matriz e antiga Casa de Câmara), liberando as edificações restantes para exploração de seus habitantes. Alguns desses moradores dizem não possuir qualquer apego estético ou valor de memória sobre o casario. Um feirante conclui que o tombamento significa um atraso ao desenvolvimento da cidade, que seria associado à construção de prédios e indústrias, e o qual seria necessário para manter o centro ativo e evitar o seu abandono.

> É, se amanhã não der pra trabalhar mais aqui, a gente sai daqui. Cai fora. Porque se eu for pra algum bairro talvez até eu vou fazer melhor comércio. Entendeu? Porque aqui é pouca gente nova que vai investir aqui. Porque o pessoal não investe onde é tombado. Por que? Se amanhã você quer comprar algumas casas dessas que tá aqui, mas se ela é tombada você não compra, porque você pensa em lucro. Você não vai comprar um objeto que não tem lucro amanhã. Você vai investir aonde você acha que vai render uma coisa amanhã. Não é assim? (COSTA, 2018, 00:11:20).

> Tu sabe o que é que eu gosto mesmo? Eu levanto de manhã onde eu moro e eu tenho minhas coisinhas para olhar. Uma plantinha, uma parreirinha. Eu gosto do desenvolvimento. Eu gosto de ver a coisa andar. Pra frente. Não gosto de ver nada morrendo. Gosto de ver as coisas desenvolvendo. Não sei qual é o teu caso, qual é o meu. O meu é assim: se eu tiver um pé de planta que tá bonito, mas se eu tiver como ver ele mais bonito, eu quero ver ele mais bonito. (COSTA, 2018, 00:12:21).

Assim, alguns colaboradores concluem que o tombamento seria um fator negativo, uma vez que seria o responsável pelo que identificam como um crescente estado de abandono das casas e dos espaços públicos. Ainda, encontra-se o discurso do lagunense traído ou abandonado, os quais se demonstram arrependidos por terem apoiado o tombamento, com o argumento de que a gestão do espaço “patrimonializado” pelo Instituto seria diferente do que o acordado durante as assembleias sobre o tombamento. Alguns dizem que seria acordado que os moradores teriam liberdade para reformar o interior das casas, ou que o IPHAN não teria critérios tão rígidos de pinturas e demais reformas. Nesse sentido, o governo federal não teria se responsabilizado por esse compromisso e abandonado a cidade.

> Assim, o Governo Federal engravidou Laguna, e não se responsabilizou pela criança. Abandonou o filho. É um crime que tá acontecendo. Isso é uma denúncia aberta assim, mas olha, isso é gritante, gritante, gritante. Então, quando a gente vê o povo de Laguna revoltado contra o IPHAN, né? A gente compreende essa revolta contra o IPHAN. (RODRIGUES, M.J. In: RODRIGUES; RODRIGUES, 2018, 01:36:31).

Quando perguntado como esses moradores imaginavam que seriam essas políticas de gestão do espaço na época do tombamento, argumentam que acreditavam que o escritório local prestaria uma assistência especial mais próxima aos moradores, aconselhando e instruindo nos quesitos de arquitetura e engenharia, promovendo cursos para pedreiros, carpinteiros, instaladores, além de financiar restauros, promover linhas de créditos e facilidades (com relação a isto salientam o alto custo das obras e manutenção, assim como as dificuldades de conseguir seguros dos imóveis). (RODRIGUES, M. J. In: RODRIGUES; RODRIGUES, 2018).

Ao invés de promover benefícios e facilidades, entendem o IPHAN como meramente "fiscalizador" e "burocrático"; vertical e distante; "arrogante", "encastelado", "omisso" e "negligente" quanto à situação local. Diretores de entidades culturais criticam a falta de oportunidades e apoio do IPHAN em projetos culturais ou empecilhos para obras em suas unidades, como a dificuldade de possibilitar acesso aos cadeirantes. Nesse sentido, dois dos entrevistados mencionam que deixaram seus imóveis no centro para morar no bairro do Mar Grosso (beira mar), transformando-as em estabelecimentos comerciais ou alugando para moradia. Esses moradores justificam isso ter ocorrido devido ao custo de manter a casa ou incompatibilidade de critérios de intervenção do IPHAN com os planos pessoais de conforto e comodidade ou pela simples vontade de ter uma casa nova na praia. Ainda assim, esses entrevistados defendem o IPHAN, alegando que o Instituto investe muito na cidade, mas que divulga pouco e que a preservação também seria uma obrigação de responsabilidade dos moradores, inclusive nas áreas públicas.

Além disso, ainda há o entendimento recorrente de que o IPHAN "não deixa mudar nada" (mesmo entre moradores que já fizeram reformas em suas casas após o tombamento), mas permitiriam restauros que consideram estranhos ou contraditórios. Em determinada entrevista, um colaborador me questionou porque o escritório local permitiu que o SESC derrubasse uma casa para fazer um estacionamento, já que o IPHAN não deixaria derrubar nada. (COOK, 2018). Respondi (como confirmei posteriormente com os técnicos do escritório) que provavelmente a casa seria uma construção nova, sem valor estético ou histórico para o escritório local. O entrevistado se demonstrou confuso e aborrecido, inferindo que havia apreço pessoal pela edificação. Em outro ponto, entrevistado questionou porque o IPHAN permitiu a colocação de "almofadas de pedra" em uma casa histórica que não as continha originalmente,

enquanto era tão estrito com a colocação de placas no centro; ou porque o IPHAN permitiu a APAE derrubar o antigo aeroporto no Mar Grosso, edificação que nem se encontrava fora da poligonal de tombamento ou entorno. (COOK, 2018). Assim, o tombamento do centro histórico ainda não é claro para grande parte dos moradores, que não entendem os critérios do escritório e esses não condizem com os valores de suas experiências pessoais.

Com base nisso, foram realizadas perguntas que procurassem equiparar argumentos chave da instrução técnica de Luiz Fernando Franco com a percepção dos lagunenses entrevistados. Por exemplo, muitos dos moradores ainda veem o patrimônio urbano calcado em valores monumentais, como os casarões grandes e luxuosos. Somente um morador se mostrou a par das atribuições de valor paisagístico feitas pelo IPHAN. (RODRIGUES; RODRIGUES, 2018).

Também, por unanimidade, os entrevistados não concordam que a especulação imobiliária representasse uma ameaça ao patrimônio arquitetônico do centro. De fato, mesmo os moradores defensores da preservação do patrimônio arquitetônico, percebem a verticalização do bairro do Mar Grosso, que há poucas décadas era vista como uma região inóspita, como motivo de orgulho e progresso. Não identificam o Mar Grosso e o Centro Histórico como contrapontos, nem algo com o "mesmo material genético"[120], mas sim, como duas cidades com características diferenciadas e complementares. Já os moradores contrários ao tombamento apontam o Mar Grosso como uma Laguna que se desenvolveu ao contrário do centro, que representaria abandono e estagnação. Também muitos moradores não identificam que existiam as ditas "pressões demolidoras". (CURTIS apud IPHAN, 1984, p. 1), anunciadas pelo prefeito, em apelo ao IPHAN[121], na época do tombamento. Apesar de lamentarem a perda de casarões icônicos para a construção de bancos, não acreditam ter havido uma particular urgência de tombamento no período, muito menos consideram essas demolições como efeito da expansão da especulação imobiliária do Mar Grosso. (Figura 50).

[120]"Nos termos de analogia genética a que acenamos, ninguém haverá de negar que a expansão recente de Laguna, aquela, por exemplo, voltada para o oceano e para o turismo sazonal (Mar Grosso [...]), seja a forma final do processo evolutivo de um organismo cujo material genético é o mesmo do centro histórico. Mas as pressões seletivas se fizeram, não no sentido de aperfeiçoamento ou especialização paulatina, mas sim com a força de uma ruptura de um código genético, dando origem a espécie diversa". (FRANCO apud IPHAN, 1984, p. 26).

[121]"A urgência da solicitação deve-se ao fato de haver o prefeito municipal congelado pelo prazo de 90 dias os pedidos de demolição e novas construções na cidade, prazo este findo! No final do mês de julho. Após este prazo, dificílimo está manter a integridade do centro de Laguna". (GUALBERTO e SOUZA apud IPHAN, 1984, p. 11).

Figura 50 - Praia do Mar Grosso



Fonte: MACAGI, 2018.

3.2.3 Sobre a problemática do abandono no centro histórico

Também, se pautando nas orientações de Franco, nas quais a preservação do referido sítio urbano deveria proporcionar qualidade de vida[122]aos habitantes, questionei aos entrevistados se acreditavam que o tombamento a proporcionava "qualidade de vida" aos lagunenses.

Nesse sentido, os entrevistados se dividiram. Alguns alegaram que o tombamento sim, trazia qualidade de vida, por promover facilidades como o desconto no IPTU, pelo pouco trânsito e poluição, continuidade das relações de vizinhança e por ser próximo de lugares que frequentam no dia a dia, como as igrejas e mercados.

Por outro lado, certos moradores discordavam que o tombamento traria uma melhoria na qualidade de vida. Esses lagunenses demonstram-se descontentes pelo que percebem como um estado de abandono e esvaziamento do Centro Histórico, o qual seria identificado através: das más condições de calçamentos de paralelepípedo, os quais se encontram com buracos, provocando acidentes com pedestres (quedas e torções) e transtornos aos pacientes do Hospital de Caridade Senhor Bom Jesus dos Passos ao serem transportados por ambulância; permissão circulação de caminhões, ônibus e serviços de transporte de caçambas e entulhos pela área

[122] "Para que seja reapropriado por seus habitantes e se torne objeto de experiência sensível – entendida também como qualidade de vida –, é preciso partir do documento em seu estado atual, não permitindo, mediante o tombamento, senão intervenções capazes de enriquecer leituras". (FRANCO apud IPHAN, 1984, p. 30).

tombada, provocando rachaduras nas casas e telhados; problemas de saneamento e poluição da lagoa; descuido com praças e espaços públicos, encontrando-se mal conservadas e esvaziadas; aumento da marginalidade, causando preocupações de segurança entre os idosos; dificuldades de estacionamento; e casas mal conservadas e abandonadas, que estariam sujeitas a invasões e ocupações por moradores de rua.

A partir disso, era perguntado o que esses moradores entenderiam como "qualidade de vida", eles enumeram fatores como: ficar mais rico, adquirir mais posses (como carros, vestuário), bem estar, melhor alimentação, segurança, serviços médicos, diminuição da poluição da lagoa, desenvolvimento urbano, imóveis novos, melhor calçamento das ruas, ou mesmo ter liberdade de mexer na própria casa. Devido a isso, comumente havia a necessidade de trazer a questão da qualidade de vida para a questão do tombamento, nesse sentido, os moradores acreditam que essas e daria através de uma revitalização do centro histórico para que se transformasse em uma "pérola", atrativa ao turismo, com investimentos em gastronomia e o aproveitamento do espaço urbano para as manifestações artísticas (como shows e teatros ao ar livre) para que, dessa forma, revertesse o esvaziamento do bairro. (RODRIGUES; RODRIGUES, 2018). Por meio dessa série de questionamentos, notou-se que o principal critério de avaliação do centro histórico para os moradores pauta-se na preservação cenográfica, paisagística, através do regozijo de ver casas restauradas, pintadas e em uso, além das ruas bem pavimentadas.

Os entrevistados comumente consideram que o centro histórico se encontraria em estado de abandono e esvaziamento. Eles identificam que isso ocorreriapelo fato de muitos dos moradores não terem condições de arcar com o restauro ou devido ao falecimento dos antigos habitantes das casas, cujos herdeiros já teriam a vida constituída em outras cidades (em razão da crise geracional anteriormente comentada) e, portanto, não teriam interesse em ocupar os imóveis. Além disso, esses herdeiros encontrariam dificuldades em atrair compradores, devido aos altos custos de restauros. Dessa forma, os imóveis acabariam abandonados a ponto do arruinamento.

Quanto a uma situação de abandono do Centro Histórico, uma idosa entrevistada comenta:

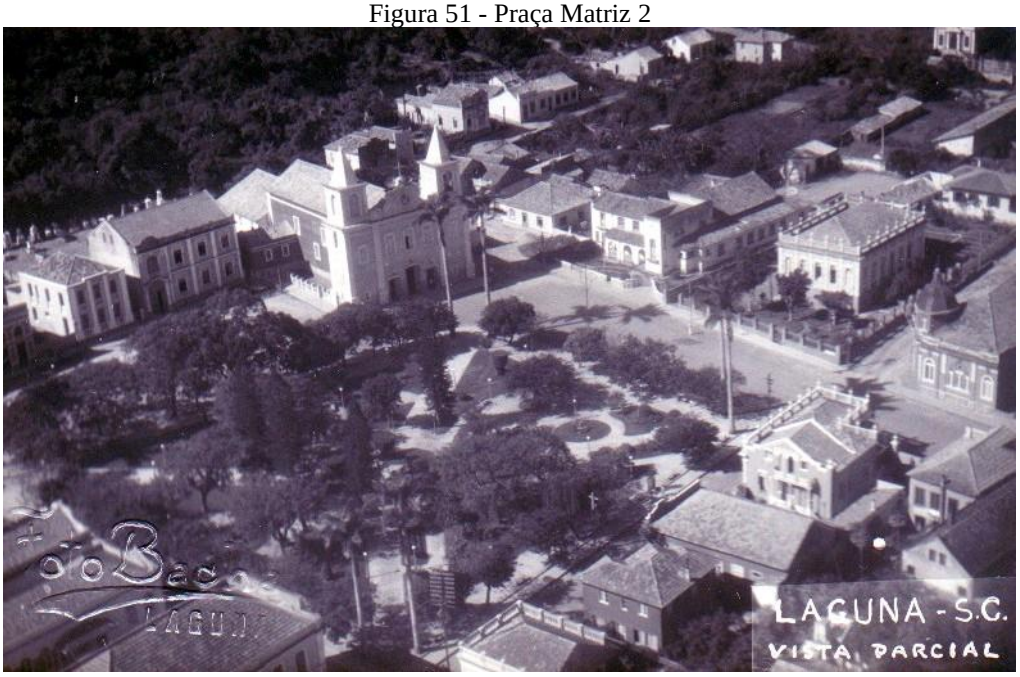
> Se tombamento foi bom[...] Pra mim que já estou nessa idade não foi bom. Agora tu imaginas pra quando vir os novos. Como é que vai ser? Laguna só tem de bonito para nós apresentar a praia, não é? Só a praia. Não tem mais nada. Tudo acabado. (FERNANDES, 2018, 00:59:01).

3.2.3.1 A Praça Vidal Ramos

Além do abandono das residências, o que seria mais sentido pelos colaboradores era o estado dos espaços públicos como a Praça Matriz (Praça Vidal Ramos), ou como conhecido pelos idosos, o "jardim" (em referência ao nome antigo, Jardim Calheiros da Graça); Mercado Público e o Morro da Glória.

Com sua criação em 1915, a Praça Matriz (Figura 51 a 54) tornou-se o principal ponto de encontro da sociedade lagunense. Era na referida praça que se encontravam grandes casarões, funcionariam as sedes dos dois clubes de alta sociedade (Clube Congresso Lagunense, 1890 e Clube Blondin, transferido para praça em 1917), cinemas (Cine-teatro Central e Cine Arajé), teatros (Teatro 7 de Setembro, 1858), rádio difusora (década de 1960) e hotéis. Os colaboradores mencionam o ajuntamento de jovens após sessões de cinema e missas de fim de semana para realizarem passeios pela praça, onde realizavam flertes (prática chamada de "*footing*"), onde muitos contam terem conhecido seus futuros cônjuges. A praça também seria um ponto de partida para outros estabelecimentos próximos como a Sorveteria Miscelânea, Café Tupy. Dessa maneira, a praça consistiria em um dos principais catalisadores sociais durante a juventude dos entrevistados.

Figura 51 - Praça Matriz 2



Fonte: ETEC do IPHAN em Laguna, s.d.

Figura 52 - Praça Matriz 2[123]



Fonte: ETec IPHAN/Laguna, s.d.

Figura 53 - Praça Matriz 3



Fonte: MACAGI, 2018.

[123] Atrás, encontra-se o Teatro 7 de Setembro, que mais tarde abrigaria o Cine Teatro Central, e após Cine Palace, além de um hotel. O cinema funcionaria até meados dos anos 1970 e o edifício seria parcialmente destruído em um incêndio em 1977. (POZZO, 2016).

Na praça também se encontra a Igreja Matriz de Santo Antônio dos Anjos, onde se realizavam missas, festejos e saídas de procissões, que atraíam fiéis de outras regiões do sul de Santa Catarina. Alguns idosos narram que antes havia uma maior quantidade de procissões na cidade, como o de Nossa Senhora da Glória ou de São José, no Dia do Trabalhador; assim como, outras procissões deixaram o centro para outros bairros como a Festa do Divino Espírito Santo e de Nossa Senhora dos Navegantes (Figura 55). Mas, grande parte das procissões tradicionais ainda continuam como: a Procissão do Senhor Bom Jesus dos Passos, com o tradicional encontro das imagens do Senhor dos Passos e Nossa Senhora da Dores; a Procissão do Senhor Morto; de Corpus Christi (Figura 54), com a confecção de tapetes, além de, destacadamente, os festejos do santo padroeiro da cidade, Santo Antônio.

> SOUZA, M. S. R. - Era um ritual! Era um ritual aquilo [sobre a Festa de Corpus Christi]. Quando eu era pequena, me lembro. A minha avó, um mês antes, era um ritual mesmo tudo, né? Ela comprava latinhas de tinta prateada, pincelzinho e ela colocava os netos todos ao redor de uma mesa. Tá? E dava pra cada um de nós o seu pincel. E o que é que a gente pintava com aquela tintinha prateada? A casquinha do...?
> SOUZA. M. S. - Marisco?
> SOUZA, M. S. R. - Do marisco! Não tem o marisco, da praia? Aquela casquinha era pintada de coisa. E outra coisa que a gente também fazia muito, o cigarro que tinha aquele, o papel chamado...
> SOUZA. M. S. - Chamado ourinho, que a gente chamava.
> SOUZA, M. S. R. - A gente chamava de ourinho. Aquele papel de cigarro, do maço de cigarro.
> SOUZA. M. S.– Laminado.
> SOUZA, M. S. R. - Laminado! Era laminado! Então aquilo, o que que a gente fazia? As tampinhas de garrafa! A gente cobria com aquilo. E era assim que a gente fazia.
> SOUZA. M. S. - Depois usava pó de café.
> SOUZA, M. S. R. - Ah é! Pó de café. Arueira!
> SOUZA. M. S.- Frutos da arueira.
> SOUZA, M. S. R. - Frutos da arueira, daquela árvore.
> SOUZA. M. S.- E galhinhos cortados de...
> SOUZA, M. S. R. - Ah é. De cedrinho. A gente cortava sacos e sacos de cedrinho! Era. Pra enfeitar.
> SOUZA. M. S.- E pintava areia, pintava...
> SOUZA, M. S. R. - Areia da praia também era pintada. Era.
> SOUZA. M. S.- Serragem e areia. Então, era um trabalho que mobilizava muita gente.
> SOUZA, M. S. R- Na família, por exemplo, a nossa, eu me lembro, era a família inteira em função daquilo. Outra coisa também que eu me lembro quando eu era criança, que era: a minha avó e as minhas tias foram todas Verônicas. Elas tinham umas vozes muito bonitas, sabes? Então eu me lembro das minhas tias se arrumando pra cantar no dia da Procissão do Senhor Morto, tá? As joias da família eram levadas pra a casa da vovó. Então, elas usavam sabe? Pulseira! Aquilo tudo de ouro! Aquilo tudo muito bonito. Eu me lembro tão bem das minhas tias se arrumando. (SOUZA; SOUZA, 2017, 00:27:29).

Figura 54 - Tapetes de Corpus Christi



Fonte: Paróquia de Laguna, 2017.[124]

Figura 55 - Cartão postal comemorativo da festa de Nossa Senhora dos Navegantes



Fonte: Coleção de Postaisde FabianoTeixeira dos Santos; AyresdeUlysséa& CIA. [Início do século XX].

Desde então, os moradores identificam uma deserção da praça que se encontraria "sem vida", devido à diminuição da devoção nas procissões, dispersão de fiéis devido à criação de outras igrejas, fechamento e arruinamento dos cinemas, falência dos clubes e saída dos moradores da praça e arruinamento das residências, saída do carnaval do centro histórico, sem

[124] Disponível em: http://paroquialaguna.com.br/foto-galerias/detalhes/52. Acesso em: 30 nov. 2018.

contar com a, já citada, derrubada de casarão icônico para a construção do Banco do Brasil. Para eles, a praça então se tornaria um local de passagem, com lixos, matos, sem serviços de jardinagem e pedintes. A praça reúne mensalmente a Feira Livre de Laguna, contando com produtores artesanais aos Domingos, uma vez ao mês. Alguns entrevistados, entre moradores e feirantes, ainda se queixam de as feiras conterem pouco movimento, sendo a região praieira, o principal lugar de confluência de moradores e turistas durante o final de semana. Portanto, o esvaziamento da praça acaba por ser representativo do próprio centro.

> SOUZA, M. S.- Então, quando veio o tombamento, seria numa tentativa de preservar o patrimônio arquitetônico, mas também, reativar a maneira com que as pessoas permanecessem novamente no centro histórico.
> SOUZA, M. S. R. - Mas não aconteceu.
> SOUZA, M. S. - Não aconteceu. Infelizmente, não aconteceu. Fizeram algumas intervenções nas ruas - colocaram bancos, abriram largos lá -, mas o povão não retornou mais, porque houve essa mudança. (SOUZA; SOUZA, 2017, 00:13:23).

Alguns moradores ainda relevam a constatação de que o Centro Histórico se encontraria "esvaziado", argumentando que isso só ocorreria durante os finais de semana, uma vez que o bairro ainda possuiria características de centralidade e concentraria grande parte do setor comercial (como lojas, mercados, bancos, farmácias e clínicas médicas), ocasionando um significativo movimento durante os dias úteis nas ruas Gustavo Richard (antiga Rua da Praia – Figura 56) e Raulino Horn (antiga Rua Direita).

Figura 56 - Rua Gustavo Richard (antiga rua da praia) em dia útil



Fonte: MACAGI, 2018.

3.2.3.2 O Mercado Público de Laguna

Nesse sentido, os moradores também sentem a ausência do mercado público municipal. O referido mercado foi inicialmente construído em 1880, às margens da lagoa e próximo ao porto, mas essa edificação foi destruída em 1939 por conta de um incêndio. Por isso, no ano de 1956 seria construído o imóvel atual. (LUCENA, 1997). (Figuras 57 e 58). As atividades do mercado seriam suspensas em 2014 para a execução de dois projetos de restauro sob um mesmo contrato entre a prefeitura e com o BNDES, do mercado público e da execução de plano museográfico do Memorial Tordesilhas. Mas, em 2016, as obras seriam interrompidas por irregularidades do projeto do Memorial e continuariam dessa forma até janeiro de 2019, quando as obras seriam retomadas. Os entrevistados se queixam do encerramento de atividades e discursos de isenção de culpa e responsabilidades das autoridades locais sobre o estado de abandono do mercado público, por vezes expressando um sentimento de impotência e revolta. A perda representada pelo mercado foi sentida por se tratar de um significativo espaço de sociabilidade e aglutinador social do centro. Como narra um feirante local:

> O Mercado Público, assim que ele inaugurou [referindo-se à reinauguração de 1956], vinha gente! Quando chegava gente aqui (de Porto Alegre, de São Paulo), que sempre tinha, porque nós tínhamos porto. Nós tínhamos aí o porto, tinha tudo aí, entendeu? Então vinha gente, talvez até do exterior aqui, porque tinha navio, tinha porto. Então o mercado de Laguna, quando foi inaugurado, depois de um ano, mais ou menos, vinha gente de fora para ver o mercado. Ele foi atraente. Ele atraia! Ele era bonito! Ele era assim! Ele era, pelo pessoal de fora, um cartão de visitas. Tinha dia, que para ti passar um pelo outro, dentro do mercado, era pedindo licença. De tanta gente! De tanta gente! Entendeu? (COSTA, 2018, 00:15:06).

Figura 57 - Ruínas do antigo Mercado Público de Laguna



Fonte: ETEC do IPHAN em LAGUNA, [1939].

Figura 58- Mercado Público de Laguna



Fonte: MACAGI, 2018.

De acordo com o entrevistado, esse movimento seria afetado com a saída do porto do centro histórico, perda da hegemonia econômica de Laguna na região e, por fim, com a chegada de redes de supermercado na cidade, mais especificamente um mercado da Rede Angeloni (na década de 1960) a poucos metros do municipal. Com o fechamento do Mercado Público para

obras, os feirantes precisaram mudar seu comércio para imóveis alugados no centro, onde permanecem por quatro anos. Também devido à regularização das vagas no mercado, o feirante entrevistado preocupa-se com a perda em definitivo do seu ponto no local. (COSTA, 2018).

3.2.3.3 O Morro da Glória

Menos citado nos depoimentos, mas também digno de nota, alguns moradores ressentem-se da perda do Morro da Glória enquanto espaço de sociabilidade. O Morro da Glória trata-se da elevação que separa o centro histórico da área balneária, servira como uma barreira de proteção natural para possíveis invasões espanholas durante o Brasil Colônia e como ponto de sinalização para embarcações que chegavam ao antigo porto. Em 1953, o padre da Igreja Matriz, juntamente com a Congregação Mariana, inaugura um monumento de oito metros de altura em homenagem a Nossa Senhora da Glória, no topo do referido morro. (Figura 59). Esse monumento seria construído pelo alemão Alfredo Staege no ponto mais alto da cidade e mais tarde seria um dos vértices da poligonal de tombamento do centro histórico. A partir de então, a localidade tornara-se um ponto de realização de procissões e festas em homenagem à referida santa, de cumprimento de promessas, visitação turística e área de lazer para os moradores nos fins de semana (contendo certa infraestrutura, como churrasqueiras, etc). Com o passar dos anos, as procissões e festas de Nossa Senhora da Glória deixariam de ser realizadas e, de acordo com os moradores, o local passaria a ser abandonado e perigoso, onde os idosos não mais visitariam, preocupados com a segurança, restringindo-se apenas a um espaço apropriado para o turismo.

Figura 59 - Postal de inauguração do monumento de Nossa Senhora da Glória



Fonte: Coleção de Postais de Fabiano Teixeira dos Santos. Foto: Bacha, 1953.

3.3.4 Sobre as atribuições de valor patrimonial locais

Em determinado momento das entrevistas, foi solicitado que os entrevistados nomeassem o que eles consideravam patrimônio na cidade e havia a necessidade de ser salvaguardado. A intenção dessa proposta era melhor compreender o entendimento que os moradores têm sobre o que é patrimônio e sobre valores que evidenciassem uma noção de pertencimento em relação ao espaço urbano, a fim de complementar a pesquisa com uma abordagem que não partisse somente do tombamento do centro histórico, mas sim do viés das representações compartilhadas pelos entrevistados como elementos caracterizadores de suas identidades.[125]

[125] Também essa compreensão procura se aproximar a um entendimento de referências culturais, como defendido pelo DPI, no sentido de "dirigir o olhar para representações que configuram uma 'identidade' da região para seus habitantes, e que remetem à paisagem, às edificações e objetos, os 'fazeres', às crenças, hábitos, etc" (LONDRES, 2000, p.14), para assim, enfatizar sentidos e valores atribuídos por diferentes sujeitos a bens e práticas sociais.

3.3.4.1 Bens materiais e naturais

Essa orientação possibilitou uma gama variada de respostas. Foram nomeados espaços públicos como a Praça Vidal Ramos, o Morro da Glória, a Praça e o Palacete Polidoro Santiago (tombados municipalmente – Figura 16), a Igreja Matriz de Santo Antônio dos Anjos (Figura 60), o Mercado público, a Fonte da Carioca, o Farol de Santa Marta (Figura 62), a Igreja Bom Jesus do Socorro (Pescaria Brava, SC – Figura 61)[126], a antiga estação de trem do Campo de Fora (Figura 63), molhes de entrada da Lagoa de Santo Antônio (Figura 68), Centro Esportivo Municipal João Batista Wendhausen Moraes (conhecido como o Estádio do LEC), a ala antiga do Hospital Bom Senhor dos Passos (Figura 64), a Biblioteca Pública Municipal (Figura 65), o Museu Anita Garibaldi (Figura 20), a Casa de Anita (museu) (Figura 33), a Casa Pinto d' Ulysséa (Figura 15), os campos de futebol de várzea e antigos engenhos. Além disso, foram identificadas as casas de arquitetura luso-brasileira existentes na área rural, o casarão da Rua Santo Antônio, nº 42 (Figura 66) e, além disso, um radialista entrevistado (CRUZ, 2018), demonstrou especial apreço pela casa natal do jogador Mengálvio Pedro Figueiró.[127] (Figura 67). Notam-se ainda menções há imóveis que já possuem tombamento individual ou se incluem em área tombada. Quando comentei tal fato, muitos se queixaram da falta de melhor emprego ou sobre o estado de abandono dos imóveis, tecendo sugestões nesse sentido.

[126] A referida igreja foi tombada a nível estadual em 1996 (processo de tombamento nº 106/98) e se localiza no Município de Pescaria Brava (SC), emancipado de Laguna 2012.

[127] Mengálvio Pedro Figueiró (1939 -). Lagunense e jogador de futebol que se destacou por sua atuação no time do Santos F.C., quando participou da conquista de dois mundiais interclubes e duas Copas Libertadores, e como reserva na seleção brasileira durante a Copa do Mundo de 1962. O morador em questão enfatiza que Mengálvio (como é mais conhecido) jogara em parceria com Pelé.

Figura 60 - Igreja Matriz de Santo Antônio dos Anjos 2



Fonte: MACAGI, 2018.

Figura 61 - Igreja Bom Jesus do Socorro (Pescaria Brava, SC)



Fonte: MACAGI, 2018.

Figura 62 - Farol de Santa Marta



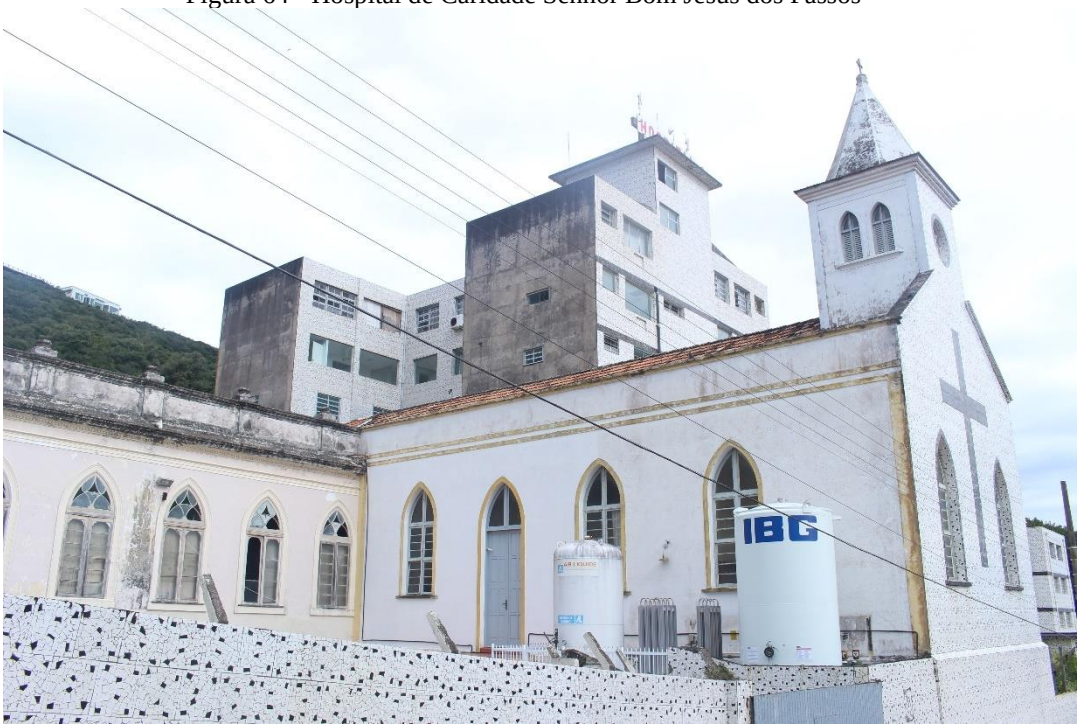
Fonte: MACAGI, 2016.

Figura 63 - Antiga estação de trem no bairro Campo de Fora



Fonte: MACAGI, 2018.

Figura 64 - Hospital de Caridade Senhor Bom Jesus dos Passos [128]



Fonte: MACAGI, 2018.

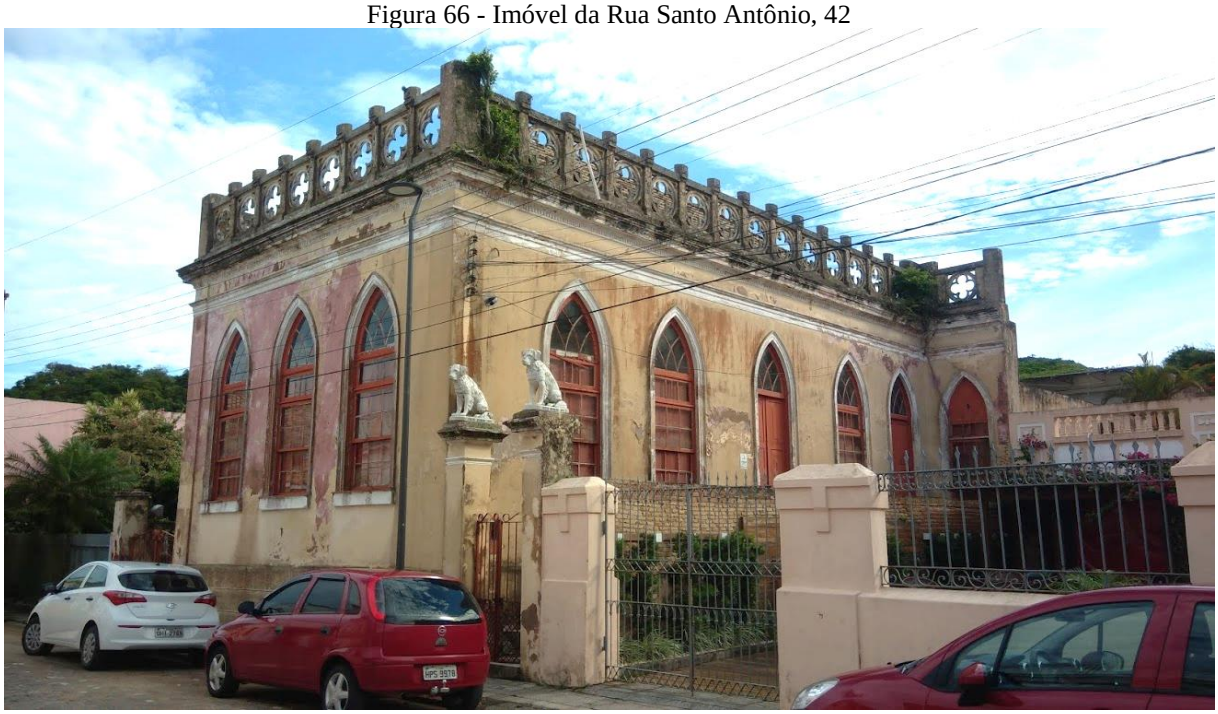
Figura 65 - Biblioteca Pública Municipal Professor Romeu Ulysséa 2[129]



Fonte: MACAGI, 2018.

[128] A ala antiga referida pela entrevistada (CARDOSO, 2018) trata-se do anexo à esquerda.
[129] Digno de nota – Entre as décadas de 1930 e 1960, o edifício abrigou o colégio Ginásio Lagunense, onde grande parte dos entrevistados estudaram.

Figura 66 - Imóvel da Rua Santo Antônio, 42



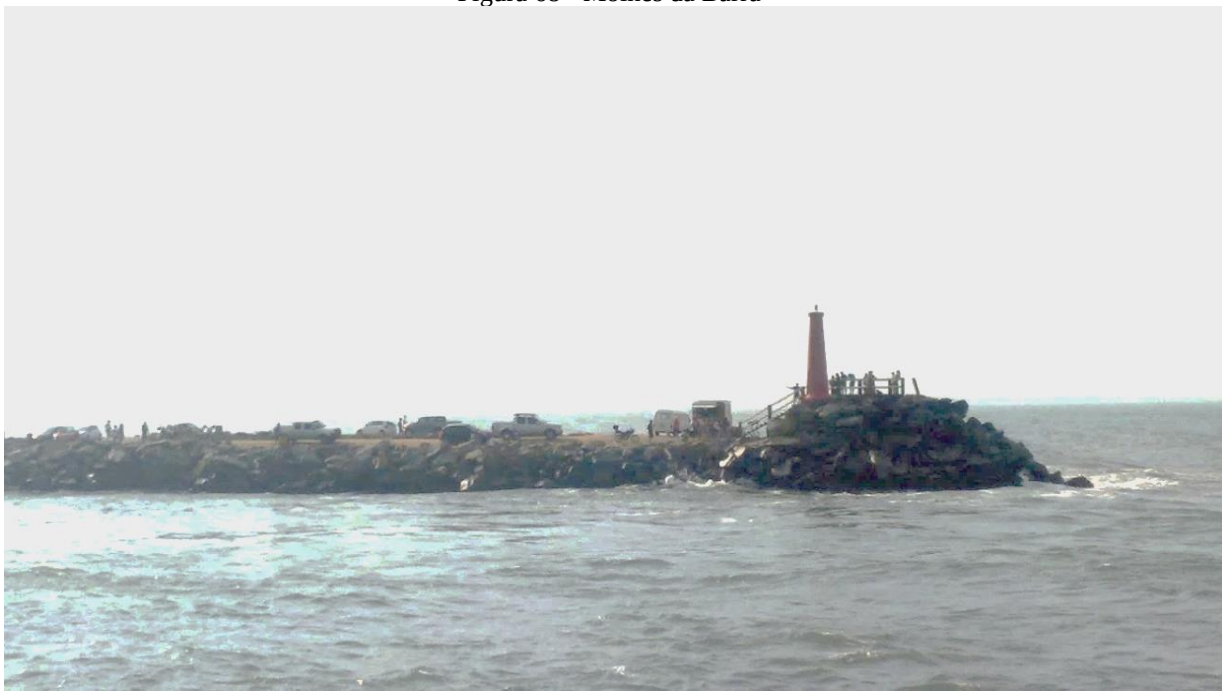
Fonte: MACAGI, 2018.

Figura 67 - Antiga casa da família Figueiró



Fonte: MACAGI, 2018.

Figura 68 - Molhes da Barra



Fonte: MACAGI, 2018.

Vale notar, que nenhum dos moradores citou elementos referentes ao patrimônio arqueológico, enquanto a região é conhecida por ser uma referência nacional nessa questão, especialmente com relação aos sambaquis. Para a arqueóloga Deisi Scunderlick Eloy Farias, “o monumento ou objeto [sambaquis], para a população, não contêm implicitamente importância histórica, e essa deve ser construída pela sociedade que detêm como patrimônio”. (FARIAS, 2000, p. 83). Por esses sítios não possuírem vínculos de experiência de vida com os entrevistados ou a memória histórica local, fundamentada na colonização açoriana, esses colaboradores acabam por não identificar os bens arqueológicos como o “seu patrimônio”.

Com relação a objetos, os entrevistados também manifestam uma compreensão do patrimônio naval, citando a necessidade de proteção de canoas e embarcações, e também exprimem uma preocupação com o desaparecimento de obras sacras da Igreja de Santo Antônio dos Anjos, coleção do Museu Anita Garibaldi (Casa de Câmara) e a Coleção de Wolfgang Ludwig Rau (coleção de objetos dedicada ao casal Anita e Giuseppe Garibaldi).

Com relação ao patrimônio ambiental, nomeiam destacadamente a lagoa de Santo Antônio dos Anjos da Laguna (lagoa de água salgada que banha a cidade) (Figura 69) enquanto patrimônio ambiental e imaterial, ao se referirem aos usos da lagoa, reclamando a volta de sua apropriação para navegação e turismo, assim como os da proteção dos botos e o camarão, principal local destaque de pescados, os quais se encontrariam em ameaça devido à poluição e

à pesca predatória. Alguns moradores também identificam as praias enquanto patrimônio, preocupados com a verticalização do bairro do Mar Grosso.

Figura 69 - Lagoa de Santo Antônio (Centro)



Fonte: MACAGI, 2016.

3.3.4.2 Bens imateriais

3.3.4.2.1 A festa de Santo Antônio e açorianidade

No que diz respeito ao patrimônio imaterial, as práticas religiosas da Igreja Matriz de Santo Antônio dos Anjos possuem um papel de destaque, com suas procissões, a Irmandade de Santo Antônio (1753-), o Coral de Santo Antônio, em especial a festa de Santo Antônio, com sua trezena ainda rezada em latim, e os tradicionais festejos na Praça Matriz. O apego sentimental e a devoção ao santo e à imagem localizada na Igreja Matriz são manifestadas por vários entrevistados, inclusive através de contos populares.

> SOUZA, M. S.- Dizem que uma determinada época. Um determinado comerciante saiu apressado porque tinha que pegar o navio. Tava quase na hora. Chegou na corrida. Quando já estava embarcando, lembrou-se de que era uma época que chovia muito em Florianópolis e ele tinha esquecido do guarda-chuva. Aí rezou o responso do Santo Antônio, que até hoje é rezado durante as trezenas...
> SOUZA, M. S. R. – É! As missas de terça-feira.
> SOUZA, M. S.– ...As missas de terça-feira: “Se milagres queres achar...
> SOUZA, M. S. R. – Desejais!
> SOUZA, M. S. – Desejais e recorrei a Santo Antônio...

> SOUZA, M. S. R. – ...Tereis fugido do demônio e das tentações infernais...
> SOUZA E SOUZA - ...Recupera-se o perdido, rompe-se a dura prisão...
> SOUZA, M. S. R. -...E no auge do furacão segue o mar embravecido"
> SOUZA, M. S. – Ele então rezou isso para que alguém se lembrasse e visse seu guarda-chuva e trouxesse para ele. Mal terminou de rezar...
> SOUZA, M. S. R. - ...O responso...
> SOUZA, M. S. - ...Já viu um empregado da casa correndo com...
> SOUZA, M. S. R. - ...O guarda-chuva...
> SOUZA, M. S. – E quando ele rezava fez umas promessas para fazer quando chegasse em Floripa. Aí quando ele mal terminou, o menino já vinha correndo com o guarda-chuva, e ele assim: "Ah não! Isso aí não foi nem fruto da reza. Então, a minha promessa vai ficar sem efeito." "Joga!". O cara pegou o guarda-chuva e jogou. Quando jogou, o guarda-chuva abriu e caiu na água. Ninguém brinca com Santo Antônio!
> [risos]
> SOUZA, M. S. – Essa é uma parte folclórica dos fatos reais, né? (SOUZA; SOUZA, 2017, 01:05:36).

Durante as procissões, a imagem circunda o centro histórico, no percurso os fiéis soltam foguetes, amarram bexigas e preparam altares em frente às suas casas e assistem à passagem da procissão pelas janelas. Por sua vez, a imagem é virada para as casas em gesto de agradecimento e benção. As procissões poderiam ser encaradas como um "patrimônio em movimento" em um processo de interanimação, no qual ocorrem trocas simbólicas na área tombada e bairros vizinhos, entre objetos, corpos, lugares e afetos. (TAMASO, 2015).

Figura 70- Procissão de Santo Antônio



Fonte: MACAGI, 2017.

Figura 71 - Altar em casa do Centro Histórico durante a Procissão de Santo Antônio



Fonte: MACAGI, 2017.

Outra identidade local referente ao que poderia ser entendido como patrimônio imaterial seria o que os entrevistados caracterizam como cultura açoriana, usada não somente para se referir às casas de estilo arquitetônico luso-brasileiro, mas como uma série de práticas culturais, como as danças típicas (a exemplo do Boi de Mamão e Pau de Fita), cantigas de roda (como a Ratoeira e o Terno de Reis), culinária, artesanato (como a Renda de Bilro e o Pão por Deus). Essas manifestações folclóricas são lembradas de forma mais recorrente pelos memorialistas locais, que se queixam do desaparecimento dessas práticas, pouco aproveitadas pelas políticas públicas. De fato, essas manifestações, como o Boi de Mamão e a Renda de Bilro, ainda podem ser identificadas, mas em bairros mais afastados da cidade como a Ponta da Barra ou o distrito de Ribeirão Pequeno. Artesãos também se queixam da ausência de espaços para exposições de arte contemporânea, a suspensão de atividades do mercado público (onde era um ponto de venda de artesanato) e da Feira Livre (da Praça Matriz), por ser realizada em poucos dias do mês e restrita somente aos domingos.

Alguns autores constatam a construção de uma identidade catarinense entre as décadas de 1940 e 1960 pelo IHGSC, calcada no açorianismo, nas etnias alemãs e italianas. Tais políticas de memória partiriam de disputas partidárias a nível local e procuravam combater a compreensão do imigrante açoriano como ocioso e economicamente fracassado, a fim de enfatizar o legado cultural desse grupo étnico. Esses discursos seriam constituídos com o objetivo de abnegar a "presença estrangeira" no Estado durante o período pós-Segunda Guerra,

para assim fomentar uma ideia de nação originária da colonização portuguesa, deixando de lado outras manifestações identitárias. (SAYÃO, 2004).

O historiador, médico, político e folclorista lagunense Oswaldo Rodrigues Cabral[130]possuiria um papel de destaque nessas discussões. Procurando dar continuidade aos trabalhos de Gilberto Freyre a nível regional, o autor se dedicou a demonstrar a importância da colonização de imigrantes vindo da ilha de Açores na formação de Santa Catarina, com ênfase em sua contribuição ao comércio, política, cidades, cultura regional, assim como, na formação e defesa do território nacional. Nesse sentido, o autor também possuiria um papel significativo na valorização da figura do bandeirante, como forma de estabelecer um vínculo a história brasileira. Assim, através da atuação dos bandeirantes Domingos de Brito Peixoto (fundador da cidade) e, posteriormente, seu filho Francisco de Brito Peixoto (desbravador do território rio-grandense), atentar-se-ia à importância política de Laguna na região sul. Essas personalidades seriam representativas da importância da brasilidade no Sul e do sacrifício heroico e devoção de Laguna à Coroa portuguesa (na expansão das fronteiras) e grandeza da pátria, sendo esse martírio responsável inclusive pelas dificuldades econômicas passadas pela localidade. (BITENCOURT, 1997; SAYÃO, 2004; GONÇALVES, 2006).

3.3.4.2.2 O caso do carnaval de Laguna

O carnaval também é citado como uma referência cultural pelos idosos. Inicialmente, os carnavais eram concentrados nos desfiles dos Clubes Congresso Lagunense (Figura 72) e Clube Blondin (Figura 73e 74, em que seus respectivos blocos carnavalescos Bola Branca e Bola Preta desfilavam em suas intermediações e conhecidos por suas disputas acirradas. Esses clubes eram então localizados na Praça Matriz e eram frequentados por classes mais abastadas e "famílias tradicionais", em especial o Clube Congresso Lagunense, no qual, alguns entrevistados comentam que os moradores de baixa renda e afrodescendentes eram impedidos de frequentar[131]. Esses por sua vez, participariam de atividades em clubes de outros bairros como o Clube Anita Garibaldi (Campo de Fora) e Sociedade 13 de Maio (Magalhães), sendo a

[130]Também listado na bibliografia do parecer histórico de Drummond acerca da Casa de Câmara (apesar de não mencionado diretamente), o lagunense Oswaldo Rodrigues Cabral também é considerado a nível estadual como um dos primeiros colaboradores e inventariantes do IPHAN nos primeiros tombamentos ocorridos em Santa Catarina (referentes a fortificações militares), apesar de não se encontrar informações em arquivos do IPHAN, nos quais as cartas de Rodrigo Melo Franco de Andrade induzem que o historiador paranaense David Carneiro seria responsável por esse papel. (GONÇALVES, 2016).

[131]Algumas produções acadêmicas (LUCENA, 1998; ROSA, 2011) também enumeram a Praça Matriz como um espaço de segregação social, mas os moradores da geração entrevistada consideram que isso não mais ocorria em sua juventude.

Sociedade Recreativa União Operária dedicada a um ponto de reafirmação da identidade negra no Centro Histórico.

Figura 72 - Clube Congresso Lagunense[132]



Fonte: MACAGI, 2018.

[132] Localizada na Praça Matriz, essa é a segunda edificação do clube no mesmo local, sendo construída em 1930. A anterior seria inaugurada em 1890. (LUCENA, 1997).

Figura 73 - Antiga sede do Clube Blondin[133]



Fonte: MACAGI, 2018.

[133] Sede do Clube Blondin entre 1917-1945, quando a sociedade recreativa transferiu para o outro lado da praça (LUCENA, 1997). Atualmente, a edificação comporta o Escritório Técnico do IPHAN em Laguna (SC).

Figura 74 - Atual sede do Clube Blondin[134]



Fonte: MACAGI, 2018.

O carnaval de rua também possuiria um papel como espaço territorialidade negra, além do fomento de um ambiente mais democrático de celebração pelas ruas do centro histórico. Nesse sentido, os moradores entrevistados representantes e frequentadores do Clube União Operária demonstram especial apreço pela Escola de Samba Vila Izabel (fundada em 1958), localizada no centro histórico.

> [...] uma escola de samba, por exemplo. Eu participo também compondo, trabalhando com letras de samba-enredo e tal. Isso é muito importante! Você não sabe como isso dá uma autoestima importante para a comunidade negra. É fundamental isso aqui. E tanto aqui como no Rio de Janeiro e Florianópolis e tal. Porque esse envolvimento, que muitas vezes a gente buscou sempre temáticas que envolvessem a história afro-brasileira, que é uma forma de você também fazer cultura e também educar e dar conhecimento. (REIS, 2017b, 00:05:10).

> REIS - O carnaval de rua, que era chamado pejorativamente de “batuques”, que não eram bem vistos, assim, em termos de “batuqueiro” era uma coisa assim meio depreciativa. Não tinha um bom olhar da...
> MACAGI – Esses que eram na praia?
> REIS – Era na praia. Isso.
> MACAGI – No Mar Grosso?
> REIS – No Mar Grosso. Era o Batuque. O meu pai me contou que aí um grupo do Magalhães, com mais um grupo daqui de cima [Morro da Glória], certo? Aí meu pai mencionou o Catarina (que já faleceu), meu pai e mais algumas pessoas lá do Magalhães que criaram o Xavantes, certo? Tá me fugindo alguns nomes que não consigo dizer agora [...]. O que que eles fizeram? Eles arranjaram uns cavalos, na área do Mar Grosso. Que ali tinha muito pasto. Não era assim ocupado como é hoje. Urbanizado. Então, era uma área, assim: tinha o mar e restinga, pastos. Pegaram os

[134] Conforme informado pelo antigo presidente do Clube Blondin, essa sede, localizada na Praça Matriz, seria utilizada a partir de 1945. (RODRIGUES, 2018).

> cavalos. Eles arranjaram umas tintas. Pintaram-se todos, quer dizer, se camuflaram de cor escura, aí quer dizer, não tinha branco, não tinha preto, que tava tudo escuro, tudo pintado, aquela coisa toda. Montaram e fizeram tipo umas tangas e saíram a cavalo, batucando e invadiram o centro da cidade, começou o carnaval de rua assim, que foi o Xavantes. Isso meu pai me contou que foi a primeira saída. Então, quer dizer, houve uma espécie de invasão da praia no centro e dali começou o carnaval. (REIS, 2017a, 00:44:00).

Em sua dissertação, o antropólogo Aloísio Luiz dos Reis (1996) discorre sobre a territorialidade negra na cidade a qual se dividiria em três momentos: com as irmandades religiosas negras (Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, Nossa Senhor do Bom Parto e Nossa Senhora da Conceição); com a participação em sociedades musicais (União dos Artistas, 1860, e Carlos Gomes, 1881); em sociedades recreativas (União Operária, 1903, e Clube Literário Cruz e Sousa, 1914-1957/58) e, por fim, com o carnaval de rua. Nesse sentido, para o autor, o carnaval seria o último território representativo da identidade afrodescendente (Figura 75).

Figura 75 - Desfile da Escola de Samba Brinca Quem Pode

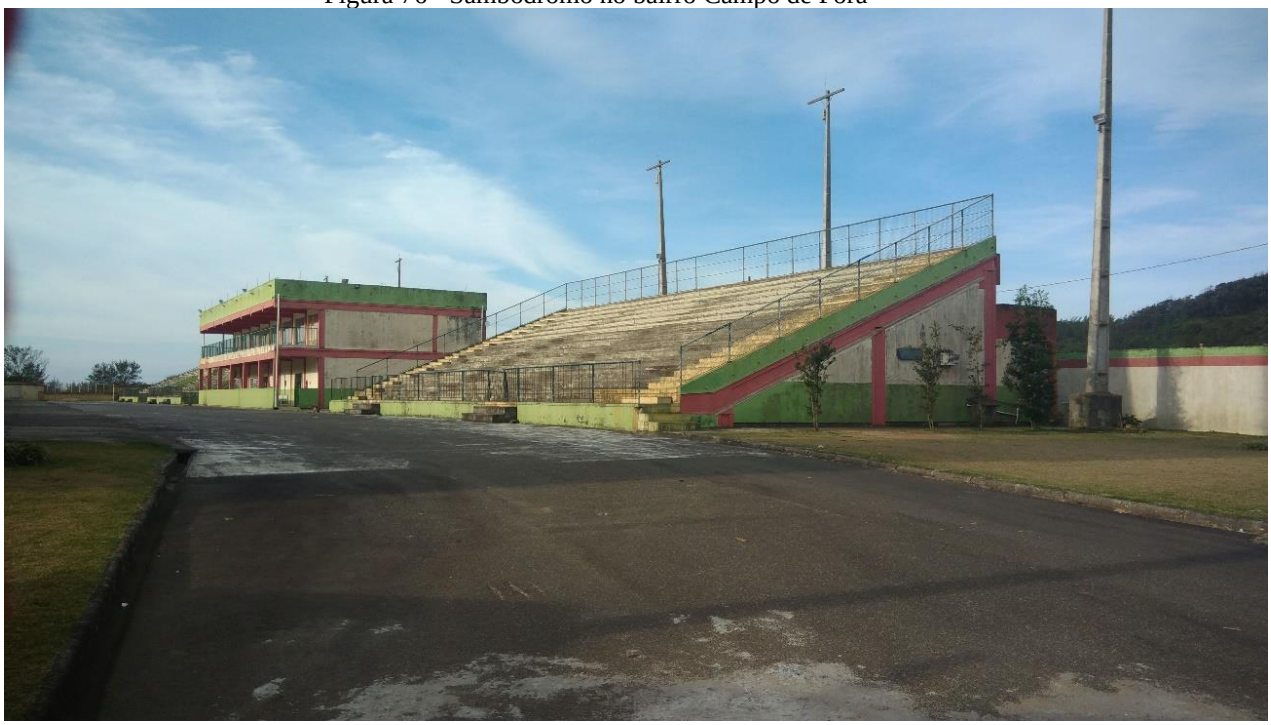


Fonte: MACAGI, 2018.

Desde a criação da primeira escola de samba, o Clube Carnavalesco Xavante, no bairro do Magalhães em 1946, os desfiles seriam realizados nas ruas principais do centro. Alguns colaboradores que se identificam com a cultura açoriana comentam uma tentativa de profissionalizar o carnaval de Laguna, tomando por base as escolas de samba da cidade do Rio de Janeiro, o que, segundo eles, tirou características que demarcavam a celebração a nível local, como a significativa presença de instrumentos de sopro, marchas-rancho, blocos e apresentações folclóricas açorianas.

No ano de 2007, sob a argumentação de que as ruas do centro histórico não mais comportavam os desfiles, a prefeitura criou um sambódromo no bairro do Campo de Fora (Figura 76), causando pouca adesão da população. Em contrapartida, a partir do final dos anos 1990, houve iniciativas bem-sucedidas de blocos pagos no bairro do Mar Grosso. Alguns idosos não aprovaram esses eventos, visto como um transtorno devido ao grande afluxo de turistas, outros poucos elogiaram o empreendedorismo dos realizadores lagunenses. Atualmente, a grande concentração de lagunenses durante o período carnavalesco ocorre durante o Bloco da Pracinha (fora do circuito de blocos pagos) (Figura 77), no bairro Magalhães.

Figura 76 - Sambódromo no bairro Campo de Fora[135]



Fonte: MACAGI, 2018.

[135] Por um breve período o sambódromo serviu de campus provisório para o curso de arquitetura da UDESC e atualmente abriga atividades do Governo do Estado de Santa Catarina.

Figura 77 - Bloco da Pracinha (Magalhães - Mar Grosso)



Fonte: Marco Bocão In: Laguna in foco, 2018.[136]

De todo modo, a maioria dos entrevistados não se identifica com esses eventos, considerando a saída do carnaval do centro histórico como o fim definitivo desses vínculos.

> É! Mas outra coisa também foi o carnaval. Isso aqui era uma festa. O centro era uma festa. Florianópolis tá voltando com isso, com aqueles blocos, com aquilo tudo no centro. Tem que reativar esse centro, é uma coisa morta, não tem nada. Se alguém na Laguna, e dissesse: "O que? Aqui tem carnaval?'. Vai dizer que é mentira, porque o centro não absolutamente nada. Levaram os blocos lá pra aquele sambódromo e morreu. (SOUZA, M. S.R. In: SOUZA; SOUZA, 2017, 00:14:11).

Também vale notar que, muito do pessimismo presente nas entrevistas ocorre porque, durante o período em que foram realizadas (entre 2016 e 2017), houve uma suspensão de recursos da prefeitura para as escolas de samba, por conta de problemas com a prestação de contas. No carnaval de 2018, esse financiamento voltaria e as escolas desfilariam no centro histórico no pré-carnaval.

[136]Disponível em: http://lagunainfoco.com.br/programacao-carnaval-2018. Acesso em: 29 nov. 2018.

3.3.4.3 Sobre a memória: bens esquecidos e “invisibilizados”

Por meio das entrevistas, pode-se constatar que a representação de patrimônio dos entrevistados ainda está em muito restrito a edificações, talvez pela convivência cotidiana dos cidadãos com patrimônios arquitetônicos tombados. Intencionalmente, a seleção dos entrevistados abarcou participantes de variadas associações culturais e religiosas existentes no centro histórico com a expectativa de que essas pessoas afirmassem sua prática cultural como patrimônio local, mas isso ocorreu raramente. Isso ocorreria com alguns usuários da Igreja Matriz e o maestro da Sociedade Musical Carlos Gomes (Figura 78), o qual profere: “Eu acho que a Carlos Gomes é um símbolo histórico para Laguna. A última coisa histórica que a Laguna tem é a Carlos Gomes. Tudo acabou”. (OLIVEIRA, 2017a, 01:32:49). O presidente da Sociedade Musical União dos Artistas, considerada como a banda civil mais antiga em atividade do Brasil (fundada em 1860), quando perguntado o que considerava “patrimônio” na cidade, não cogitou a própria sociedade.

Figura 78 - Banda Carlos Gomes na Procissão de Santo Antônio



Fonte: MACAGI, 2018.

Feita essa pergunta, alguns entrevistados se declararam inaptos para responder, outros confundiam “patrimônio” como “propriedade”. Isso não significa que essas pessoas não se dedicavam ou atuavam em suas associações em busca de apoio e inventivos, mas que o conceito de “patrimônio” não era apropriado em suas lutas cotidianas por não considerarem que se

incluiriam em um discurso de patrimônio autorizado e já consolidado. Nas entrevistas, muitos moradores referenciam o Mercado Público como um patrimônio cultural local (imagino que talvez seja tão lembrado devido à sua paralisação), mas quando perguntado a um antigo feirante do estabelecimento, que o considera um "patrimônio público", ele demonstra preocupação maior com a manutenção de suas atividades do que com a edificação propriamente dita, ou seja, com sua dimensão performática, apesar de demonstrar uma relação afetiva com o local. Apesar de ser um local de uso corriqueiro por muitos lagunenses, apenas um morador (SPILLERE, 2018) se lembrou de citar a Fonte da Carioca como um patrimônio (me questiono se seria pelo motivo de não correr um risco de perda imediato).

Os presidentes das respectivas bandas civis, Carlos Gomes e União dos Artistas[137], as quais tiveram uma significativa participação de escravizados durante sua história, não mais as reconhecem como um traço identitário. Mobilizações do movimento negro no campo da memória, ainda são recentes e pode se constatar uma procura de resgate de uma memória coletiva em risco de desparecimento, a ponto de Reis (1996) se utilizar do termo "invisibilidade" para definir a maneira pela qual as contribuições dos grupos afrodescendentes em Santa Catarina são negligenciadas pelas políticas de memória.

Recentemente, houve um incentivo de políticas patrimoniais da prefeitura referentes à Igreja do Rosário (localizada no centro histórico, entre 1845-1933, (Figura 79). Quando perguntado aos entrevistados, muitos demonstram conhecer muito pouco sobre a igreja, o que é compreensível uma vez que muitos dos entrevistados nasceram após sua derrubada. Os colaboradores que se identificam enquanto afrodescendentes demonstram saber muito pouco.

[137] Apesar de citado, o presidente da Sociedade Musical União dos Artistas, Maurício José Espindola foi excluído da análise devido ao recorte de idade, mas sua entrevista se encontra disponível na integra para acesso a pesquisa no Escritório Técnico do IPHAN em Laguna (SC).

Figura 79 - Porto de Laguna, com a Igreja do Rosário ao fundo



Fonte: ETEC do IPHAN em Laguna, (s.d).

A igreja teria sua construção iniciada em 1845 pelos escravos, mas nunca concluída internamente, sendo eventualmente abandonada e demolida pela municipalidade em 1933. (REIS, 1996). Alguns autores defendem que a derrubada da igreja faria parte de um processo maior de demolições e expropriações de moradores de baixa renda no centro histórico no fim do século XIX e início do século XX a partir de uma política higienista, auxiliada através da criação de práticas excludentes, como a criação de normas de postura e a reestruturação de espaços de sociabilidade. (ROSA, 2011; SAYÃO, 2015). Essas demolições acabariam por fazer parte de uma política de memória em que seriam obliterados lugares de memória caros de determinados grupos sociais não contemplados pela administração municipal. Algo similar ocorreria na década de 1980, com a construção de um monumento em homenagem ao maçom Jerônimo Coelho[138] (ver capítulo 1) no Lago do Rosário, praça assim nomeada por ser situada na entrada do morro da antiga igreja. Trata-se de uma disputa de territorialidades que envolvem o campo da memória, em que um lugar de memória de um grupo social é apropriado e ressignificado em nome da memória coletiva de outro, na época com o apoio político da municipalidade.

Após a derrubada da Igreja do Rosário, algumas devotas da Igreja Matriz resgataram a imagem da Nossa Senhora do Rosário e a transfeririam para uma nova igreja, dedicada a Nossa Senhora Auxiliadora, criada em 1938, no bairro Progresso. Alguns entrevistados, que se

[138] Ver nota 38.

identificam como afrodescendentes, criticam a mudança do nome da aparição de Nossa Senhora, assim como a mudança do antigo nome do bairro de Roseta para Progresso. O processo de ocupação do Bairro Roseta teve início em 1930, com a ocupação de famílias pobres e posteriormente proletárias na região, característica a qual, para Reis (1996), seria perdida através da dispersão dos moradores, seja devido à crescente valorização imobiliária ou ao crescimento populacional.

As manifestações como as Festas de Iemanjá, na praia do Mar Grosso (Figura 80), são bem frequentadas e recebem o apoio da prefeitura municipal. Ademais, com o passar dos anos, as religiões de matriz africana também sairiam do espaço do centro histórico para bairros como o Magalhães e Progresso. Na área tombada, ainda se encontra o Centro de Umbanda Casa de Xangô, contudo, sua representante, que se auto intitula como benzedeira, declara em entrevista que a mesma não se trata de uma casa aberta ao público, dedicando seus trabalhos a familiares e amigos próximos. (FERNANDES, 2018). Essa moradora do centro histórico já participara do terreiro de sua mãe, o Centro Espírita Tenda de São Jorge, aberto ao público e localizado no Morro da Glória, mas este fora fechado após o falecimento dela. Da mesma forma, a colaboradora expressou seu desejo do mesmo acontecer com seu centro após seu óbito. Nesse caso em particular, a moradora não identificou sua prática cultural como um “patrimônio cultural” e manifestou desconhecimento do tombamento de terreiros pelo IPHAN. (FERNANDES, 2018).

Figura 80 - Festa de Iemanjá (Mar Grosso)



Fonte: MACAGI, 2018.

Por fim, houve entrevistados, especialmente os memorialistas, que consideravam toda cidade como patrimônio, além da área tombada. Nesse caso, ocorre uma generalização desse valor patrimonial, que muitas vezes seria confundido com um valor de memória propriamente dito, um sentimento de bairrismo pela cidade. Esse seria um valor de memória histórica já consolidada, fundamentado: na colonização açoriana; no papel de Laguna na expansão das fronteiras meridionais; na defesa do território nacional; na formação do Rio Grande do Sul; além de seu destaque na Revolução Farroupilha, com a declamação da República Juliana, contando com a participação de vultos históricos na história nacional como a Anita Garibaldi; valores que um morador aponta serem ensinados em aulas de civismo da escola (ROSA, 2018). Esses seriam os mesmos valores defendidos pela administração municipal e pelos intelectuais locais, nas documentações encontradas nos tombamentos do Centro Histórico de Laguna (ver capítulo 2) e, destacadamente, a Casa de Câmara de Cadeia (ver capítulo 1) Em alguns casos, alguns entrevistados consideram que essa identidade seria ameaçada além da perda de interesse da juventude ou por "quem é de fora", como: turistas, comerciantes de outras cidades, estudantes do campus local da UDESC ou mesmo pelo próprio IPHAN. O patrimônio seria, portanto, percebido como um processo ativo de construção e negociação de sentido através da memória.

Mas também, vale notar a existência de memorialistas e estudiosos que se identificam aos grupos afrodescendentes defendendo: a importância de locais como a Sociedade Recreativa União Operária, de bairro Progresso, Campo de Fora e morros circunvizinhos à área tombada, a memória da Igreja do Rosário, Nossa Senhora Auxiliadora e tradicionais das escolas de samba, além de figuras icônicas como o poeta João da Cruz e Souza[139]. Esses dois grupos de entrevistados não necessariamente divergem entre si, uma vez que esses discursos muitas vezes se entrecruzam, mesclam-se e reconhecem um ao outro.

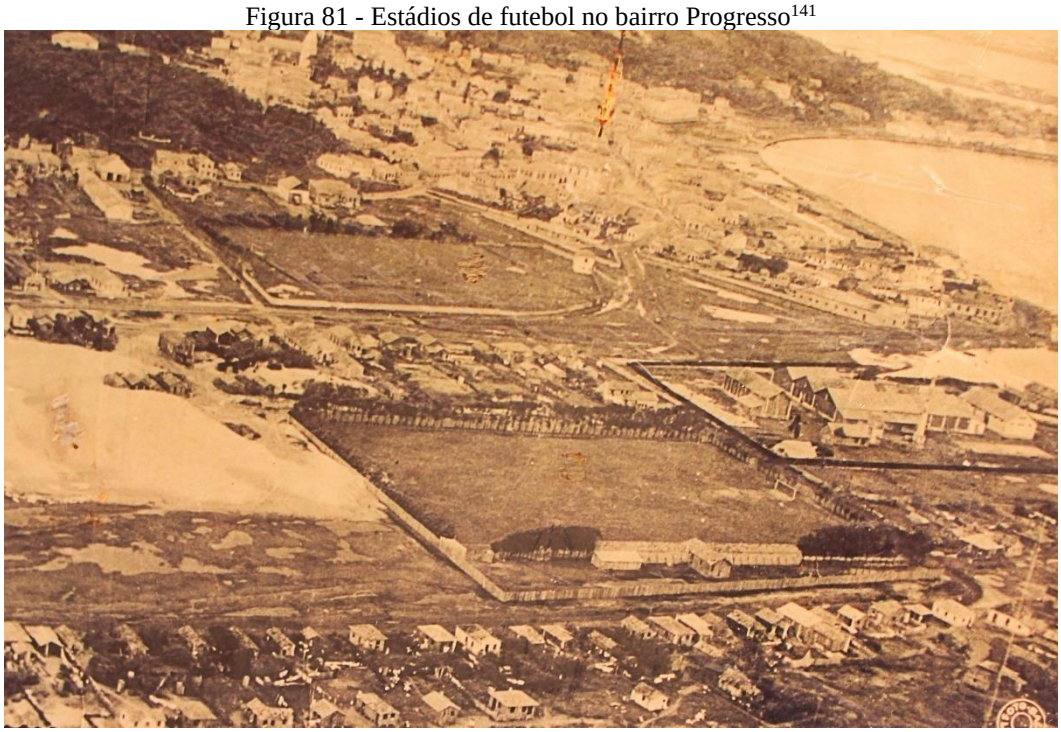
3.3.5 A cidade do "já foi"

Durante as entrevistas, os entrevistados comumente designam Laguna como a cidade do "já foi", uma cidade com um passado grandioso, mas que agora se encontra em fase de declínio, abandono, arruinamento cuja todas as suas referências de identidade estariam desaparecidas, em risco ou iminência de desaparecimento. Seria a cidade que perdeu o porto, juntamente com suas grandes casas comerciais, fábricas, estaleiros, trens e estações; o carnaval; clubes de alta

[139] De acordo com Reis (1996) e alguns entrevistados, o referido poeta foi designado para assumir o cargo de promotor em Laguna em 1884, mas não teria aceitado a nomeação devido a uma forte reação contrária da política local, devido ao fato de ser afrodescendente.

sociedade, como Congresso Lagunense, Blondin, ou mesmo clubes de bairro, como a Sociedade Recreativa Anita Garibaldi (Figura 83); cinemas; clubes de resgatas; times de futebol amadores (Barriga Verde, Lamego e Flamengo – Figura 81), assim como os estádios, ou campos de várzea; grupos de serestas; cenário artístico e de boêmia no centro histórico; aeroporto (Figura 82); procissões e diminuição de frequentadores das restantes; Igreja do Rosário; acervos de museus e obras sacras da igreja; casarões do centro histórico; hospital; bares no centro histórico; hotéis; festividades açorianas; grupos de teatro; o Baile Público[140]; os grandes programas de auditório e radionovelas das rádios locais; perda do Morro da Glória como espaço de lazer, como uso de trilhas, espaços de recreação e festejos.

Figura 81 - Estádios de futebol no bairro Progresso[141]



Fonte: Coleção Fotográfica de Dalmo Mendes Faísca. Produtor: Foto: Bacha, (s.d).

[140] De acordo com um dos entrevistados, os bailes públicos eram realizados na Praça Matriz, durante o período de carnaval entre as décadas de 1980 e 1990, como iniciativa da prefeitura em compensar o declínio dos clubes nas praças. (SOUZA, 2018).

[141] Estádios dos times Barriga Verde (abaixo) e Lamego, posteriormente Flamengo, (acima) no bairro Progresso.

Figura 82 - Antigo Aeroporto de Laguna (bairro Mar Grosso)



Fonte: Coleção Fotográfica de Dalmo Mendes Faísca, [1956].

Figura 83 - Antiga sede da Sociedade Recreativa Anita Garibaldi (Campo de Fora)



FONTE: MACAGI, 2018.

Nesse sentido, os narradores possuem uma representação própria do tempo, aqui entendida como uma construção cultural entre as experiências e as expectativas coletivas, entre um passado grandioso e um futuro desolado, em uma trajetória em declive num presente marcado pela descontinuidade. (KOSELLECK, 2006; HARTOG, 2013). Bitencourt (1997) nomeia esse sentimento como itinerário do atraso, o qual não estaria atrelado a um declínio

econômico e industrial, como os entrevistados identificam, mas devido a uma continuidade da historiografia local consolidada[142].

> No enfrentamento destes combates os intelectuais lagunenses lutaram com a arma mais potente que tinham, as representações do passado da cidade. Inventaram, então, uma tradição de cidade história para Laguna. Porém, esta visão acabou por fomentar a ideia de atraso, de um passado bem mais importante que o presente. Esta opção de seus poderosos, fez com que das pretensões de desenvolvimento econômico restassem apenas sonhos e quimeras e desse vazão à construção de uma sociedade de memória, ou melhor, de história, ancorada em espaços de materialização da memória, constantemente se refugiando no passado. (BITENCOURT, 1997, p. 18).

Apesar dessas enumerações, o Clube Blondin, o hospital e o porto pesqueiro no bairro do Magalhães, ainda se encontram em atividade, mas os moradores não os reconhecem, talvez devido à atividade reduzida e às dificuldades financeiras pelos quais passam os estabelecimentos. Também ainda ocorrem atividades de carnaval e existem manifestações de cultura açoriana, assim como clubes de futebol amadores, de futebol de salão e campos de várzea e as rádios ainda são um meio de comunicação de relevante alcance social. Apesar disso, muitos desses fatores ocorrem ou possuem maior recepção em regiões afastadas do centro de Laguna, o que talvez explique o desprendimento de laços com os usuários da área tombada entrevistados.

Mas talvez o caso mais curioso seja a ausência de laços com o atual Cine Teatro Mussi (Figura 84). Localizado no centro histórico, o Cine Mussi foi inaugurado em 1950, o edifício *art déco* foi projetado pelo arquiteto suíço e estudioso de Anita Garibaldi, Wolfgang Ludwig Rau, sendo que suas atividades seriam encerradas na década de 1980. Durante seu período de funcionamento, seria o cinema mais frequentado da geração entrevistada, cujos moradores guardam uma grande memória afetiva, se lembram dos bancos, das músicas de aberturas das sessões, além de ser um local onde muitos dos casais de entrevistados namoravam. Não mais em funcionamento, o edifício foi adquirido pelo IPHAN em 2009, sendo restaurado e reinaugurado em suas funções originais em 2014, sob administração do SESC Laguna. Apesar de sua revitalização, essa geração não frequenta as programações, participando de alguns eventos pontuais e inclusive, no cotidiano de atividades do escritório técnico local, é comum

[142] Na dissertação "Clio Positivada: a Artesania da Cidade Histórica de Laguna", o historiador João Batista Bitencourt procura desnaturalizar a representação sobre a identidade de cidade histórica de Laguna, entendida como um constructo de produção intelectual de nomes como José Johanny, Saul Ulysséa, Ruben Ulysséa e Oswaldo Cabral. Segundo o autor, esses intelectuais se apropriaram da história de Laguna, a fim de utilizá-la como arma em um campo de disputas contra seu processo de marginalização na economia regional e reafirmá-la enquanto polo cultural e histórico.

alguns moradores idosos dizerem que se recusam a visitar o cinema por discordância com opções de restauro, como a retirada dos bancos originais.

Figura 84 - Cine Teatro Mussi



Fonte: MACAGI, 2018.

Mas ainda assim, esses entrevistados possuem uma forte relação afetiva com o espaço tombado. Alguns memorialistas colecionam fotografias da cidade, possuem *blogs* que contam histórias antigas da cidade, além de cultivarem mudas da "figueirinha", árvore local representativa de Anita Garibaldi.[143] (Figuras 35 e 85).

> Inclusive a árvore da Anita já morreu, mas eu queria só te dizer, que eu tenho um sitiozinho aqui, na beira da estrada, e eu tenho uma figueira, que tô tratando muito bem, que é com semente daquela ali. Então eu, quando meus netos crescerem, sei lá se vai dar tempo, porque ela demora muito. Quero ter o orgulho de botar ali uma plaquinha e dizer 'Essa aqui é descendente da árvore que nasceu da quilha do Seival". Tá lá! Entendeu? Tá lá plantadinha! Bonitinha! [inaudível]. Quem é que vai saber fora meus filhos, que não seja tu, que eu plantei essa árvore lá? Mas eu plantei. (SPILLERE, 2018, 01:12:26).

[143] Ver nota 59.

Figura 85 - Árvore de Anita 2



Fonte: MACAGI, 2018.

O mesmo morador demonstra um elo identitário, geracional e afetivo com a Fonte da Carioca (Figura 86):

> Até hoje. Até hoje! Eu pego o meu carro e te mostro. Eu tenho uma garrafa de cinco litros de água mineral plastificada, que volta e meia eu passo na Carioca e pego água. Porque quando eu era criança era obrigado, eu e um irmão meu se revezar todo o dia, buscar uma garrafa de água, que lá em casa só se tomava água da Carioca. Só que na época era aquele garrafãozinho de vidro vinho, de cinco litros, e muitas vezes eu até ganhei até um puxão de orelha do meu pai. Porque eu ia buscar, e escorregava da mão a garrafa. A água era friazinha e escorregava. Como é que eu ia chegar casa dizendo que quebrei o garrafão? E ai meu pai: 'Tu não faz mais isso rapaz, onde é que eu vou arrumar outro garrafão!'. Porque nós quando tava em casa não se bebia, toda a hora, então meu pai tinha que ir em boteco, e quem é que tinha garrafão vazio para comprar? Entendeu? "Ó! E tu não me quebra mais esse garrafão!'. E é toda a tarde, antes de escurecer, e é um dia eu, um dia o meu irmão, lá pegava o garrafãozinho enchia da água e voltava em casa. Todo o dia tinha que estar aqui. E é até hoje! Eu tenho um garrafão desse sitiozinho que eu tenho. Todo o sábado eu passo ali de carro, encho dois galões e dá pra a semana toda tomar aquela aguinha. Faço suco, faço tudo com a água da carioca, não compro água mineral. Tá! Eu gosto disso aí. Vou lá, me sento as vezes num banquinho para ver, quando se chega: 'Ó! Tu aqui também cara [inaudível]'. Isso aí é o que eu cultivo. Entendeu? (SPILLERE, 2018, 01:15:42).

Figura 86 - Fonte da Carioca



Fonte: MACAGI, 2017.

Uma entrevistada (BAIÃO, 2017), defensora do tombamento, comentou no encontro ser sobrinha de Ruben Ulysséa, o mesmo intelectual que trocara ofícios com o IPHAN durante o processo de tombamento da Casa de Câmara e Cadeia (ver capítulo 1). Seria através do tio, juntamente com sua mãe, narra que aprendera uma sensibilidade pelo casario do Centro Histórico. Em determinado momento do encontro, o maestro da Sociedade Musical Carlos Gomes narra o percurso de canoa que fazia com seu pai, pescador e então maestro da banda, do Magalhães ao Centro Histórico durante sua infância (década de 1950):

> Então era assim, era umas casinhas, casas, as casas tipo colonial! Então, quando passava aqui a noite, ou de dia, remando de canoa, que passava pertinho, a gente já contemplava aquilo àquela época, achava tão bonito aqueles vidros todos coloridos, aqueles moldes de janelas de todas as dimensões. O formato das casas: não tinha uma parecida com a outra. Era de ponta a ponta. Eu sempre falo para todo mundo: 'Gente! Era coisa linda aquilo ali!'. Porque que naquela época, se tivesse um centro patrimônio histórico, adotasse aquilo ali, "Ninguém mexe nisso aqui. Deixa como tá aqui. Vamos repor", eu acho que no Brasil não tinha coisa mais bonita". (OLIVEIRA, 2017a, 00:54:17).

Em outro momento, compartilha uma marchinha que compôs para o Bloco da Pracinha para o carnaval de 2017:

> Explode Laguna
> Carnaval já chegou
> Pode enfeitar as avenidas

> Amarrar as cadeiras e os banquinhos
> Nas calçadas
> Pra ver passar
> A bandinha com figuras coloridas
> Lembranças que eu não posso esquecer.
> (OLIVEIRA, 2017a, 00:25:13).

Um memorialista local, e defensor do tombamento de 1985, procura explicar como seu sentimento pela preservação, seria despertado através da leitura de um trecho do livro Mila 18, de Leon Uris, em que se narra a reconstrução de uma mercearia em Varsóvia no pós-guerra.

> Eles estavam lá reconstruindo o local! Porque aquele local representava um pouco da alma daquele povo. Ali que o povo se reunia, se encontrava. Todas aquelas pessoas que tinham sido desaparecidas, que tinham sido mortas nos campos de concentração, que não tem sobrevivido, a alma deles estava naquele local ali. É ali que eles compravam pão, ali que eles conversavam e tudo mais. E aquilo ali começou a grande reconstrução de Varsóvia, com esse espírito né? E eu fiquei profundamente impressionado com isso. (RODRIGUES; RODRIGUES, 2018, 01:27:32).

O que o morador narra remete ao momento em que os homens "apertam o mesmo botão de seus instrumentos espirituais" (HUMBOLDT apud FRANCO In: IPHAN, 1986, p. 14), despertados pela a compreensão de experiência sensível do técnico Luiz Fernando Franco. Dessa forma, seria construída uma relação de identidade e afeto a partir da materialidade, sendo que a reconstrução da mercearia de Varsóvia, assim como a preservação do casario do centro histórico de Laguna, viria nos sentido de manter laços sociais e a memória das pessoas que ali viviam, aos moldes da "fotografia numa parede de minha casa" (SOUZA In: IPHAN, 1984, p. 69) ilustrada pelo relator do conselho consultivo Alcídio Mafra de Souza (ver capítulo 2).

Outro entrevistado, residente no Campo de Fora (fora da área tombada), menciona que, após o incêndio de sua casa, herdada de seus pais, reconstruiu-a sob as mesmas características. Nota-se, portanto, um apego à materialidade, sendo que preservar, restaurar, ou mesmo reconstruir, torna-se uma forma de manter esses laços identitários vivos, que se tornam mais eficazes quando tangível e concreto (SMITH, 2006), em lugares onde ocorrem evocações espontâneas de um passado perdido e ancorando suas referências identitárias.

Contemporânea do tombamento do centro histórico, essa geração entrevistada manifesta um profundo descontentamento e luta para reafirmar seus valores de tradição, relações sociais antigas e amor pela Laguna do passado. Utilizam-se da nostalgia como resposta ao sentimento de rupturas e descontinuidades da identidade local. A nostalgia seria uma emoção representativa da vida moderna, em uma era de mudanças rápidas e bruscas, em que "conforme a modernização erode costumes e expectativas [...] indivíduos e comunidade são forçados a re-

articular e recuperar o sentido do passado e para afirmar e renegociar o sentido de *habitus*".[144] (SMITH, 2006, p. 49, tradução nossa). Dessa forma, a emoção seria algo mediado social e culturalmente, em que

> Reflexões nostálgicas por essa comunidade [no texto original refere-se a classe trabalhadora] sobre seu passado é reconhecer explicitamente aspectos do passado tanto positivos como negativos e identificar aspectos valorizados do passado que eles querem ver reestabelecidos no presente e no futuro.[145] (SMITH; CAMPBELL, 2015, p.11, tradução nossa).

No caso dos moradores entrevistados, esse discurso de nostalgia atuaria como uma ferramenta de negociação: a favor da preservação do conjunto urbano tombado; ou contrária à gestão desse patrimônio pelo IPHAN, com o argumento de que esse não fora capaz de manter (ou, por vezes, resgatar) as formas de apropriação social ou cultural do espaço que lhes eram caras.

[144]No original: *"As modernization erodes customs and expectations, Brett argues, individuals and communities are forced to re-articulate and recover a sense of the past and to affirm or renegotiate a sense of habitus"*.
[145] No original: *"[...] nostalgic reflections by this community about their past is about explicitly recognizing both the negative and positive aspects of the past, and identifying valued aspects of the past that they want to see reinstated in the present and future"*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

> Sítios de patrimônio, lugares e museus e assim por diante podem certamente ser identificados como recursos textuais, através das quais narrativas específicas são escritas e negociadas e, portanto, se tornam ferramentas culturais do processo de lembrar.[146] (SMITH, 2006, p. 64, tradução nossa).

Após trinta e três anos, desde o encerramento do processo de tombamento do Centro Histórico de Laguna, as edificações do conjunto urbano permanecem, atestando o apogeu econômico enaltecido pela memória histórica da cidade, porém, isso não foi o suficiente para preservar sua carga simbólica: suas dinâmicas sociais e identitárias mudaram, assim como suas leituras, e essa perda seria especialmente sentida por seus usuários mais antigos. Tombada enquanto um documento informativo sobre a ocupação sulina, Laguna tornar-se-ia um documento de lutas e resistências entre produtores e usuários do espaço salvaguardado.

Figura 87 - Centro Histórico de Laguna



Fonte: MACAGI, 2018.

[146]No original: *"Heritage sites, places, museums and so forth may certainly be identified as textual resources around which specific narratives are written and negotiated and thus become cultural tools in the processes of remembering"*.

Figura 88 - Obra embargada pelo ETEC do IPHAN em Laguna 1



Fonte: MACAGI, 2018.

Figura 89 - Obra embargada pelo ETEC do IPHAN em Laguna 2



Fonte: MACAGI, 2018.

Laurajane Smith (2006) entende que quando um bem cultural adquire um status de "patrimônio", ele passa a ser inevitavelmente contestado e desafiado. Isso porque a compreensão de um bem enquanto patrimônio é criado a partir de uma interpretação, e através

dela passa a ser regulada e legitimada. Essa postura poderá tanto estabelecer consensos, como criar dissonâncias, com diferentes entendimentos de valores e significados. Porém, as entrevistas apontam ainda uma falta de instrumentalização pelos usuários para melhor entender "o que é" e o que pode ser "patrimônio cultural" e como se apropriar disso, sendo difícil equiparar as percepções dos entrevistados com o discurso patrimonial, uma vez que essas discutem em duas frentes particulares, a dimensão do afeto e da cognição.

Talvez um aspecto negativo do tombamento do centro histórico de Laguna, seria que ele viria a reificar e ajudar na continuidade uma historiografia local dos anos 1940, em que somente a área central possuiria importância histórica e cultural da cidade. Por conta disso, a grande maioria dos estudos sobre Laguna se concentra sobre o Centro Histórico, deixando carente outras regiões como o bairro do Magalhães, do Campo de Fora, do Progresso (Roseta), a Ponta da Barra, Cabo de Santa Marta (que se restringiria a estudos arqueológicos), os morros que circundam a área tombada, os distritos de Ribeirão Grande, Ribeirão Pequeno, assim como o patrimônio arqueológico. Essas regiões podem não possuir edificações tão antigas, mas suas comunidades possuem traços identitários próprios e ainda mantém celebrações e práticas culturais, que muitos moradores do centro apontam como perdidas. Mesmo entre os antigos moradores do bairro do Mar Grosso– cuja imagem é associada à exploração do turismo de praia, à especulação imobiliária e modernidade– pôde se identificar durante as entrevistas que também existem valores de afeto, de nostalgia e de identidade com essa região.

A dissertação aqui apresentada não foge a essa crítica. Por conta de delimitação de pesquisa, também vale lembrar que a coleta de entrevistas se restringiu a moradores idosos, cujas compreensões sobre a situação urbana, não necessariamente correspondem a entendimentos de lagunenses de demais faixas etárias. Muito provavelmente, dentro de alguns anos, muitas situações apontadas nessa dissertação já estarão desatualizadas, com o desenvolvimento de novas políticas culturais pela municipalidade, quando o mercado público voltar a operar, quando o iminente projeto de revitalização da escola de Ensino Básico Jerônimo Coelho e outras obras de restauros planejadas forem concluídas. Isso ocorre porque este trabalho, assim como o pesquisador que o escreve, também é refém de seu momento histórico.

Em 2008, com a instalação de um campus da Universidade Estadual de Santa Catarina na cidade (Figura 90), contendo o curso de Arquitetura e Urbanismo, uma proposta já feita em 1983 (TAVARES et. al), foi criada a possibilidade de uma profusão de trabalhos acadêmicos e discussões sobre restauros na área tombada. A introdução dos cursos de engenharia de pesca (2010) e ciências biológicas (2016) possibilitou estudos no ecossistema local. Nesse percurso de dez anos, os alunos também se transformariam em usuários desse espaço e desenvolveriam

suas próprias práticas sociais, tornando-se moradores, participando de atividades culturais e fomentando festas.

Figura 90 - Campus da UDESC em Laguna (bairro Progresso)



Fonte: MACAGI, 2018.

Ademais, novas discussões do campo do patrimônio poderão possibilitar estudos diferenciados sobre o patrimônio local. O mesmo será capaz de ocorrer por meio de ações patrimoniais a nível local, como: a regularização da área de entorno com propostas de acréscimo de imóveis à área tombada pelo escritório local do IPHAN e a instrução do registro da pesca artesanal com auxílio dos botos como patrimônio imaterial estadual e recente pedido sob esfera federal.

Quando participava como ouvinte das discussões sobre o registro da referida pesca, percebia a pouca adesão, mobilização, interesse dos pescadores a favor da patrimonialização de sua atividade. Também identifiquei uma dificuldade dos detentores em compreender a interpretação moderna de patrimônio imaterial, conforme entendido pelo DPI/IPHAN. O que pude notar seria que a valorização dos pescadores sobre sua atividade (assim como de alguns entrevistados) mais se aproxima de uma apreciação do "boto-pescador" e da Lagoa de Santo Antônio enquanto um patrimônio natural, não de seus saberes e de sua prática cultural, a pesca, propriamente dita. Corre o risco que, caso o registro seja bem-sucedido, ocorra uma nova incoerência de discursos e dificuldades de compreensão das políticas de preservação vindouras,

assim como ocorreu no tombamento do centro histórico. Penso que essa ampliação dos estudos e olhares, talvez ainda não seja suficientemente inclusiva.

Nesse sentido não há um caminho claro ou resposta fácil, nem é a intenção desse trabalho prover uma solução, mas acredito haver a necessidade de um projeto de educação patrimonial efetiva, a fim de possibilitar tanto uma aproximação mais atenta, instruída e sensível do Instituto, assim como, para que seja elevada a autoestima de moradores quanto à relevância de suas experiências de vida e que esses ampliem sua compreensão de patrimônio cultural, para além do material e "monumental", de forma que saibam melhor apropriá-lo de acordo com as demandas de seus respectivos grupos identitários e transformá-lo em uma ferramenta de negociação em pé de igualdade.

Ainda assim, haverá dissonâncias e os lagunenses continuarão em sua luta por reafirmação de sua identidade. Quando os idosos manifestaram sua revolta com relação ao roubo do sino da antiga Casa de Câmara e Cadeia, eles se utilizaram de uma articulação entre a linguagem, a memória e a consciência e involuntariamente acabaram por revelar uma dimensão sensível de uma subjetividade socialmente compartilhada. (PORTELLI, 1996). Esta seria construída pelos moradores para além da experiência ou da constatação de fatos concretos sobre objeto em si (como quando o sino foi posto no edifício ou quanto sua autenticidade), mas por seu significado, o que ele representa em meio a um horizonte de possibilidades referentes ao que os lagunenses conhecem e imaginam, suas formas de dar sentido ao mundo, o que lhes é autêntico em seu sentido de pertencimento a um lugar e a um passado em comum, em que se sentem seguros.

Esses moradores lutam através dos discursos para que a suas representações de passado persistam, sejam lembradas, consolidadas e assim permaneçam, mas o passado "é impalpável e esquivo; procuramos algo sólido em que nos amparar, para apenas nos surpreendermos a abraçar fantasmas". (BERMAN, 1986, p. 376). Os usos da cidade, formas de apropriação e significação do espaço seguirão em transformação de acordo com a própria dinâmica cultural urbana, a despeito do passado por eles vivenciado e enquanto os edifícios do centro histórico permanecem, uma vez que, "por mais que esse patrimônio tenha sido preservado, os espaços e sociabilidades se alteraram inexoravelmente, seja enquanto forma, função e significados". (PESAVENTO, 1995, p. 284).

Durante o trabalho aqui apresentado, essas lutas, negociações e resistências puderam ser identificadas em meio a um jogo simbólico entre os discursos de memória dos grupos locais e discursos de patrimônio das agências reguladoras, os quais associariam seus diferentes valores e formas de representação a determinados bens materiais, que, por sua vez, cumpririam um

papel enquanto referências de identidade nacional (para o IPHAN) ou municipal (pelos grupos locais).

Enquanto a Casa de Câmara e Cadeia (Museu Anita Garibaldi) seria um lugar de memória dos antepassados para os intelectuais locais e a municipalidade, por outro lado, os técnicos do IPHAN a identificariam como uma edificação detentora de uma arquitetura representativa do Brasil colônia, que fora palco de um episódio notável da história do país. Mais adiante, os discursos de memória local seriam utilizados em prol da patrimonialização dos casarões, palacetes e ruínas de fortes militares, repercutindo nos tombamentos municipais, o que viria como forma de legitimar uma compreensão de memória e identidade de um grupo local contra o crescimento urbano e a especulação imobiliária defendida por setores locais favoráveis à "modernização" urbana. Com o tempo, esse embate integraria novos atores como a UFSC, a FCC, que defenderiam uma política de memória estadual, pautada na preservação de bens arquitetônicos entendidos como testemunhos das correntes migratórias formadoras de Santa Catarina; e, por fim, pelo IPHAN, que decidiria pelo tombamento federal do centro histórico de Laguna.

Esse processo de tombamento pelo IPHAN seria marcado por estudos técnicos de caráter intelectual e interdisciplinar, que se inseriam e dialogavam em discussões a nível nacional e internacional. Também assinalaria uma contestação de paradigmas a nível institucional e estabeleceria uma compreensão de patrimônio urbano, que subsidiaria a atribuição de valor patrimonial para outros conjuntos urbanos no território nacional.

Porém, esse novo entendimento, assim como a política preservacionista que seguiria a partir dele, frustraria os grupos locais favoráveis à "modernidade", que consideraram o tombamento muito amplo, a ponto de se tornar um impedimento ao desenvolvimento da cidade, motivo pelo qual seria mais conveniente uma compreensão tradicional de patrimônio voltada ao monumental. Da mesma forma, desapontaria alguns grupos defensores do tombamento, uma vez que o instrumento não seria o suficiente para resgatar antigos laços de comunidade e por acreditarem não terem recebido o almejado suporte do governo federal.

Assim, a pesquisa possibilitou verificar que apesar das mudanças na historiografia regional e mudanças de pensamento do campo do patrimônio, certos paradigmas produzidos na primeira metade do século XX ainda ressoam e persistem. Também, nota-se um forte apego à materialidade pelos lagunenses, como se a visualidade do conjunto urbano carregasse um peso identitário de modo que a forma na qual o centro histórico se encontra fosse o próprio reflexo, repercutindo em como esses moradores se veem e se situam no mundo. Dessa forma, ao defenderem tanto a destruição como a preservação desses imóveis contestam uma imagem que

querem preservar e apresentar de si mesmos. Além disso, toda essa situação fomentaria um novo debate sobre o valor simbólico desse espaço urbano enquanto patrimônio, assim como implicaria em uma nova dinâmica social, em meio a uma luta de representações, marcada pelo campo afetivo, na qual os moradores procuram ora contestar, ora negociar com um discurso de patrimônio consolidado, a fim de afirmar e ver reconhecidos seus valores, suas memórias e suas identidades.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ALBUQUERQUE, Manuel Maurício de. **Pequena História da Formação Social Brasileira.** Rio de Janeiro: Graal, 1981.

ALTHOFF, Fátima Regina. **Políticas de Preservação do Patrimônio Edificado Catarinense.** A Gestão do Patrimônio Urbano de Joinville. Dissertação (Mestrado em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade). Florianópolis: UFSC, 2008.

ANASTASSAKIS, Zoy. A Cultura Como Projeto: Aloísio Magalhães e suas ideias para o IPHAN. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.** Rio de Janeiro: IPHAN, n. 35, 2017.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas.** Reflexão sobre a origem e a difusão do o nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

AZEREDO, Daiane Estevam. Colônia de Sacramento: o embate entre as coroas castelhana e lusitana. **Perspectivas históricas**. Anais. Nova Iguaçú: UFRRJ-IM, 2011. Disponível em: http://www.ufrrj.br/graduacao/prodocencia/publicacoes/perspectivas-historicas/artigos/10. Acesso em: 19 jun. 2018.

BARRETO, Paulo Thedim. Casas de Câmara e Cadeia. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.** Rio de Janeiro, n. 11, 1947. p. 9 – 193. Disponível em:http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat11_m.pdf. Acesso em: 16 mar. 2018.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é Sólido Desmancha no Ar: a Aventura da Modernidade.** São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BERSTEIN, Serge. A Cultura Política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean François (org.). **Para Uma História Cultural.** Lisboa: Estampa, 1998.

BITENCOURT, João Batista. **Clio positivada: a artesanía da cidade histórica de Laguna.** Dissertação (Mestrado em História). Florianópolis: UFSC, 1997. 213 f.

_____. **Laguna: uma análise sobre o discurso de cidade histórica**. Criciúma: Ediunesc; Florianópolis: Dois por quatro, 2016.

BLOCH, Marc. **Apologia da História** ou o Ofício do Historiador. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BOSI, Ecléa. **Memória E Sociedade:** lembranças dos velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRAUDEL, Fernand. História e Ciências sociais. A Longa Duração. **Revista de História.** São Paulo: USP, v.30, n.62, abr./jun, 1965.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989)**: a Revolução Francesa da historiografia. São Paulo: UNESP, 1997. p. 23-66.

CANDAU, Jöel. **Memória e Identidade.** São Paulo: Contexto, 2016.

CARDOSO, Fernando Henrique. Rio Grande do Sul e Santa Catarina. In: HOLANDA, Sério Buarque de (org.). **Coleção História geral da Civilização Brasileira**, tomo 2, v. 2); São Paulo: DIFEL, 1964.

CERTEAU, M. **A Invenção do Cotidiano: 1 Artes de fazer.** Petrópolis: Vozes, 2008.

CHAGAS, Mário. Respostas de Hughes de Varine às perguntas de Márcio Chagas. **Cadernos de Museologia**. Lisboa: Ulusófona, n. 5, 1996.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia: a história entre certezas e inquietudes.** Porto Alegre: UFRGS, 2002. p. 123-150.

_____. O Mundo como Representação. **Estudos Avançados** 11 (6), 1991. 19 p.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2016.

CHUVA, Marcia Regina Romeiro. A pesquisa no IPHAN: conhecimento, legitimidade e ação política. In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural.** 1. ed. Rio de Janeiro; Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. Disponível em:

http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Pesquisa%20pdf(6).pdf. Acesso em: 11 dez. 2018.
_____. **Os Arquitetos da Memória.** Sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.
_____. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, n.34, 2011, p. 147-165.
FARIAS, Deisi Scunderlick; Eloy Farias. **Arqueologia e Educação: uma Proposta de Preservação para os Sambaquis do Sul de Santa Catarina (Jaguaruna, Laguna e Tubarão).** Dissertação (Mestrado em História). PUC-RS, Porto Alegre, 2000. 186 f.
FERREIRA, Marieta Moraes. História oral: Velhas Questões, Novos Desafios. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Novos domínios da História**. Rio de Janeiro; Elsevier, 2012. p. 169-186.
FERREIRA, Roseane Maria R. O Sobrado de São Lourenço: da moradia a hotel fazenda. Monografia (Curso de Especialização em Artes). Pelotas: UFPEL, 2012.
FONSECA, Karla Franciele da. **Patrimônio em Contraste: as ações de litígio na proteção do patrimônio edificado em Blumenau/SC (1980-2010).** Dissertação (História). Florianópolis: UDESC, 2014.
FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em Processo.** Trajetória da Política Federal de Preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ, IPHAN, 1997.
_____. Referências Culturais: base para novas políticas do patrimônio. In: **Inventário Nacional de Referências Culturais: manual de aplicação.** Brasília: IPHAN/DID, 2000.
GONÇALVES, Janice. **Figuras de Valor:** patrimônio cultural em Santa Catarina. Itajaí: Casa Aberta, 2016.
_____. **Sombrios Umbrais a Transpor:**arquivos e historiografia em Santa Catarina no século XX. Tese (Doutorado em História Social). São Paulo: USP, 2006.
GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A Retórica da Perda.** Os discursos do Patrimônio Cultural no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ, IPHAN, 1996. p. 88-114.
GUEDES JÚNIOR, Valmir. **Mário José Remor**: retrato de uma época. Laguna: Ed. do autor, 2016.
HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva.** São Paulo: Centauro, 2006.
HARTOG, François. Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
KOSSELECK, Reinhart. **Futuro passado:** contribuição à semântica dos tempos históricos**.** Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2006.
LACOSTE, Yves. Braudel Géografo. In: **Ler Braudel**. LACOSTE, Yves (org.). Campinas: Papirus, 1989. p. 175-225.
LEITMAN, Spencer. **Raízes Sócio-Econômicas da Guerra dos Farrapos.** Rio de Janeiro: Graal, 1979.
LINO, Fátima Satsuki de Araujo. **Pescadores Artesanais na Praia da Tesoura, Laguna/SC**: reflexões sobre sociabilidades de apropriações do espaço. Dissertação (mestrado em antropologia social). Florianópolis: UFSC, 2017.
LUCENA, Liliane Monfardini Fernandes de. **Laguna: de ontem a hoje, espaços públicos e vida urbana.** Dissertação (Mestrado em Geografia) – UFSC, Florianópolis, 1998. 176f.
MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História Oral:** como fazer, como pensar**.** São Paulo: Contexto, 2015. 176 p.
MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. A História, Cativa da Memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros.** São Paulo: USP, n. 34, 1992. Disponível em: http://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/70497. Acesso em: 30 nov. 2018.

_____. O campo do Patrimônio Cultural: uma revisão de premissas. In: IPHAN. **I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural**: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão, Ouro Preto/MG, 2009. Brasília: IPHAN, 2012. p. 25-39. (Anais; v.2, t.1).

MOTTA, Lia. **Patrimônio Urbano e Memória Social. Práticas Discursivas e Seletivas de Preservação Cultural 1975 a 1990.** Dissertação (Mestrado em Memória Social e Documento). UNIRIO, Rio de Janeiro, 2000. 168 f.

NASCIMENTO, Flávia Brito do. Patrimônio Cultural e Escrita da História: a hipótese do documento na prática do Iphan nos anos 1980. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. N. S. v. 24, n. 3, p. 121-147. set./out. 2016.

NORA, P. Entre Memória e história: a problemática dos lugares. **Proj. História.** v. 10. São Paulo, dez. 1993.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidade, Espaço e Tempo: reflexões sobre a memória e o patrimônio urbano. **Cadernos LEPAARQ**. v. II, n. 4. Pelotas: UFPEL. ago./dez. 2005. 10 p.

_____. Muito Além do Espaço: por uma história cultural do urbano. **Estudos Históricos**. v. 8, n. 16. Rio de Janeiro, FGV, 1995. p. 279-290.

PIFANO, Raquel Quinet. História da Arte como História das Imagens: a Iconologia de Erwin Panofsky. **Revista Fênix**, Uberlândia, v. 7, Ano VII, n. 3, 2010.

PORTELLI, Alessandro. A Filosofia e os Fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais.**Tempo**, v. 1, n. 2. Rio de Janeiro: UFF, 1996.

_____. Forma e Significado na História Oral: A Pesquisa como Experimento De Igualdade. **Proj. História**, n. 14. São Paulo, fev. 1997.

_____. **História oral como arte da escuta.** São Paulo: Letra e Voz, 2016.

_____. O que faz a História Oral Diferente? **Proj. História**, n. 14. São Paulo, fev. 1997.

POZZO, Renata Rogowski. **O Cinema Na Cidade**: uma cartografia das antigas salas de cinema de rua de Laguna-SC. Florianópolis: DIOESC. 2016.

REIS, Aloísio Luiz dos. **Brinca Quem Pode: Territorialidade e (In)Visibilidade Negra em Laguna–Santa Catarina.** Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Florianópolis: UFSC, 1996.

ROSA, Júlio César da. **Sociabilidades e Territorialidade: A Construção de Sociedades de Afrodescendentes no Sul da Santa Catarina (1903/1950).** Dissertação (Mestrado em História do Tempo Presente). Florianópolis: UDESC, 2011.

ROSA, Thais Felipe. **Ruínas do Forte São Joaquim:** O uso turístico e a preservação do patrimônio cultural**.** Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Nacional). Rio de Janeiro: IPHAN, 2014. p. 94-128.

SANT'ANNA, Marcia. **Da Cidade-Monumento à Cidade-Documento.** A norma de preservação de áreas urbanas no Brasil (1937-1990). Salvador: Oiti, 2014.

SANTOS, Antônio César de Almeida. Fontes orais: testemunhos, trajetórias de vida e história. **Evento comemorativo ao Sesquicentenário do Arquivo Público do Paraná**. Curitiba, DEAP, 2008. 11 p. Disponível em: http://www.poshistoria.ufpr.br/fonteshist/txt_ACASantos.pdf.Acesso em: 16 jan. 2017).

SAYÃO, Thiago Juliano. **Nas Veredas do Folclore:** Leituras sobre política cultural e identidade em Santa Catarina (1948-1975). Dissertação (Mestrado em História). Florianópolis: UFSC, 2004.

_____. Negras paisagens: (in)visualidade afrodescendente na Laguna (SC). **Mouseion.** Canoa: UNILASSALLE, n. 21, ago. 2015. Disponível em: https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Mouseion/article/view/2291. Acesso em: 30 nov. 2018.

SCHEIDT, Eduardo. O Processo de Construção da Memória da Revolução Farroupilha. **Revista de História**. São Paulo, n. 147, 2002. p. 189-209. Disponível

em:http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18947/21010. Acesso em: 16 mar. 2018.
SCOPEL, Vanessa Guerini; MOTTA, Juliana Costa. Redesenhosem Análise: a casa do Brasil. **IV Enanparq.** Porto Alegre: ANPARQ, 2016. Disponível em: https://www.anparq.org.br/dvd-enanparq-4/SESSAO%2027/S27-05-SCOPEL,%20V;%20MOTTA,%20J.pdf. Acesso em: 30 mai. 2019.
SIMON, Lilian Mendonça. **Documentação e Monitoramentos de Sítios Urbanos Históricos Com Apoio do Cadastro Técnico Multifinalitário e a Fotogrametria Digital.** Estudo de caso: Laguna. Dissertação (Engenharia Civil). Florianópolis: UFSC, 2000.
SMITH, Laurajane. El "Espejo Patrimonial": ¿Ilusión Narcisista o Reflexiones Múltiples? **Antípoda.** n. 12, Bogotá, jan./jun. 2011. p. 39-63.
_____. **Uses of Heritage.** New York, Routledge, 2006.
SMITH. Laurajane; CAMPBELL, Gary. The Elephant in the Room: heritage, affect and emotion. In: **A Companion to Heritage Studies**. W. Logan, M Nic Craith, U. Kockel (org.). Hoboken: Wiley-Blackwell, 2015.
SOUZA, Alcídio Mafra de Souza. **Guia dos Bens Tombados**: Santa Catarina. Rio de Janeiro, Expressão e Cultura, 1992.
TAMASO, Izabela Maria. Os Patrimônios como Sistemas Patrimoniais e Culturais: notas etnográficas sobre o caso da cidade de Goiás. **Revista Anthropológicas**, v. 26, p. 156, 2016. Disponível em: http://www.revista.ufpe.br/revistaanthropologicas/index.php/revista/article/view/573/374.Acesso em: 13 fev. 2017.
TAVARES, Jeanine Mara et al. **Valorização do Sítio Histórico da Laguna.** Tese de conclusão de curso (Curso de Arquitetura e Urbanismo). Florianópolis: UFSC, 1983.
THOMPSON, Analúcia (org.). **Entrevista com Augusto de Silva Telles.** Rio de Janeiro: IPHAN, 2010.
_____. **Entrevista com Judith Martins.** Rio de Janeiro: IPHAN, 2009.
VAINFAS, Ronaldo. História Cultural e a Historiografia Brasileira. **História: Questões & Debates**. Curitiba: UFPR, n. 50, jan./jun. 2009, p. 217-235.
VARINE, Hughes de. O Museu Comunitário Como um Processo Continuado. **Caderno do CEON**. Chapecó: Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina, ano 27, n. 41, 2014.
VILLEGAS J. Maria Matilde. **Entre os Morros e a Lagoa: Laguna Cidade-Documento.** Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural). Rio de Janeiro: IPHAN, 2016. 303 f.

FONTES

Entrevistas

BAIÃO, Amélia Baumgarten de Ulysséa**. Entrevista concedida ao Escritório Técnico do IPHAN**. Entrevistador: Carlos Eduardo Macagi. Laguna, 2017.
CARDOSO, Marleni Preuss Cardoso. **Entrevista concedida ao Escritório Técnico do IPHAN**. Entrevistador: Carlos Eduardo Macagi. Laguna, 2018.
COOK, Artur de Carvalho. **Entrevista concedida ao Escritório Técnico do IPHAN**. Entrevistador: Carlos Eduardo Macagi. Laguna, 2018.
COSTA, Manoel da. **Entrevista concedida ao Escritório Técnico do IPHAN**. Entrevistador: Carlos Eduardo Macagi. Laguna, 2018.
CRUZ, João Batista. **Entrevista concedida ao Escritório Técnico do IPHAN**. Entrevistador: Carlos Eduardo Macagi. Laguna, 2018.

FAÍSCA, Dalmo Mendes. **Entrevista concedida ao Escritório Técnico do IPHAN**. Entrevistadores: Carlos Eduardo Macagi; Liliane Monfardini Fernandes Lucena; Laguna, 2017.
FERNANDES, Dilma Rosa. **Entrevista concedida ao Escritório Técnico do IPHAN**. Entrevistador: Carlos Eduardo Macagi. Laguna, 2018.
OLIVEIRA, Deroci de. **Entrevista concedida ao Escritório Técnico do IPHAN**. Entrevistador: Carlos Eduardo Macagi. Laguna, 2017a. (Primeira parte).
_____. **Entrevista concedida ao Escritório Técnico do IPHAN**. Entrevistador: Carlos Eduardo Macagi. Laguna, 2017b. (Segunda parte).
REIS, Antônio Luiz dos. **Entrevista concedida ao Escritório Técnico do IPHAN**. Entrevistador: Carlos Eduardo Macagi. Laguna, 2017a. (Primeira parte).
_____. **Entrevista concedida ao Escritório Técnico do IPHAN**. Entrevistador: Carlos Eduardo Macagi. Laguna, 2017b. (Segunda parte).
RODRIGUES, Márcio José; RODRIGUES, Maria da Graça. **Entrevista concedida ao Escritório Técnico do IPHAN**. Entrevistador: Carlos Eduardo Macagi. Laguna, 2017a. (Primeira parte).
_____. **Entrevista concedida ao Escritório Técnico do IPHAN**. Entrevistador: Carlos Eduardo Macagi. Laguna, 2018b. (Segunda parte).
ROSA, Jorge da. **Entrevista concedida ao Escritório Técnico do IPHAN**. Entrevistador: Carlos Eduardo Macagi. Laguna, 2018.
SILVA, Ana Nunes da. **Entrevista concedida ao Escritório Técnico do IPHAN**. Entrevistador: Carlos Eduardo Macagi. Laguna, 2017.
SOUZA, Maria Salete Remor de; SOUZA, Munir Soares de. **Entrevista concedida ao Escritório Técnico do IPHAN**. Entrevistador: Carlos Eduardo Macagi. Laguna, 2017.
SOUZA, Munir Soares de. **Entrevista concedida ao Escritório Técnico do IPHAN**. Entrevistador: Carlos Eduardo Macagi. Laguna, 2018.
SPILLERE, Marcio. **Entrevista concedida ao Escritório Técnico do IPHAN**. Entrevistador: Carlos Eduardo Macagi. Laguna, 2018.

Fontes de arquivo

BRAGA, Débora Murta Braga. Patrimônio inaugura Casa Candemil hoje. **Diário Catarinense**, 14 set. 1998, n.p.
CABRAL, Cid Pinheiro. Na casa mais velha do sul do Brasil funciona um pequeno e notável museu. **Correio do Povo**. Porto Alegre, 22 abr. 1956. n.p.
FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA. **Bens Tombados pelo Município de Laguna**. mar. 1985.
GUEDES JR., Valmir. Um Lindo Palacete foi ao chão. In: **Blog do Valmir Guedes.** Laguna, 20 out. 2017. Disponível em: http://valmirguedes.blogspot.com.br/2017/10/um-lindo-palacete-foi-ao-chao.html. Acesso em: 16 nov. 2017.
IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico de Artístico Nacional. Cadastramento em apoio de prefeituras em Santa Catarina. **Boletim SPHAN/Pró-memória.** Rio de Janeiro: IPHAN, n. 31, jun./ago., 1984, p. 20.
_____. ARQUIVO CENTRAL DO IPHAN (RJ). **Casa à Praça da Bandeira. Museu Anita Garibaldi; Museu de Laguna; Casa de Câmara e Cadeia (Inventário).** s/d.
_____. Centro Histórico de Laguna. **Boletim SPHAN/Pró-memória.** Rio de Janeiro: IPHAN, n. 33, nov./dez. 1984, p. 12-13.
_____. ARQUIVO CENTRAL DO IPHAN (RJ). **Convênio FNPM e a Pref. de Laguna, c/a Interveniência da SPHAN e da Fundação Catarinense de Cultura - (Convênios).** 1981.
_____. **Informação n. 135/86.** Transcrição de centros históricos inscritos nos livros de Tombo Histórico e Belas Artes para o livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.

_____. ARQUIVO CENTRAL DO IPHAN (RJ). **Laguna/SC - (Inventário).** 1972-1994.
_____. ARQUIVO CENTRAL DO IPHAN (RJ). **Museu Anita Garibaldi - (Inventário).** (Laguna/SC). s/d.
_____. ARQUIVO CENTRAL DO IPHAN (RJ). **Museu Anita Garibaldi - (Títulos de propriedade).** (Laguna/SC). 1954.
_____. ARQUIVO CENTRAL DO IPHAN (RJ). **Museu Anita Garibaldi.** Dossiê. Série: Obras. Bem cultural: Museu. 1948-1955.
_____. ARQUIVO CENTRAL DO IPHAN (RJ). **Museu Anita Garibaldi.** Dossiê. Série: Obras. Bem cultural: Museu. 1955-1956.
_____. ARQUIVO CENTRAL DO IPHAN (RJ). **Ponte de Cabeçudas - (Inventário).** (Laguna/SC). 1987-1988.
_____. ARQUIVO CENTRAL DO IPHAN (RJ). **Processo de Tombamento, Casa: Praça da Bandeira – Paço Municipal de Laguna – Santa Catarina.** Processo n. 429-T-53.
_____. ARQUIVO CENTRAL DO IPHAN (RJ). **Processo de Tombamento, Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Cidade de Paranaguá, Estado do Paraná.** Processo n. 1.097-T-83.
_____. ARQUIVO CENTRAL DO IPHAN (RJ). **Processo de Tombamento, Conjunto: Centro Histórico de Laguna – Santa Catarina.** Processo n. 1.122-T-84.
_____. ARQUIVO CENTRAL DO IPHAN (RJ). **Processo n. 1.122-T-84.** Conjunto: Centro Histórico de Laguna – Santa Catarina. Processo de Tombamento. p. 1-18.
JORNAL DE SANTA CATARINA. **Começam as ações visando o tombamento da cidade de Laguna**. 29 nov. 1984, n.p.
_____. **Laguna volta atrás e começa a ser mobilizar pelo tombamento.** 28 nov. 1984, p. 13.
JULIANO FILHO, Rodrigo. A Casa de Anita e a "Casa de Anita". **Semanário de Notícias**, Laguna. 07 mai. 1977, p. 5-6.
MARTINS, Celso. Casarão se deteriora a espera de solução. **O Estado.** Florianópolis, 6 jul. 1995, n.p.
O ALBOR. **Almirante Carneiro**. Laguna, 15 mai. 1954, n.p.
O ESTADO DE SÃO PAULO. **Tombamento resgata a beleza histórica da Laguna**. São Paulo, 15 nov. 1984, n.p.
O ESTADO. **Denúncia**: a prefeitura de Laguna está destruindo os sambaquis. Florianópolis, 29 ago. 1979, n.p.
_____. **Há no Sul uma cidade feita para o turismo**. Florianópolis, 1 ago. 1976, p. 9.
_____. **Laguna é a primeira cidade do Sul do Brasil a ser tombada**. Florianópolis, 1 ago. 1976, p. 9.
_____. **República Catharinense**: A Revolução Juliana de 1839 em Laguna. Florianópolis, 30 jul. 1989, p. 20.
O RENOVADOR. **Preservada, mas só no papel**. Laguna, 14 jun. 1985, p. 5-6.
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA. **Decreto n. 06/85**
_____. **Decreto n. 09/84**
_____. **Decreto n. 17/78**
_____. **Decreto n. 26/81**
_____. **Decreto n. 27/76.**
_____. **Decreto n. 28/82**
_____. **Decreto n. 34/88**
_____. **Laguna: o passado sempre presente.** Folhetos Turísticos. Florianópolis, IOESC, s/d.
_____. **Laguna: Três Séculos de Brasilidade.** 1982.
_____. **Lei n. 34, 3 nov. 1977.**
_____. **Ofício n. 33/87.** 10 fev. 1987.
_____. **Relatório 1977/82.**

_____. **Relatório 1978/1979.**
_____. **Tópicos Sobre Laguna - 1997.** Laguna, 1997.
SOUZA, Alcídio Mafra de. **Guias dos Bens Tombados, Santa Catarina.** Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1992.
SPHAN/SISTEMA NACIONAL DE MUSEUS et al. **Cadernos da Laguna**: a Terra e a Gente. Laguna: Governo do Estado de Santa Catarina, n. 01, v. 01, ano 1, 1994.
SUL DO ESTADO. **Laguna**. 30 nov. 1985, n.p.
ULYSSÉA, Ruben. **Laguna**: memória histórica. Brasília: Letra Ativa. 2004.
_____. **A Laguna de 1880.** Florianópolis: IOESC, 1943.
UNGARETTI, Norberto Ulysséa. Réquiem para uma casa Branca. In: **Laguna**: um pouco do passado. Florianópolis: Ed. do Autor, 2002, p. 251.

ANEXO - RELAÇÃO DAS ENTREVISTAS ANALISADAS

Nome[147]	**Idade**[148]	**Profissões exercidas ou em exercício**	**Entidades em que atuam ou atuavam**
Deroci de Oliveira	73 anos	Músico/Maestro	Sociedade Musical Carlos Gomes/Coral de Santo Antônio/Coral de Nossa Senhora dos Navegantes/ Bandinha Maluca/Banda da Fundação Bradesco
Munir Soares de Souza	83 anos	Bancário/Secretário Municipal/Memorialista	Prefeitura/Jornal O Renovador
Maria Salete Remor de Souza	79 anos	Professora/Secretária Municipal/Catequista	Igreja Matriz/Clube Congresso Lagunense/Escola de Educação Básica Jerônimo Coelho
Dalmo Mendes Faísca	85 anos	Engenheiro/Topógrafo/Jogador de futebol/ Fotografo/Memorialista	Clube de Futebol Barriga Verde/Fotos Bacha/ CODISC[149]
Ana Nunes da Silva	87 anos	Dona de casa	Igreja Matriz/Damas da Caridade/Congregação Mariana/Clube Anita Garibaldi
Amélia Baumgarten de Ulysséa Baião	82 anos	Professora/Secretária Municipal	Centro Educacional Almirante Lamego/Prefeitura/ Fundação Irmã Vera/Clube Congresso Lagunense
Antônio Luiz dos Reis	62 anos	Procurador-geral do município/Radialista	Prefeitura/Sociedade Recreativa União Operária/ Instituto Ganga Zumba/Rádio Difusora/Sociedade Carnavalesca Vila Isabel
Maria da Graça Duarte Rodrigues	69 anos	Professora	Escola de Educação Básica Jerônimo Coelho/Grupo Escolar Comendador Rocha
Márcio José Rodrigues	76 anos	Odontologista/Professor/Vereador/memorialista	Irmandade de Santo Antônio/Rotary Club/Clube Blondin/Centro Educacional Almirante Lamego

[147] Por ordem das entrevistas.
[148] Na época da entrevista.
[149] Companhia de Distritos Industriais de Santa Catarina.

Artur de Carvalho Cook	72 anos	Artista Plástico/Serigrafista/Professor/Radialista/ Jornalista	Feira Livre de Artesanato/Instituto Cultural Chachá /Associação dos Artistas Plásticos de Laguna/ Associação Cultural Lagunense/Escola de Samba Os Democratas/Prefeitura/SANTUR[150]/CODISC/ Rádio Garibaldi/Clube Blondin
João Batista Cruz	72 anos	Radialista/Vendedor	Rádio Difusora/Sociedade Recreativa União Operária/Irmandade de Santo Antônio
Jorge da Rosa	67 anos	Funcionário público	Centro Espírita Fé, Amor e Caridade/CELESC[151]/ Sociedade Recreativa União Operária/ Sociedade Carnavalesca Vila Isabel/CORREIOS
MarleniPreuss Cardoso	55 anos	Secretária do hospital municipal	Hospital de Caridade Senhor Bom Jesus dos Passos/Coral de Santo Antônio
Manoel da Costa	80 anos	Comerciante	Mercado Público
Dilma Rosa Fernandes	78 anos	Dona de casa	Centro de Umbanda Casa de Xangô/Sociedade Recreativa União Operária
Marcio Spillere	70 anos	Dono de um laboratório de análises clínicas	Loja Maçônica Fraternidade Lagunense/Hospital de Caridade Senhor Bom Jesus dos Passos

[150] Santa Catarina Turismo S.A.
[151] Centrais Elétricas de Santa Catarina